



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
E LÍNGUA PORTUGUESA

CLAUDIANA NAIR POTHIN NARZETTI

**O PERCURSO DAS IDEIAS DO CÍRCULO DE BAKHTIN NA
ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA**

ARARAQUARA – SÃO PAULO
2012

CLAUDIANA NAIR POTHIN NARZETTI

O PERCURSO DAS IDEIAS DO CÍRCULO DE BAKHTIN NA
ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, organização e funcionamento discursivos e textuais.

Orientadora: Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

Bolsa: FAPESP

ARARAQUARA – SÃO PAULO
2012

Narzetti, Claudiana Nair Pothin

O percurso das ideias do círculo de Bakhtin na análise do discurso francesa /
Claudiana Nair Pothin Narzetti. – 2012

262 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade

Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

1. Análise do discurso. 2. Bakhtin, M. M. (Mikhail
Mikhailovich), 1895-1975 – Crítica e interpretação. I. Título.

CLAUDIANA NAIR POTHIN NARZETTI

O PERCURSO DAS IDEIAS DO CÍRCULO DE BAKHTIN NA
ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Data de aprovação: 02/03/2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, Dr. (UNESP - FCL-AR)
(Presidente e Orientadora)

Sirio Possenti, Livre Docente (UNICAMP)
(Membro Titular)

Odenildo Teixeira Sena, Dr. (UFAM/SECT-AM)
(Membro Titular)

Geraldo Tadeu Souza, Dr. (UFSCAR)
(Membro Titular)

Carlos Piovezani, Dr. (UFSCAR)
(Membro Titular)

Local: Universidade Estadual Paulista
UNESP – Campus de Araraquara
Faculdade de Ciências e Letras

A Luiz Antonio Narzetti e a Olga Pothin Narzetti.
Eles nos deram a vida.
Sua vida foi arrancada de nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPEAM e à SEMED, que, com seus programas de apoio e fomento à pesquisa e à formação docente, tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Renata Marchezan, a acolhida, o apoio, o incentivo e o carinho constantes durante todos esses anos.

Agradeço aos professores do Programa, tudo que ensinaram – não apenas teorias, mas também paixão pela docência, em especial a Rosário Gregolin e a Gladis Massini-Cagliari.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora, Sirio Possenti, Odenildo Sena, Geraldo Souza e Carlos Piovezani, a participação, a leitura de meu trabalho e as contribuições que todos deram, cada um a seu modo, ao longo de minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos amigos de Araraquara e São Carlos, Luzmara, Carlos, Ana Cleide, Amanda, Taísa, Maíra, a companhia que sempre trouxe alegria, descontração, aprendizado e outras aventuras.

Agradeço aos amigos de Manaus, Milena, Beth, Lorena, Carol, Renata, a certeza que me dão da amizade que perdura na distância, e que encontramos vívida no reencontro.

Agradeço a Sérgio e a Cyrino, o apoio, o incentivo e a teimosia.

Agradeço à minha família, a dedicação, a compreensão, a torcida e a paciência.

Agradeço ao Rubens, a quem já dedico minha vida, meu amor, meu companheirismo e minha gratidão; com quem tenho a chance de construir e realizar sonhos; com quem posso compartilhar a felicidade.

RESUMO

Este trabalho versa sobre o percurso trilhado pelas ideias do Círculo de Bakhtin no campo da Análise do discurso francesa no período de sua emergência e expansão, isto é, os anos 1970-80. Apresenta-se, assim, como um trabalho de história. Por um lado, história da Análise do discurso francesa, pois trata do processo histórico ao fim do qual o Círculo de Bakhtin tornou-se uma nova e generalizada referência para o referido campo. Por outro, história do Círculo de Bakhtin, pois trata de um capítulo daquilo que poderíamos chamar de história de suas *errâncias* ou de suas *andanças* pelos mais diferentes “cronotopos”. O trabalho destaca as questões teóricas e políticas envolvidas nesse processo, seguindo uma perspectiva epistemológica e genealógica. Propõe que esse percurso foi marcado por duas recepções distintas das ideias do grupo de Bakhtin, caracterizadas por diferenças significativas não apenas quanto à amplitude da referência aos conceitos do Círculo nos trabalhos práticos, mas também quanto aos efeitos da apropriação desses conceitos. A primeira recepção, a inaugural, caracteriza-se por: uma referência praticamente exclusiva a uma obra de um dos membros do Círculo – *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Voloshinov; também por uma divergência profunda, entre as tendências da análise do discurso sociolinguística e da análise do discurso de Pêcheux, quanto à pertinência da apropriação dos conceitos formulados na referida obra para o desenvolvimento teórico e metodológico da Análise do discurso; e, enfim, por uma aplicação/apropriação desses conceitos aos problemas e objetos dos analistas do discurso, aplicação na qual eram, na maioria das vezes, articulados a outros formulados no interior do campo, cujo efeito poderia ser definido como um incremento do corpo conceitual e da metodologia da disciplina. A segunda recepção, por sua vez, apesar de guardar alguns traços da primeira, destaca-se por: uma ampliação da referência ao Círculo de Bakhtin, tanto no que respeita aos conceitos aplicados/apropriados (fato determinado pelas mudanças operadas na disciplina) quanto no que tange às suas obras – agora, recorre-se amplamente a Voloshinov e a Bakhtin, em seus diversos trabalhos; mas o que marca profundamente essa segunda recepção é o efeito que ela tem sobre o campo, de natureza distinta do efeito de incremento da recepção anterior – agora, as ideias do Círculo de Bakhtin têm um papel fundamental na definição da nova problemática que estava em elaboração há algum tempo – a da heterogeneidade – e, portanto, da nova configuração teórica e metodológica da disciplina.

Palavras-chave: Análise do discurso francesa. Círculo de Bakhtin. Michel Pêcheux. História da Análise do discurso. Fundamentos teóricos da Análise do discurso.

RÉSUMÉ

Ce travail aborde le parcours des idées du Cercle de Bakhtine dans le champ de l'Analyse du discours française dans la période de son émergence et expansion, les années 1970-80. C'est, ainsi, un travail d'histoire. D'une part, histoire de l'Analyse du discours française, donc traite du processus historique à la fin duquel le Cercle de Bakhtine est devenu une référence nouvelle et globale pour ce domaine. D'autre part, histoire du Cercle de Bakhtine, parce que c'est un chapitre de ce qu'on pourrait appeler l'histoire de ses réceptions et appropriations dans les plus différentes « chronotopes ». Le travail souligne les questions théoriques et politiques impliqués dans ce processus, en suivant une perspective épistémologique et généalogique. Il est proposé que ce parcours a été marqué par deux réceptions distinctes des idées du groupe de Bakhtine, caractérisées par des différences significatives non seulement dans ce que concerne à l'amplitude de la référence aux concepts du Cercle de Bakhtine dans les travaux pratiques, mais aussi dans ce que concerne aux effets de l'appropriation de ces concepts. La première réception, l'inaugural, se caractérise par : une référence quasi exclusive à une seule oeuvre d'un des membres du Cercle – *Le marxisme et la philosophie du langage*, de Volochinov ; aussi par une divergence profonde, entre les tendances de l'analyse du discours sociolinguistique et l'analyse du discours de Pêcheux, concernant à la pertinence de l'appropriation des concepts formulés dans cette oeuvre pour le développement théorique et méthodologique de l'Analyse du discours ; et, enfin, par une application/appropriation de ces concepts aux problèmes et aux objets des analystes du discours, application dans laquelle, dans la plupart des cas, ils ont été articulées à d'autres formulés à l'intérieur du champ, dont l'effet pourrait être défini comme un accroissement du réseau conceptuel et méthodologique de la discipline. La seconde réception, à son tour, malgré garder de quelques traces de première, se distingue par : un élargissement de la référence au Cercle de Bakhtine, à l'égard des concepts appliqués/appropriés (fait déterminé par les changements opérés dans la discipline) et à l'égard de leurs oeuvres – maintenant, il se fait appel à Volochinov et à Bakhtine, dans leurs divers ouvrages; mais ce qui marque profondément la deuxième réception c'est l'effet qu'elle a sur le champ, de nature distincte de l'effet d'accroissement de la réception précédente – maintenant, les idées du Cercle de Bakhtine ont un rôle fondamental dans la définition de la nouvelle problématique qui était en élaboration a quelque temps – celle de l'hétérogénéité – et, donc, de la nouvelle configuration théorique et méthodologique de la discipline.

Mots-clés : Analyse du discours française. Cercle de Bakhtine. Michel Pêcheux. Histoire de l'Analyse du discours française. Fondements théoriques de l'Analyse du discours.

SUMÁRIO

Introdução	10
1 A Análise do discurso francesa	20
1.1 <i>O contexto teórico francês nos anos 60-70</i>	21
1.2 <i>A AD francesa e suas linhas</i>	31
1.2.1 <i>A AD de Pêcheux. O projeto de uma teoria do discurso</i>	38
1.2.1.1 A AD como dispositivo instrumental	38
1.2.1.2 A teoria do discurso. O objeto “discurso”.....	44
1.2.1.3 O solo epistemológico	54
1.2.2 <i>O projeto de Marcellesi e seu grupo. A AD e a sociolinguística (ou Linguística social)</i>	57
1.2.2.1 A sociolinguística, a Linguística social	57
1.2.2.2 A AD sociolinguística	69
2 Primeira recepção do Círculo de Bakhtin na AD francesa (1974-79)	78
2.1 <i>Clivagens e antagonismos na AD francesa nos anos 1970. O debate entre o grupo de Pêcheux e o de Marcellesi/Gardin</i>	78
2.2 <i>O Círculo de Bakhtin em debate na AD francesa</i>	93
2.2.1 Recepção positiva e apropriação do Círculo de Bakhtin na AD de Marcellesi/Gardin	93
2.2.2 Recepção negativa e rejeição do Círculo de Bakhtin na AD de Pêcheux	110
3 Motivos da recepção negativa do Círculo de Bakhtin na AD de Pêcheux	112
3.1 <i>Em torno do marxismo</i>	114
3.1.1 O marxismo de Pêcheux	117
3.1.2 O marxismo de Voloshinov do ponto de vista de Pêcheux	133
3.2 <i>Em torno de Saussure e da Linguística</i>	144
3.2.1 Saussure e a Linguística conforme Pêcheux	146
3.2.2 Saussure e a Linguística em Voloshinov: a posição de Pêcheux	154
3.3 <i>Em torno de Freud/Lacan, da Psicanálise e da Psicologia</i>	169
3.3.1 Freud/Lacan, a Psicanálise e a Psicologia no projeto de Pêcheux	169
3.3.2 As posições de Voloshinov sobre Freud, a Psicanálise e a Psicologia sob a ótica de Pêcheux	182

4 Segunda recepção do Círculo de Bakhtin na AD francesa (1980)	199
4.1. <i>As ideias do Círculo de Bakhtin lidas por Authier-Revuz</i>	199
4.2 <i>A AD francesa nos anos 1980: da problemática da homogeneidade a da heterogeneidade</i>	211
4.3. <i>As ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa</i>	222
4.3.1 Forças teóricas na emergência e definição da problemática da heterogeneidade: Authier-Revuz e Círculo de Bakhtin	222
4.3.2 Efeitos da problemática da heterogeneidade na nova configuração conceitual e metodológica da AD francesa	229
4.3.3 A referência a Bakhtin nas linhas de AD nos anos 80	232
Conclusão	243
Referências Bibliográficas	249

INTRODUÇÃO

É hoje bastante comum, nos trabalhos de Análise do discurso, a referência a alguns conceitos formulados pelo Círculo de Bakhtin (constituído principalmente por Mikhail Bakhtin, Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev), na Rússia da década de 1920, sobretudo os de dialogismo e polifonia.¹ Entretanto notamos que essa referência não esteve presente nos primeiros trabalhos de análise de discursos, realizados na França na década de 1960, bem como nos textos fundadores dessa disciplina, como *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, de Jean Dubois (1962) e *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux (1969). As “ideias”² do Círculo de Bakhtin só começam a ser recebidas na AD francesa, tornando-se objeto de discussão e apropriação no campo, a partir de meados da década de 1970, processo acentuado nos primeiros anos da década de 1980.

Este trabalho visa exatamente a investigar o percurso trilhado pelas ideias do Círculo de Bakhtin no campo da AD francesa no período de 1970-80. Mais exatamente: tenta descrever e analisar o processo no qual as ideias do Círculo de Bakhtin adentraram a AD francesa, despertaram interesses e paixões, suscitaram debates e discórdias, constituíram “bandeira de luta” e “palavra de ordem” e foram apropriadas teoricamente.

Apresenta-se, assim, como um trabalho de história, mas de uma história dupla – por um lado, história da AD francesa, e, por outro, história do Círculo de Bakhtin. Em que medida é uma história da AD? Trata-se do processo histórico ao fim do qual se adotou uma nova referência para o campo da AD, que seria colocada ao lado das mais antigas, Karl Marx/Louis Althusser, Ferdinand de Saussure e Sigmund Freud/Jacques Lacan³. Trata-se de um processo que atravessou períodos de configuração teórica e

¹ Existem atualmente alguns (poucos) questionamentos acerca da “existência” do Círculo de Bakhtin, e mesmo do próprio termo “Círculo de Bakhtin”. Certamente, o termo é uma convenção, tal como muitas outras (formalistas russos, estruturalistas, etc.), que, enquanto tal, sempre guarda um traço de arbitrariedade. Mas, dado o fato de que assim se estabeleceu na “tradição” de estudos sobre Bakhtin, não vemos porque não podemos segui-la. Além disso, tal expressão nos parece adequada: designa um conjunto de autores com afinidades conceituais, problemas e posições teóricas comuns; que exercem uma interinfluência; que são reconhecidos como pertencentes a um conjunto teórico.

² Com o termo “ideias” designamos, em nosso trabalho, os conceitos, as teses, a perspectiva e os pressupostos do Círculo de Bakhtin.

³ Trata-se de um processo bastante complexo – se nos anos 80, na França, a referência a Bakhtin é colocada ao lado de outras mais antigas (Marx, Saussure e Freud), à qual se poderia recorrer com a finalidade de buscar elementos teóricos suscetíveis de serem trabalhados para responder a problemas específicos, atualmente, como, por exemplo no Brasil, Bakhtin aparece como um dos fundadores e como

metodológica distintas, e engajamento político diferentemente concebido. Em que medida é uma história do Círculo de Bakhtin? Trata-se de um capítulo da história de suas recepções e apropriações pelos mais diferentes “cronotopos”. A nosso ver, essa história também é importante ao lado da história do grupo em seu contexto originário: ela pode nos levar a entender quais enunciados foram produzidos em resposta àqueles lançados pelo referido grupo; pode também nos levar a entender como suas ideias e perspectivas foram lidas, interpretadas e apropriadas.

A Análise do discurso francesa instituiu-se na França nos anos 1960, ganhou força nos anos 1970 e expandiu-se desde os anos 1980⁴. Desde a sua emergência, esse campo de pesquisas nunca gozou de homogeneidade teórica e metodológica. Na década de 60, surgiram vários projetos de análise do discurso, objeto então obsessivamente visado pelos mais diversos estudiosos do campo da Linguística e das ciências sociais em geral. Denise Maldidier (1994) afirma que a AD teve uma dupla fundação: pelos trabalhos de Jean Dubois e pelos de Michel Pêcheux. De fato, a maioria dos trabalhos de análise do discurso produzidos no período mencionado foi realizada com base nos conceitos e métodos formulados por esses dois autores. Podem-se, entretanto, identificar outros projetos de análise do discurso contemporâneos àqueles referidos pela autora – por exemplo, aquele de Michel Foucault, da fase arqueológica. Além disso, o que torna a questão um pouco mais complexa, pode-se afirmar que o desenvolvimento da linha de análise do discurso iniciada por Dubois “passou para as mãos” de Jean-Baptiste Marcellesi, Bernard Gardin e Louis Guespin, principalmente, que, lançando-se no projeto de constituição de uma nova linguística, a Linguística social, concebiam a AD como campo de pesquisas no seu interior.

A existência dessas diferentes linhas/tendências de AD instaladas na década de 60 – de Dubois/Marcellesi e seu grupo, de Pêcheux e seu grupo, de Foucault – testemunham a heterogeneidade do campo. Ainda que, num primeiro momento, as duas primeiras tendências compartilhassem muitos pressupostos teóricos, conceitos e metodologias, fato que parece questionar essa heterogeneidade, elas se distanciavam muito da terceira linha, que foi construída sobre pressupostos, conceitos e “métodos” completamente distintos, visando a um fim bastante específico. Posteriormente, essas

um dos pilares do campo da AD francesa, ao lado de Pêcheux e de Foucault (*Cf.* GREGOLIN, 2006; SARGENTINI, 2006).

⁴ Inclusive para outros países, como o Brasil.

duas primeiras tendências afastam-se significativamente, mas há uma aproximação da segunda com terceira. Assim, para nós, só se pode falar de AD francesa remetendo à existência de diferentes tendências.

Nesse campo heterogêneo, e em função dessa heterogeneidade, as ideias do Círculo de Bakhtin tiveram um percurso singular. De um ponto de vista geral, essas ideias começaram a ser apropriadas e a exercer efeitos somente em meados da década de 1970. Nos anos 60, quando se dá a emergência da AD francesa, o membro do Círculo de Bakhtin em destaque na França era Bakhtin, cujos trabalhos sobre Fiódor Dostoievski e François Rabelais eram objeto de interesse exclusivamente no campo dos estudos literários. A apropriação das ideias do Círculo de Bakhtin para o estudo do discurso só acontece quando do contato com a obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Voloshinov, em sua tradução inglesa de 1973. Assim, as primeiras menções dos analistas do discurso às ideias do Círculo bakhtiniano se restringem a apenas uma obra produzida por um dos membros do grupo; ou, visto de outro ângulo, as primeiras ideias do Círculo de Bakhtin recebidas na AD francesa são apenas aquelas expostas e exploradas na obra acima citada.⁵

Do ponto de vista de cada uma dessas linhas de AD em específico, as ideias do Círculo de Bakhtin tiveram um percurso distinto⁶. A linha de Marcellesi/Gardin é a primeira a ler *Marxismo e filosofia da linguagem* (doravante, MFL) e, ao recebê-la com entusiasmo, a primeira também a sinalizar para a possibilidade e a necessidade de apropriação. As primeiras menções a essa obra e a Voloshinov aparecem em *Introdução à sociolinguística*, de Marcellesi e Gardin (1975) e no trabalho sobre o discurso patronal e o discurso sindical, de Gardin (1976).

Já na linha de Pêcheux o percurso das ideias do Círculo de Bakhtin foi um pouco mais complexo. Na primeira metade de 1970, quando escreve *Semântica e Discurso*, Pêcheux ignora o Círculo de Bakhtin. A primeira menção do autor ao Círculo de que

⁵ Inicialmente, dá-se destaque a: concepção de língua e linguagem, valorização da história da língua e da mudança linguística, relação entre linguagem e sociedade, o signo linguístico como signo ideológico, o discurso reportado como categoria de análise, as críticas a Saussure e sua abordagem. Depois, já nos anos 80, com Authier-Revuz, há também apropriação de outros conceitos presentes nas obras assinadas por Bakhtin, como *Problemas da poética de Dostoievski* (2002 [1963]). No entanto, os conceitos mais propriamente filosóficos de Bakhtin, aqueles relativos à sua fase neo-kantiana, não são objeto de apropriação. Isso não significa, entretanto, que a primeira recepção francesa tenha sido limitada ou restrita, uma vez que o livro de Voloshinov não só é representativo do pensamento do grupo russo, mas também apresenta os seus principais conceitos.

⁶ A linha de Foucault, por suas características particulares, que não comentaremos aqui, nunca recorreu ao Círculo de Bakhtin. Por esse motivo, nosso trabalho trata apenas das tendências de Marcellesi e de Pêcheux.

temos notícia ocorre quando, em 1977, Gardin faz uma exposição acerca de MFL numa reunião no *Centre d'Etudes et de Recherches Marxistes* (CERM), na qual se reúnem os dois grupos de AD. De imediato, Pêcheux recusa a obra russa como uma referência pertinente para a Análise do discurso. Para Pêcheux, conforme Maldidier (2003, p. 60), MFL representa “um retorno a um estado pré-teórico”. Nos anos 1980, no entanto, há uma abertura na AD de Pêcheux para as ideias do Círculo de Bakhtin, propiciada, dentre outros fatores, pelo trabalho de releitura e apropriação dos conceitos bakhtinianos por Jacqueline Authier-Revuz.

Desse modo, nosso trabalho descreve o processo no qual houve uma recepção positiva e apropriação (na linha de AD de Marcellesi/Gardin) e de rejeição/apropriação (na linha de AD de Pêcheux) das ideias do Círculo bakhtiniano, discutindo as questões envolvidas nesse processo. Algumas delas são: (a) quais demandas teóricas e/ou metodológicas determinaram a apropriação de conceitos do Círculo de Bakhtin pela AD francesa: seriam elas as mesmas para a linha de Pêcheux e a linha de Marcellesi?; (b) quais os conceitos apropriados dentre todos aqueles produzidos pelo Círculo ao longo de suas diferentes obras?; (c) qual o nível de importância dos referidos conceitos para o desenvolvimento dessas diferentes tendências de AD?; (d) há, de fato, apropriação desses conceitos ou mera transposição?; (e) o que explica a recusa de Pêcheux aos conceitos bakhtinianos no final dos 70, quando são julgados “pré-teóricos”, conforme mencionamos acima?; (f) o que explica a abertura para esses conceitos na AD de Pêcheux nos anos 80?; (g) a apropriação dos conceitos do Círculo de Bakhtin pela AD de Pêcheux representa sua aproximação com as posições da AD de Marcellesi?

Esta Tese está organizada em quatro seções. A primeira, intitulada “A Análise do discurso francesa”, traz, primeiramente, uma sucinta exposição sobre a emergência da AD francesa e do contexto teórico e político francês no qual se dá essa emergência; em seguida, uma apresentação sobre as linhas de análise do discurso que nos interessam em particular, a de Pêcheux e a de Marcellesi/Gardin, apontando não apenas as suas características comuns, mas, sobretudo, aquelas nas quais reside sua especificidade (e, portanto, distingue-as das demais), o que passa pela discussão acerca dos projetos teóricos de Pêcheux e de Marcellesi/Gardin.

A segunda seção, “Primeira recepção das ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa (1974-9)”, está direcionada para uma análise do momento da emergência da referência às ideias do Círculo de Bakhtin (por meio, como dissemos, de uma de suas

obras, MFL, de Voloshinov), no campo da AD francesa. As diferentes formas de recepção que identificamos terem existido nesse momento inaugural são determinadas pela configuração teórica e metodológica da disciplina e, também, pela própria organização do campo em linhas distintas, que estabelecem um debate inclusive em torno da legitimidade da obra de Voloshinov para o desenvolvimento do campo: como veremos, a recepção (negativa) das ideias do grupo russo no interior da AD de Pêcheux passa pelas divergências que esta alimenta em relação a de Marcellesi/Gardin. Após uma exposição sobre as questões centrais em função das quais esse debate/duelo se desenvolveu, descrevemos como foi essa primeira recepção das ideias de Bakhtin tal como formuladas em MFL na linha de análise do discurso de Marcellesi/Gardin. Esta última lançou-se na defesa de sua imediata apropriação, devido ao fato de aquela obra, produzida na Rússia 50 anos antes, ter se debatido com problemas do mesmo tipo e, o mais importante, ter formulado alternativas férteis para a sua abordagem.

A terceira seção, “Motivos da recepção negativa do Círculo de Bakhtin na AD de Pêcheux”, é uma continuação da seção precedente, na qual discorremos sobre os motivos pelos quais Pêcheux e seu grupo rejeitaram MFL como uma referência pertinente para o desenvolvimento da teoria e da análise do discurso que estava em seu horizonte. Adiantamos aqui que essa rejeição tem duas explicações complementares. A primeira é a avaliação negativa, por parte de Pêcheux, da leitura que Voloshinov faz do pensamento de Marx, de Saussure e de Freud, leitura essa que não teria sabido identificar os pontos de ruptura e de novidade que singularizam o pensamento desses três grandes estudiosos. A segunda explicação é que, devido a essa leitura, o pensamento de Saussure e de Freud está excluído da construção da filosofia da linguagem de Voloshinov; quanto ao pensamento de Marx, se este está profundamente implicado nesse projeto, trata-se do Marx da juventude teórica, e não do Marx da fase científica.

A quarta e última seção, intitulada “Segunda recepção do Círculo de Bakhtin na AD francesa (1980)”, aborda as características e a natureza dessa segunda recepção das ideias de Bakhtin no campo da AD francesa, apontando as suas particularidades em relação à primeira recepção de que tratamos nas seções precedentes. Discorremos, inicialmente, sobre a leitura que Authier-Revuz faz das obras do Círculo, bem como sobre as consequências dessa leitura para seus trabalhos particulares. Logo a seguir, argumentando que o trabalho da autora sobre o conjunto das ideias do grupo bakhtiniano teve um papel importante na nova configuração teórica e metodológica da

AD francesa que estava em curso, explicamos em que consistia essa configuração. Com base em tudo isso, desenvolvemos um posicionamento acerca do papel que as ideias do Círculo de Bakhtin tiveram nessa mesma configuração – na fase anterior da história da AD, as ideias do Círculo foram aplicadas e apropriadas num espírito de conformidade com a sua configuração, exercendo efeitos de ampliação e enriquecimento; agora, as ideias do grupo são aplicadas e apropriadas numa transformação da configuração do campo, exercendo efeitos de renovação e aprofundamento. Por fim, descrevemos como se dá a referência às ideias do Círculo de Bakhtin em cada linha de AD de que tratamos aqui, demonstrando que outros conceitos são aplicados e apropriados, principalmente devido às demandas trazidas pelas mudanças no campo acima referidas. Destacamos que se identifica, também, nesse momento, o princípio de uma institucionalização da AD, na qual o Círculo de Bakhtin é apresentado como uma referência obrigatória, o que certamente não será sem consequências importantes num futuro bem próximo.

Como dissemos, nossa pesquisa é de natureza histórica. Ela visa a ser uma contribuição para a escrita da história da AD francesa e do Círculo de Bakhtin, como anunciamos no começo. Devido a isso, nosso olhar sobre os campos de saber de que tratamos aqui é um olhar de historiador, mas de um historiador que segue os avanços da análise do discurso em relação ao que ela propõe sobre o funcionamento dos discursos, especialmente quanto aos aspectos de sua constituição, recepção e circulação. Nosso olhar busca o percurso de um conjunto de ideias num campo exterior ao original, o acontecimento gerado por esse percurso, o desenrolar do processo, os debates que essas ideias suscitaram, as torções sofridas por essas ideias e os efeitos que exerceram nesse campo exterior; enfim, bakhtinianamente falando, busca-se olhar para as respostas geradas por enunciados produzidos antes e alhures, o diálogo entre enunciados produzidos num lapso de tempo e de espaço. Portanto, não é o olhar do analista que toma os conceitos da AD por algo pronto, sem historicidade; muito menos o do filólogo, que vai buscar nas leituras feitas de determinados autores os pontos em que essa leitura “traiu” as ideias originais, objetivando restaurar a verdade de um pensamento.

Essa história não é, entretanto, uma história epistemológica. Esta última seria apropriada, conforme Foucault (1986), para campos de saber que transpuseram o “limiar de cientificidade”, que se tornaram ciências. As ciências, tais como as concebe Foucault, em conformidade com os postulados de Bachelard e Canguilhem, funcionam pela retificação e pelo progresso dos conhecimentos produzidos – a história de uma

ciência é uma história “recorrente”, que, enquanto tal, parte do presente da ciência em questão, onde estão os conceitos funcionando como critério para análise da cientificidade de todos os que os antecederam.

A história que fazemos aqui é uma história de inspiração arqueológica, dado que a história arqueológica, tal como concebida por Foucault (1986), se aplica a campos de saber que não transpuseram o limiar de cientificidade, mas sim o de “epistemologização”. E isso se justifica porque, de nossa perspectiva, o campo dos estudos do discurso (incluídas aí tanto a AD francesa quanto a análise dialógica do discurso) apresenta-se justamente como uma “figura epistemológica” (FOUCAULT, 1986, p. 211), ou seja, um campo de saber que transpôs o limiar de epistemologização, mas não o de cientificidade.⁷ Com isso, subentende-se que se trata de um campo caracterizado pela produção de saberes que não são científicos, mas que não são tampouco meras opiniões, mera doxa, já que os saberes, conforme Foucault (1986, p. 206), são elementos formados pela regularidade de uma prática discursiva que constitui um domínio de objetos, de conceitos, de modalidades enunciativas e de estratégias (temas e teorias).

Os campos de saber não científicos se marcam pela existência de concorrência e disputa entre correntes acerca de dados objetos, conceitos, temas e teorias, e pela crítica e contestação recíproca; marcam-se, conseqüentemente, pela polêmica. Uma formulação teórica, nesses campos de saber, contrapõe-se sempre a outra, mas jamais consegue superá-la e, assim, substituí-la. Nos campos de saber, não há evolução, progresso do conhecimento, pois não há aí retificação dos conhecimentos, mas circularidade derivada da concorrência entre correntes. Os campos de saber criam um efeito de divisão, enquanto os de ciência, o de unidade. Isso é o que se deduz da análise de Foucault (1994) acerca da psicologia, ciência humana e, portanto, um campo de saber do limiar de epistemologização. Afirmo o filósofo que o desenvolvimento da psicologia não se dá de forma igual ao das ciências, que caminham por retificações, por superações sempre novas de erros, mas pela denúncia das “ilusões” próprias a cada uma de suas correntes, pois “não há *erro científico* em psicologia, aí não há senão *ilusões*” (FOUCAULT, 1994, p. 144).

Vale ressaltar que, ao compreendermos o campo de estudos do discurso como um campo de saber, não estamos reduzindo seu valor por uma comparação com a

⁷ Certamente, essa é uma posição que exigiria se não uma pesquisa de fôlego, ao menos uma discussão minuciosa e fundamentada, o que não podemos fazer aqui, dado o objetivo de nosso trabalho.

ciência, enquanto lugar da verdade. Um campo de saber, como vimos, tem regras de funcionamento e produzem conhecimentos que são válidos e podem mesmo constituir conhecimentos científicos se ultrapassarem o limiar de cientificidade ou de formalização. A arqueologia de Foucault “não se contenta com a distinção simples, ou, mais precisamente, simplista, entre ciência e ideologia ou ciência e senso comum” (COSTA, 1995, p. 123), mas busca compreender a especificidade dos saberes que, não sendo propriamente científicos, possuem uma “positividade”. As figuras epistemológicas “conquanto não possuam os critérios formais de um conhecimento científico, pertencem, contudo, ao domínio positivo do saber. Seria, portanto, tão vão e injusto analisá-las como fenômenos de opinião, quanto confrontá-las, pela história ou pela crítica, com as formações propriamente científicas [...]” (FOUCAULT, 1990, p. 383). As figuras epistemológicas possuem uma configuração própria, “a qual não deve ser tratada como um fenômeno negativo” (p. 384), ou seja, como possuindo algo como um obstáculo ou uma deficiência interna lhe impedindo de transpor o limiar de cientificidade, mas como algo da ordem da positividade.

Ainda que a arqueologia, como pensada e aplicada por Foucault, volte-se mais exatamente para a emergência/instituição de um campo de saber (a emergência de seus objetos, conceitos e teorias), a partir das práticas discursivas e não-discursivas que regulam essa emergência e, ainda, para as relações entre esses campos de saber e as ciências existentes, podemos partir de alguns de seus pressupostos para tratar de nosso problema, que é o do processo da emergência do Círculo de Bakhtin como uma referência na AD francesa. O primeiro é exatamente o conceito de campo de saber, e o de saber aí implicado. O segundo é o modo de funcionamento desses campos, que descrevemos sucintamente acima.

A história da AD francesa que fazemos tem, ainda, inspiração genealógica. Busca-se, assim, abordar essa história e a do Círculo de Bakhtin a partir de pressupostos da genealogia, tal como pensada por Nietzsche e por Foucault, a partir de Nietzsche. Interessam-nos duas distinções feitas pela genealogia: aquela que existe entre *causa da origem* e *uso* e aquela que existe entre os conceitos de *proveniência* e *emergência*. No caso da primeira distinção, Nietzsche (1988, p. 81) explica que a causa da origem de uma coisa não se confunde com os seus diferentes usos; segundo o filósofo, “a causa da gênese de uma coisa e a sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem *toto coelo* [totalmente]”. É importante lembrar que, para a genealogia, conhecer e compreender a utilidade de algo não significa necessariamente

compreender a sua gênese: costuma-se acreditar que a utilidade atual de uma coisa coincida com a razão de sua gênese, o que nem sempre acontece. Foucault partilha dessa posição ao afirmar que: “Esses fins, aparentemente últimos, não passam do episódio atual de uma série de submissões” (FOUCAULT, 2000c, p. 267).

Essas distinções propostas por Nietzsche são-nos de fundamental importância, visto que podem ser relacionadas ao trabalho de leitura e apropriação de determinados conceitos em uma teoria que lhes é exterior. Podemos afirmar que os conceitos de Bakhtin, lidos, interpretados, apropriados na AD francesa, em suas diferentes tendências, tinham um lugar e uma função específicos no seu solo original, mas passaram por uma modificação, ao serem inseridos em outro lugar e passaram a ter outras funções. Portanto, não se trata de descobrir a função e o sentido “verdadeiros” desses conceitos (que estariam localizados, necessariamente, na rede conceptual onde foram forjados), mas de identificar as mudanças, as *torções* que eles sofreram na história de suas errâncias.

Uma outra distinção proposta pela genealogia é aquela existente entre os conceitos de *proveniência* e *emergência*. Para Foucault (2000c, p. 265-6), falar da proveniência, “é situar os acidentes, os ínfimos desvios – ou pelo contrário, as completas inversões –, os erros, as falhas de apreciações, os cálculos errôneos que fizeram nascer o que existe e tem valor para nós”. Quanto ao conceito de emergência, poderíamos dizer que é o ponto de surgimento de um objeto, de uma disciplina teórica. Mas o que gostaríamos de enfatizar, a respeito da emergência, é que ela se produz em certo estado de forças. Assim, de acordo com Foucault (2000c, p. 268): “A análise da emergência deve mostrar seu jogo [das forças], o modo pelo qual elas lutam umas contra as outras, ou o combate que travam diante de circunstâncias adversas [...]”.

Ora, o que dizer das leituras das ideias do Círculo de Bakhtin no campo da AD francesa, senão que ela é o resultado de uma luta de forças, as forças que representam, naquela conjuntura teórica o estruturalismo, a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico?

Um estudo de inspiração arqueogenealógica leva em conta os processos de interpretação dos saberes. A interpretação, conforme nos explica Foucault, não significa localizar uma significação oculta na origem. De uma perspectiva genealógica,

[...] interpretar é apoderar-se, pela violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si a significação essencial e impor-lhe uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um

outro jogo e submetê-lo a novas regras [...] (FOUCAULT, 2000c, p. 270).

Podemos dizer que a recepção das ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa foi um processo de interpretação, em que determinadas forças lhes impuseram uma nova direção, distinta daquela de seu solo original. As diferentes linhas de AD fizeram os conceitos bakhtinianos entrarem em “outro jogo”, onde eles passaram a obedecer a outras regras e responder a outra problemática. É esse jogo e essas forças que queremos identificar e descrever.

1

A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Nesta primeira seção, trataremos do campo da Análise do discurso francesa, tal como se apresentava nos anos 1970, período de sua expansão, e contexto em que o pensamento do Círculo de Bakhtin aí aporta, gerando debates e polêmicas, sendo ora rejeitado, ora apropriado⁸. Nosso enfoque incidirá sobre a sua divisão em tendências diversas, que agora começam a se delimitar/estabelecer fronteiras, e sobre as especificidades dessas tendências.

Mas uma exposição desse tipo, a nosso ver, fica prejudicada e parcial se não incluirmos nela considerações acerca da emergência da AD francesa, ainda nos anos 1960. A configuração teórica e disciplinar da AD que mencionamos acima é determinada fortemente pela relação que mantém com a fase da sua constituição (relação de continuidade, de desenvolvimento/aprofundamento, de retificação, de ruptura, de mudança de rumo). Além disso, o conhecimento da particularidade de um campo de saber não pode prescindir de sua historicidade – por isso, buscamos mapear as forças do contexto teórico e político francês tanto da Linguística quanto das ciências humanas e da filosofia diretamente envolvidas no surgimento da AD.

Podemos dizer que, de maneira bem geral, a AD francesa apresentava-se dividida entre as tendências ou linhas de análise do discurso desenvolvidas em torno dos trabalhos de Dubois, de Pêcheux, de Foucault. São elas que juntas constituem o grande campo que hoje chamamos de AD francesa sem considerar adequadamente essa heterogeneidade. De acordo com nossos fins neste trabalho, trataremos, entretanto, de apenas duas dessas tendências: a de Pêcheux e a de Dubois (conforme direcionada principalmente por Marcellesi/Gardin). É no interior dessas duas linhas de AD que as ideias do Círculo de Bakhtin produzem efeitos (são recebidas, debatidas, rejeitadas, apropriadas). Discorreremos sobre os projetos de Pêcheux e de Marcellesi/Gardin, salientando suas especificidades, pois, a nosso ver, são essas especificidades que

⁸ As ideias do Círculo de Bakhtin não foram recebidas apenas no campo da AD, obviamente. O campo dos estudos literários foi seu primeiro lugar de apropriação, a partir de Julia Kristeva, Roland Barthes e outros. No interior do campo dos estudos da linguagem, elas foram objeto de debate com vistas a uma apropriação para os estudos em análise do discurso e, de maneira mais ampla, nos estudos da sociolinguística. Vale ressaltar que as ideias do Círculo, especialmente a obra de Voloshinov, também foram recebidas com interesse na filosofia da linguagem, conforme nos informa Malidier (2003) acerca de Houdebine (1977).

determinam as tentativas de apropriação ou a atitude de rejeição das ideias do Círculo de Bakhtin. Adiantando: são linhas de AD que, desde o começo, estiveram muito próximas – ambas visavam ao estudo das relações entre linguagem e sociedade; propunham explicitamente a articulação da Linguística e do marxismo, ainda que a AD de Pêcheux buscasse articular também a Psicanálise, o que estava fora da perspectiva da linha de Marcellesi; adotavam tanto metodologias (como a de Zellig Harris), quanto ferramentas semelhantes (como o tratamento informatizado dos dados); compartilhavam membros; encontravam-se para estudos; enfrentavam-se em colóquios e seminários. Mas são também duas linhas que sustentaram posições contrárias quanto a uma série de questões norteadoras da análise do discurso. Em suma, são duas linhas de análise do discurso que travaram “diálogos e duelos”, alguns deles centrados na leitura e na recepção das ideias do Círculo de Bakhtin.

1.1 O contexto teórico francês nos anos 60-70

Assinalamos a seguir alguns acontecimentos teóricos da conjuntura francesa nas ciências humanas e sociais, nos anos 1960-1970, que tiveram efeitos tanto na emergência e desenvolvimento da Análise do discurso, em suas diversas linhas, objeto desta seção, quanto no processo de apropriação, por esse campo, dos conceitos do Círculo de Bakhtin, objeto das seções seguintes. Tratamos, assim, da conjuntura mais ampla das ciências humanas e sociais e da mais estrita da Linguística. Certamente não abordaremos essa conjuntura em toda a sua complexidade, mas apenas ressaltando aquelas forças que exerceram efeitos na AD nos pontos assinalados.

No que tange ao campo mais amplo das ciências sociais, abordamos três acontecimentos que nos parece imprescindível considerar. São eles: a) o advento do estruturalismo como fenômeno cultural (ou seja, como ampliação do paradigma estruturalista – adotado na Linguística a partir de Saussure – para as demais ciências humanas e sociais); b) a ampliação das referências (positivas ou negativas, certamente) ao marxismo e à Psicanálise, alavancadas pelas releituras de Marx e Freud realizadas por Louis Althusser e Jacques Lacan, respectivamente ⁹; c) os esforços para trazer uma

⁹ Courtine (1999, p. 9) menciona a existência de “uma política marxista das ciências humanas”, expressão que certamente descreve bem melhor a conjuntura de que estamos tratando, ao assinalar não apenas que

epistemologia e uma história das ciências, caracterizadas pela problemática da descontinuidade, para o domínio das ciências humanas.

Nos anos 60, o estruturalismo, enquanto movimento de renovação/modernização teórica e filosófica das ciências humanas e sociais, está na sua fase áurea (após um período de ascensão que começa ainda nos anos 40). O estruturalismo, nascido na Linguística como desdobramento do pensamento de Ferdinand de Saussure, tal como exposto no *Curso de Linguística Geral*, é logo considerado como o modelo para o desenvolvimento das outras ciências do mesmo campo. Uma vez que a Linguística estrutural obtivera evidentes progressos, ela começa a exercer uma influência decisiva e renovadora sobre outros campos do saber, sendo rotulada muito rapidamente de “ciência piloto” das ciências sociais.

Michel Foucault (2000b) aponta a principal razão pela qual, a seu ver, a Linguística estruturalista tornou-se modelo para as outras ciências sociais: ela lhes ofereceu novas possibilidades epistemológicas. A primeira delas seria a de abandonar as análises de conjuntos de elementos atomizados, em prol da tarefa de estabelecer relações sistemáticas entre esses elementos. A segunda seria uma nova forma de entender essas relações, que, deixando de ser pensadas como relações de causalidade, assemelham-se mais a relações lógicas. A terceira seria a adoção do ponto de vista da sincronia, no qual os fatos são estudados em sua simultaneidade, e correlativamente, uma nova forma de entender a mudança e uma nova forma de estudar as possibilidades para que ela aconteça.

Os conceitos, métodos e pressupostos da Linguística são, assim, transpostos e aplicados ao estudo de outros objetos que não a língua. E isso porque, segundo Botia (2001, p. 39): “Los métodos de la lingüística estructural se consideran aplicables al análisis de otros ámbitos de la cultura, en cuanto que todos ellos pueden interpretarse como sistemas de *signos*”¹⁰. São instituídas assim, as “disciplinas do signo”: Claude Lévi-Strauss, o pioneiro do movimento, utiliza-os na Antropologia, estudando as relações de parentesco e sistemas de organização social, as estruturas elementares do sistema culinário, a estrutura dos mitos; Jacques Lacan, na Psicanálise, em especial na explicação da linguagem do inconsciente como uma cadeia de significantes que se relacionam por relações de metáfora e metonímia; Roland Barthes, na Semiologia,

as ciências humanas estão impregnadas do referencial marxista, mas também que há uma tentativa de intervenção de militantes marxistas no campo dessas ciências.

¹⁰ “Os métodos da linguística estrutural são considerados aplicáveis à análise de outros âmbitos da cultura, na medida em que todos eles podem ser interpretados como sistemas de *signos*.”

analisando a moda, a fotografia, a publicidade, a literatura etc. (Cf. FAGES, 1973; BOTIA, 2001).

Quando o estruturalismo irrompe, na França, reinava a filosofia existencialista de Sartre e a fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty, cujos temas, questões e conceitos principais vinham da Alemanha – da dialética de Georg Hegel, da fenomenologia de Edmund Husserl, da filosofia da existência de Martin Heidegger. Filosoficamente, o estruturalismo se caracterizou por ser anti-hegeliano e pela adoção de uma nova interpretação dos “mestres da suspeita” – Marx, Nietzsche e Freud. Como resultado, constitui-se uma nova filosofia. Segundo Botia (2001, p. 33-4):

Cronológicamente, en el contexto francés, el estructuralismo sucede al existencialismo, lo que motivó que las viejas proclamas existencialistas (*estamos condenados a ser libres*, la vida como proyecto, el hombre hace la historia) fueran sustituidas por las nuevas estructuralistas (la libertad es una ilusión, el sujeto está sometido a la estructura, la historia no explica los hechos) [...].¹¹

Sendo assim, o estruturalismo também teria um plano filosófico, ao lado do metodológico. Em ambos os planos, ele se caracteriza pelo abandono da categoria de *homem* ou de *sujeito* enquanto princípio explicativo da história, dos fatos sociais, dos sistemas sógnicos etc.; da concepção de homem ou de sujeito como fonte ou origem da história, dos fatos sociais, dos sistemas sógnicos; e da concepção de um sujeito livre. Além disso, caracteriza-se também pelo abandono de uma concepção de história continuísta, linear, homogênea e teleológica. Por fim, caracteriza-se pelo abandono do estudo do sentido como dado nas “coisas” em si mesmas ou como posto pela intencionalidade do sujeito. Por tudo isso, opõe-se ao modo de explicação das filosofias humanistas que haviam dominado a cena filosófica na França até então.

A primazia do sujeito, da história e do sentido da filosofia anterior (e tal como concebidos aí) foi deslocada, pelo estruturalismo, para a primazia da estrutura, do sistema e do discurso. Essa primazia acarreta, em primeiro lugar, uma concepção de sentido como “um efeito de superfície, uma reverberação, uma espuma” (FOUCAULT, 196?, p. 30) das relações sistêmicas. Acarreta, em segundo lugar, que se estudem as estruturas sociais e os sistemas sógnicos, por exemplo, em si mesmos – em sua lógica e funcionamento internos – sem recorrer à consciência dos sujeitos, supondo que os

¹¹ “Cronologicamente, no contexto francês, o estruturalismo sucede o existencialismo, o que motivou que os velhos lemas existencialistas (*estamos condenados a ser livres*, a vida como projeto, o homem faz a história) fossem substituídos pelos novos estruturalistas (a liberdade é uma ilusão, o sujeito está submetido à estrutura, a história não explica os fatos) [...]”

sujeitos, antes de serem constituintes, são constituídos *por* e/ou submetidos *a* essas estruturas e sistemas. Para Foucault (196?, p. 31), são as estruturas e os sistemas que falam e não o sujeito: “Antes de toda a existência humana, antes de todo o pensamento humano, haveria já um saber, um sistema”. Assim, o sujeito continuou sendo tematizado nas pesquisas estruturalistas, mas para mostrar que ele está submetido a ordens que lhes são inconscientes – a língua, a história, o inconsciente, a cultura, as relações sociais, que ele não pode mudar; para mostrar como esse sujeito é resultado e não causa ou origem dessas ordens. Por fim, a primazia das estruturas e sistemas acarreta uma nova concepção de história. Conforme Foucault (2000b), a história teria duas dimensões, sendo uma delas o sucessivo e a outra, o simultâneo; sendo assim, o ponto de vista prioritariamente sincrônico dos estudos estruturalistas não seria um ponto de vista nem a-histórico, nem anti-histórico – não significa a ausência da história, ou a sua elisão. Partindo da tese de que o estudo das relações sincrônicas, simultâneas, não é o estudo do imóvel, mas das condições da mudança, Foucault (2000b, p. 166) deixa entrever que a abordagem estruturalista seria histórica e política, na medida em que:

Essa análise das condições necessárias e suficientes para que uma mudança local ocorra é igualmente necessária e quase indispensável para que se possa transformar essa análise em uma *intervenção prática e efetiva*, pois o problema colocado é de *saber o que será preciso mudar, se quero mudar alguma coisa no campo total das relações* (grifos nossos).

Além disso, a abordagem estruturalista concebe a história como descontínua, não-linear, não homogênea e não-teleológica. Trata-se de buscar não a continuidade infinita de dados fenômenos sociais, teorias, epistemes, ou discursos, com base nas noções de tradição, influência e origem; mas de buscar as discontinuidades, as rupturas, os redirecionamentos. Trata-se de não mais supor uma temporalidade única determinando todos os acontecimentos dos mais variados níveis – econômicos, políticos e teóricos; mas de supor tempos distintos para cada um deles, e propor uma história para cada um deles. Trata-se de não mais olhar a história como caminhando em direção a um fim já determinado, mas como uma sucessão de acasos derivados dos embates entre forças.

No entanto, o estruturalismo, tão rapidamente quanto avançara, começa a se tornar alvo de críticas e rejeições. Lefèbvre e Sartre, por exemplo, dois pensadores marxistas, declararam que o estruturalismo, enquanto ideologia, expressava os interesses da nova burguesia na consolidação do sistema capitalista, sendo a última

fortaleza da burguesia contra o marxismo. Isso acontece desde o início dos anos 60, de forma um tanto reduzida, mas se acentua na época dos acontecimentos do maio de 68. No entanto, conforme sustenta Dosse (1994, p. 159), o maio de 68 tem uma relação ambígua com o estruturalismo: “O efeito de maio de 68 sobre o estruturalismo é, portanto, contraditório [...] se não foi o deflagrador nem de uma extinção do estruturalismo nem do seu triunfo, maio de 68 terá deslocado, de fato, as linhas, acelerado as evoluções em curso desde 1966-7”.

Por um lado, conforme o referido autor, o estruturalismo foi um apoio para professores/pesquisadores, alunos e militantes políticos na contestação das tradições universitárias, especialmente os velhos currículos, a hierarquia e as fronteiras entre as disciplinas. Depois de 1968, os estruturalistas, que eram até então marginais, apoderaram-se da instituição universitária, indo compor os quadros das recém-criadas universidades, renovando os currículos com disciplinas estruturalistas. Sendo assim, o estruturalismo não foi extinto, ao contrário, saiu fortalecido em alguns grupos e instituições. Segundo Pavel (1990, p. 12): “Muito tempo depois de 1968 devíamos ainda falar de signos, de textos, de discurso, de formações discursivas, de significantes, de significados, de diferenças e de marcas. A língua permanecerá no marco dessa família de doutrinas”.

Por outro lado, segundo Dosse (1994), alguns de seus pressupostos são fortemente combatidos: defende-se que as teses do jovem Marx, em relação aos sujeitos e sua ação na história, é que estavam corretas; retoma-se aquilo que supostamente teria sido “recalcado” – o sujeito, a história; estabelece-se o recurso à interdisciplinaridade. Contestam-se as estruturas, que “não saem às ruas”. E, assim, vê-se que retornam à cena as filosofias humanistas e suas respectivas concepções cujo lugar de dominância nos anos anteriores havia sido tomado pelo estruturalismo.

Como dissemos acima, outro acontecimento que marca a conjuntura francesa na qual emerge e se expande a Análise do discurso (e na qual se passa também o processo de apropriação das ideias do Círculo de Bakhtin), ao lado do desenvolvimento do estruturalismo, é a ascensão do marxismo e da Psicanálise como referências gerais do campo das ciências humanas e sociais. Como se sabe, o período de que tratamos é aquele dos retornos a Marx e a Freud (e a outros). Esses retornos, protagonizados por Althusser e por Lacan, dado suas características particulares, têm, a nosso ver, grande importância na ampliação das referências a esses dois campos de saber.

Certamente, o marxismo não é introduzido na França por Althusser. A leitura althusseriana de Marx também não é a única existente no contexto de que tratamos. No

entanto, ela ganhou o centro dos debates em torno do marxismo, porque se apresentou a alguns como uma renovação teórica e filosófica da teoria de Marx e a outros como uma abordagem heterodoxa. Althusser, aliás, pela imensidade de problemas de que tratou e articulou com objetivos determinados, foi alvo de críticas e censuras vindas dos mais diferentes lugares. Mas é através do trabalho de retorno a Marx, protagonizado por Althusser e alguns de seus discípulos, que a teoria marxista torna-se uma das principais referências para a renovação das ciências sociais, bem como para a constituição de novas ciências ou disciplinas. Retomaremos esse ponto mais a frente, a propósito do projeto de Pêcheux.

A ampliação das referências à Psicanálise (ao inconsciente, ao simbólico) no campo das ciências sociais, nos anos 60-70, na França, resulta em boa parte do trabalho de Lacan, que, objetivando o desenvolvimento da teoria de Freud, enquanto teoria do inconsciente, e também da prática psicanalítica, é direcionado à releitura de Freud. Esse retorno aos textos do fundador justificava-se pela discordância de Lacan quanto aos rumos tomados pela Psicanálise, enquanto teoria e prática analítica, rumos esses autorizados pela Associação Psicanalítica Internacional, instituição oficial da Psicanálise. Nos anos 50, segundo Dosse (1993, p. 126-7), a Psicanálise seguia o caminho da biologização e Freud era tido como um médico que tratava de neuroses:

Havia, portanto, esse duplo e perigoso obstáculo: por uma parte, uma Psicanálise em vias de perder seu objeto, o inconsciente, em proveito de uma psicologia dinâmica, e, por outra, a medicalização de todas as formas de patologia e, por conseguinte, a dissolução da Psicanálise na psiquiatria.

O refinamento teórico da Psicanálise efetuado por Lacan teve como base de sustentação não somente o retorno ao fundador, Freud, mas também a aplicação de conceitos, por um lado, da Linguística de Saussure e Jakobson e, por outro, da antropologia estrutural de Lévi-Strauss – por isso, muitos estudiosos costumam inserir, na lista de autores estruturalistas, o nome de Lacan. As proposições de Lacan, apesar de consideradas heterodoxas pelas instituições oficiais de Psicanálise, foram recebidas com entusiasmo por Althusser, que contribuiu muito para a expansão de seu pensamento – cedendo o espaço da Escola Normal Superior de Ulm para que Lacan ministrasse seus seminários e, em seguida, escrevendo seu famoso artigo “Freud e Lacan” (em 1964), Althusser levou toda uma geração de jovens filósofos a tentarem uma articulação entre o Materialismo Histórico e a Psicanálise freudo-lacaniana (Cf. DOSSE, 1993). Não apenas os discípulos diretos de Althusser engajaram-se nesse projeto, como Pêcheux,

mas também outros pesquisadores um pouco menos próximos a ele, como Kristeva. Aliás, as tentativas de articulação de marxismo e Psicanálise não eram uma exclusividade dos althussero-lacanianos – mesmo estudiosos que não se filiavam necessariamente ao pensamento de Althusser lançaram-se nesse desafio. Jean-Louis Calvet, por exemplo, ao traçar as balizas para uma sociolinguística, evoca como referências principais esses dois campos de saber.

Mas, segundo Michel Foucault (2000a), ao lado do papel do estruturalismo (e da Linguística), do marxismo e da Psicanálise, a epistemologia histórica francesa também teve grande importância para o pensamento da época. Para ele, nesses “estranhos anos 60” viu-se a passagem de “uma filosofia da experiência, do sentido e do sujeito” para “uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito” (p. 353). A primeira tinha por referência Sartre e Merleau-Ponty; a segunda, Jean Cavailles, Gaston Bachelard, Alexandre Koyré e Georges Canguilhem. Sobre essa segunda linhagem filosófica seria interessante, no entanto, fazer duas observações. A primeira é que ela não se opõe apenas à fenomenologia e ao existencialismo, mas também ao positivismo que dominava a filosofia e a história das ciências na França até então, segundo observa Dominique Lecourt (1980, p. 4). A segunda é que, a partir dos anos sessenta, essa “filosofia do saber, da racionalidade e do conceito”, que estivera, até o momento, concentrada nas ciências exatas e biológicas, volta-se então para as ciências humanas. Ela se torna o ponto de partida para o entendimento do que seja uma ciência e também a história de uma ciência. Conceitos como de conhecimento comum e conhecimento científico, corte epistemológico, ruptura, etc. produzidos para a análise da história das ciências exatas são amplamente transpostos a das ciências sociais. Desse modo, estudiosos de Saussure, Marx e Freud largamente veem neles um corte epistemológico que funda uma ciência (Linguística, História e Psicanálise) separando-a de um terreno pré-científico.

Esses três acontecimentos não são, entretanto, isolados. Os conceitos e pressupostos do estruturalismo e da epistemologia histórica estão presentes nas reflexões teóricas e nas análises práticas dos novos campos das ciências sociais, bem como nas releituras acima mencionadas. Muitos problemas são levantados, nas diversas ciências sociais, pela perspectiva psicanalítica e marxista. A “atmosfera teórica” dos anos 1960-70 está preenchida por uma série de conceitos e pressupostos convergentes, muitos dos quais estão presentes na AD francesa, dispersos em suas diversas linhas.

O campo da Linguística francesa, nos anos 60-70, é marcado por uma fase de efervescência teórica ligada a dois acontecimentos: o primeiro é o auge do estruturalismo linguístico e o segundo é o questionamento desse mesmo estruturalismo, acompanhado de tentativas de ampliação ou redirecionamento da Linguística. Esses acontecimentos são mais ou menos simultâneos (sendo que ora um, ora outro tem mais força), e caracterizariam o que Christian Puech (2005) chamou de terceira fase da recepção do pensamento de Saussure na França.

Nesse período, há um discurso quase unânime, sustentado tanto por linguistas quanto por cientistas sociais, de que a Linguística, por meio de Saussure e seu CLG, tornou-se, enfim, uma ciência e deixou para trás seu passado não científico da filologia e da gramática histórica. Para Claudine Normand (2009, p. 117): “A palavra de ordem era a *Ciência* e os critérios de cientificidade. Saussure apareceu como aquele que introduziu, enfim, sua possibilidade na Linguística, até então muito pouco rigorosa e que não havia ainda encontrado seu ‘verdadeiro objeto’”. O linguista suíço, ao instituir o objeto específico da Linguística, a língua, teria conseguido mais três proezas interligadas – distinguir a Linguística das demais ciências sociais (semiologia, psicologia e sociologia, por exemplo), delimitar seu campo de atuação e, finalmente, estabelecer sua autonomia. O conceito de língua, as teorias do signo e do valor, e o método sincrônico haviam se tornado as bases para o desenvolvimento dos ramos da Linguística, como a fonologia, a semântica, a semiótica, as teorias da comunicação e da enunciação (vejam-se Louis Hjelmslev, Nicolai Trubetzkoi, Roman Jakobson, André Martinet, Algirdas Greimas, Roland Barthes, Émile Benveniste e inúmeros outros linguistas e/ou semiólogos).

Mas há, nesse mesmo período, um movimento em direção contrária, que, aos poucos, ganha adeptos e espaço. Trata-se do questionamento do pensamento de Saussure e, por tabela, do “paradigma estruturalista” construído a partir dele, que culmina numa rejeição da então atual configuração da Linguística, concebida como limitada e limitadora, restrita e restritiva. Esse questionamento tem como principal alvo, na maioria dos casos, as dicotomias saussurianas (que parecem ser lidas e interpretadas não como categorias metodológicas, mas sim ontológicas), a opção pela abordagem imanente, e o caráter autônomo da Linguística. Ela seria limitada e restrita porque não daria conta da complexidade dos fenômenos linguísticos, cuja compreensão global não poderia ser jamais alcançada com a exclusão de fatores constitutivos como a fala, a enunciação, o sujeito falante, as mudanças, a historicidade. Ela seria limitadora e

restritiva porque não permitiria (no sentido de não ser capaz e de não aceitar) essa abordagem global.

Esse movimento englobaria, a nosso ver, dois tipos de propostas ligadas, por sua vez, a duas formas de relação com o pensamento de Saussure, tal como expresso no CLG, e o paradigma estrutural. O primeiro tipo de proposta seria aquela que prevê um desenvolvimento da Linguística saussuriana por meio da integração de teorias da comunicação ou da enunciação, o qual seria ligado a uma relação ambígua, conforme Puech (2005), com Saussure – de apoio e, ao mesmo tempo, de crítica, de evidenciação de falhas e faltas. O segundo tipo seria aquela que prevê, ao contrário, um redirecionamento da Linguística sobre novas bases, ligado a uma recusa enfática a Saussure e à abordagem estruturalista; esse redirecionamento teria em vista o encontro da Linguística com sua verdadeira orientação social, e era encabeçado por algumas sociolinguísticas, como aquela defendida por Louis-Jean Calvet, por exemplo, em uma obra cujo título é bastante significativo: *Pour et contre Saussure – vers une linguistique social*, de 1975. Ali afirma-se que: “Saussure est certes à l’origine d’une linguistique qui me paraît devoir être critiquée *radicalement*” (p. 10, grifo nosso)¹². Nesse segundo tipo de proposta, busca-se uma recuperação das propostas de Meillet, considerado maior representante da escola sociológica da Linguística francesa, as quais dominavam o campo francês nas primeiras décadas do século XX (Cf. PUECH, 2005).

Paralelamente, mas não isoladamente, desenrola-se a quarta fase da recepção do pensamento de Saussure, segundo Puech (2005). Trata-se de um movimento, em curso desde os anos 50, de investigação dos manuscritos de Saussure, os quais trazem as anotações para os cursos de linguística geral ministrados e, ainda, de outras pesquisas do autor, como aquelas sobre os anagramas da poesia latina e sobre as lendas germânicas. Essas investigações resultaram no estabelecimento de uma polêmica, infundável, sobre o “verdadeiro” pensamento de Saussure e, ainda, na atribuição de um estatuto de “vulgata” ou de “texto apócrifo” ao CLG.

Essa nova linhagem de estudos saussurianos, mesmo questionando radicalmente a legitimidade do CLG, parece não ter colocado em causa, para muitos estudiosos no período em questão, a validade dos conceitos ali expostos para o desenvolvimento de novas disciplinas, linguísticas ou semiológicas. Segundo Normand (2009, p. 20-1): “Ainda que, desde 1957, se dispusesse de certo número de ‘fontes manuscritas’ editadas

¹² “Saussure está, certamente, na origem de uma linguística que me parece dever ser criticada *radicalmente*.”

por R. Godel, continuou-se, geralmente, a ler e a citar o CLG sem se colocar a questão acerca da autenticidade do pensamento assim atribuído a Saussure”. Esses estudiosos, em vez de oporem o CLG e os manuscritos, buscavam, nesses últimos, os elementos para enriquecimento do primeiro, tendo em conta que a obra póstuma era legítima. Mas, por outro lado, as contribuições das pesquisas em torno dos manuscritos de Saussure e o debate acerca da legitimidade do CLG tiveram efeitos em parte do movimento de questionamento dos limites da Linguística estruturalista de que tratamos acima – o pensamento verdadeiro de Saussure, supostamente o dos manuscritos, é que deveria guiar a refundação da Linguística.

Vale ressaltar, entretanto, que esse movimento nem sempre se embasou na oposição entre manuscritos e CLG, entre pensamento legítimo e vulgata. As críticas e rejeições do grupo de Marcellesi a Saussure incidiam sobre as ideias do CLG, tomando-as como representante do pensamento do linguista genebrino e não como uma vulgata. Em outras palavras, para o grupo de Marcellesi e Gardin, a Linguística estruturalista deveria ser criticada, rejeitada e substituída por uma outra Linguística, ampliada, não porque se embasasse no falso pensamento de Saussure, mas sim porque a perspectiva sociológica do referido linguista era totalmente inadequada para a construção de uma ciência da língua/linguagem enquanto fato social. Retomaremos esse ponto adiante.

É nesse contexto que surge e se desenvolve a Análise do discurso francesa. A AD em geral tem sua emergência e configuração determinada por esse contexto, cujas forças – o estruturalismo, o marxismo, a Psicanálise, a epistemológica histórica, a Linguística e Saussure – certamente têm um papel distinto em cada uma de suas linhas.

No que se refere à relação da AD com Saussure e com o estruturalismo linguístico, podemos adiantar que se trata de uma relação bastante complexa e difícil de descrever. Em primeiro lugar, não poderíamos falar da relação *da AD* com Saussure e a Linguística, mas da relação das *diversas linhas de AD*. Em seguida, não poderíamos dizer que sempre se tratou de uma mesma forma de relação, posto que ela se modificou ao longo do tempo. Como tratamos desse tema ao longo de nosso trabalho, adiantamos apenas que, na linha de Pêcheux, Saussure é muito mais uma referência positiva do que negativa – Saussure é o fundador de uma ciência, sobre a qual se pode construir seguramente; a Linguística saída do CLG pode ser tomada como um instrumento teórico para a construção de novos objetos e campos teóricos. Já na linha de Marcellesi, Saussure, inicialmente (nos anos 60), é um ponto de apoio; mas, nos anos 70, quando está em questão a constituição de uma linguística social e da Análise do discurso,

Saussure é enfaticamente rejeitado, chegando-se a questionar a tese do corte epistemológico.

1.2 A AD francesa e suas linhas

Como dissemos anteriormente, a AD francesa, desde sua emergência, nos anos 1960, apresentou-se como um campo heterogêneo teórico e metodologicamente, compondo-se de várias linhas específicas. Malidier (1994) aponta as linhas de Michel Pêcheux e de Jean Dubois como as fundadoras do campo. Mas seria interessante citar também a linha de Foucault, que, não sendo, obviamente, fundadora do campo, esteve presente em seus desenvolvimentos; e, ainda, a linha constituída pelo grupo formado em torno de Marcellesi, Gardin e Guespin, enquanto derivação da linha iniciada por Dubois. Sendo assim, nosso ponto de vista ao apresentar alguns elementos de sua história, principalmente aqueles relacionados à recepção das ideias do Círculo de Bakhtin, é o da diferença, da heterogeneidade, da divisão e do conflito, e não o da homogeneidade que o uso da expressão “Análise do discurso francesa” poderia sugerir. Estamos de acordo com a posição de Paveau e Rosier (2005), segundo a qual essa designação ou “etiqueta” não é suficientemente adequada, mas a adotamos aqui pelo fato de que tratamos das abordagens do discurso que se desenvolveram *na França*.

As referidas linhas de análise do discurso se constituíram e desenvolveram mais ou menos independentemente umas das outras. Aquelas desenvolvidas em torno de Dubois e de Pêcheux, que nos interessam diretamente neste trabalho, surgiram, conforme Malidier (1994), de maneira independente e paralela – os estudiosos mencionados faziam suas pesquisas isoladamente.

De um lado, Dubois (com colegas e alunos, dentre os quais Sumpf, Guilbert, Malidier, Marcellesi, Gardin, Chauveau, Courdresses, Guespin) projetava uma análise do discurso enquanto campo de pesquisas, ao mesmo tempo, possibilitado pelos avanços da Linguística científica e atuando na ampliação dessa mesma Linguística em direção a objetos inicialmente tidos como externos ao escopo dessa ciência. No período em que elabora suas formulações, Dubois é professor na Universidade de Paris X – Nanterre. Nessa instituição, ele constitui um grupo de professores-pesquisadores e orienta teses como as de Malidier e de Marcellesi, as primeiras a serem recebidas como trabalhos de análise do discurso. Resultados desses trabalhos são publicados em

1968, na revista *Cahiers de lexicologie*, e em 1971, em *Langages e Langue Française*. Em 1971 temos: “Le discours politique de la guerre d’Algérie: approche synchronique et diachronique”, de Mالدیدیر, e “Éléments pour une analyse contrastive du discours politique”, de Marcellesi. Muitas outras pesquisas seguindo as propostas de análise do discurso de Dubois são publicadas no período de 1969 a 1971 nas revistas *Langages e Langue Française* – as de Geneviève Chauveau, Dennis Slakta, Lucile Courdresses, Régine Robin, dentre outros.

De outro, Pêcheux desenvolvia uma análise do discurso estritamente ligada a uma teoria geral das ideologias, na linha aberta por Althusser, a qual abarcava uma reflexão filosófica muito particular sobre as ciências sociais. Os primeiros trabalhos do autor sobre análise do discurso são dois artigos – “Analyse de contenu et théorie du discours” (1967), publicado em *Psychologie Française* e “Vers une technique d’analyse du discours” (1968), publicado em *Bulletin du CERP* – e o livro *Análise Automática do Discurso*, de 1969, resultado de sua tese defendida em 1968¹³. Os dois artigos trazem elaborações que são reproduzidas na parte inicial do livro, as quais dizem respeito à definição do conceito de discurso em relação aos conceitos de língua e fala de Saussure e em relação à ideologia, como definida por Althusser (do que trataremos mais adiante), bem como a um método automático de análise do discurso, construído sobre a base da *Discourse analysis* de Harris, e objetivando ser uma alternativa a outros métodos então existentes, como o *General Inquirer* e o *Syntol* (Cf. LÉON, 2010).

Quando publica esses primeiros trabalhos, Pêcheux trabalha no CNRS, no Laboratório de Psicologia social, juntamente com Paul Henry e Michel Plon, que são seus primeiros companheiros. Pêcheux vai, aos poucos, constituindo um grupo de pesquisadores de áreas diversas – Linguística, Psicologia, Matemática, Informática – com os quais entra em contato nos grupos de que participa. Na primeira metade da década de 1970, atuam juntamente com Pêcheux: além de Michel Plon e Paul Henry, Denise Mالدیدیر, Régine Robin, Claudine Normand, Catherine Fuchs, Françoise Gadet, Claudine Haroche, Jacqueline Léon. Destes pesquisadores, alguns são ligados ao grupo de Dubois, constituído em Nanterre. A aproximação se dá por intermédio de

¹³ Além desses artigos, Pêcheux publicou também, nessa época, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, na revista *Cahiers pour l’analyse*, dirigida pelo Círculo de epistemologia da Escola Normal Superior de Ulm, dois outros trabalhos que, apesar de não tratarem estritamente de uma análise do discurso, apresentam as bases do projeto pecheutiano. A formação do projeto teórico de Pêcheux desde esses primeiros textos foi objeto de nosso trabalho anterior (Cf. NARZETTI, 2008).

Robin, que encontrou Pêcheux no seminário de Antoine Culioli, do qual os dois participavam.

Apesar de terem surgido paralela e independentemente, conforme demonstrado por Malidier (1994), visando a problemas, em última instância, bem específicos que veremos adiante, essas linhas de análise do discurso mantiveram, nos primeiros anos da década de 1970, uma significativa proximidade. Apoiando-nos em Pêcheux (1997 [1969]) e Chauveau (1971; 1978), podemos apresentar alguns pontos cruciais nos quais esses trabalhos ganham caráter de familiaridade uns em relação aos outros. Esse quadro de proximidades pode fornecer o quadro geral da AD francesa no período de que tratamos aqui.

Antes de prosseguirmos em nossa exposição sobre essas proximidades, convém notar o que segue. As relações estabelecidas entre essas linhas na fase de sua constituição e desenvolvimento podem ser abordadas de dois pontos de vista, que não são excludentes, mas mostram a extrema complexidade do campo da análise do discurso. O primeiro ponto de vista é o da contradição, do debate e do “duelo” entre elas. O segundo é o da unidade, com o compartilhamento de conceitos e métodos. Para nós, o segundo ponto de vista é o dominante para a maioria dos atores, principalmente aqueles do grupo derivado de Dubois, quando tratam da problemática da análise do discurso. Já o primeiro foi se destacando entre os atores ligados ao grupo de Pêcheux depois de 1972, em função de imperativos que apontaremos adiante. É isso que explica, a nosso ver, a seguinte situação da AD descrita por Malidier (1994, p. 23): “Para além das divergências e dos confrontos teóricos, que marcam desde o início a história da análise do discurso [...], se põe em ação uma prática efetiva de análise do discurso, que representa uma espécie de sincretismo”. A autora aponta que as diferenças significativas que marcam essas duas linhas de AD nem sempre foram evidentes entre os seus protagonistas, e isso porque a divulgação/difusão da AD passou pela constituição de uma vulgata que apagou as especificidades e os grandes debates travados entre suas linhas e, assim, favoreceu a realização de trabalhos sincréticos, ou seja, aplicando conceitos e pressupostos das duas linhas indistintamente ¹⁴.

O primeiro ponto de proximidades entre as linhas de análise do discurso em torno de Pêcheux e de Dubois (que, de agora em diante, designaremos por linha sociolinguística) é o fato de que ambas respondem a uma mesma demanda – fornecer

¹⁴ Os debates e duelos entre essas linhas são objeto da segunda seção deste trabalho.

um instrumento para as ciências sociais. Estas, segundo Pêcheux (1997 [1969]) e Chauveau (1971; 1978), trabalhavam de maneira selvagem sobre os textos e discursos que constituíam seus *corpora*. Tratava-se, assim, para o grupo da sociolinguística, de formular um método de análise do discurso embasado em conhecimentos científicos da Linguística que permitisse às ciências sociais a produção de resultados mais refinados. Chauveau (1978, p. 9) alerta, nesse sentido, para:

[...] la nécessité d'une *socio-linguistique* où l'analyse du discours, envisagé d'abord comme problème linguistique, serait capable d'apporter aux sociologues ou à des chercheurs d'autres disciplines les principes méthodologiques rigoureux qui manquent actuellement.¹⁵

Tratava-se, para Pêcheux, de formular um método de mesmo tipo, porém com uma função de cavalo de Troia (Cf. HENRY, 1997)¹⁶.

Respondendo a essa demanda, essas duas linhas de análise do discurso apresentavam-se como uma alternativa aos métodos de análise de conteúdo, dentre os quais aqueles elaborados por sociólogos e psicólogos dos EUA e aqueles formulados por lexicólogos na França (Cf. CHAUVEAU, 1978 e PÊCHEUX, 1997 [1969]). Nesse sentido, há um esforço de construção de uma concepção de *sentido* nova e refinada.

O segundo ponto é um pressuposto de base muito semelhante. Pêcheux *et al* (1997 [1982], 254-5), descrevendo a problemática que marca a emergência de sua análise do discurso, assim abordam o referido pressuposto:

Se os *discursos ideológicos* eram de fato os mitos próprios de nossas sociedades, comparáveis àqueles que haviam sido estudados por Vladimir Propp, depois Claude Lévi-Strauss, deveria ser possível construir *procedimentos efetivos capazes de restituir o traço da estrutura invariante desses discursos* (o sistema de suas funções) *sob a série combinatória de suas variações superficiais*, “empíricas”: portanto, reconstruir alguma coisa dessa “estrutura presente na série de seus efeitos” (grifos nossos).

As ideologias eram concebidas por Pêcheux como estruturas percebidas pelos sujeitos apenas em seus efeitos (ilusórios, distorcidos, parciais). Sendo o discurso uma das modalidades da ideologia, ele também podia ser abordado em termos de uma estrutura de base que se apresenta empiricamente sob a forma de variações superficiais (as diferentes palavras/expressões empregadas).

¹⁵ “[...] a necessidade de uma sociolinguística onde a análise do discurso, encarada primeiramente como problema linguístico, seria capaz de trazer aos sociólogos ou aos pesquisadores de outras disciplinas os princípios metodológicos rigorosos que faltam atualmente”.

¹⁶ Retomaremos essa questão logo a seguir, na subseção 1.2.1.

A linha sociolinguística apresentava um pressuposto muito semelhante, a nosso ver, com a diferença de que sua base é estritamente linguística (notadamente, a teoria gerativa de Chomsky). O discurso é concebido em termos de uma estrutura derivando de um *modelo de competência* que se apresenta nos textos sob a forma de um *modelo de desempenho* relacionado à existência, na sociedade, de diferenças linguísticas entre os grupos sociais. Há um modelo de competência dos grupos – o discurso que os indivíduos desse grupo sustentam. Há um modelo de desempenho – as diferenças de realização desse único discurso. Para dar um exemplo concreto, mencionamos a seguinte passagem de Malidier (1971, p. 58):

Nous nous engageons dans cette analyse avec l'hypothèse suivante: s'il est possible de déterminer les phrases de base qui sous-tendent le discours politique de la guerre d'Algérie dans son fonctionnement synchronique et peut-être diachronique, nous aurons en quelque sorte établi un modèle de compétence, commun à tous les locuteurs; les variations des performances pourront alors synchroniquement être mises en relation avec des clivages sociopolitiques [...].¹⁷

Entendemos que esse pressuposto está profundamente imbricado não só com a concepção de discurso em termos de repetição, paráfrase, etc., mas também com o método empregado, no caso a análise do discurso de Harris (englobando a constituição de classes de equivalência e a construção de frases de base, enquanto estrutura do discurso, por meio das transformações das superfícies discursivas em toda a sua variação), que caracterizam as duas linhas de análise do discurso em igual proporção. O emprego do método distribucionalista elaborado por Harris, com as todas as consequências mencionadas acima (apontadas por COURTINE, 2009 [1981] e MARANDIN, 1979) caracteriza o terceiro ponto de proximidade entre os trabalhos de Pêcheux e os dos sociolinguistas.

Uma outra proximidade incide no objetivo central de definição de um objeto designado como *discurso*. Esse objeto é definido de modo semelhante, por exemplo, na obra *Análise automática do discurso*, de Pêcheux (1997 [1969]), e no artigo de Guespin “Problématique des travaux sur le discours politique” (1971). Essas definições muito próximas, entretanto, são especificadas e particularizadas por outros conceitos, o que acarreta uma diferença extrema na concepção de discurso, de que trataremos adiante.

¹⁷ Comprometimo-nos nesta análise com a hipótese seguinte: se é possível determinar as frases de base que subjazem ao discurso político da guerra da Argélia no seu funcionamento sincrônico e talvez diacrônico, teremos estabelecido em certa medida um modelo de competência, comum a todos os locutores; as variações de desempenho poderão então sincronicamente ser postas em relação com as clivagens sociopolíticas [...].

As linhas de análise do discurso de Pêcheux e dos sociolinguistas assemelham-se, ainda, na perspectiva do *contraste* entre discursos. Os primeiros trabalhos práticos objetivavam identificar a diferenciação discursiva e/ou linguística de classes/grupos sociais, ou seja, as diferenças/contrastes quanto ao emprego de certas formas linguísticas, quanto ao sentido dado a elas, quanto às posições acerca de determinados temas.

Que la formulation des hypothèses de recherche soit orientée plus particulièrement vers des problèmes linguistiques (détermination de règles « rhétoriques », typologie des discours, catégorisation des indices de l'énonciation) ou sociolinguistiques (recherche de corrélations spécifiques entre comportements verbaux et non verbaux), *l'analyse du discours est fondamentalement comparative*. (CHAUVEAU, 1978, p. 31).¹⁸

As análises de Malidier (1971), Courdresses (1971), Marcellesi (1976), Gardin (1976) e Pêcheux e Wesselius (1977) são alguns exemplos. Essa perspectiva foi alvo das críticas de Courtine (2009 [1981]), para quem a base teórica marxista da análise do discurso deveria determinar uma análise assentada na perspectiva da *contradição*.

A última semelhança que gostaríamos de comentar diz respeito ao fato de que as análises práticas empreendidas apresentam resultados centrados na identidade dos discursos, na repetição de uma estrutura única. Os discursos dos grupos sociais se diferenciam entre si, mas esses discursos em si mesmos são tomados como uma unidade. A determinação desse tipo de resultado decorre dos pressupostos da AD que mencionamos mais acima. A constituição do *corpus* a partir da presença de uma palavra-chave ou termo-pivô e a obrigatoriedade de seleção de sequências discursivas produzidas conforme condições de produção estáveis e homogêneas também estão relacionadas a esses resultados (Cf. COURTINE, 2009 [1981]). Para Pêcheux (1997 [1983], p. 313), “A existência do *outro* está, pois, subordinada ao primado do *mesmo*”: aquilo que há de heterogêneo, de diferente, de estranho nas sequências empíricas visadas fica reduzido ao resíduo (não é analisado); os discursos são comparados e diferenciados enquanto unidades fechadas e homogêneas em si mesmas, como se eles não tivessem em seu interior elementos de outros discursos.

¹⁸ “Seja a formulação das hipóteses de investigação orientada mais particularmente para problemas linguísticos (determinação de regras “retóricas”, tipologia dos discursos, categorização dos índices da enunciação) ou sociolinguísticos (investigação de correlações específicas entre comportamentos verbais e não verbais), a análise do discurso é fundamentalmente comparativa.”

Como dissemos acima, os protagonistas ligados ao grupo da sociolinguística encaravam o conjunto dos trabalhos (teóricos e práticos) em análise do discurso do ponto de vista da semelhança e da complementaridade. Chauveau (1978), por exemplo, arrisca a hipótese de que a tese de Pêcheux (1997 [1969]) segundo a qual a análise do discurso deve permitir localizar as ligações entre as relações de força exteriores à situação de discurso e as relações de sentidos que se manifestam nesta (enfim, as determinações das posições de classe dos sujeitos sobre os sentidos das palavras que eles empregam) com a proposta de Slakta (1971) acerca de uma competência específica e uma competência ideológica (ou geral). Guespin (1971), por seu turno, entende que *Análise automática do discurso*, de Pêcheux, constitui, no quadro geral da AD, uma tentativa de formalização de processos discursivos em cujo conhecimento todos estavam engajados. Mas Pêcheux e aqueles que foram se aproximando dele adotavam o ponto de vista da diferença e da delimitação. Conforme Malidier (2003, p. 36):

[...] o campo da análise do discurso, largamente investido pelos linguistas e historiadores marxistas, era o lugar de confrontos teóricos muito vivos. A clivagem principal se situava entre aqueles que, na perspectiva de uma teoria do discurso, procuravam ‘articular’ língua, ideologia e discurso, e aqueles que, próximos da “sociolinguística”, se prendiam à descrição da diferenciação linguística dos grupos sociais.

O grupo situado do lado de uma *teoria do discurso*, na qual se tentava articular língua, ideologia e discurso é o de Pêcheux. Já o grupo situado em uma *sociolinguística*, procurando evidenciar a individuação linguística dos grupos sociais, é o grupo constituído agora em torno de Marcellesi, que, como dissemos, constitui-se como um desenvolvimento da via aberta por Dubois.

Dos analistas do discurso ligados ao grupo de Nanterre, Robin, Malidier e Gadet, principalmente, assumem a perspectiva de Pêcheux, engajando-se no projeto de uma teoria do discurso, centrada numa “problemática da significação” (MARANDIN, 1979, p. 34) ou do *sentido*, em relação com uma teoria das ideologias conforme pensada por Althusser. Conforme veremos logo a seguir, trata-se de uma teoria regional no interior de uma teoria geral da ideologia, na qual o discurso é um objeto sócio-histórico e não exatamente linguístico.

Marcellesi, Gardin, Guespin, Chauveau, Courdesses, Slakta etc., dão continuidade, em diferentes graus, à perspectiva de Dubois, cuja análise do discurso insere-se numa sociolinguística e busca, assim, evidenciar a individuação linguística dos grupos sociais, centrada nos traços formais que diferenciam os discursos e os tipos de

discurso (MARANDIN, 1979). O manifesto desse grupo é o livro *Introdução à sociolinguística*, de Marcellesi e Gardin. Mas em todos os artigos dos pesquisadores citados há referência à Análise do discurso enquanto um campo de pesquisas no interior de uma Linguística social (ampliada), na qual o discurso é um objeto linguístico.

As especificidades das duas linhas constitutivas do campo da AD francesa são objeto das próximas subseções.

1.2.1 A AD de Pêcheux. O projeto de uma teoria do discurso

De nosso ponto de vista, três questões são fundamentais para entender no que consistiu a especificidade da análise do discurso projetada por Pêcheux e seu grupo, pelo menos no período de que tratamos aqui. A AD de Pêcheux pode ser tomada como um dispositivo instrumental (com função teórica, mas também política); como uma teoria e como localizada num solo epistemológico que lhe é particular. Levando em conta esses três fatores temos as condições necessárias para não somente diferenciá-la, por exemplo, da AD de Marcellesi e seu grupo, mas também compreendê-la mais globalmente.

É a partir desse ponto de vista que apresentamos aqui uma versão da história da AD pecheutiana que faz sobressair os elementos que a especificam em relação não somente às outras linhas de AD, mas também a uma história da AD em geral. Nesta última, persiste o consenso de identificar a “Análise do discurso” com a “análise do discurso político”, e o “discurso” com o “discurso político”. Se uma história do campo geral da AD permitiu essa versão, ela não se aplica sem restrições à história da AD pecheutiana em específico.

1.2.1.1 A AD como dispositivo instrumental

Conforme demonstramos em outro lugar, a análise do discurso proposta por Pêcheux é parte de um projeto epistemológico que a ultrapassa. Tal projeto, encabeçado por Althusser, visava ao desenvolvimento da teoria marxista, apenas parcialmente construída, ou seja, dispondo apenas de suas “pedras angulares” deixadas por Marx, Engels e Lênin. É por isso que defendemos que, de todas as forças do contexto no qual

emerge a AD pecheutiana, o engajamento de Pêcheux no projeto epistemológico e político de Althusser e seu grupo foi a mais determinante.

Segundo Althusser, os conceitos de base formulados por Marx, como classes sociais, luta de classes, mais-valia, modo de produção, formação social, pensados pelo autor com o objetivo de estudar o nível econômico do modo de produção capitalista, poderiam e deveriam ser aplicados ao estudo de outras realidades sociais, distintas da economia, para explicar a sociedade em todas as suas partes. Eles deveriam, ainda, ser reformulados e ampliados conforme os objetos em questão. Esses outros níveis seriam o jurídico-político e o ideológico, instâncias da superestrutura da formação social, conforme Marx. O nível ideológico seria um nível de extrema importância, porque abarca uma série de regiões (política, direito, religião, arte, moral etc.), todas demandando uma ciência particular.

Mas o que era visado por Althusser não era apenas o desenvolvimento da teoria marxista ou da *ciência da história*, como ele preferia chamar. Seu projeto não era apenas epistemológico, mas, acima de tudo, político. Partindo do postulado de que as ideologias dominadas se constroem nos quadros de referência da ideologia dominante, e que era necessário ao proletariado construir uma nova ideologia em seu processo revolucionário, Althusser defende que a produção dessa nova ideologia só é possível com o socorro da ciência. Somente por meio de conhecimentos científicos uma nova ideologia, adequada ao ponto de vista de uma nova sociedade, poderia se formar. A ciência que poderia favorecer a produção dessa nova ideologia seria, para o autor, a ciência da história e, por isso, o seu desenvolvimento é um dos instrumentos da revolução social ¹⁹. Pêcheux/Herbert (1973 [1966], p. 18-19) assim apresenta essa posição dos althusserianos:

De maneira geral, e salvo quando ela consegue conquistar um ponto de vista sobre seu lugar na prática social, recolocando esta em questão como a teoria marxista pôde permiti-lo a certos partidos revolucionários, a prática política tem por função transformar as relações sociais no interior da prática social, de tal maneira que a estrutura global desta não se modifica.

Um dos obstáculos ao desenvolvimento teórico do MH, conforme os althusserianos, eram as ciências sociais tradicionais. Estas ocupavam o seu lugar na prática teórica e recalçavam sua presença e valor. Além disso, as ciências sociais

¹⁹ Essa posição de Althusser é típica da “primeira fase” de seu pensamento. Na década de 70, o filósofo reformula suas teses sobre a relação entre a revolução científica e a revolução filosófica, e entre esta última e a revolução política.

também impediam a realização daquilo que a teoria marxista tinha por finalidade última: a transformação das relações sociais capitalistas (baseada na posse dos meios de produção). As ciências sociais, sendo técnicas de adaptação/readaptação social, conforme Althusser, exerciam a função de manter as relações sociais. Sendo assim, o projeto althusseriano era também pensar os meios para instituição de ciências novas no terreno teórico concebido pelo filósofo como o “continente História”, terreno esse ocupado “ilegitimamente” pelas (“pseudo”) ciências sociais tradicionais. Tal instituição seria, segundo Althusser, a condição do desenvolvimento da teoria marxista, e da revolução do proletariado.

Muitos estudiosos se envolveram nesse projeto de Althusser, alguns deles seus alunos na Escola Normal Superior que ele dirigia. Pierre Macherey, por exemplo, dedicou-se a uma teoria da *história* da literatura. Nicos Hadjinicolaou, por seu turno, propôs elementos para uma teoria da *história* da pintura. Michel Fichant estudou a história das ciências exatas. Althusser mesmo voltou-se fortemente para a elaboração de uma teoria da Ideologia em geral. Todos esses estudos se caracterizaram por uma tentativa de aplicação e desenvolvimento dos conceitos marxistas. Pêcheux foi um desses alunos de Althusser. Ele participou ativamente dos cursos ministrados pelo filósofo, seguiu suas orientações teóricas, tentou dar desenvolvimento à teoria geral das ideologias de Althusser, refletindo, num primeiro momento, sobre questões relativas à oposição entre ciência e ideologia e à função das ciências sociais e, num segundo momento, sobre os aspectos particulares das ideologias quanto a sua materialidade discursiva. Pêcheux formulou seus conceitos a partir de conceitos de Althusser e também procurou dar algum desenvolvimento aos conceitos althusserianos. Os dois pontos de reflexão de Pêcheux, dos quais o primeiro aparece em seus textos pseudonímicos e retorna novamente em *Semântica e discurso*, não são, entretanto, paralelos ou desconectados. Ao final de nossa exposição, essa ligação terá sido explicitada.

Pêcheux, antes da publicação da *Análise automática do discurso*, de 1969, realizou alguns trabalhos sobre temas distintos, mas apenas aparentemente desconectados. Dentre esses trabalhos: um estudo sobre os efeitos do corte de Galileu na física e na biologia; um estudo sobre as ciências sociais, especialmente a psicologia social; um estudo sobre a ideologia em geral, centrado no problema de sua relação com a ciência e com a prática política; e reflexões preliminares sobre a análise do discurso. Esses estudos são tratados conjuntamente, sobretudo nos dois primeiros artigos de

Pêcheux, assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert, ainda que o tema da análise do discurso não seja abordado senão por meio de uma breve alusão a um “dispositivo instrumental e institucional” (HERBERT, 1995 [1968], p. 88). Voltaremos a isso²⁰.

Nos primeiros textos, os pseudonímicos, Pêcheux, abordando os temas acima citados, tem por objetivo refletir sobre as condições de possibilidade de fundação de ciências sociais novas no continente História. A reflexão de Pêcheux volta-se para um dos *fronts* do grupo althusseriano, a intervenção teórica no campo das ciências sociais.

Pêcheux, retomando os estudos de epistemologia histórica de Bachelard, Canguilhem e Cavailles, acerca da constituição de ciências exatas, e tendo como pressuposto a tese da oposição entre ciência e ideologia, tal como concebida por Althusser, argumenta que tais ciências não nasceram no vazio, mas num campo habitado por ideologias teóricas, com as quais efetuaram uma ruptura. Um elemento que favoreceu a instituição dessas ciências foi a utilização de instrumentos de práticas técnicas, como mostraram os epistemólogos acima citados. Esses instrumentos técnicos, na análise de Pêcheux, permitiram às novas ciências “ver” objetos não visíveis no interior da antiga problemática ideológica. Por exemplo, a luneta, instrumento técnico da navegação, permitiu ver novos objetos antes não vistos, os quais suscitaram uma redefinição dos objetos existentes e uma nova teorização que rompia com certas garantias empíricas (especialmente aquelas dadas pela *visão*) do “sistema teórico” anterior. O desenvolvimento dessa nova teoria, livre daquelas garantias ideológicas, tornou possível a produção de instrumentos científicos, que vieram substituir os instrumentos técnicos antes utilizados. Os instrumentos científicos são, assim, conforme os epistemólogos franceses, teorias materializadas – nos instrumentos científicos, estão embutidos os conceitos produzidos. O uso de instrumentos e a prática da experimentação permitem à ciência validar ou invalidar os conhecimentos que produz, fazendo-a avançar.

Pêcheux, assim, concebe o processo histórico de constituição das ciências em duas fases: a primeira seria a da produção de seu objeto e ruptura com as representações ideológicas anteriores e a segunda seria a da reprodução metódica de seu objeto, através da experimentação. Após ter produzido o seu objeto, a ciência “se desenvolve em torno dele”. Nessa fase, “o objeto da ciência e o método científico são homogêneos e se engendram reciprocamente” (HERBERT, 1973 [1966], p. 30).

²⁰ A exposição presente nas próximas páginas retoma as teses defendidas em trabalho anteriormente desenvolvido (Cf. NARZETTI, 2008).

O estudo de Pêcheux acerca do campo das ciências sociais, sempre relacionado ao problema da oposição entre ciência e ideologia, visava justamente a verificar se ocorrera aí um processo semelhante ao ocorrido no campo das ciências da natureza. A conclusão do autor é que esse campo, com exceção de alguns terrenos (Materialismo Histórico, Linguística e Psicanálise), não tinha conhecido a cientificidade, permanecendo ideológico. As ciências sociais não haviam produzido seu objeto teórico, nem rompido com as ideologias; portanto não haviam passado pela fase da transformação produtora do objeto. Todavia, essas ciências faziam uso muito intenso de instrumentos e experimentações, que elas buscavam junto, por exemplo, à Linguística e à Matemática, o que poderia sugerir que elas se encontravam na fase da reprodução metódica. Mas, para Pêcheux, isso era falso. O uso de instrumentos pelas ciências sociais era meramente “empírico”, ou seja, um uso que não é direcionado a um conjunto de questões científicas, mas a um conjunto de questões ideológicas, visando apenas à sua reprodução, isto é, à sua confirmação, e não a seu questionamento e retificação.

Essas teses são construídas em concordância com as análises epistemológicas de Althusser acerca das ciências humanas e sociais. Estas, segundo Althusser (1976, p. 47), exploram certas filosofias ou algumas de suas categorias, as quais “são praticamente utilizadas por elas como o *substituto ideológico* de uma base teórica que lhes falta”. As ciências humanas não passariam de filosofias disfarçadas de ciências, visto que elas, assim como a filosofia, não têm objeto. O uso generalizado da Matemática ou da Linguística, nesse campo, seria o sintoma de que a sua maturidade teórica não fora atingida, visto que se busca nessas ciências, externamente, a garantia da cientificidade.

Como, então, favorecer o desencadeamento de um processo semelhante ao das ciências exatas nas ciências sociais, que era o objetivo do projeto epistemológico e, em última instância, político, de Althusser e seu grupo? Para Pêcheux, uma estratégia poderia ser a produção de um dispositivo instrumental que exercesse, nas ciências sociais, a mesma função dos instrumentos técnicos acima descrita: dar a ver novos objetos, que colocariam em cheque as garantias ideológicas e conduziriam à produção de conhecimentos efetivamente científicos e ciências sociais de fato. Esse instrumento seria usado nas pesquisas sociais até que as novas ciências fundadas pudessem produzir seus próprios instrumentos, como materialização de suas teorias.

A análise do discurso de Pêcheux foi concebida para ser esse dispositivo instrumental. Como dissemos, esse instrumento deveria favorecer o aparecimento de objetos novos, que exigiriam uma nova rede conceitual, o que seriam as condições para

a produção de um corte epistemológico. Assim se explica a tese de Henry (1997, p. 36) segundo a qual Pêcheux “concebeu seu sistema como uma espécie de ‘Cavalo de Troia’ destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar aí uma reviravolta”. E, além disso, esse instrumento traria consigo uma problemática marxista, o que poderia surtir o efeito, conforme Althusser e seu grupo, de fazer a teoria marxista vir a ocupar um lugar determinante no campo dos conhecimentos sociais. Nesse sentido, a análise do discurso de Pêcheux, enquanto dispositivo instrumental, deveria suplantar o emprego da Análise de Conteúdo, muito forte nas pesquisas em ciências humanas e sociais. É esse lugar que a AD de Pêcheux viria a ocupar.

Mas a reflexão de Pêcheux não visava apenas à questão epistemológica das ciências sociais. Na linha de Althusser, Pêcheux também reflete sobre a sua função social, que seria efetuar “uma adaptação ou uma readaptação das relações sociais à prática social global, considerada como o invariante do sistema” (HERBERT, 1973 [1966], p. 26). Elas teriam, assim, uma função na manutenção da estrutura social. Isso se explica, segundo Pêcheux, pelo fato de essas ciências terem uma relação direta com a prática política, que, na sociedade capitalista, visa a uma transformação das “relações sociais dadas” em “relações sociais produzidas”, mas sem provocar uma mudança efetiva na estrutura da sociedade (HERBERT, 1973 [1966]).

Como propõe Althusser, toda prática, transformando uma matéria-prima em um produto, realiza-se por meio de instrumentos. Pêcheux, seguindo essa proposição, avança que o instrumento da prática política, à qual estão ligadas as ciências sociais, como vimos, é o discurso. É através do discurso, prossegue o autor, que as dissimetrias da sociedade (principalmente a oposição trabalhador/não-trabalhador), ao mesmo tempo, são asseguradas e são apagadas (HERBERT, 1973 [1966]). É por isso que o discurso se constitui como o objeto teórico da AD de Pêcheux. Como lembra Henry (1997), uma concepção de linguagem como instrumento de comunicação, concepção pressuposta nos diferentes métodos de análise linguística usados pelas ciências sociais, dentre os quais a Análise de Conteúdo, jamais poderia colocar em questão a estrutura social.

Assim, podemos dizer que a AD de Pêcheux, conforme concebida pelo autor na segunda metade da década de 60, não foi projetada exclusivamente para análise do discurso político, como se essa análise sozinha pudesse conduzir/subsidiar a revolução do proletariado. Os fins de Pêcheux são políticos, mas os meios são teórico-epistemológicos. Evidentemente, a AD foi aplicada muito mais para o discurso político,

por pesquisadores da Linguística e da História. As outras ciências sociais, que lidavam diariamente com outros tipos de discursos, raramente usaram o dispositivo pecheutiano. Quanto a isso, a distinção de Nietzsche (1988) entre *finalidade* e *uso* é bastante elucidativa: o *fim* visado por Pêcheux com a AD não correspondeu ao seu *uso* no campo da pesquisa científica. Esse uso, além disso, conduziu a uma história do campo da AD, que, tratando das diversas linhas que compuseram o campo, evidenciou a importância do discurso político, mas deixou no escuro a bastante ousada, um tanto onírica, estratégia de Pêcheux. Se, no campo geral da AD, o discurso era identificado ao discurso político, isso não pode ser estendido à AD de Pêcheux quando se quer colocar sobre a sua história uma lente de aumento.

A análise do discurso projetada por Pêcheux não se resumia, entretanto, ao estatuto de um dispositivo instrumental. O método era apenas uma parte de um todo cuja outra parte era a teoria do discurso. Teoria e método, para Pêcheux, são inseparáveis, não é possível construir um método sem uma teoria. Tratamos disso a seguir.

1.2.1.2 A teoria do discurso. O objeto “discurso”

Conforme o entendimento de Malidier, explicitado na citação referida mais acima, a AD de Pêcheux, em contraposição a de Marcellesi, poderia ser caracterizada pelo *projeto de uma teoria do discurso*. Esse seria um de seus caracteres mais específicos.

Como o próprio Pêcheux explicitou, a teoria do discurso que ele buscava formular se sustentava sobre a articulação (ou, pelo menos, *tentativa* de articulação) do Materialismo Histórico, da Linguística e da Psicanálise (*Cf.* PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 163-4). Para o autor, uma teoria deve ser capaz de produzir conceitos e conhecimentos científicos através de uma *articulação teórica* que, nem de longe, assemelha-se a um trabalho interdisciplinar. Os textos pseudonímicos de Pêcheux podem esclarecer isso.

O que mostram os textos assinados Herbert é que, para o autor, todo trabalho teórico produtor de conhecimentos científicos só se realiza por meio de um “aparelho de transformação”, constituído de conceitos científicos de ciências já existentes (HERBERT, 1973 [1966]). No campo das ciências sociais, somente essas três ciências

havam produzido conceitos dessa natureza e, portanto, somente elas poderiam subsidiar a construção da teoria do discurso e do método de análise do discurso. No entanto, trata-se de um trabalho de transformação e não simplesmente de transposição de conceitos. Sendo assim, os conceitos formulados originalmente nesses campos sofrem uma crítica, um deslocamento, uma torção, uma transformação para responder a um conjunto de questões que não são mais as suas. Mas, como dissemos acima, o Materialismo Histórico está no “posto de comando” e ocupa um lugar privilegiado em relação ao lugar ocupado pela Linguística e pela Psicanálise (Cf. GADET *et al* 1997, p. 50).

A nosso ver, a problemática de Pêcheux e o modo de articulação de determinados conceitos dessas três ciências é que definem a especificidade da análise do discurso pecheutiana em relação às outras linhas contemporâneas de análise do discurso. Tal especificidade se torna ainda mais marcada se levamos em conta que se trata do MH de Althusser, da Linguística de Saussure e da Psicanálise de Lacan, conforme a leitura de Althusser. Tal configuração distancia radicalmente a AD de Pêcheux da AD de Marcellesi, que, como veremos, apoiava-se sobre a Linguística de Voloshinov e sobre um marxismo bem mais ampliado, sem fazer nenhuma referência à Psicanálise.

Como se sabe, o objeto da teoria do discurso é o *discurso*. Esse objeto não é empírico, não se identifica com nenhum tipo de discurso existente na realidade, mas resultado de um trabalho de pensamento, de uma construção teórica, que deve ser capaz de permitir uma descrição e uma caracterização de qualquer tipo concreto de discurso (isto é, *qualquer discurso* na acepção dada a esse termo no sistema de Pêcheux). O conceito de discurso formulado por Pêcheux, que não se identifica com nenhum outro conceito de discurso das outras linhas de AD, é definido, a nosso ver, a partir de uma problemática sócio-histórica (marxista), que se sobrepõe à perspectiva linguística.

Certamente, esse conceito é produzido também a partir de um trabalho sobre conceitos linguísticos, e a Linguística é essencial nesse processo (conforme sustentamos acima, essa ciência é parte do “aparelho de transformação” mobilizado por Pêcheux na constituição da AD). Mas é a partir do MH que Pêcheux concebe esse novo objeto (Cf. MALDIDIER, 2003).

A fim de reconstituir o modo como Pêcheux construiu esse objeto teórico, abordaremos três categorias que parecem defini-lo mais finamente: particularidade, contradição/conflitividade e historicidade. Ao fim de nossa exposição, veremos que essas três categorias são “impostas” a Pêcheux por sua perspectiva marxista, e isso

corroborar a tese de Malidier de que é a partir dessa perspectiva que Pêcheux concebe o discurso.

Sabe-se que a definição do conceito de discurso por Pêcheux passou por uma rediscussão dos conceitos de *língua* e *fala*, conforme definidos por Saussure no *Curso de Linguística Geral*. Analisando a tese de Saussure segundo a qual a língua é social e exterior aos indivíduos, enquanto a fala é individual, o filósofo argumenta que esses conceitos não dão conta de toda a produção de linguagem. Defende o autor que seria necessário propor um “nível intermediário” entre a língua e a fala, que seria o nível do discurso.

Parece indispensável colocar em questão a identidade estabelecida por Saussure entre o *universal* e o *extra-individual*, mostrando a possibilidade de definir um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o nível da *particularidade* que define “contratos” linguísticos específicos de tal ou tal região do sistema, isto é, feixes de normas mais ou menos localmente definidos, e desigualmente aptos a disseminar-se uns sobre os outros (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 73-74).

Qual seria a especificidade do nível do discurso? Em que se distingue da língua e da fala? O discurso não seria nem universal (válido para todos os falantes de dada comunidade linguística), como a língua, nem singular/individual (lugar da liberdade do falante), como a fala. O discurso constituiria o nível da particularidade, sendo determinado pelos interesses de determinadas classes sociais, na luta ideológica de classes. Ele se define como um subconjunto, situado em um nível irredutível tanto aos elementos individuais que a ele pertencem quanto ao conjunto mais amplo que o contém.

Pêcheux toma o exemplo de um discurso de um deputado na Câmara e argumenta que este pode ser estudado, analisado, descrito, *do ponto de vista da Linguística*, como pertencendo à ordem da fala e, por conseguinte, como espaço da manifestação da liberdade individual; ou, ainda, esse mesmo discurso pode ser analisado como pertencendo à ordem da língua, sendo regido por regras linguísticas que caberia descrever. O *ponto de vista de Pêcheux* sobre esse discurso não se identifica com o da Linguística, pois ele o toma como:

[...] uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 76-7).

Sendo assim, entendemos que não seria adequado dizer que a crítica de Pêcheux à dicotomia saussuriana de *língua e fala* e a produção do objeto discurso teriam o objetivo de recuperar aquilo que, em seu processo de constituição científica, a Linguística teria “recalcado”, ou seja, a fala. Pêcheux não objetivava redefinir o conceito de fala e transformá-lo em algo operacionalizável – seu projeto visava à produção de um *novo objeto teórico*. Segundo Malidier (2003, p. 22) o conceito de discurso é teorizado com apoio crítico em Saussure, mas é construído no seio do dispositivo elaborado por Pêcheux: a análise automática é “a oficina em que se apreende o objeto novo”.

Nessas duas passagens da *Análise automática do discurso* (PÊCHEUX, 1997 [1969],) o discurso é definido como um fenômeno constituído não apenas por elementos linguísticos, mas por elementos “extralinguísticos”. Isso fica mais explícito na seguinte passagem de um dos primeiros textos de Pêcheux:

[...] les phénomènes linguistiques de dimension supérieure à la phrase peuvent effectivement êtres conçus comme fonctionnement, mais à la condition d'ajouter que *ce fonctionnement n'est pas intégralement linguistique*, au sens actuel de ce terme, et qu'on ne peut les définir qu'en référence à la *structure de la formation sociale* où ils ont lieu (PÊCHEUX, 1967, p. 218. grifos nossos).²¹

É nessa formulação que incidem os conceitos do MH tomados por Pêcheux para a construção do seu conceito de discurso. O discurso como pensado por Pêcheux está em íntima relação com uma série de conceitos da teoria marxista: estrutura da formação social, ideologias, posições de classe. Destes, o conceito de ideologia é aquele com que o discurso mantém uma relação mais direta.

Certamente, como constatado por historiadores do projeto de Pêcheux, a relação do discurso com a ideologia não é explicitada na AAD-69. Há mesmo uma espécie de “ocultação” do conceito de ideologia, bem como de outros conceitos do MH, a qual deriva, segundo Henry (1997), da estratégia de Pêcheux relacionada à questão da intervenção nas ciências sociais, que comentamos acima. O problema da ideologia aparece implícito na definição de discurso enquanto nível da particularidade, pois as ideologias também são particulares (nunca individuais, nem universais, mas sempre regionais e atravessadas por tendências de classe). Esse conceito também está implicado

²¹ “[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem, efetivamente, ser concebidos como funcionamento, mas com a condição de acrescentar que *esse funcionamento não é integralmente linguístico*, no sentido atual deste termo, e que não se pode defini-los senão em referência à *estrutura da formação social* em que se encontram.”

no de “condições de produção do discurso”, reformulado por Pêcheux (1997 [1969]), quando define os sujeitos do discurso não como indivíduos transparentes, evidentes, já-dados, mas como sujeitos que ocupam lugares e posições que são imaginárias, mediadas pelas representações do imaginário. Porém, para nós, a relação do discurso com a ideologia não só não está explicitada na AAD-69; na verdade, ela ainda não está *bem desenvolvida teoricamente*.

Tal desenvolvimento somente se tornou possível na década de 70, quando o processo de construção do conceito de discurso continua em andamento. A condição de possibilidade teórica desse avanço é o refinamento do conceito de ideologia, a partir das considerações de Althusser apresentadas no artigo “Aparelhos ideológicos de Estado”, publicado em 1970. Althusser dedica-se agora não tanto à descrição da ideologia em geral (ou da “Ideologia”), o que fizera nos anos precedentes, mas à formulação de conceitos novos que deem conta do caráter material das ideologias concretas existentes numa formação social dada. O conceito de aparelhos ideológicos de Estado (AIE) é um deles.

O foco de interesse da reflexão de Althusser (1980a), como se vê, desloca-se do projeto de uma teoria geral da ideologia para a análise da inscrição histórica de formas ideológicas particulares. A ideologia em geral só existe como conceito. Na realidade histórica, ela sempre existe sob formas particulares, distintas, relacionadas a determinados aparelhos ideológicos, o que lhes dá um caráter “regional”. Assim, segundo o autor, há várias *regiões* ideológicas (a religiosa, a jurídica, a política etc.). Porém, no interior mesmo de cada uma dessas regiões, há um outro tipo de particularização. A ideologia religiosa cristã, na conjuntura da revolução inglesa, por exemplo, é recortada por várias tendências (a católica, a anglicana, a puritana, a presbiteriana) que correspondem, em linhas gerais, a várias *posições de classe* (a antiga nobreza, os novos proprietários de terra beneficiados com a nacionalização das terras da igreja, a pequena-burguesia e a burguesia).

A tradição marxista sempre destacara essas duas formas de particularização da ideologia: de um lado, a que se faz segundo as “regiões”; de outro, a que se faz segundo as tendências de classe. Porém ela jamais produzira um conceito que permitisse pensá-las em sua articulação. Pêcheux consegue realizar essa articulação com os conceitos de formação ideológica e formação discursiva. Para Haroche; Henry; Pêcheux (2007 [1971], p. 26), as formações ideológicas (FI), formas históricas da Ideologia, são “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são ‘individuais’ nem

‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. As formações discursivas (FD), por sua vez, são elementos constitutivos das FI e dizem respeito à materialidade linguística das ideologias (em relação, por exemplo, com outras de suas materialidades como a visual, a gestual etc.).

Em suma, a perspectiva da particularidade se aprofunda e se refina com a produção do conceito de formação discursiva. Se antes ela dizia respeito às posições ideológicas de classe, agora ela consegue articular essas posições ao caráter regional dos discursos ideológicos. A forma dessa articulação é pormenorizada na seguinte passagem de Pêcheux (1988 [1975], p. 146):

[...] em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que “a maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem.

Em suma, a colocação do discurso em relação com a FD e a FI aprofunda e refina sua definição. O discurso nunca é universal ou individual, mas sempre *particular* na medida em que é produzido no interior de *FD particulares* que se inscrevem no interior de FI que também são *particulares*. Eis o primeiro ponto que, segundo pensamos, define a especificidade do conceito de discurso produzido por Pêcheux e, portanto, da análise do discurso encetada por ele.

O discurso é definido por Pêcheux também em relação ao problema das materialidades sob as quais as ideologias tomam forma, problema levantado por Althusser em seu artigo sobre os AIE. Para Althusser (1980a), a ideologia tem uma existência material, e a concepção dominante que a vê como algo unicamente ideal ou espiritual decorre de uma concepção ideológica da ideologia. Ele dá um exemplo. Que pode haver de mais espiritual do que a ideologia religiosa? Porém se um indivíduo crê, sua crença se apresenta em atos *materiais* (ir à missa, rezar, benzer-se, ajoelhar-se, baixar a cabeça, erguer as mãos ao alto, fechar os olhos, imprimir à voz uma entonação ou uma modulação especial), inseridos em práticas *materiais* que são reguladas por rituais *materiais* (uma missa, um batizado, um casamento, um enterro), que, por sua vez, são definidos por um aparelho ideológico *material* (a igreja) de que relevam as ideias desse sujeito (Cf. ALTHUSSER, 1980a, p. 88-9). Portanto, a materialidade da

ideologia manifesta-se numa multiplicidade de modos. Com base nessa tese, Pêcheux propõe que *o discursivo seja entendido como uma das formas da materialidade das ideologias*.

Mas, uma vez estabelecido que a categoria da particularidade remete à questão da ideologia, vemos aparecer duas outras categorias a ela relacionadas e que conjuntamente contribuem para definir a especificidade do conceito de discurso de Pêcheux: a da contradição/conflitividade e a da historicidade.

Já vimos que, desde 1971, Pêcheux deixara claro que, com a categoria da particularidade, visava às formações ideológicas e às formações discursivas a elas ligadas, enquanto conjuntos de atitudes e representações nem individuais nem universais, relacionados a posições de classes presentes no interior dos aparelhos de Estado. Ora, como propõe Althusser, tanto as FI no interior dos AIE quanto os AIE no interior de uma formação social não existem de maneira justaposta e harmônica, mas *no modo de conflito* um com os outros. Pêcheux (1988 [1975], p. 145) explica, que para Althusser, o conjunto dos AIE é um “conjunto *complexo*, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus elementos, e não uma simples lista de elementos”. As diversas FI correspondem às posições das diversas classes sociais, ainda que a FI dominante seja a da classe dominante. Além disso, conforme a conjuntura, os AIE e as FI que aí existem estabelecem relações de alianças ou de confronto uns com os outros.

Nessas proposições estão as bases das outras duas categorias que, juntamente com a particularidade, definem a especificidade do conceito de discurso de Pêcheux: a historicidade e a conflitividade. Essas duas categorias só recebem atenção na segunda época da AD, quando do desenvolvimento das consequências para a teoria do discurso, das teses de Althusser formuladas no início dos anos 1970.

Segundo Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 166):

Num dado momento histórico, as relações de classes (a luta de classes) se caracterizam pelo confronto, no interior mesmo desses aparelhos, de posições políticas e ideológicas que [...] se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou dominação.

Nesse momento, o discurso é concebido por Pêcheux como um dos lugares onde se trava a luta ideológica de classes. É nesse sentido que o discurso é histórico, pois na teoria marxista, a História é a história da luta de classes, não só sob suas formas econômicas, mas também, e principalmente, sob as suas formas políticas e ideológicas,

que atuam no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes. Os discursos se aliam e se opõem em função dessa luta.

A conflitividade e a historicidade são, na AD de Pêcheux, categorias inseparáveis. O conflito é o motor da historicidade, mas esta afeta constantemente as condições do conflito seja porque, em cada conjuntura histórica, se redefinem as relações de antagonismo e as alianças e, conseqüentemente, as táticas e as estratégias adotadas, seja porque a memória das batalhas passadas perturba e alimenta as batalhas do presente.

A questão das alianças táticas e dos confrontos entre as posições ideológicas nos discursos só foram desenvolvidas depois de *Semântica e discurso*. Na primeira época da disciplina, a análise do discurso visava mais a identificar a posição ideológica definidora de um discurso e não, por exemplo, as alianças e confrontos que essa posição estabelecia com outras. A questão da historicidade e da conflitividade é fortemente enfatizada no artigo de Pêcheux, “Remontons de Foucault à Spinoza”, 1977, objeto de sua comunicação no Colóquio “O discurso político: teoria e análises”, ocorrido no México, e é levada a fundo no trabalho de Jean-Jacques Courtine sobre o discurso comunista dirigido aos cristãos (Cf. COURTINE, 2009 [1981]). Nesse artigo, Pêcheux (1990 [1977], p. 255), argumentando que a crítica de Spinoza à ideologia religiosa se deu nos quadros dessa própria ideologia, propõe que “une idéologie est non identique à soi-même, elle n’existe que sous la modalité de la division”.²²

Enfim, pode-se dizer que a definição de conceito de discurso de Pêcheux, além de passar pelas categorias da particularidade, da materialidade, da conflitividade e da historicidade, supõe, ainda, uma tomada de posição acerca do sujeito. Essa posição rejeita o sujeito como origem em prol de uma análise que o coloca como resultado de processos históricos de constituição. Pêcheux, na esteira de Althusser, recusa-se a partir de um sujeito originário (qualquer que seja ele) e adota uma perspectiva que busca dar conta da constituição dos sujeitos na história, partindo das práticas e das relações. Trata-se, para dizer em poucas palavras, de uma recusa das velhas teorias do sujeito em prol de uma abordagem histórica dos processos de “assujeitamento”. Essa nova abordagem não pergunta “quem é o sujeito humano que contrai tais relações e desenvolve tais práticas?”, mas sim “como homens, nessa ou naquela conjuntura, são constituídos em sujeitos por tais relações e tais práticas?”; ou ainda: “que “pessoa” produziu dado

²² “[...] uma ideologia não é idêntica a si mesma, ela só existe sob a modalidade da divisão.”

discurso?”, mas sim “a partir de qual configuração das condições de produção, os sujeitos produzem determinados discursos?”.

Muitos pressupostos básicos da teoria do discurso pecheutiana decorrem dessa tomada de posição. Por exemplo, quanto às classes: o pressuposto que estabelece o primado da contradição sobre os contrários que se enfrentam, o que significa que as classes se constituem no interior do próprio antagonismo que as opõe. Quanto aos sujeitos individuais: o pressuposto de que a ideologia não tem origem neles (mas, ao contrário, é ela que os constitui em sujeitos); e a tese de que os sujeitos não são a origem do discurso e dos efeitos de sentido, e que o sentido não pode ser “explicado” por referência ao seu autor empírico. Voltaremos a essas últimas questões na seção 3.

Vimos que a determinação do objeto teórico da análise do discurso de Pêcheux foi feita, inicialmente, a partir de uma relação, vagamente definida, com a ideologia – nos primeiros textos de Pêcheux e na AAD-69 – e, posteriormente, com uma relação bem especificada com as formações ideológicas e as formações discursivas. Porém, o discurso estabelece uma relação com a língua, tal como definida por Saussure, que, segundo nosso ponto de vista, precisa ser analisada, em se considerando nosso objetivo de evidenciar a especificidade da AD de Pêcheux.

No que diz respeito à relação do discurso com a língua, peça chave dessa teoria é a tese de que a língua se apresenta como “a base comum de processos discursivos diferenciados”, o que traz como consequência uma articulação do Materialismo Histórico com a Linguística. Pêcheux pensa a relação da língua com os discursos, em primeiro lugar, como uma oposição entre aquilo que é geral e reiterável (a língua) e aquilo que é múltiplo (processos discursivos diferenciados):

O sistema de *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso* (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 91).

O sistema linguístico, constituído por um conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas, sintáticas, é, para Pêcheux (1988 [1975], p. 91), “dotado de *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente o objeto da Linguística”. Pêcheux entende que cabe à Linguística estudar e descrever, conforme estabelecera Saussure, tais estruturas. Tal estudo, imanente, é possível porque o sistema linguístico possui uma autonomia relativa que permite tal estudo.

A autonomia relativa da língua, que Pêcheux menciona, diz respeito à luta de classes. Os discursos, inversamente, em vez de gozarem de autonomia, inscrevem-se no interior dessas lutas e essa é a razão da sua diferenciação. Pêcheux traduz essa oposição numa fórmula: a língua é indiferente à luta de classes, mas as classes não são indiferentes à língua em suas lutas:

A “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa do sistema linguístico* e [...], *dissimetricamente*, o fato de que as classes não sejam “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes* (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 92).

Os discursos “usam”, sem dúvida, a língua; mas o fato de eles, assim como a ideologia (da qual são uma forma de materialidade), se distribuírem *em regiões*; o fato de variarem segundo *posições de classe* e de se apresentarem sob formas teorizadas ou práticas, não *vem das formas da língua*. Evidentemente, analisando os discursos tal com eles se apresentam no seu modo de existência histórica e analisando neles seus efeitos de sentido, a AD pecheutiana depara-se constantemente com fenômenos que envolvem considerações sintáticas, mas, na perspectiva em que ela se coloca, esses fenômenos não são encarados como linguísticos. A sintaxe entra nas considerações apenas como uma condição formal de efeitos de sentido *cujá causa material extravasa o domínio do linguístico*. Para marcar bem a sua perspectiva, Pêcheux insiste em dizer que seus conceitos não são linguísticos. Vejamos o que ele diz na conclusão de *Semântica e discurso* (1988 [1975], p. 259):

Os termos: interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e efeito-transverso – introduzidos ao longo deste trabalho e que justamente caracterizam, segundo o que pensamos, a forma da discursividade – não correspondem, portanto, a fenômenos linguísticos: *representam, em relação à base linguística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas*, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei “geral” de desigualdade que afeta essas formações (enquanto ideologias práticas e ideologias teóricas, e através de suas características ao mesmo tempo “regionais” e de classe) no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes.

O ponto de vista a partir do qual Pêcheux produziu o objeto teórico “discurso” é radicalmente diferente daquele com que Saussure produziu o objeto teórico “língua”. Por isso, Pêcheux insiste em dizer que o seu objeto “não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde *o linguístico intervém como pressuposto*” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 188). Conforme Possenti (2004, p. 357),

[...] a AD não é, portanto, *o acréscimo de uma pitada histórica, cultural, ideológica, psicológica ou psicanalítica ao que diz a linguística*, em seus diversos compartimentos. Não é simplesmente [...] a semântica a que se acrescenta *o tempero do contexto*, ou o texto como efeito de um processo (grifos nossos).

Assim, a teoria do discurso formulada por Pêcheux supõe uma distinção entre língua e discurso, aceitando a existência paralela de uma ordem da língua e uma ordem do discurso, cada uma com seus elementos constitutivos. Mas supõe também que o discurso mantém uma relação com a língua, acima exposta, o que significa que são objetos que se entrecruzam, mas nunca se confundem ou se subsumem um ao outro. Um ponto importante a salientar desde já – o objeto língua é concebido na AD de Pêcheux tal como definido por Saussure no CLG; é o conceito saussuriano de língua que está pressuposto na teoria do discurso.

Igualmente, o *discurso* de Pêcheux não se confunde com a *fala* de Saussure; menos ainda quer ser uma reformulação dela. Vejamos o que ele diz em *Semântica e discurso* (p. 91):

[...] *a discursividade não é a fala* (parole), isto é, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão *processo discursivo* visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) [...].

Essas afirmações nos conduzem ao último ponto que marca, a nosso ver, a especificidade da AD de Pêcheux – seu solo epistemológico.

1.2.1.3 O solo epistemológico

Uma reflexão sobre o gesto de Pêcheux de explicitação das relações que o discurso, enquanto objeto da AD, teria com a *língua* e com a *fala*, tal como definidas por Saussure no CLG, gesto esse repetido em vários de seus textos, como vimos há pouco, aponta para o fato de que ele pode ser tomado como um sintoma da presença de recorrentes mal-entendidos acerca da relação da AD com a Linguística, principalmente aquela derivada de Saussure.

Ao afirmar que discurso e *língua* não se confundem, sendo objetos de ordens distintas e de teorias distintas, e que o discurso não é a reformulação da *fala*, Pêcheux anuncia de antemão que seu projeto não é “completar” o trabalho de Saussure,

desenvolvendo aquela Linguística da fala que teria ficado postergada, na qual se recuperaria a história e o sujeito, nem tampouco re-articular, numa teoria global, a língua e a fala, antes separadas.

A análise da problemática de Pêcheux, que fizemos na seção anterior, é suficiente para mostrar que a análise do discurso projetada por ele não pertenceria, do ponto de vista epistemológico, ao campo da Linguística, nem de uma ciência da linguagem (mais ampla que uma Linguística da *langue*), nem tampouco de uma sociolinguística. Na verdade, ela pertenceria a uma ciência das ideologias, como uma de suas teorias regionais, própria da *ciência da história*, ou Materialismo Histórico.

Essa parece não ser uma posição fácil de compreender, e dois fatores são complicadores. O primeiro é derivado de uma ilusão retrospectiva ligada ao fato de, no atual contexto, a AD se encontrar *institucionalizada* nos departamentos de Linguística das Universidades (inclusive no Brasil). O segundo é ligado ao desconhecimento da “metodologia” de Pêcheux – como as primeiras páginas da AAD-69 são dedicadas a uma discussão dos conceitos de língua e fala de Saussure, tem-se a impressão de que se trata de uma intervenção no debate das exclusões saussurianas, quando o que ocorre de fato é a exposição do processo pelo qual se construiu um novo objeto a partir da crítica de conhecimentos prévios.

Pêcheux, ao longo da sua trajetória, sempre sinalizou para a inscrição epistemológica da AD no campo de uma teoria das ideologias no interior do Materialismo Histórico. Na AAD-69, o autor comenta, ainda que vagamente, que a teoria do discurso poderia intervir no campo de uma teoria da ideologia. Em “A semântica e o corte saussuriano...”, de 1971, Pêcheux afirma que o desenvolvimento da teoria do discurso, enquanto teoria dos efeitos de sentido, “depende apenas parcialmente de uma abordagem linguística” e que parece indispensável, para esse fim, realizar uma “mudança de terreno” em relação à Linguística (p. 14-5). O estudo do sentido exigiria a introdução de novos objetos, pertencentes ao terreno teórico “que determina as formas e os conteúdos da mudança”, isto é, o Materialismo Histórico (p. 25). Em *Semântica e Discurso*, de 1975, Pêcheux é explícito ao afirmar que seu objetivo é “desenvolver as consequências de uma posição materialista – no elemento de uma teoria marxista-leninista da Ideologia e das ideologias – com respeito ao que chamamos ‘processos discursivos’” (p. 32).

Apelar ao que disse o autor é uma das estratégias para defender nossa posição. Mas não é a única, e certamente a menos eficaz. A nosso ver, a inserção epistemológica

da análise do discurso de Pêcheux no MH fica evidente no próprio conceito de discurso de que tratamos acima. E, mais, fica evidente quando se considera a problemática da teoria do discurso. Ora, o que define mais especificamente o discurso é seu aspecto de elemento material das ideologias. O discurso, entendido como “objeto sócio-histórico” e não propriamente linguístico, conforme Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]), é um objeto definido a partir da perspectiva sócio-histórica e não linguística. O problema perseguido pela linha pecheutiana é o problema da *função social da ideologia*, como bem explica Robin (1977). Malidier *et al* (1994, p. 87) esclarecem:

Se, como se pode observar, os sistemas de representação, o pré-construído e o pré-assertado governam o discurso, as formações discursivas, quanto à sua lei de evolução, de transformação, não podem ser apreendidas senão *no quadro de uma teoria das ideologias* (apenas parcialmente construída), mas o conceito de ideologia não pode ser pensado senão relacionado a toda hierarquia dos conceitos do *materialismo histórico* (grifos nossos).

Quase todas as categorias que definem o discurso em Pêcheux são provenientes do MH: historicidade, ideologia, luta de classes, posições ideológicas, etc. A categoria da particularidade que define o discurso é estabelecida em conformidade com a ideologia, concebida também como algo que é do nível do particular. A categoria da historicidade e da conflitividade também se ligam ao problema da ideologia – as ideologias, bem como as posições ideológicas, são históricas e entram num embate umas com as outras.

Certamente, a Linguística e o pensamento de Saussure, assim como também a Psicanálise, tiveram um papel *fundamental* para a produção não só do conceito de discurso, como vimos acima, mas também de outros conceitos da teoria e do método de análise do discurso. Além disso, foi sobre a base de uma série de conceitos operatórios provenientes da Linguística que o método se construiu. Não é, entretanto, pertinente, para o nosso problema, fazer uma análise minuciosa do papel que tiveram essas duas ciências na AD pecheutiana. Basta-nos, para o momento, ter bem claro que, embora Pêcheux não concebesse a sua AD como uma teoria do campo da Linguística, essa ciência e Saussure têm um papel de elemento constitutivo da AD, como um instrumento teórico para a constituição do campo. Seguimos, portanto, a posição de Possenti (2004, p. 361), segundo a qual “não há AD sem linguística”.

1.2.2 O projeto de Marcellesi e seu grupo. A AD e a sociolinguística (ou Linguística social)

Como dissemos, o grupo de Marcellesi/Gardin (que compreendia Guespin, Provost, Courdresses, Slakta) caracteriza-se como um grupo de analistas do discurso, especialmente do discurso político, o qual tinha as suas bases na proposta de Dubois, que, como apontamos no início desta seção, é considerado por Malidier um dos fundadores da AD francesa, ao lado de Pêcheux. Fazemos referência ao grupo de *Marcellesi/Gardin* porque estes dois pesquisadores se tornaram ao longo dos anos 70, dois grandes instigadores da AD da sociolinguística na França, desenvolvendo o que fora iniciado com os trabalhos de Dubois.

A linha de AD de Marcellesi/Gardin e seu grupo é bastante diferente daquela de Pêcheux, ainda que tenha em comum com ela a referência ao discurso. Da perspectiva de Marcellesi/Gardin, a AD seria um ramo da Linguística social em via de constituição. Sendo assim, a AD segue as linhas gerais da Linguística social, conforme traçadas por Marcellesi e Gardin (1975). Por isso, antes de avançarmos as principais características definidoras da AD sociolinguística, comentamos algumas características gerais dessa Linguística social.

1.2.2.1 A sociolinguística, a Linguística social

Uma das primeiras tentativas de implantação, na França, de uma sociolinguística “em via de constituição” (GUESPIN, 1971) juntamente com o estabelecimento de suas diretrizes teórico-metodológicas foi aquela de Marcellesi, Gardin e Guespin, dentre outros. Esse empreendimento, que se iniciou no começo dos anos 70 e foi ganhando força em meados da década, certamente, não foi a única tentativa (Cf. LAKS, 1984), mas foi a pioneira e se estabeleceu como uma das mais destacadas (Cf. GADET, 2005). Ele começou a se delinear com a tese de Marcellesi e de outros pesquisadores ligados ao grupo de Dubois em Nanterre, sendo divulgado/desenvolvido em vários números das revistas *Langages* (13, 23, 41, 46) e *Langue Française* (4, 9) e na obra *Introdução à Sociolinguística: a Linguística social*, de Marcellesi e Gardin, que permaneceu por um longo tempo, conforme Gadet (2005), como o único manual francês de sociolinguística. Boa parte das teses defendidas por esses pesquisadores (em sua maioria, ligados direta

ou indiretamente a Dubois) apresentava-se como pesquisas sociolinguísticas tratando das relações entre estruturas linguísticas e estruturas sociais.

A tentativa de instituição da sociolinguística na França por Marcellesi e seu grupo, segundo Gadet (1977), caracteriza-se pelo objetivo de fazer voltar à cena a tendência sociológica num contexto em que esta se encontrava obliterada pela dominância da tendência formalista em suas formas concretas do estruturalismo e do gerativismo. Os motivos dessa tentativa de recuperação ou reativação da tendência sociológica podem ser classificados em teóricos e políticos. Os teóricos, em primeiro lugar, dizem respeito a uma insatisfação com a abordagem formalista, abrangendo os problemas que ela não conseguia resolver. Em segundo lugar, dizem respeito à necessidade de tratar de questões novas e distintas daquelas da tendência oposta, as quais surgem do posicionamento em outra perspectiva teórica, a marxista. Os motivos políticos, por seu turno, são relacionados ao engajamento dos linguistas marxistas numa militância voltada à revolução social.

A proposição de Gadet (1977) acerca da inversão de dominância, que é aceita também por Courtine (2009 [1981]), é riquíssima para uma análise dos fenômenos ocorridos no campo da Linguística francesa nos anos 70. Mas o ponto de vista de Gadet é externo em relação ao ponto de vista de Marcellesi/Gardin (que é interno) e, assim, a sua compreensão acerca desse empreendimento não é a mesma. Portanto, vale a pena que mencionemos também o ponto de vista desses atores sobre o empreendimento no qual estão diretamente envolvidos.

A constituição/instituição da sociolinguística representava, para o grupo de Marcellesi/Gardin, um grande projeto para a Linguística e não simplesmente a fundação na França de um ramo a mais para essa ciência, a sociolinguística, que viria a relacionar fatos linguísticos e fatos sociais, suprimindo uma de suas carências. O termo *sociolinguística* empregado por Marcellesi e Gardin não designava um dos ramos da linguística (ou uma de suas disciplinas, localizadas em sua margem por oposição àquelas que ocupam seu centro), tal como era na época e ainda hoje para alguns autores. A sociolinguística é, para esses autores, a verdadeira *Linguística social*.

Dizemos *verdadeira* porque, segundo os referidos autores, a Linguística então existente, em seus desenvolvimentos estruturalistas e gerativistas, cuja abordagem seria imanente e formalista, não trazia o social para o núcleo das reflexões, dos problemas e das questões, e das respostas das pesquisas. Saussure, por exemplo, conforme os

autores, apesar de ter afirmado o caráter social da língua e, portanto, da Linguística não teria conseguido elevar essa ciência a uma ciência social de fato.

Certamente, o julgamento do caráter social ou não da Linguística está assentado numa acepção particular e bem definida de “social”. Para Marcellesi/Gardin, como veremos a seguir, a concepção de social presumida nas formulações de Saussure vem de fontes não científicas (Durkheim, Tarde). Esta se opõe radicalmente a uma concepção científica da sociedade, aquela de Marx, que pode e deve, conseqüentemente, embasar uma ciência que se queira efetivamente social.

A instituição e a expansão da sociolinguística assentada nessas bases teóricas é, assim, um passo na tarefa de colocar a Linguística no seu verdadeiro eixo, o de uma ciência social. Para nós, Marcellesi/Gardin não concebiam seu empreendimento como uma *inversão de dominância* entre a tendência sociologista e a formalista, mas como uma reformulação geral da Linguística, uma tentativa de operar uma mudança de rumo no campo.

A *Linguística social*²³, como concebida pelo grupo de Marcellesi/Gardin, estuda todos os fenômenos da linguagem, todos os níveis linguísticos: fonológicos, morfológicos, lexicais, sintáticos, enunciativos e discursivos. Mas, diferentemente da abordagem estruturalista, todos os fenômenos são estudados do ponto de vista da mudança e da variação e não da sincronia (e, além disso, supondo a existência de diversas normas sociais e não de uma *língua*) e são remetidos a fenômenos sociais, abandonando a perspectiva imanente. Isso porque há um pressuposto da Linguística social que diz: a toda estrutura/mudança linguística corresponde uma estrutura/mudança social. Os níveis linguísticos são concebidos como pertencendo a um *continuum*, ou seja, não há ruptura entre eles. Certamente, os linguistas sociais não entendem, tal como Jakobson, que dos níveis inferiores (fonológicos) até os níveis superiores (o do enunciado e do texto) haja uma gradual passagem do domínio da coerção ao domínio da liberdade do falante. Para os linguistas sociais, todos os fenômenos de linguagem são regrados, ainda que essas regras sejam de naturezas distintas.

A Linguística social é, assim, uma linguística ampliada. Em primeiro lugar, porque elimina uma oposição estabelecida por certos autores entre centro e margens, baseada na existência da cientificidade. Todas as suas subdisciplinas são igualmente

²³ Empregaremos aqui, preferencialmente, o termo *Linguística social* para designar o campo para cuja constituição os trabalhos de Marcellesi e Gardin visavam a contribuir, pois o termo *sociolinguística* pode remeter para um dos ramos da Linguística e se identificar, por exemplo, com o projeto de um Labov.

importantes e têm a possibilidade de constituir saberes científicos. Em segundo lugar, porque o enunciado, a enunciação, o discurso são todos concebidos como fenômenos linguísticos, podendo/devendo ser objeto da Linguística social. Eles são estudados em disciplinas, ou campos de pesquisa, no interior da Linguística social, como a análise do discurso, por exemplo.

A Linguística social tem por objetivo “colocar em evidência o caráter sistemático da covariação das estruturas linguísticas e sociais e, eventualmente, estabelecer uma relação de causa e efeito” (BRIGHT apud MARCELLESI, 1971a). A proposição de Bright é assumida por Marcellesi e Gardin porque, para eles, as estruturas sociais determinam de alguma forma as estruturas e os usos linguísticos. Outro problema comum dessas diversas disciplinas, segundo Marcellesi e Gardin (1975, p. 18), seria “a determinação das constantes das condutas linguísticas dos grupos sociais”. Trata-se de uma opção metodológica: ao invés de buscar as identidades, como o faria a Linguística estruturalista, a Linguística social busca as diferenças, as particularidades. Como se vê, a Linguística social é um estudo de fatos de língua, mas cuja perspectiva é social e contrastiva, e não imanente e generalista como o das linguísticas estruturalistas. Devido a sua perspectiva social, essa ciência não pode jamais deixar de investigar as determinações sociológicas dos fenômenos linguísticos.

Os pressupostos sociológicos da Linguística social são os seguintes: uma comunidade linguística não se constitui de indivíduos isolados, mas de grupos sociais; os indivíduos desses grupos possuem uma conduta linguística comum; as condutas linguísticas de um dado grupo social lhe são próprias e se diferenciam daquelas dos outros grupos. Sendo assim, os grupos sociais, intermediários entre a sociedade global e os indivíduos particulares, são o ponto de partida das pesquisas. Os grupos sociais, como veremos abaixo, são concebidos como locutores coletivos parciais.

Como se pode concluir, na base dessas proposições há uma “teoria sociológica” bem determinada: trata-se da teoria marxista. A Linguística social não trata de fatos linguísticos universais ou individuais, mas sim particulares, localizados no nível intermediário constituído pelos grupos sociais. Marcellesi e Gardin (1975) se preocupam em definir grupos sociais com precisão. Baseados na definição formulada por Georges Gurvitch (grupos sociais são aqueles que possuem em comum uma série de atitudes, uma obra comum a realizar, ou seja, uma unidade de atitudes, obras e condutas), os autores propõem uma definição “mais econômica”, que assenta no aspecto

linguístico: os grupos sociais são “unidades coletivas reais, mas parciais, *fundadas numa atividade linguística comum* e implicadas num processo histórico” (p. 20).

Marcellesi e Gardin (1975, p. 20-1) enumeram, assim, os grupos sociais que interessam à Linguística social (e, portanto, à análise do discurso): a) as classes sociais “que têm um papel histórico a desempenhar”, especificamente as classes antagonistas; b) os grupos profissionais e culturais que, de alguma forma, contribuem para a “reprodução das forças de trabalho”; c) os grupos formados pelos sindicatos ou partidos, que tendem “à manutenção ou à transformação das relações de produção”; d) os grupos religiosos; e) os grupos sociais com base geográfica, que se caracterizam pela utilização de dialetos. Todos esses grupos sociais interessam à Linguística social pelo fato de manterem uma atividade linguística comum, a partir da qual se instituem constantes linguísticas e um discurso coletivo, às vezes concretizado em documentos escritos, derivados dessa atividade.

Defendem Marcellesi e Gardin que cada grupo social se caracteriza por constantes linguísticas e discursos coletivos *diferenciados*, que contrastam entre si. Nessa perspectiva, os contrastes linguísticos são determinados, ainda que não diretamente, pelas contradições da sociedade.

Com base nesse pressuposto, o objeto privilegiado da Linguística social seria a transformação linguística, definida, segundo Marcellesi e Gardin (1975, p. 233), como aquilo que “*traduz e pratica* uma transformação de relações sociais”. A transformação linguística é entendida pelos autores como um objeto novo e, sendo assim, o seu estudo não significaria o retorno ao estágio das investigações diacrônicas, em que se buscariam as mudanças linguísticas gerais. Nem todas as mudanças seriam encaradas como *transformações* pela Linguística social, já que estas sempre traduzem/refletem transformações nas relações sociais.

Segundo nosso ponto de vista, encontramos na Linguística social três problemáticas relacionadas. A primeira delas, mais geral, é a da filosofia materialista de Marx, segundo a qual há uma anterioridade do real sobre o pensamento/a consciência, e da linguagem sobre o pensamento/a consciência. A segunda, também geral, é a da teoria da história de Marx, que postula a existência de uma causalidade material incidindo sobre fenômenos superestruturais (ou, em outras palavras, fenômenos ligados à instância ideológica). A terceira e última, mais específica, é a da Filosofia da linguagem de Voloshinov, segundo a qual a linguagem, a língua, os signos, são reflexo/refração do real.

Partindo dessas problemáticas, a Linguística social reafirma que a linguagem reflete a realidade (reflete as menores mudanças sociais, reflete a luta de classes) ou que, visto de outro ângulo, as estruturas e mudanças sociais determinam a linguagem (por exemplo, numa perspectiva discursiva, o uso de determinadas palavras por determinados grupos e sua rejeição por outros ou, ainda, o aparecimento de vocabulários técnicos ligado ao aparecimento de grupos exercendo uma dada atividade produtiva) e busca, assim, correlacionar os fenômenos linguísticos e os fenômenos extralinguísticos, para no fim apontar as possíveis causas. Tomando como seu objeto a transformação linguística, tal como definida acima, a Linguística social se opõe, por exemplo, à teoria de Saussure, que, segundo Marcellesi e Gardin (1975) encararia as transformações como algo negativo e, portanto, a ser evitado. Além disso, anuncia/denuncia as consequências políticas em torno da questão: na medida em que as transformações sociais se expressam em formas linguísticas novas, elas podem chegar à consciência dos sujeitos; mas, se as transformações linguísticas são freadas, e as mudanças sociais precisam se expressar em formas linguísticas antigas, o efeito contrário se dá, e as ideologias (conservadoras) se mantêm.

Por isso, para Marcellesi e Gardin (1975), o critério das necessidades de comunicação, tomadas como princípio explicativo dos fenômenos linguísticos, geralmente usado pela Linguística estruturalista, ainda que importante, não é suficiente para um estudo sociolinguístico. Para os autores, em conformidade com Kristeva, a noção de comunicação, pressupõe “os homens comunicando, e apenas comunicando (nem produtores, nem antagonistas...)” (p. 117). Ela supõe a ausência de luta e de contradição, por não “apreender a história da língua nem o reflexo de todas as relações sociais em ação na linguagem” (p. 117). O motor da transformação linguística, conforme os autores citados, é a luta de classes.

É pelo fato de correlacionar estruturas linguísticas e estruturas sociais que, para Marcellesi e Gardin (1975, p. 258), a Linguística social “deve ser o campo dos trabalhos pluridisciplinares complementares”. Segundo Guespin (1971), a sociolinguística pede auxílio a outras ciências sociais, mas estas são tomadas como auxiliares, como apoio para o esclarecimento das condições de produção. Assim, caberia ao linguista fazer o estudo dos fatos linguísticos; ao psicólogo, o estudo do sujeito; e ao sociólogo/historiador, o estudo da situação.

Como vimos há pouco, o empreendimento de Marcellesi, para Gadet (2005, p. 130), pode ser visto como uma “operação de fundação ou de (re)habilitação” da

tendência sociológica no campo da Linguística. Essa operação, segundo a autora, pode se fazer de forma positiva ou negativa.

Em sua forma positiva, a operação de Marcellesi e seu grupo buscaria antecedentes ou ancestrais prestigiosos. Dentre estes, estariam os trabalhos de Meillet, Vendryes, Cohen e Dubois (este último, cronologicamente mais próximo) com seus elementos indiscutivelmente sociológicos. No entanto, estes são subordinados ao marxismo, que seria de fato o predecessor privilegiado.

Dans ce contexte, le marxisme apparaît comme un candidat possible au statut de prédécesseur d'une problématique des rapports entre langue et société, avec une déjà longue tradition de poser des problèmes quant au rapport entre le langage d'une part, l'histoire, la (ou le) politique ou le social de l'autre (GADET, 2005, p. 130).²⁴

O marxismo, a nosso ver, aparece realmente como o predecessor privilegiado do grupo de Marcellesi/Gardin, e em dois “níveis”. É nos quadros da teoria marxista que se inscreve a concepção de sociedade e de sua história, pensada em termos de contradição, classes e grupos sociais, luta de classes, ideologia etc. própria do referido grupo. Mas é também nos quadros da reflexão marxista sobre a linguagem em relação com a sociedade assim concebida que se inscreve a reflexão da Linguística social. Na sua *Introdução*, há muitos estudos linguísticos de base marxista mencionados/relatados, mas, dentre eles, um ganha destaque: o de Voloshinov, em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*. Segundo análise de Gadet (2005), a posição de Marcellesi e Gardin acerca das teses de Marr e de Stalin dizendo respeito à existência ou não de línguas de classe e, portanto, da língua como elemento da superestrutura é a seguinte: em sua forma pura nenhuma das soluções dos autores cotejados é produtiva. É por isso que eles, principalmente Gardin, teriam buscado uma via em Voloshinov, fazendo dele um precursor da Linguística social – a posição de Voloshinov seria concebida pelos autores como uma via lúcida entre os radicalismos de Marr e de Stalin. Tratamos disso na próxima seção.

Em sua forma negativa, segundo Gadet (2005), a operação de constituição da Linguística social aponta aquilo ao que ela se opõe. Trata-se da “super-exploração” das críticas aos conceitos de Saussure (e também aos de Chomsky). É dessa operação

²⁴ “Nesse contexto, o marxismo aparece como um candidato possível ao estatuto de predecessor de uma problemática das relações entre língua e sociedade, com uma já longa tradição de colocar problemas quanto à relação entre a linguagem, de uma parte, e a história, a política (ou o político) ou o social, de outra.”

negativa que trataremos agora, atendo-nos à crítica aos conceitos de Saussure, pois ela é fortemente embasada nas posições sustentadas por Voloshinov ainda na década de 1920. Vale ressaltar que essas críticas são voltadas ao pensamento de Saussure tal como organizado no CLG, obra que, para o grupo de Marcellesi, não tinha caráter apócrifo ou de vulgata, mas representava legitimamente o pensamento do linguista, conforme adiantamos mais acima. Em outras palavras: as críticas dos sociolinguistas não se constroem sobre o que está *ausente* no CLG em comparação com os manuscritos, mas sim sobre o que está *presente* nessa obra.

A nosso ver, as críticas a Saussure e à Linguística estruturalista fundada em suas teses e seus conceitos, feitas por Marcellesi e Gardin, constroem-se sobre dois pontos de vista diferentes, porém interligados – um deles seria “teórico”, consistindo em apontar equívocos e inconsistências dessas teses e desses conceitos; outro seria “epistemológico”, consistindo em comprovar que Saussure não efetuara o corte epistemológico frequentemente creditado a ele. Essas críticas são acompanhadas da apresentação da solução (apropriada, conforme os autores) para os problemas e erros identificados. Acreditamos que será possível perceber, ao final da exposição, que a Linguística social constrói suas posições, perspectivas e conceitos a partir de um ponto de vista contrário ao de Saussure. O resultado desse discurso que se constrói pela lógica da negação é afirmar o que Saussure negara, é rejeitar o que Saussure prescrevera para a Linguística.

A crítica “teórica” ao pensamento de Saussure pode ser resumida da seguinte forma: para Marcellesi e Gardin, Saussure não obtivera êxito em sua proposta de delinear a Linguística como uma ciência social. Para os autores, dois pontos da teoria de Saussure ilustram essa tese – o conceito de *língua*, bem como a dicotomia *língua e fala*; e a concepção de *história da língua* e da *mudança linguística*.

Para Marcellesi e Gardin (1975), Saussure cairia em contradição ao definir a língua como uma instituição social e, ao mesmo tempo, postular que ela se constitui de signos arbitrários (ou seja, que não mantêm nenhum vínculo natural com as coisas que representam). A consequência metodológica para a Linguística decorrente dessa definição de signo linguístico é o estudo sistêmico desses signos, sem qualquer referência ao seu exterior. Ao definir a língua como instituição social e seus elementos constitutivos como arbitrários, Saussure postula o *estudo imanente* da língua e dá à Linguística “um estatuto de ciência independente” das realidades sociais ou naturais (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 106).

Assim, Saussure não teria levado a fundo o caráter social da língua que ele mesmo afirmava: “A noção de arbitrário do signo permite pois a Saussure negar as relações determinantes que o caráter social da língua poderia ter levado a procurar entre língua e sociedade” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 106).

Segundo Marcellesi e Gardin (1975), a teoria linguística de Saussure é construída sobre pressupostos da sociologia de Émile Durkheim e Gabriel Tarde, para a qual uma sociedade é composta por uma somatória de indivíduos, havendo fatos universais (relacionados à sociedade global) e fatos individuais (relacionados aos indivíduos). Assim, a dicotomia *língua e fala* é estabelecida em conformidade com a oposição sociológica fundamental na qual se embasa Saussure – a de sociedade/indivíduo. Os fundamentos sociológicos do linguista genebrino não lhe permitem conceber a existência de um terceiro nível, intermediário entre aqueles. Para Marcellesi e Gardin (1975), “Reconciliando Durkheim e Tarde na sua sociologia, Saussure não introduz nela Marx”, isto é, não opera com a noção de grupos sociais como um nível situado entre a sociedade e os indivíduos. Esses mesmos fundamentos impedem, portanto, de propor uma atividade linguística própria a esse nível (p. 107). Com base na teoria da sociedade de Marx, Gardin (1976) afirma que aquilo que Saussure definiu como sendo *a língua* nada mais é do que a norma de *um grupo social*, a norma do grupo dominante. O conceito de *língua* apaga a existência do conceito de normas linguísticas e da existência de uma variedade de normas. E, além disso, o que sustenta esse conceito saussuriano de língua é a ideologia burguesa da universalidade. Assim, a Linguística derivada de Saussure é uma Linguística que tem por objeto exclusivo a norma (definida como *a língua*) do grupo dominante.

Como se vê, a opção de Saussure pela língua como objeto da Linguística e a definição de um estudo sincrônico e imanente da mesma, que constituem, para alguns estudiosos ²⁵, a condição de possibilidade de instituição de uma ciência linguística em separação com o seu passado não científico, representariam, para Marcellesi e Gardin, um verdadeiro impedimento de estudar as determinações sociais da linguagem, aquilo que realmente pode levar a uma compreensão científica dos fatos linguísticos.

Em síntese, a posição de Marcellesi e Gardin (1975, p. 107) é assim expressa: “É portanto ao mesmo tempo que define com energia a língua como social que Saussure

²⁵ Dentre eles, Pêcheux e os seus companheiros, tais como Normand, Gadet, Robin, Malidier. Vale ressaltar que, para esses autores, o *núcleo do corte* de Saussure seria a sua *teoria do valor* (Cf. NORMAND, 2009; HENRY; HAROCHE; PÊCHEUX, 2007 [1971]).

nega a si próprio uma linguística social, ou antes, que ocupa o seu terreno sem o explorar”.

O segundo ponto da teoria de Saussure que estaria estreitamente ligado a uma negação da Linguística como ciência social de fato, sob o ponto de vista de Marcellesi e Gardin, seriam suas considerações sobre a *história da língua* e a *mudança linguística*. O ponto principal é a opção por excluir o estudo diacrônico (da história da língua) das tarefas da Linguística. Conforme Gardin (2005 [1976]), a exclusão da tarefa de explicar as mudanças linguísticas decorre da concepção de Saussure de que as causas da mudança são exteriores à língua, ao sistema linguístico. Como a Linguística deve ter uma perspectiva imanente, todas as determinações exteriores da língua devem ser descartadas dos estudos. O secundário é a incapacidade de explicar essa história. Os autores entendem que, para Saussure, a mudança linguística é operada pelos sujeitos falantes, mas é, ao mesmo tempo, aleatória e acidental. Sendo assim, Saussure tem uma concepção “pobre” da história da língua: “Sem ‘motor’, mas feita por indivíduos livres, a crônica das transformações linguísticas não merece o nome de história no sentido que Marx deu a essa palavra” (MARCELLESI;GARDIN, 1975, p. 107).

Para Marcellesi e Gardin (1975), Saussure, nesse ponto de sua teoria, manifesta sua atitude negativa quanto à mudança linguística. Tal argumento deriva da análise da tese saussuriana das duas forças que agem em sentido contrário na propagação linguística. Para Saussure, haveria duas forças que agem simultaneamente, mas em sentido contrário, com relação à propagação linguística. A primeira delas, o espírito de campanário, particularista, agiria no sentido da variação linguística e, portanto, da dissolução da unidade da língua. A segunda força, a do intercuro social, agiria no sentido da homogeneização e, portanto, da unificação da língua, na medida em que, pelo contato entre diferentes comunidades linguísticas, propagam-se e privilegiam-se os usos linguísticos comuns. Marcellesi e Gardin (1975) afirmam que somente esta última força é valorizada por Saussure, que concede “em teoria privilégio às forças de homogeneização da língua, de coesão contra as forças opostas que fazem surgir as tensões sociais” (p. 214). O que Saussure valorizaria seria “a reprodução da língua, reprodução que se poderia classificar de ampliada (‘renovação e conservação’)” (p. 214).

Segundo Marcellesi e Gardin, a “visão conservadora” de Saussure não tem base científica, mas ideológica. Mais uma vez a teoria sociológica de Durkheim estaria orientando as posições de Saussure. Durkheim supõe que as revoluções sociais,

causadas pelas anomias sociais, são coisas ruins, e que se deve buscar a solidariedade, evitando as revoluções e a luta de classes. Nada seria mais conservador, para um marxista, do que essa posição. Está claro que, para Marcellesi e Gardin, as mudanças linguísticas seriam, para Saussure, tão ruins quanto as revoluções sociais são, para Durkheim. Por isso, a teoria saussuriana evitaria a abordagem do problema da mudança e da variação linguística, tratando a língua como objeto homogêneo.

Conforme Gardin (2005 [1976]), Saussure representa, assim, em sua teoria, a posição da classe dominante para a qual a mudança é ameaça e a reprodução é garantia de manutenção de seu poder, de sua dominação. Novamente aqui, haveria efeitos da ideologia burguesa nas elaborações teóricas de Saussure.

A proposta de Marcellesi e Gardin para a Linguística social é que a mudança e a variação sejam centrais nas pesquisas. A sociedade não é uma nem homogênea, como supõe a teoria sociológica de Saussure implícita em seu conceito de língua. Ela é constituída de grupos sociais, conforme postulado na teoria marxista, e estes possuem uma conduta linguística que se particulariza e distingue em relação a de outros grupos. Não há, portanto, *a língua* de uma sociedade, mas as diversas normas linguísticas próprias dos grupos sociais. São estas que devem estar em primeiro plano nas pesquisas linguísticas. A Linguística social entende os fatos e as estruturas sociais como determinantes ou como princípios explicativos das mudanças linguísticas e da história da língua, isto é, o seu “motor”. Se, de fato, Saussure estava correto ao propor que as mudanças linguísticas são determinadas por fatores externos ao sistema linguístico, isso não significa que o estudo das mudanças seja excluído do horizonte da Linguística, mas que elas sejam seu objeto e que a Linguística social seja não uma ciência autônoma, mas um campo de pesquisas multidisciplinares complementares, constituído sobre a base da interdisciplinaridade entre linguistas e cientistas sociais.

A crítica “epistemológica” que Marcellesi e Gardin fazem do pensamento de Saussure visa a desconstruir a tese de que o autor teria efetuado o corte epistemológico fundador da cientificidade da Linguística. A tese dos autores (fortemente embasada nas críticas de Voloshinov a Saussure, como veremos) é que o pensamento de Saussure está em continuidade com o passado ideológico do campo dos estudos da linguagem. Os conceitos saussurianos analisados pelos autores com o fim de evidenciar a sua suposta base ideológica são o de *sincronia* e o de *valor linguístico*.

Marcellesi e Gardin reproduzem, concordando com elas, as críticas de Voloshinov, apresentadas em *Marxismo e filosofia da linguagem*, ao conceito de

sistema sincrônico. Os autores lançam mão dessas críticas para embasar sua refutação à tese corrente entre os linguistas pós-saussurianos de que, no conceito de língua enquanto sistema sincrônico, residiria um dos conceitos constitutivos do corte epistemológico de Saussure. O argumento dos autores, retirado de MFL, é que a noção de sistema sincrônico coloca a Linguística estruturalista em *continuidade* com a filologia. Para Marcellesi e Gardin (1975, p. 111): “A noção de sistema sincrônico seria pois paradoxalmente uma noção ideológica, reflexo da continuidade prática entre linguística e filologia”. Em conformidade com Voloshinov, os autores defendem que o linguista, em sua prática de descrição de estados de língua, constitui um *corpus* de frases retiradas de seu contexto, isoladas “das suas condições de produção” (p. 110), reduzindo seus dados “ao estado de expressões monológicas” e de sinais, tal como o filólogo. O conceito saussuriano de sincronia não passaria de uma teorização de uma prática corrente, a do filólogo.

O último conceito da teoria saussuriana criticado como ideológico (portanto, não científico) é o de valor linguístico. Os autores argumentam que Saussure toma de empréstimo da economia política a noção de valor, fazendo uma analogia entre o valor econômico dos produtos e o valor linguístico dos signos. Tal teoria não seria nenhuma novidade, pois desde o século XVIII, essa comparação das palavras com a moeda já era usual. Sendo assim, em relação à teoria do valor de Saussure, “também aí se mostra que o trabalho deste último não se apresenta como uma *deslocação de terreno*, uma *criação*, mas nasce de um trabalho de conceptualização de *dados ideológicos* existentes” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 114. grifos nossos). Ou seja, para os autores, aqui também não há ruptura com o passado.

Para os autores, faz-se necessária uma “crítica da linguística”, tal como aquela “crítica da economia” feita por Marx (p. 115). Nesta última, Marx afirmara que a teoria do valor dos produtos ocultava um elemento que está na origem da determinação do valor: o trabalho. Para os autores, sempre embasados nas teses de Voloshinov, a ideia do valor linguístico oculta o trabalho social de produção desses valores: a Linguística estrutural transforma os signos, que são ideológicos, polissêmicos, em *sinais*, ocultando o trabalho social de impressão de índices sociais de valor nos signos pelos grupos sociais e pela luta de classes.

Devido a todos esses problemas, Saussure não teria conseguido constituir a Linguística social e nem poderia ser uma referência para a sua constituição. Saussure é, conforme tese de Gadet anteriormente exposta, o alvo da operação negativa de

Marcellesi e Gardin. Ainda segundo Gadet (1977), as críticas ao conceito de língua feitas pelos sociolinguistas demonstram, no entanto, uma leitura redutora e não-histórica de Saussure. Redutora porque separaria a ordem social e a ordem estrutural, quando a sua articulação seria uma das novidades de Saussure. Não-histórica porque não se interroga sobre o papel que o conceito de língua teve na fundação da Linguística científica e sobre aquilo com o que esse conceito rompeu²⁶.

Segundo Gardin (2005 [1988]), havia uma via aberta por Voloshinov, em MFL, que permitia de fato a fundação da Linguística social. A leitura dessa obra poderia permitir efetuar o corte epistemológico efetivo na Linguística, porque, dentre outros motivos de que trataremos na seção 2, instaurava a possibilidade de organizar os estudos voltados ao problema da mudança e da variação (verdadeiro objeto da Linguística social).

A rejeição de Saussure por Marcellesi e por Voloshinov aproxima-os, mas os distancia do grupo de Pêcheux, que se apoia no trabalho de Saussure. A referência à teoria do genebrino é, assim, um dos fatores de clivagem no campo da AD francesa, e também de um distanciamento de Pêcheux em relação a Voloshinov. Retomamos essa questão nas seções 2 e 3.

1.2.2.2 A AD sociolinguística

Segundo mencionado mais acima, no entendimento do grupo de Marcellesi, a análise do discurso é uma das direções de pesquisa que constituem a Linguística social; uma de suas “subdisciplinas”, se podemos dizer assim.

C'est dans cette perspective que se sont développés en France, depuis quelques années, les travaux qui relèvent de l'*analyse du discours*, et c'est à ce titre qu'ils participent à l'élaboration de la *sociolinguistique*, qui se propose l'exploration d'un domaine de recherche ancien et néanmoins mal défini : celui des *rappports entre langue et société*. (CHAUVEAU, 1978, p. 29).²⁷

²⁶ Guespin, um dos membros do grupo de Marcellesi, não sustenta a mesma posição de Marcellesi e Gardin. Para ele, a oposição de Saussure entre língua e fala foi legítima e frutuosa no tempo de Saussure, tendo permitido definir as tarefas da Linguística e tendo dado conta de maneira provisoriamente satisfatória da dimensão histórica (Cf. GUESPIN, 1971).

²⁷ “É nessa perspectiva que se desenvolvem na França, há alguns anos, os trabalhos que relevam da *análise do discurso*, e é nesse sentido que eles participam da elaboração de uma *sociolinguística*, que se propõe a exploração de um domínio de pesquisa antigo e, ainda assim, mal definido: aquele das *relações entre língua e sociedade*.”

Conforme Chauveau (1978), o movimento de constituição de uma abordagem do discurso e de elaboração de um método de análise do discurso inscreve-se na tentativa de ampliação da Linguística científica a objetos que, desde Saussure e do CLG, foram relegados a uma linguística da fala (não desenvolvida) ou a outras ciências sociais – o discurso, o sentido, o sujeito falante, a cultura, a sociedade, a história. Os trabalhos teóricos e práticos então realizados seguem as vias abertas no interior de uma reflexão um pouco mais antiga sobre o discurso feita com base no desenvolvimento/ampliação das teses estruturalistas, notadamente: 1) aquela de Jakobson sobre as funções da linguagem e a enunciação; 2) aquela de Benveniste sobre a enunciação e o seu aparelho formal; 3) aquela de Harris sobre o discurso/texto enquanto estrutura constituída de elementos da ordem da língua e passível de uma descrição por meio dos procedimentos linguísticos (comutação, substituição, distribuição).

Os avanços em certas linhas de estudos lexicológicos se mostraram importantes para a análise do discurso sociolinguística, ainda de acordo com Chauveau (1978). Esses avanços consistem em estudar o léxico com base na linguística (reinserindo o léxico na língua) e considerar o contexto da palavra, repertoriando relações distribucionais. O termo-pivô, a palavra tomada para análise, é re-inserida no contexto da frase em que aparece, encaminhando-se, assim, para o campo do enunciado e deixando o da palavra isolada. Os métodos lexicológicos, desde então, permitiam uma análise do discurso em suas estruturações sintáticas.

Mas não poderíamos deixar de mencionar o importante aporte das concepções de Voloshinov para o desenvolvimento da AD sociolinguística. Sua teoria dos signos ideológicos e do discurso reportado enquanto discurso *no* discurso e um discurso *sobre* um discurso, de natureza não estritamente linguística, mas também sociológica, constituíram uma referência significativa para alguns trabalhos.

Em suma, como observa Mazière (2007), o método de Harris era apenas uma das referências da AD sociolinguística, uma vez que aí também se trata do problema do enunciado e da enunciação inserido no processo de comunicação como pensado por Jakobson e por Benveniste, e se busca uma abordagem da palavra em seu contexto mais amplo. Esta é também a posição de Guespin (1976, p. 6):

Tous ces travaux sont *issus* de Harris, aux deux sens du mot : à la fois en tant que *Discourse analysis* leur a donné naissance, et en tant qu'ils s'en séparent, contribuant à déterminer le nouvel objet scientifique. Et

ce n'est pas un hasard si ces travaux ont lieu dans une perspective marxiste [...].²⁸

Essa ampliação da Linguística científica se configura, no grupo que se constituiu em torno inicialmente de Dubois, como a Linguística social de que tratam Marcellesi e Gardin. Consequentemente, a análise do discurso sociolinguística partilha os pressupostos e os conceitos de base da Linguística social. Em suas pesquisas particulares, a maioria dos estudiosos dedicados à instituição da Linguística social fez análise do discurso. Então, ainda que a AD não fosse concebida, nesse grupo, como uma disciplina autônoma, mas como parte de um campo muito mais amplo, foi ela que se tornou o interesse central dos sociolinguistas. Podemos dizer, assim, que a AD recobriu quase completamente o campo da Linguística social (mas apenas na década de 1970).

A AD sociolinguística não teve como uma de suas preocupações iniciais a elaboração de uma teoria e um método de análise do discurso precisos, unificadores. Os trabalhos nessa área constroem e/ou buscam conceitos e métodos diversos visando aos problemas particulares investigados. Certamente, há uma série de constantes, mas a combinação particular de conceitos e métodos em cada pesquisa cria um efeito de *dispersão* mais do que de *unidade* ²⁹. É o que expressam Marcellesi e Gardin (1975, p. 281-2), quando afirmam que “os métodos de pesquisa e de análise dos fatos são necessariamente multiformes e mudam necessariamente com o próprio *corpus*”, ou seja, que há uma metodologia eclética na análise do discurso. Semelhante posição é sustentada por Chauveau (1978).

No entanto, segundo a concepção de conhecimento científico e de prática científica do grupo de Marcellesi, a ausência dessa teoria ou metodologia no ponto de partida não seria um problema, mas uma situação “natural”. Trata-se, para o grupo dos sociolinguistas, de seguir um método “empírico-dialético” (Cf. MARCELLESI;

²⁸ “Todos esses trabalhos *sáiram* de Harris, nos dois sentidos do termo: ao mesmo tempo, na medida em que *Discourse Analysis* lhes fez nascer, e na medida em que eles dele se separam, contribuindo para determinar o novo objeto científico. Não é um acaso que esses trabalhos tenham lugar em uma perspectiva marxista [...].”

²⁹ Diferentemente, portanto, da AD de Pêcheux, que, como mostramos, tinha como central a produção de uma teoria como de partida que permitisse a elaboração do método e representasse um caminho relativamente seguro a ser seguido. A existência dessa teoria, ainda que em estágio de elaboração, dá um efeito de unidade. No entanto, é interessante notar, em quase toda a década de 70, a carência de trabalhos que sigam exclusiva, estrita e minuciosamente essa AD pecheutiana (teríamos que esperar pelo trabalho de Courtine (2009), por exemplo). Os trabalhos de analistas do discurso do grupo de Pêcheux aplicam tanto os conceitos desse autor quanto de outros inseridos numa problemática estranha à dele, tentando articular todos esses. E igualmente os analistas ligados ao grupo da sociolinguística recorriam a conceitos de Pêcheux em alguns de seus trabalhos.

GARDIN, 1975, p. 279): neste, postula-se a precedência dos trabalhos de descrição, que são uma primeira etapa necessária para as construções gerais, sobre as “especulações” iniciais desvinculadas de dados empíricos e, além disso, o confronto com a prática. Segundo Guespin (1976, p. 24): “[...] l’étude linguistique du discours politique n’est qu’un premier pas, bien modeste, vers une théorie générale du discours”³⁰. Ainda para Guespin (1976), a análise do discurso só constrói suas ferramentas na prática, sendo que é desta última que nascem as ferramentas suscetíveis de permitir a validação científica das hipóteses trazidas pelo analista do discurso. Marcellesi e Gardin (1975, p. 279) sustentam mesmo uma posição contrária frente às teorizações preliminares, afirmando que a preocupação em teorizar previamente “conduz muitas vezes a manter ou a bloquear um certo número de investigações na especulação e a fazer esquecer o que, em última análise, permite por à prova a teoria: o critério da prática”.

Parece que, para esse grupo, a análise do discurso deveria passar por um processo paulatino e coletivo de constituição a partir dos trabalhos realizados. A formulação de uma teoria e de um método seria o resultado final e não o ponto de partida.

Discutiremos a seguir algumas constantes que podem ser apontadas como unificadoras desses trabalhos numa única linha de pesquisa – a análise do discurso sociolinguística. A primeira delas seria o fato de que todos esses trabalhos apresentam-se como uma análise do discurso. Se tomássemos um trabalho de AD realizado por um determinado autor como modelo para definir o que é análise do discurso, talvez nós disséssemos que os outros não são AD. Então, um elemento que os unifica é o modo como se apresentam.

Pode-se afirmar que, na AD sociolinguística, o discurso é concebido, de um modo geral, segundo essa definição/oposição dada por Guespin (1971, p. 10):

Le mot d’*énoncé* et celui de *discours* tendent à s’organiser en une opposition; l’*énoncé*, c’est la suite des phrases émises entre deux blancs sémantiques, deux arrêts de la communication; le *discours*, c’est l’*énoncé* considéré du point de vue du mécanisme discursif qui le conditionne. Ainsi, un regard jeté sur un texte du point de vue de sa structuration ‘en langue’ en fait un *énoncé*; une étude linguistique des conditions de production de ce texte en fera un *discours*.³¹

³⁰ “[...] o estudo linguístico do discurso político não é senão o primeiro passo, bem modesto, para uma teoria geral do discurso.”

³¹ “As palavras enunciado e discurso tendem a se organizar em uma oposição, o enunciado é a sequência de frases emitidas entre dois brancos semânticos, duas paradas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista de um mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, um olhar sobre um

Conforme essa passagem, depreende-se que é o ponto de vista a partir do qual se coloca o analista que faz de um objeto empírico um discurso. Nessa linha de análise do discurso, há uma tendência a assimilação entre enunciado, texto e discurso enquanto objetos empíricos. Segundo Chauveau (1978), do ponto de vista estruturalista (harrissiano) discurso se aproxima de texto enquanto estrutura fechada e acabada, cujos elementos são definidos pelo conjunto de suas relações; e do ponto de vista enunciativo (Benveniste, Jakobson), discurso pode ser tomado como equivalente de enunciado e texto, enquanto sucessão de acontecimentos (tomada da palavra, desenvolvimento de uma sequência de frases, mudança de locutor etc.).

Para tratar um texto como discurso, o ponto de vista a ser adotado é o de suas condições de produção. Sabe-se que a noção de condições de produção do discurso foi elaborada inicialmente no campo de Análise de Conteúdo e foi reformulada na AD francesa, o que não significa que seja definida da mesma forma no grupo da sociolinguística e no de Pêcheux. Conforme Marcellesi (1971a), as condições de produção do discurso são constituídas por fatores como: o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação (gênero do discurso), dentre outros. Essa noção foi amplamente empregada, entretanto, como um parâmetro para a definição do *corpus* das pesquisas: dizia-se que o *corpus* seria constituído de discursos produzidos nas mesmas condições de produção. As condições de produção do discurso são abordadas, na AD sociolinguística, não nos mesmos termos da psicologia, por exemplo, mas nos da sociolinguística (de tipo laboviano), isto é, enquanto variáveis e invariantes. As análises escolhiam dentre as condições de produção do discurso, um ou alguns fatores tidos como invariantes e outros como variáveis.

As condições de produção do discurso são um importante fator na análise do discurso sociolinguística, porque esta tem por objetivo relacionar fenômenos socioculturais e fenômenos linguísticos, isto é, evidenciar como os últimos são determinados pelos primeiros. Trata-se aqui da tese marxista de que os elementos da infraestrutura determinam os da superestrutura de uma sociedade. Mas, metodologicamente, segundo Marcellesi (1971b), no início das pesquisas devem ser feitas descrições paralelas desses fenômenos e, somente no fim, serem estabelecidas as relações entre eles. Agindo-se assim, evitar-se-ia de saída o risco de um tratamento mecanicista dessas relações.

texto do ponto de vista de sua estrutura 'em língua' faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso."

Uma outra constante da AD sociolinguística é ter como objeto privilegiado o discurso político (e nisso ela não se distancia muito da AD do grupo de Pêcheux). O termo *discurso político* parece recobrir tanto um objeto teórico quanto um objeto empírico. Ele seria um objeto teórico quando se propõe que é a expressão de um *nós*, é a expressão de um grupo social (Cf. MARCELLESI; GARDIN, 1975). *Discurso político* designaria, por outro lado, o objeto empírico da análise, sendo considerado como tal: textos próprios de instituições políticas; textos de porta-vozes de partidos; textos de políticos; textos com tema político, por exemplo, matérias jornalísticas tratando de uma questão política. Na maioria das pesquisas desse grupo e dessa época, não parece haver uma problematização dos termos *discurso* ou *discurso político*, categorias que aparecem como uma evidência. Conforme Guespin (1971), o discurso político se tornou objeto de estudo antes mesmo que uma análise do discurso se constituísse – os primeiros trabalhos sobre esse objeto se caracterizavam mais exatamente como um estudo do vocabulário de textos políticos.

A preferência pelos discursos políticos se justificaria, assim, pelo fato de eles serem um discurso eminentemente social, emanando de um grupo social. Mas qualquer outro discurso de qualquer outro grupo social pode ser objeto da AD sociolinguística, já que esta se interessa por fenômenos não universais, nem individuais, mas particulares (no caso, o nível dos grupos sociais).

E com isso, chegamos a outra constante dessa linha de AD, que é sua compreensão de que os autores/sujeitos de um discurso não são os indivíduos, mas os grupos sociais. De fato, os grupos sociais são o foco da AD sociolinguística, ou melhor, as *condutas linguísticas* dos grupos sociais. Estes, como vimos anteriormente, são definidos como elementos intermediários entre a sociedade e os indivíduos, são “unidades coletivas reais, mas parciais, *fundadas numa atividade linguística comum e implicadas num processo histórico*” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 20).

A constituição de um discurso coletivo, possibilitada por essa atividade linguística comum, eleva o grupo social à condição de “locutor-intelectual coletivo” (p. 20). Esse discurso é considerado, então, como representativo não de um indivíduo, mas de um grupo. Nesse discurso coletivo tomam lugar não somente a ideologia do grupo, mas também as suas constantes linguísticas, que se diferenciam das de outros grupos.

A noção de locutor-intelectual coletivo é derivada da noção de “intelectual coletivo” de Antonio Gramsci, conforme informa Marcellesi (1971b). Gramsci usara essa expressão para designar os partidos políticos, mas também a estendeu para

determinados grupos, como aqueles de intelectuais em torno de revistas e jornais. Assim, para a Linguística social, todo grupo social, de qualquer caráter, pode ser tomado como um locutor-intelectual coletivo (atendidas as condições acima descritas) e não somente o partido político³².

O sujeito do discurso não é aqui concebido como livre, mas como determinado socialmente. Os grupos sociais são determinados pela estrutura da sociedade e pelas instituições às quais estão ligados. Na AD sociolinguística, há uma vaga referência ao conceito de sujeito interpelado/assujeitado ideologicamente e ao de Aparelhos ideológicos de Estado de Althusser, em alguns trabalhos, o que supõe uma abordagem sociológica do sujeito. Mas esses conceitos são empregados conforme as necessidades das pesquisas particulares, podendo mesmo estar ausentes da problematização e da discussão dos resultados. Há, por outro lado, uma abordagem mais linguística, se se pode dizer assim, do sujeito. É o que aponta Chauveau (1978, p. 29), para quem a oposição entre *competência* e *desempenho* de Chomsky: “a renouvelé la réflexion théorique concernant le discours en faisant du ‘sujet parlant’ et de la ‘créativité’ des données relevant du modèle de compétence”³³. A teoria gerativa teria evidenciado que a criatividade não é devida a uma liberdade do falante, mas é uma potencialidade da *lingua* em si mesma com sua propriedade de recursividade – as mesmas regras se repetindo indefinidamente nas mais diversas variações combinatórias.

A análise do discurso sociolinguística trata “das condutas linguísticas coletivas que caracterizam grupos sociais, na medida em que elas se diferenciam e entram em contraste na mesma comunidade linguística global” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 18). Sendo assim, a sua perspectiva é contrastiva – ela busca evidenciar os contrastes que marcam os discursos analisados.

Com a descrição contrastiva das condutas linguísticas dos grupos sociais, chegar-se-ia à sua “individuação linguística”, entendida como “o conjunto dos processos pelos quais um grupo social adquire um certo número de particularidades de discurso que pode permitir reconhecer, salvo camuflagem ou simulação, um membro desse grupo” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 268). Tais particularidades de

³² No entanto, são as “constantes linguísticas” dos partidos políticos que são objeto da maioria dos trabalhos em AD na França, especialmente dos partidos comunista e socialista.

³³ “renovou a reflexão teórica concernente ao discurso, ao fazer do ‘sujeito falante’ e da ‘criatividade’ dados relativos ao modelo de competência.”

discurso seriam fenômenos de todos os níveis de língua: fonológicos, lexicais, sintáticos, enunciativos e propriamente discursivos.

Em certos trabalhos, como o de Marcellesi (1976), são contrastados os discursos dos Partidos Socialista e Comunista franceses para verificar se eles se diferenciam e em que aspectos. As análises visam a identificar palavras e construções sintáticas de maior e de menor incidência quantitativa nos discursos desses grupos, com o fim de evidenciar sua individuação linguística. Em outros, ainda, como o de Gardin (1976), são analisados e contrastados discursos de grupos antagônicos, nesse caso um sindicato patronal e um sindicato de operários. Na maioria das pesquisas, o *corpus* se constitui de discursos dos porta-vozes dos grupos, tomados como discurso do grupo e não do indivíduo particular que é o porta-voz. Mas há trabalhos um tanto diferentes, como o de Provost (1969), que busca contrastar discursos de gêneros distintos (nesse caso, o discurso político e o didático) visando a descrever seu funcionamento próprio.

Outro elemento que especifica a linha de AD da sociolinguística é sua perspectiva fortemente lexicológica. Nessa linha, que se inscreve na orientação de Dubois, comentada no início desta seção, há um percurso teórico/metodológico que vai da palavra, passando pelo enunciado e pelo texto, ao discurso. Ainda que tenha havido essa mudança de objeto, a qual vai se realizando paulatinamente ao longo da realização de pesquisas pelos analistas do grupo, a palavra permanece no horizonte das preocupações. A perspectiva lexicológica parece ser uma herança das grandes referências desses pesquisadores – Jean Dubois (1962), com sua tese sobre o vocabulário da *Comuna*; Louis Guilbert (1965), com sua tese sobre o vocabulário da aviação e Voloshinov (1979 [1929]), com sua teoria sobre os signos ideológicos. Vale ressaltar, entretanto, que a perspectiva lexicológica não significa necessariamente uma restrição ao estudo da palavra em si mesma, mas muitas vezes subordina-se a um tratamento discursivo. Um exemplo é o trabalho de Marcellesi (1976), voltado para a exposição de uma “análise do discurso com entrada lexical” – nele, o autor faz um recenseamento de palavras de discursos dos Partidos Comunista e Socialista franceses, e sua frequência, sempre visando a identificar a individuação linguística desses grupos sociais. Nesse método novo, entende-se que “le discours est ensemble de propositions sur les mots” e que “le texte est attaqué à partir de ‘mots d’accès’”³⁴ (MARCELLESI, 1976, p. 79). Outro exemplo são os diversos trabalhos de Gardin acerca da neologia e

³⁴ “[...] o discurso é um conjunto de proposições sobre palavras.”; “[...] o texto é atacado a partir de ‘palavras de acesso’.”

dos neologismos no discurso político, dos quais trataremos na seção 2. Muitas vezes a constituição do *corpus* se dá em função da presença de certas palavras (por exemplo, o trabalho de Provost (1969) em torno de “socialismo” e “socialista”), sendo resumido às frases/proposições em torno dessas palavras (os termos-pivô).

Vale observar que nem todas essas constantes recebem o mesmo tratamento nos trabalhos realizados – ou seja, há algumas que são privilegiadas em detrimento de outras. Certamente, a análise das condições de produção do discurso e a relação entre fenômenos linguísticos e sociais ficou em segundo plano em alguns trabalhos, que se resumiram a tratar dos aspectos linguísticos dos discursos analisados. Isso nos leva a formular a hipótese de que, na AD sociolinguística, o discurso é um objeto linguístico e análise do discurso é uma análise linguística do discurso. Os resultados de alguns trabalhos permanecem no nível da descrição dos traços linguísticos dos discursos analisados sem retirar delas conclusões de natureza sociológicas. Sabe-se que na AD do grupo de Pêcheux, o discurso é concebido como um objeto sócio-histórico e, sendo assim, a análise da materialidade linguística, de grande importância na primeira etapa da análise, não é um fim em si mesmo, mas deve fornecer elementos para, por exemplo, a caracterização das FD existentes em dada conjuntura social.

Concluindo esta discussão, gostaríamos de frisar a importância de levar em consideração as especificidades das diferentes análises do discurso que vieram a ser agrupadas sob o rótulo de AD francesa, quando se trata da história desse campo de saber. Um dos problemas, quando está em destaque essa história, é frequentemente o de apontar como um traço geral da AD um traço que é específico de uma linha em particular. Assim, o que se fala da AD francesa, às vezes aplica-se mais à linha sociolinguística, às vezes mais à linha de Pêcheux. Para nosso trabalho, essas diferenças são ainda mais importantes, pois elas estão intimamente ligadas à aceitação ou à rejeição das ideias do Círculo de Bakhtin, em especial de Voloshinov, como referência para o desenvolvimento do campo.

2

PRIMEIRA RECEPÇÃO DO CÍRCULO DE BAKHTIN NA AD FRANCESA (1974-79)

Nesta seção, tratamos do momento inicial do percurso das ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa, ou, de outro ponto de vista, do momento em que emergiu nesse campo a referência ao Círculo de Bakhtin (representado pela figura de Voloshinov e sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*). Nosso enfoque é, assim, refletir sobre as condições em que essa emergência ocorreu, ou mesmo as condições que a tornaram possível. Trata-se, como já afirmamos antes, de uma referência positiva para a AD do grupos dos sociolinguistas (especialmente Marcellesi e Gardin) e de uma referência negativa para a AD de Pêcheux (pelo menos nesse primeiro momento). Sendo assim, o estudo da trajetória das ideias do Círculo bakhtiniano na AD francesa deve, a nosso ver, ser feito com base no pressuposto da existência de linhas diversas no campo, e levando em conta as especificidades dessas linhas, anteriormente apontadas. Essas especificidades, que foram motivo de debates e polêmicas travadas entre os protagonistas da AD, estão intimamente relacionadas à aceitação ou não da pertinência da apropriação das concepções, perspectivas e teses de Voloshinov. Tais polêmicas, que permitiram a essas linhas de AD demarcar suas posições e até mesmo endurecê-las, são o objeto da parte inicial da seção.

2.1 Clivagens e antagonismos na AD francesa nos anos 1970. O debate entre o grupo de Pêcheux e o de Marcellesi/Gardin

Comentamos anteriormente que, desde cedo, conforme Malidier (2003), o campo da AD caracterizava-se por uma clivagem entre duas correntes principais – aquela ligada a uma “teoria do discurso” e aquela ligada a uma “sociolinguística” (que nós, pelos motivos expostos anteriormente, preferimos chamar de “Linguística social”).

Os conflitos entre essas duas linhas foram intensos, principalmente em meados da década de 1970, e em especial nos anos de 1976-7. Os debates que testemunham ou

refletem esses conflitos ocorrerem não apenas através dos artigos publicados ³⁵ pelos pesquisadores das duas linhas, mas também em encontros pessoais que se realizaram. No período mencionado, os grupos de Pêcheux e de Marcellesi encontravam-se regularmente para reuniões na Seção de Linguística do Centre d'Études et de Recherches Marxistes (CERM), e também estiveram juntos num colóquio realizado no México, cujo tema era: “O discurso político: teoria e análises” (Cf. MALDIDIER, 2003; COURTINE, 2009 [1981]; GADET, 2005; MAZIÈRE, 2007).

Vale ressaltar, entretanto, que essa clivagem e esse antagonismo talvez não aparecessem tão claramente enquanto tais naquela época para todos os agentes envolvidos na construção de uma AD. Para alguns, como Marcellesi, Gardin e Guespin, a elaboração de uma teoria e de um método de análise do discurso configurava-se como um grande trabalho coletivo cujos resultados podiam e deviam ser compartilhados; cujas ferramentas deviam ser testadas e/ou aprovadas por todos; cujos problemas e objetos perseguidos eram os mesmos (supomos que a crença na coincidência dos objetos seja uma ilusão trazida pela terminologia comum – a ilusão de que todos falavam da mesma “coisa”, quando diziam *discurso* e quando diziam *análise*, por exemplo). O grupo dos sociolinguistas, portanto, tinha uma visão “integracionista” do trabalho e do campo de pesquisas. Para outros, como Pêcheux, era já necessário estabelecer uma distinção e uma divisão no campo, não se deixar ser percebido ou apresentado como parte de uma grande “escola francesa de análise do discurso” pretensamente homogênea. Essa tentativa é o centro do artigo escrito com Gadet. Sendo assim, não é de se estranhar que muitos escritos de Pêcheux e de outros de seu grupo voltassem-se a uma crítica e a um questionamento dos pressupostos e conceitos do grupo da Linguística social e sua análise do discurso. O grupo de Pêcheux, e especialmente esse estudioso, tinha, diferentemente, uma visão “cissionista” dos trabalhos e do campo, pautada no estabelecimento das especificidades das linhas.

Essa clivagem parecia ser determinada, se seguimos Maldidier (2003), pelo antagonismo das posições das duas linhas com relação ao problema da relação entre a AD e a Linguística, e ao da referência ou não a Voloshinov. Os principais debates

³⁵ Os trabalhos em que se sustentam as posições defendidas nesse conflito e, ao mesmo tempo, questionam-se as contrárias são os seguintes. *Semântica e discurso* (1975) e “Remontons de Foucault à Spinoza” (1977), de Pêcheux; “Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?” (1977) e *A língua inatingível* (1983), de Gadet e Pêcheux; “Théorie linguistique ou réalité langagière?” (1977), de Gadet; *História e linguística* (1973), de Robin; *Análise do discurso político* (1981), de Courtine; *Introdução à sociolinguística* (1974), de Marcellesi e Gardin, e “Types de discours ou fonctionnements discursives?” (1974), de Guespin. As datas entre parênteses referem-se à edição original.

ocorridos no CERM giravam em torno desses dois pontos. Enquanto o grupo de Marcellesi/Gardin concebia a AD como um campo de pesquisas de uma sociolinguística (e de uma Linguística social) em via de constituição, o de Pêcheux a entendia como uma região do conhecimento no interior de uma teoria das ideologias, no campo da ciência da história (ou Materialismo Histórico), e gozando de certa autonomia em relação à Linguística, conforme demonstramos anteriormente. O debate acerca desse ponto se passa em 1976-77 quando está em preparação o número 46 de *Langages*, organizado por Marcellesi, tendo como título *Langage et classes sociales: le marrisme*, e Pêcheux e Gadet fazem, então, uma exposição sobre um artigo produzido há pouco tempo intitulado “Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?”.

Quanto ao segundo ponto, enquanto o grupo de Marcellesi defendia a pertinência dos princípios formulados por Voloshinov, bem como a necessidade de sua aplicação com vistas à fundação e ao desenvolvimento da Linguística social, o de Pêcheux rejeitava essa posição, resguardando a Saussure o seu lugar de fundador da Linguística científica, e a esta última o papel primordial de instrumento teórico tanto para a teoria do discurso quanto para a análise do discurso. O debate sobre esse segundo ponto deu-se em 1977-78, quando Gardin fez uma exposição sobre Voloshinov e *Marxismo e filosofia da linguagem*, em função da recente publicação da edição francesa dessa obra. Segundo Malidier (2003, p. 60), “A oposição em torno de Voloshinov esclarece o antagonismo que, desde sempre, existia no interior da ‘análise de discurso francesa’” – e permite, além disso, ver em que residiam as particularidades de suas linhas.

Esses trabalhos, confrontando-se em torno desses dois pontos principais, acabam por trazer à tona uma série de outros pontos sobre os quais essas duas linhas tinham posições distintas ou contraditórias, de que trataremos a seguir.

A nosso ver, o detonador desse debate é a posição, defendida por Marcellesi e seu grupo, que situa a AD como campo de pesquisas no interior da Linguística social que eles tentavam instituir na França. Para entender os motivos pelos quais Pêcheux e seu grupo recusam-se a inscrever *a sua* AD no interior da Linguística social, deve-se necessariamente partir do modo como o autor entende o lugar desta última na história da Linguística. Não é que para Pêcheux não possa (ou não deva) existir uma análise do discurso sociolinguística, inscrita numa Linguística social, tal como concebida por Marcellesi e Gardin. Mas não era a esse tipo de análise do discurso (isto é, com suas

premissas) que ele havia dedicado seu trabalho teórico. Era, pois, necessário mostrar onde residiam as suas diferenças, a sua oposição.

Segundo análise de Gadet e Pêcheux (1998 [1977]) acerca dessa história, a Linguística, desde o seu passado pré-científico até o seu presente científico, organiza-se em torno de uma contradição interna que a divide em duas tendências opostas – a logicista (ou formalista) e a sociologista (ou historicista). A tendência logicista tomaria por objeto a língua, definida como um sistema ou uma estrutura, buscando, assim, descrever universais e formular uma teoria gramatical. Já a tendência sociologista teria como seu objeto a língua definida como uma dispersão no tempo e no espaço, buscando, assim, fazer descrições empíricas e parciais, bem como estudos comparativos. Para a primeira tendência, o estudo da língua deveria ser imanente, enquanto, para a segunda, esse estudo deveria privilegiar as suas determinações sócio-históricas. Na segunda tendência, a língua estaria ligada contraditoriamente à história e aos sujeitos falantes. Conseqüentemente, o logicismo proporia a autonomia da Linguística, enquanto o sociologismo colocaria a Linguística no campo dos estudos interdisciplinares. Assim, a contradição interna ao campo da Linguística tomaria a forma concreta de “uma contradição entre *sistema linguístico* (a ‘língua’) e *determinações não-sistêmicas* que, *à margem do sistema, se opõem a ele e intervêm nele*” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 21).

Essas tendências, segundo Pêcheux (1988 [1975]), estabelecem relações de oposição, combinação e subordinação, o que implica que gozam de uma importância desigual – uma delas é dominante, enquanto a outra é subordinada, secundária. Na história, essas duas tendências adquirem formas tendencialmente puras – por exemplo, a gramática gerativa (logicista) e a sociolinguística (sociologista)³⁶. No entanto, surgiriam também formas intermediárias, “formas de compromisso” entre as duas tendências, as quais “têm como pretensão servir de paliativo das insuficiências de uma tendência pela outra” (GADET; PÊCHEUX, 1998 [1977], p. 7) – por exemplo, o distribucionalismo, o funcionalismo, a filosofia analítica e a teoria da enunciação.

Segundo Pêcheux, no sociologismo (portanto, na sociolinguística, bem como nas outras formas históricas que este toma), há uma referência explícita à história, o que o distingue do logicismo, para o qual “l’histoire n’existe pas”³⁷ (PÊCHEUX, 1990

³⁶ A linha de análise do discurso desenvolvida por Marcellesi e seu grupo, enquanto ramo da sociolinguística partilharia, assim, de todas as características do sociologismo.

³⁷ “a história não existe”.

[1977], p. 248). A primeira crítica de Pêcheux e seu grupo à sociolinguística dirige-se, assim, a sua concepção de história, que, segundo Malidier (2003), representaria a filosofia espontânea própria da corrente sociologista da Linguística.

Pêcheux afirma que, apesar de explicitamente referida pelo sociologismo, a história não é aí concebida de modo único, e aponta pelo menos duas concepções de história próprias do sociologismo. Na primeira concepção, a história seria algo como o conjunto dos progressos técnicos e sociais que uma dada sociedade alcança (com sua respectiva influência sobre a língua dessa sociedade). Na segunda concepção, a história seriam as diferenças e as transformações de dada sociedade, principalmente com relação às classes sociais. Uma dada sociedade seria constituída por um conjunto de indivíduos agrupados em classes em função de uma atividade econômica, política e/ou religiosa comum sustentada por uma atividade linguística também comum; por detrás dessa divisão e diferenciação da sociedade humana, acarretada pela existência das classes, existiria, no entanto, a essência humana manifestada em cada indivíduo particular. Essa última concepção seria, no fundo, segundo Pêcheux (1990 [1977]), o resultado de uma invasão da ideologia humanista burguesa na prática científica – nessa ideologia, supõe-se uma essência do homem, e o homem como aquele que faz a história³⁸. Essa concepção de sociedade, idealista, conforme Pêcheux (1988 [1975]), estaria acompanhada de uma concepção de sujeito que lhe é correlata – o sujeito seria constituído por meio de sua inserção, “socialização”, em dado grupo, que lhe imprimiria sua orientação ideológica, a partir do momento que ele estabelece relações sociais. Para Pêcheux (1988 [1975]), seguindo Althusser, não é a participação em dada coletividade de religiosos e a interação com outros sujeitos religiosos que constitui o sujeito religioso: quando o sujeito “entra” nesse grupo, ele já está constituído como sujeito religioso, por já ter sido interpelado e ter se identificado com o Sujeito Deus. Nos dois casos em que o sociologismo refere-se à história, segundo Pêcheux (1990 [1977]), trata-se de um mero “historicismo”.

A segunda crítica feita pelo grupo de Pêcheux à sociolinguística é, segundo Gadet e Pêcheux (1998 [1977]), o recobrimento, no seu interior, das questões ligadas ao continente história (isto é, ao Materialismo Histórico) – a sociolinguística substitui “a análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais que não é outra coisa que uma psicologia das relações interindividuais (status, papel, prestígio,

³⁸ Essa ideologia, segundo Althusser (1978), serviu aos propósitos da classe burguesa, quando de sua luta pela ascensão, opondo-se à ideologia aristocrática de que *Deus* faz a história.

atitude, motivação...)” (p. 9). O que os autores afirmam é a ausência, no quadro da sociolinguística, de uma análise materialista dos fenômenos linguísticos e a presença de uma análise psicossocial. Gadet (*apud* COURTINE, 2009 [1981], p. 47) afirma que a sociolinguística é “uma forma refinada de psicologia social da língua”. Em outras palavras, os pressupostos, conceitos e métodos da sociolinguística seriam embasados na psicologia ou na sociologia e não no MH, que teria elaborado uma teoria científica da história, da sociedade, das classes sociais e das relações entre estas. Essa crítica ao recobrimento do MH no campo da sociolinguística coaduna com aquela feita por Pêcheux às ciências sociais como um todo. Sabemos que um dos *fronts* de Pêcheux era exatamente o da disseminação da teoria marxista no campo das ciências sociais (lembramos da tese do “cavalo de Troia”, elaborada por Henry (1997), de que tratamos anteriormente).

A terceira crítica feita pelo grupo pecheutiano dirige-se ao problema da prática política (na luta política de classes). Segundo Gadet e Pêcheux (1998 [1977]), a intervenção dos sociolinguistas, quando se deparam com os problemas da sociedade capitalista – por exemplo, o atraso escolar das classes desfavorecidas (veja-se Bernstein) – seria destinada a servir de paliativo a esses problemas, a remediar os males da sociedade, promovendo, assim, a justiça social. Para os autores, isso não passa de um genuíno reformismo, visto que a sociolinguística, contribui “para resolver os desvios e suprimir as desigualdades” da sociedade capitalista sem colocar “diretamente em causa os interesses da burguesia capitalista” (GADET; PÊCHEUX, 1998 [1977], p. 8). A sociolinguística apresenta-se, assim, sob a ótica do autor, como profundamente reformista e não revolucionária.

O grupo de Pêcheux sustentava a teoria deveria estar a serviço não da supressão ou minimização das desigualdades e das carências, mas da revolução social. Logo, a sua AD não poderia ser inserida no interior de uma sociolinguística que apresentasse essa característica.

A partir da segunda metade da década de 1970, desde *Semântica e Discurso*, Pêcheux, desenvolvendo em seu trabalho as consequências das inflexões do pensamento de Althusser, começa a colocar em primeiro plano a questão da luta de classes, tanto ideológica quanto política, e o caráter conflitivo do discurso. É em função dessa atenção à prática política e ao papel da prática teórica aí que Pêcheux faz essas críticas contra a sociolinguística, que ele taxa de reformista. Para Pêcheux (1990 [1977], p. 246):

On ne peut pas prétendre parler de discours politiques sans prendre simultanément position dans la lutte des classes, car cette prise de position détermine en réalité la manière de concevoir les formes matérielles concrètes sous lesquelles les « idées » entrent en lutte dans l'histoire.³⁹

O que Pêcheux sempre buscou com a AD foi uma forma de atuar na revolução, na transformação das relações de produção. Primeiramente, quando a tônica estava sobre o papel da ciência nessa revolução, tal como proposto por Althusser em sua primeira fase, Pêcheux projetou a AD para exercer a função de um instrumento que poderia agir no campo científico. Quando a tônica passou ao papel da prática política nessa revolução, Pêcheux concebeu a AD como um instrumento da prática política. A posição revolucionária, para Pêcheux, contrária à posição reformista, visaria a uma transformação da estrutura da sociedade.

Essas críticas feitas pelo grupo de Pêcheux se dirigem, a nosso ver, à sociolinguística “em geral”, ou seja, aos seus traços gerais, abstraindo-se suas linhagens e autores diversos. A partir delas, compreendemos porque Pêcheux não aceitava que sua AD fosse inserida no campo da sociolinguística. No entanto, Pêcheux também não compreendia a AD que ele projetava como sendo a mesma AD feita pelo grupo dos sociolinguistas: Marcellesi, Gardin, Guespin, dentre outros. As especificidades desta tendência de análise do discurso residiam em alguns conceitos e pressupostos acerca dos quais Pêcheux sustentava uma posição diametralmente oposta.

Como vimos há pouco, Pêcheux e Gadet fizeram uma análise das concepções de história pressupostas na sociolinguística. Sabemos que nesse trabalho os autores tratam apenas dos traços gerais da tendência sociologista, o que não lhes permite tratar das especificidades de cada uma delas. Eles não mencionam se essas concepções de história estariam presentes na análise do discurso do grupo dos sociolinguistas. Quem faz uma reflexão desse tipo é Courtine (2009 [1981]), em seu trabalho sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos. Depreende-se da argumentação de Courtine que essa análise do discurso sociolinguística, praticada pelo grupo em torno de Marcellesi e Gardin, não reproduz certamente algumas ingenuidades que são atribuídas por Pêcheux à sociolinguística como um todo, mas resvala, sob a ótica do grupo pecheutiano, quando trata de conceitos como relações sociais, classes sociais, luta de classes, contradição,

³⁹ “Não podemos pretender falar de discursos políticos sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as ‘ideias’ entram em luta na história”.

enfim, quando trata da história. Pode-se dizer que, sob a ótica de Pêcheux, a AD sociolinguística, apesar de trazer o referencial da teoria marxista, fica aquém na problematização/aplicação desses conceitos.

Na AD sociolinguística, uma sociedade é constituída de grupos sociais, que englobam as classes sociais antagonistas e outros tipos de classes, como vimos anteriormente, quando apresentamos o conceito de grupos sociais de Marcellesi e Gardin (1975). Esses grupos são marcados por uma individuação linguística responsável pela sua diferenciação e contraste. Segundo Courtine (2009 [1981], p. 65), o grande problema aqui é a noção de *contraste* que tomaria o lugar da noção de *contradição*: a primeira noção implicaria necessariamente a afirmação “da preexistência de contrários individuados por sua relação contraditória”. Com esse argumento, Courtine faz coro à análise de Pêcheux (1990 [1977], p. 249) quando este afirma que o sociologismo “subordonne la division à l’unité, en pensant la contradiction comme le résultat de la rencontre de contraires préexistants, et disjoint ainsi l’existence des classes *et* la lutte des classes”⁴⁰. Pode-se dizer que, para o grupo de Pêcheux, a AD sociolinguística teria uma concepção “fraca” de contradição, pois não a colocaria em primeiro plano em relação às classes.

Para Courtine (2009 [1981], p. 65), “o uso da categoria da contradição implica a primazia da relação de contradição sobre a individuação de contrários que a contradição ‘faz existir’ no sentido em que ela os une e, ao mesmo tempo, os divide”. Por isso, para o autor, a intervenção do Materialismo Histórico em AD deveria estar a serviço da evidencição dessa primazia. E não era isso que se encontrava nos trabalhos de análise do discurso feitos pelos sociolinguistas, mesmo que eles se apresentassem como sustentando uma concepção marxista da história e da sociedade.

Essa concepção de história teria, conforme Pêcheux e seu grupo, algumas consequências teóricas. Uma delas seria uma concepção equivocada de classes sociais. Pensar que as classes sociais primeiramente se formam e somente depois entram em conflito é supor que essas classes se constituem independentemente umas das outras, que cada classe possui sua própria ideologia, que cada classe constrói seus discursos de modo independente e isolado. Essa concepção foi diretamente questionada por Pêcheux (1988 [1975], p. 144):

⁴⁰ “subordina a divisão à unidade, e pensa a contradição como resultado do encontro de contrários preexistentes, separando, assim, a existência das classes *e* a luta das classes”.

[...] é impossível atribuir a *cada classe sua ideologia*, como se cada uma delas vivesse ‘previamente à luta de classes’ em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica o encontro de dois mundos distintos e preexistentes, cada um com suas práticas e suas ‘concepções de mundo’, seguindo-se a esse encontro a vitória da classe ‘mais forte’, que imporá, então, sua ideologia à outra.

Para Pêcheux e seu grupo, na esteira de Althusser, a história é a história da luta de classes ou ainda “A luta de classes é o motor da história” (ALTHUSSER, 1978a, p. 25). Nessa concepção de história, a luta de classes, a contradição, está em primeiro plano em relação às classes. Além disso, qualquer análise que leve em conta a história deve partir do pressuposto de que a existência das classes e a luta de classes não podem ser separadas, pois são consubstanciais, ou seja, classes sociais antagonistas são o efeito de um mesmo fenômeno, constituindo-se conjuntamente.

Essas concepções têm consequências na prática teórica dos analistas do discurso – a noção de individuação linguística dos grupos sociais, ligada diretamente a uma concepção “fraca” da contradição, estaria na origem da ideia de que os discursos se constituiriam isoladamente, de que haveria palavras e construções sintáticas próprias a cada grupo social (que um outro poderia vir a usar sob a modalidade da rejeição, da adesão etc.).

Courtine (2009 [1981], p. 51) problematiza, ainda, a noção de condições de produção do discurso, fortemente mobilizada na AD sociolinguística. Para o autor, essa noção seria “o lugar onde se opera uma *psicologização espontânea* das determinações propriamente históricas do discurso”, pelo fato de ter como seus elementos constitutivos fatores tais como o estado social dos falantes, a situação de comunicação, a personalidade do indivíduo, as situações interpessoais. Essa noção estaria marcada por um traço da sociolinguística em geral que é o do psicologismo. Robin (1977, p. 55) sustenta que Marcellesi dá a essas noções um caráter vago, pois podem “tanto conotar uma problemática marxista subvertida (pois há grande distância entre o conceito de classe e o de ‘estado social’), como qualquer outra problemática que dê conta do discurso em termos de ‘conduta social’, isto é, em termos de problemática do primado do sujeito individual”. Enfim, também está em jogo aqui a referência à teoria marxista, ou melhor dizendo, a *exploração efetivamente produtiva da teoria marxista na análise do discurso*: se algumas sociolinguísticas recobririam as questões marxistas, como

apontado por Pêcheux e Gadet, outras, ainda que trazendo-as à tona, operariam uma diluição dessas questões em uma problemática sociológica vaga.

A noção de condições de produção do discurso, conforme Courtine (2009 [1981]) vem da Análise de Conteúdo, que tem uma base fortemente psicologista (ela nasceu em departamentos de psicologia social), e traz assim os pressupostos desse campo de saber. Tanto o grupo de Pêcheux quanto o de Marcellesi/Gardin tentaram, cada um a seu modo, repensar essa noção a partir da perspectiva marxista, dando-lhe estatuto teórico e aplicabilidade metodológica, mas cada um fez críticas às tentativas do outro. Como vimos, o grupo de Pêcheux critica a noção conforme aplicada/reformulada pelos sociolinguistas pelo seu viés psicologizante ou orientação sociológica vaga (não marxista). O grupo de Marcellesi, por seu lado, também criticou a concepção de condições de produção do discurso como apresentada por Pêcheux. Para Guespin (1971), por exemplo, a natureza das “formações imaginárias” de que trata Pêcheux seria vaga, não especificada. Sabemos hoje, com o privilégio da distância temporal, que a natureza dessas formações imaginárias era ideológica e que a terminologia um tanto vaga utilizada por Pêcheux era determinada diretamente pela natureza e pelo funcionamento, naquela época, do campo de pesquisas em que a sua AD deveria vir a se tornar um instrumento – o das ciências sociais. Pêcheux estava ciente de que fazia uma reformulação efetivamente marxista da noção de condições de produção do discurso, o que o fazia pensar que essa noção era bem distinta daquela do grupo oposto.

Dois outros traços, intimamente ligados, que o grupo de Pêcheux identificava na AD sociolinguística e que não reconhecia como sendo definidores da sua AD eram o da *metodologia da covariação* e o da *perspectiva interdisciplinar*. Para Marcellesi (1971a), partindo-se do pressuposto de que há uma sistematicidade nas relações entre estruturas linguísticas e sociais, ou seja, que elas se determinam mutuamente, os objetivos das pesquisas sociolinguísticas seriam colocar em evidência o caráter sistemático da covariação dessas estruturas de domínios distintos. Nessas pesquisas, não seria adequado, conforme Marcellesi (1971b), estabelecer *a priori* relações entre dados fenômenos linguísticos e dados fenômenos socioculturais, mas fazer descrições paralelas desses fenômenos. Somente ao final da pesquisa, isto é, *a posteriori*, com a constatação de coincidências, estar-se-ia em condições de afirmar quais fatos se relacionam/determinam.

Essa orientação metodológica foi criticada por Malidier *et al* (1994) e por Robin (1977). Com a adoção da metodologia da covariação, segundo Malidier *et al*

(1994, p. 77), a sociolinguística “se condena a medir as ‘covariações’ em uma problemática que não pode ser outra senão a da *homologia* e não a da *causalidade*”. A problemática da homologia, mencionada pelas autoras, implicaria que, para cada fato social, deveria corresponder um fato linguístico. Marcellesi e Gardin (1975, p. 262), respondendo a essa crítica, defendem que há uma “unidade fundamental” entre língua e grupos sociais, mas que isso não implicaria o isomorfismo apontado pelas autoras, e sim a tese da existência de uma multiplicidade de causas e efeitos. Para o grupo de Pêcheux, a análise do discurso não poderia se sustentar sobre uma metodologia da covariação. Voltaremos a isso logo a seguir.

Para Malidier *et al* (1994), a metodologia da covariação teria como consequência fazer da AD um campo de pesquisa marcado pela *interdisciplinaridade*, que uniria a Linguística e as ciências sociais. Segundo Guespin (1971), como vimos anteriormente, a descrição do “modelo de performance” de dado grupo, tarefa de uma análise do discurso, estaria a cargo tanto do linguista quanto do psicólogo (tratando do sujeito) e do historiador ou sociólogo (tratando da situação), já que tal modelo diz respeito à aplicação de um conjunto de regras linguísticas por um sujeito falante específico, numa situação social dada. Marcellesi e Gardin (1975) argumentam que sua orientação seguiria a das ciências exatas, onde se consideraria cada vez mais fortemente a necessidade das especializações e de uma síntese posterior dos resultados parciais adquiridos isoladamente. Para o grupo de Marcellesi, portanto, essa era uma forma justa de trabalhar. Além disso, na ótica desse grupo, a pesquisa interdisciplinar tinha o propósito explícito de criticar e, ao mesmo tempo, ser uma solução para o problema da parcelização dos conhecimentos relativo à divisão das disciplinas.

O grupo de Pêcheux rejeitava fortemente a interdisciplinaridade e não concebia sua AD como um campo interdisciplinar. A nosso ver, há três motivos que explicam essa rejeição. O primeiro deles é que a interdisciplinaridade supõe uma combinação/reunião de conceitos e não uma *articulação teórica*, ou seja, em última instância, aquilo que permite a produção de um novo campo de saber. O grupo de Pêcheux, como se sabe, perseguia um projeto de articulação teórica de três campos de saber, a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, articulação que permitiria construir uma teoria do discurso e um método de análise do discurso enquanto campo autônomo, com um objeto próprio. Além disso, seria uma articulação do discursivo e do extra-discursivo, isto é, de problemas desses dois domínios, e não apenas descrições paralelas.

Assim, o projeto de uma *interdisciplinaridade* opunha-se ao projeto de uma *articulação teórica*, estreitamente ligada à constituição de um novo campo de saber, conforme análises de Althusser seguidas pelo grupo de Pêcheux. A interdisciplinaridade, enquanto forma de trabalho das ciências humanas então nascentes, segundo Althusser (1976, p. 59), “está em contradição flagrante com o que nós sabemos por outro lado do processo de constituição das ciências reais, incluindo novas ciências. Elas não nasceram nunca de uma ‘mesa redonda’ de especialistas”. O que o filósofo defende é que a prática da interdisciplinaridade nunca pode dar origem a ciências novas efetivas, pois entende que essa prática se resume a uma soma de saberes especializados e ao uso de saberes exteriormente produzidos como ferramentas ou instrumentos, em que não se produziria um efeito de retorno de um saber sobre os outros, ou seja, uma “troca orgânica”.

O segundo motivo da rejeição à interdisciplinaridade é que ela não conduziria a um questionamento dos objetos em estudo, os quais continuariam a ser concebidos da mesma maneira como são concebidos “pelo consenso geral das disciplinas, tais como elas são atualmente ‘recortadas’” (ROBIN, 1977, p. 92). Segundo Malidier (2003, p. 61), o empreendimento de Pêcheux “supunha ‘definir’ um território e construir o objeto ‘discurso’”, objeto esse específico da teoria do discurso. Segundo Courtine (2009 [1981], p. 48), a inter- ou multidisciplinaridade que estaria presente na linha de AD sociolinguística seria sintoma da “ausência de uma construção teórica do discurso”.

O terceiro motivo, enfim, é, conforme Robin (1977), que a interdisciplinaridade não rompe com a divisão tradicional das disciplinas, sendo, ao contrário, obediente ao recorte do espaço científico acadêmico. Segundo Malidier *et al* (1994, p. 77):

“Os ‘recursos às teorias’ paralinguísticas ou a fundação de ambientes especializados da linguística (sociolinguística, psicolinguística, etc.) cujo destino é compactar os vazios da(s) teoria(s) podem, no entanto, apenas sublinhar os vazios, se cultivamos estes ambientes unicamente como subconjuntos da(s) teoria(s) e com o único objetivo de confirmá-las”.

Pêcheux, enquanto filósofo das ciências, tinha uma posição crítica em relação ao que chamava de “balcanização dos conhecimentos” (*Cf.* PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 165) pelas disciplinas universitárias e em relação ao modo de produção de conhecimentos nesse domínio. Pêcheux, enquanto militante marxista (teórica e politicamente), tinha uma posição crítica quanto às consequências do “recalcamento-

“mascaramento universitário do materialismo histórico” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 165).

Esse questionamento da divisão das disciplinas, feito por Pêcheux e seu grupo, não é ligado ao fato de que essa divisão seria um empecilho ao trabalho em conjunto, resultaria em uma parcelização do conhecimento, tal como é feito no grupo da sociolinguística. O questionamento de Pêcheux é determinado, na verdade, por uma crítica epistemológica do campo das ciências sociais, que incide sobre a sua prática teórica (Cf. HERBERT, 1973 [1966]). Esse questionamento não tem como efeito defender a necessidade da interdisciplinaridade, como tinha na sociolinguística, mas sim criticá-la.

Marcellesi e Gardin (1975), por seu turno, reconhecem o mérito da tentativa de Pêcheux de propor uma articulação sem dividir a dificuldade. Mas questionam se essa articulação tornaria o trabalho mais simples. Além disso, questionam: “Analisar a dificuldade nas suas partes, obter os meios mais adequados que se conhecem para a resolver, dominar em seguida a parcelização preliminar, não será uma maneira científica de abordar os problemas?” (p. 262).

O grupo de Pêcheux também apontava como um dos aspectos em que seu projeto era distinto daquele dos sociolinguistas do discurso, a busca pela institucionalização. Conforme Courtine (2005), cada um desses grupos tinha projetos de AD distintos: enquanto o grupo de Pêcheux se caracterizava pela ambição de produzir uma teoria e um método de análise do discurso, o de Marcellesi/Gardin se caracterizava pela tentativa de “territorialização disciplinar”. Exemplo dessa tentativa é a comunicação de Gardin no colóquio de Rouen, em que descreve como apresenta didaticamente para os alunos, através de um filme, as problemáticas da AD e da sociolinguística. Segundo Courtine (2005, p. 27): “o trabalho de Michel Pêcheux nos anos 70 estava inteiramente investido na construção teórica e na invenção metodológica, e as preocupações disciplinares e pedagógicas lhe eram inteiramente estranhas”. De fato, Pêcheux em especial tinha uma atitude severamente crítica em relação à instituição universitária e à disciplinarização dos saberes. Seu projeto inicial era de produção de um campo de saber e não de uma disciplina universitária. Ele não buscava um lugar na universidade, num departamento, mas sim a realização de um projeto teórico-político.

Retomemos, agora, o argumento inicial – a oposição central de Pêcheux e o grupo dos sociolinguistas quanto à relação que AD teria com a Linguística. Na linha de Marcellesi, a AD seria parte constitutiva da Linguística social, em via de constituição.

Para Courtine (2009 [1981]), o que embasaria essa concepção seria o pressuposto dessa linha de que haveria um *continuum* entre língua e discurso, cujo elo seria a enunciação – em outras palavras, o discurso estaria em continuidade com a língua. Sendo assim, a AD seria um prolongamento da Linguística. Evidentemente, para o grupo de Marcellesi tratava-se de territorializar a AD em uma Linguística social e ampliada, na qual: a) adotar-se-ia uma orientação social e histórica, em detrimento do paradigma estruturalista/imaneente então dominante; b) dar-se-ia prioridade ao empírico e sócio-histórico em detrimento do formal e do sincrônico-estrutural; c) assumir-se-ia a perspectiva de Voloshinov, abandonando a de Saussure. Segundo Courtine (2009 [1981]), com isso, o grupo de Marcellesi inscrevia sua análise do discurso no interior da Linguística, não no interior da sua tendência formalista, mas da tendência dominada, a sociologista, tese sustentada também por Gadet (2005), conforme mencionamos anteriormente.

Já na AD de Pêcheux, entendia-se que a relação entre a AD e a Linguística não seria de pertencimento. O que sustentava na linha de Pêcheux a tese do não pertencimento à Linguística, segundo nosso ponto de vista, não seriam apenas palavras de ordem de seus protagonistas visando à circunscrição de um lugar institucional, mas efetivamente a sua problemática própria. O elemento principal a ser destacado é exatamente a definição do discurso como *objeto* desse campo teórico e sua distinção de qualquer outro objeto, como a língua ou a enunciação – ou, ainda, a definição da ordem própria do discurso, que passa pela produção de uma rede de conceitos constituindo uma teoria. Um dos pressupostos da AD pecheutiana é a inexistência de um *continuum* entre a língua e o discurso, uma vez que a problemática da continuidade “impede de pensar a materialidade específica do discurso” (COURTINE, 2009 [1981], p. 37). A ideia do *continuum*, segundo Courtine (2009 [1981], p. 39), “pode chegar a negar a autonomia relativa e, ao mesmo tempo, a especificidade do objeto de ambas. *Não nos parece, pois, que as relações entre AD e Linguística devam ser explicadas a partir da passagem gradual de uma a outra*”.

De que natureza seria, então, a relação entre AD e Linguística na visão do grupo pecheutiano? Como sustentamos anteriormente, a Linguística, no projeto de Pêcheux, teria a função de um instrumento teórico, uma ciência que poderia fornecer conceitos sobre os quais se constituiria tanto a teoria quanto o método de análise do discurso. A AD e a Linguística teriam uma relação de *aplicação/constituição* conforme a teoria de Althusser (1976), seguida de perto por Pêcheux. A relação de aplicação, longe de ser

uma via de mão única, é, para Althusser (1976), uma relação de “trocas orgânicas” entre duas regiões do conhecimento. A análise do discurso aplica conceitos linguísticos, produzidos pelos “linguistas puros”, em suas análises práticas, e a partir daí não apenas produz seus próprios conceitos, como também devolve a esses linguistas, em retorno, problemas sobre os quais estes podem fazer “uma crítica transformadora” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 189-200). Sendo assim, conforme Courtine (2009 [1981]), esses dois campos constituiriam a fronteira um do outro, sem jamais se confundirem.

O que sustentaria a perspectiva da AD sociolinguística da passagem gradual da língua ao discurso seria, segundo Malidier (2003, p. 61), uma posição segundo a qual as dicotomias postuladas pela tendência formalista da Linguística deveriam ser dissolvidas em prol de uma abordagem “global dos fenômenos de linguagem”. Esse campo encontrou em Voloshinov uma perspectiva que julgou semelhante, e por isso buscou apropriar-se dela. Trataremos disso na próxima subseção.

Essa perspectiva global teria como condição, conforme Pêcheux e seu grupo, a dissolução da distinção entre a ordem da língua e a do discurso, ordens que haviam sido instituídas por trabalhos teóricos de Saussure e do próprio Pêcheux. Entre essas ordens, há uma distinção (e não certamente um abismo), posto que língua e discurso são objetos distintos e respondem a determinações distintas. Na ordem do discurso, como vimos, incidiriam as determinações do social, do histórico e do simbólico – da contradição, da luta de classes, da ideologia e do inconsciente. Na ordem da língua, essas determinações estariam ausentes, pelo menos de modo direto.

Na AD sociolinguística, na medida em que se postula que o discurso é um objeto linguístico, deve-se aceitar a posição de que é no domínio da língua que incidem as determinações acima citadas. Com essa perspectiva, a sociolinguística, a nosso ver, permaneceu no interior da antiga problemática da reflexão marxista sobre as relações entre língua e classes sociais, discutida, por exemplo, por Marr e Stalin – a língua como fenômeno de classe; o grau de determinação da língua pela base econômica, logo pela divisão da sociedade em classes; a língua como elemento da superestrutura, etc. Pêcheux, para nós, sai dessa antiga problemática ao postular um outro objeto – o discurso. Como esse objeto é concebido como não pertencente à ordem da língua, mas como objeto sócio-histórico, não se fica preso na problemática da *língua* como reflexo da contradição e luta de classes.

Para Pêcheux, a consequência da referida abordagem global seria, na verdade, um retorno a quem dos avanços alcançados, já que a reunião dos fenômenos de língua e

dos de discurso destruiria a condição de possibilidade de existência da Linguística e da AD – seus objetos próprios.

Por causa desses motivos, Pêcheux e seu grupo rejeitam a inclusão da (sua) AD na sociolinguística: as incompatibilidades teóricas e práticas são evidentes. Assim, a AD de Pêcheux não se vê como um campo da sociolinguística. Conforme Malidier (2003, p. 59), Pêcheux via na sociolinguística o lugar de reprodução de tudo aquilo que ele rejeitava, de tudo aquilo com que a sua AD se propunha a romper. E mais: o grupo de Pêcheux também não aceitava que sua AD se confundisse com a outra AD, construída e desenvolvida sobre pressupostos e perspectivas tão distintas.

2.2 O Círculo de Bakhtin em debate na AD francesa

Conforme dissemos no início desta seção, foi em meados da década de 1970 que se deu a chegada das ideias do Círculo de Bakhtin a AD francesa e sua emergência como uma referência no campo. Se é necessário estabelecer uma data precisa, quando tudo começou, ela seria 1974. A nosso ver, o período de 1974 a 1979 pode ser considerado como correspondendo a uma primeira recepção das ideias do grupo russo. Essa primeira recepção, como dissemos antes, não foi homogênea, nem padronizada, mas sim qualitativamente distinta, pois na linha de Marcellesi/Gardin foi positiva e na linha de Pêcheux foi negativa. Trataremos a seguir dessas diferentes recepções.

2.2.1 Recepção positiva e apropriação do Círculo de Bakhtin na AD de Marcellesi/Gardin

A linha de AD sociolinguística (Marcellesi, Gardin e seu grupo) foi a primeira a fazer menção às ideias do Círculo de Bakhtin elaboradas na Rússia 40 anos antes ⁴¹. Para iniciar, convém que ressaltemos dois fatos. O primeiro é que as ideias do Círculo de Bakhtin já estavam presentes no campo teórico francês, pelo menos desde 1968,

⁴¹ Havia já um interesse pela obra de Voloshinov em outros campos conexos ao da AD e da sociolinguística, como o da sociologia da linguagem, segundo Malidier (2003). Não sabemos o ano exato em que se trata pela primeira vez, no contexto francês, da obra de Voloshinov ou mesmo de Bakhtin com vistas a um estudo da linguagem em suas relações com o social. Segundo a autora citada, há discussões muito entusiásticas de Voloshinov em *Langage et marxisme*, de Houdebine (1977).

desde quando Kristeva aí as introduzira. Tratava-se de uma apropriação no campo dos estudos literários. O segundo é que nem todas as ideias do Círculo de Bakhtin são objeto dessa apropriação inicial no campo da AD, protagonizada pelo grupo da AD sociolinguística, mas apenas algumas delas – as que compõem *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Voloshinov. Certamente, o conjunto das formulações dessa obra é resultado de uma construção coletiva do grupo, mas não representam a totalidade de suas reflexões.

Quanto à linha de Pêcheux, de que trataremos no final desta seção e na próxima, parece que os fatores que levaram ao aparecimento da referência a Voloshinov não são os mesmos que os da linha de Marcellesi. A referência a Voloshinov emerge aí somente depois que a linha de Marcellesi a coloca em destaque, e como uma resposta a esse processo. Em outras palavras: nesse primeiro momento, é em função do fato de que a linha de Marcellesi falava de Voloshinov, ou seja, tornava-o uma referência para o campo, que a linha de Pêcheux começa a fazer menção a esse autor. Assim, a referência a Voloshinov no campo da AD é desigual – é a linha de Marcellesi/Gardin que inicia o processo e, ao mesmo tempo, obriga a linha de Pêcheux a tratar de um autor e um conjunto de formulações dos quais, em outras condições, provavelmente não trataria.

Marcellesi e Gardin foram os pioneiros da introdução das ideias do Círculo de Bakhtin, representadas na obra de Voloshinov, no campo da AD francesa. Podemos destacar três momentos principais na introdução das posições e dos conceitos do grupo russo nesse campo: 1) a apresentação feita em *Introdução à Sociolinguística* (MARCELLESI; GARDIN, 1975); 2) a exposição, dirigida por Gardin, em reunião no CERM, em 1977 ⁴²; 3) a resenha, também de Gardin, de *Marxismo e filosofia da linguagem* em sua edição francesa, lançada em 1977, publicada no *La Pensée*, em 1978.

Quando os autores escrevem e publicam sua obra introdutória, ainda não havia uma tradução francesa do livro de Voloshinov. A edição de MFL utilizada é a tradução inglesa, de 1973 ⁴³. Marcellesi e Gardin (1975, p. 216) atribuem a autoria dessa obra a Voloshinov, a quem apresentam como “membro do grupo de jovens marxistas reunidos à volta de Bakhtin nos anos de 1920-1930”. Eles não mencionam a querela da autoria das obras do Círculo de Bakhtin, até porque essa querela não parece estar instalada na

⁴² É somente a partir desse ano, 1977, que o grupo de Pêcheux começa a se referir a Voloshinov. Tal referência, como dissemos, parece ter sido suscitada pela do grupo de Marcellesi. Trataremos dela mais abaixo.

⁴³ A tradução inglesa de *Marxismo e filosofia da linguagem* veio a lume por iniciativa de Jakobson, que também incentivou a publicação da tradução francesa junto a Pierre Bourdieu, que a tornou possível. A edição francesa traz, assim, um prefácio de Jakobson.

França. Muito diferente é a situação quando se publica a tradução francesa da obra de Voloshinov, apenas três anos mais tarde: no prefácio, Jakobson sustenta que se tratava de uma obra de autoria de Bakhtin, na qual haveria apenas pequenos enxertos de textos de Voloshinov, e na capa aparece o nome de Bakhtin. Na resenha feita por Gardin, há uma ampla e apaixonada argumentação em favor da autoria de Voloshinov, apresentado como um verdadeiro pensador, intelectual, e não apenas um mero discípulo de Bakhtin, voltado a apenas repetir o que o mestre ensinava.

Gardin (2005 [1978]) faz uma aplicação das teses do próprio Voloshinov acerca das implicações do discurso reportado e da reportação de um discurso a esse problema da autoria. Afirma esse autor, com base em Voloshinov, que quando se reporta/cita um discurso de outrem, prepara-se um contexto em que esse discurso será reportado e esse contexto determina a compreensão acerca desse discurso de outrem por parte do locutor. Conforme Gardin (2005 [1978], p. 82), tanto o editor quanto o prefaciador de um livro produzem uma reportação de um discurso – no caso em questão, o ato (dos editores e dos prefaciadores) de atribuir a Bakhtin a autoria de MFL serve a “um processo de desmarxização” da abordagem, pesquisa, investigação, de Voloshinov, e isso porque Bakhtin é apresentado como um pensador não filiado ao marxismo, isento de compromisso com a teoria marxista. A resenha de Gardin, com essa argumentação, enceta uma discussão acerca do discurso que se está construindo na França sobre essa obra e sobre os autores do Círculo de Bakhtin, na época de sua primeira recepção.

Para iniciar, vamos expor os motivos que, a nosso ver, levaram o grupo da AD sociolinguística, nas figuras de Marcellesi e Gardin, a eleger Voloshinov como uma referência obrigatória para a Linguística social e, em consequência, para a Análise do discurso enquanto uma de suas linhas de pesquisa.

Para isso, é necessário retomar algumas considerações sobre o projeto da Linguística social. Marcellesi e Gardin estavam engajados na instituição de uma Linguística efetivamente social, em contraposição às linguísticas estruturalista e gerativista que, conforme os autores, não enfocavam a língua em sua natureza e funcionamento sociais. Segundo Gardin (2005 [1978]), a história da Linguística na França parecia estar repetindo de alguma forma a história ocorrida no pensamento linguístico na URSS no período de 1925-1930, em que aconteceu, sob o efeito de condições políticas novas, a eclosão e o desenvolvimento do formalismo, sua crítica e a constituição de uma ou de algumas linguística(s) marxista(s). Para o referido autor, a crise do estruturalismo era um fato e estava configurada a condição de dar continuidade

ao processo iniciado na URSS e interrompido, pouco tempo depois, de fundação da Linguística como ciência social efetiva.

É justamente ao objetivo de lançar as proposições de base fundamentais para essa Linguística social – e seus ramos – ou seja, o caminho a ser seguido que é voltada a obra de Marcellesi e Gardin, *Introdução à sociolinguística*. Sendo assim, essa obra não se caracteriza como uma coletânea de autores e pesquisas. Se, evidentemente, há exposição de um conjunto muito grande de teorias e pesquisas, ela não se destina a ser uma descrição do estado da arte em sociolinguística, mas sim a uma discussão das orientações conceituais e metodológicas apropriadas ao desenvolvimento do campo. Os autores, teorias e pesquisas apresentados são aqueles que tocam no problema geral da Linguística social – explicitado logo no começo do livro – o das relações entre linguagem e sociedade, entre estruturas linguísticas e estruturas sociais.

Para os autores, a abordagem desse problema e o desenvolvimento das pesquisas sociolinguísticas exigiam a reabertura do debate (iniciado na URSS no contexto supracitado, do qual participou uma gama de grandes estudiosos) acerca da língua como fenômeno histórico, isto é, como superestrutura e como fenômeno de classe (o que passa pelo problema da mudança linguística), debate esse que teria sido colocado em suspenso, na tradição de estudos marxistas, com a condenação do marxismo por Stalin, em 1950. Fica, assim, explicado por que Marcellesi e Gardin entendiam que a constituição da Linguística social deveria estar assentada numa reflexão sobre os primeiros passos dados nessa direção na URSS quando do florescimento de estudos linguísticos sob a perspectiva social e com orientação marxista.

Inicialmente, na obra referida, há uma análise do modo como o problema das relações entre linguagem e sociedade foi colocado na tradição marxista – os fundadores (Marx e Engels), Lênin, depois Marr e seus seguidores e, por fim, Stalin. Há também menção a marxistas franceses que trataram do tema. Há, em seguida, análises de estudiosos não exatamente marxistas que realizaram pesquisas empíricas sobre o problema com base em teorias linguísticas atuais – Bernstein, Labov, Weinreich. E, ainda, separando os dois conjuntos, uma análise de como as teorias linguísticas de então – o estruturalismo (Saussure) e o gerativismo (Chomsky) – trataram do problema da natureza social da linguagem. O objetivo é apontar se eles são pertinentes ou não, e em que pontos, para o problema visado. São pesquisas, segundo os autores, que reuniram materiais e dados que podem conduzir à correta solução dos problemas investigados pela Linguística social.

É nesse contexto que as formulações de Voloshinov se destacam. Para Marcellesi e Gardin, as orientações conceituais do autor russo constituem uma abordagem científica da questão, constituindo inclusive, em função das novidades e das discontinuidades apresentadas, a possibilidade de um corte epistemológico efetivo no campo da Linguística. Assim, Marcellesi e Gardin fazem uma leitura teórico-epistemológica de MFL, que tem por objetivo uma apropriação teórica. De fato, essa leitura é feita a partir das teorias epistemológicas vigentes nesse contexto: os conceitos de corte epistemológico, ruptura, discontinuidade e a tese da oposição entre científico e ideológico são aplicados nesse trabalho. Mas, antes de tratarmos dessa leitura, vamos apresentar quais conceitos e posições de Voloshinov os autores franceses discutiram em sua obra e tentar apontar as razões pelas quais o fizeram.

Marcellesi e Gardin (1975) tratam, inicialmente, frente a todos os conceitos e problemas abordados em MFL, da relação entre linguagem e ideologia. Para os autores, Voloshinov entende que a linguagem tem uma relação de dependência e de necessidade com a ideologia, sendo, assim, entendida como “uma estrutura ao nível superior na ordem das determinações em relação às instituições políticas e sociais” (p. 216), o que quer dizer, uma estrutura do nível superior do edifício social. Com isso, os autores franceses entendem que, nas formulações de Voloshinov, a linguagem identifica-se à ideologia, sendo, portanto, um elemento da superestrutura ideológica.

Isso é possível porque a língua é concebida pelo autor russo como um sistema de signos linguísticos cuja natureza é ideológica. Para Marcellesi e Gardin (1975), a definição dos signos linguísticos como ideológicos permite alguns avanços. O primeiro deles seria a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade presente em diversas teorias linguísticas: os signos linguísticos, frente ao conjunto dos signos ideológicos dos quais são um subconjunto, são os únicos que podem ser matéria da consciência e, representando uma realidade exterior que os determina, levam o que é exterior (constituído socialmente) para o interior (a consciência individual) e o que é interior para o exterior. Em outras palavras: o signo linguístico (/ideológico), traz para a consciência individual aquilo que é constituído socialmente. Ele faz, assim, o elo entre indivíduo e sociedade. O homem é assim completamente social.

Eis a posição de Marcellesi e Gardin (1975, p. 216):

A posição de Voloshinov situa-se, portanto, em oposição, tanto ao saussurismo quanto ao chomskismo, na medida em que ela tira todas as consequências linguísticas da definição do homem como social,

recusando o binômio ideológico indivíduo/sociedade para dirigir a atenção para o *processo* que resolve essa contradição.

O segundo avanço permitido pela teoria dos signos linguísticos/ideológicos de Voloshinov seria tornar possível o estudo de seu conteúdo ideológico, isto é, dos significados que estes adquirem nos contextos em que são utilizados por diferentes grupos sociais. Seria a possibilidade de não tratar as palavras da língua como sinais, como faria a Linguística estruturalista e a filologia, mas como signos, ou seja, como prenes de significações. O linguista deveria abordar os signos como entidades multiacentuadas ideologicamente, relacionando isso com as classes sociais e a luta de classes, que imprimem nos signos esses múltiplos acentos e, por vezes, tentam também apagar alguns deles.

O terceiro avanço da teoria dos signos de Voloshinov, segundo os autores franceses, é a tese de que eles refletem e refratam o real. Para estes, nas formulações de Voloshinov não apenas os signos, mas também a língua, as formas do enunciado e as formas de interação do discurso transmissor e do transmitido, enfim, a linguagem são um reflexo do social. Para Marcellesi e Gardin (1975, p. 220), a tese de Voloshinov é que a relação dinâmica estabelecida entre o discurso transmissor e o transmitido “reflete a comunicação, ou seja, finalmente, as relações sociais”. Todos os fenômenos de linguagem seriam reflexo da situação social e das relações sociais. Com base nessas concepções de Voloshinov, Marcellesi e Gardin (1975, p. 217) estabelecem um princípio básico para a sociolinguística: “Uma vez que a linguagem é ideológica, isto é, determinada pelas relações sociais, é essa determinação, esse reflexo que é preciso por em relevo nos objetos linguísticos recolhidos”.

Outra concepção de Voloshinov vista, por Marcellesi e Gardin, como rica em consequências para a Linguística social é a que diz respeito à língua como fenômeno em constante transformação e devir, e não como sistema de formas estáticas. Ligada a essa concepção, há a proposta de um estudo sócio-histórico da língua, em que a mudança é valorizada (atitude apresentada pelos autores como bem distinta daquela de Saussure, conforme comentamos anteriormente). Mas, além disso, há também uma explicação das causas que determinam a natureza da língua como eterno devir. Já que a língua e os signos são reflexo do real, eles mudam porque a sociedade muda. A causa da mudança linguística é a mudança na estrutura da sociedade, nas relações sociais.

As considerações da língua como reflexo do social e da língua como eterno devir são essenciais para a Linguística social. Elas permitem pensar a mudança da estrutura social determinando as mudanças linguísticas. Para os estudiosos marxistas, a tese das necessidades de comunicação determinando as mudanças, a diacronia, não é válida, pois “a história marxista ignora o conceito de ‘necessidades da comunicação’” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 116). O que a teoria marxista conhece é o conceito de relações sociais e de luta de classes – sendo assim, apenas o conceito de necessidade de relações sociais e de luta de classes é que poderia explicar a mudança da língua. Desse modo, a história da língua é concebida do mesmo modo que a história da sociedade – uma mesma concepção de história. Segundo Marcellesi e Gardin, Voloshinov adota essa tese, fornecendo assim uma resposta pertinente e satisfatória para o problema das causas da mudança linguística – respostas que foram muito insatisfatórias em Saussure e outros estruturalistas.

Para Marcellesi e Gardin, Voloshinov forneceu, além dessas formulações gerais acerca da linguagem e dos signos, uma contribuição mais específica para o estudo da transformação linguística, que é objeto da sociolinguística: seus estudos sobre o discurso transmitido. Voloshinov teria mesmo eleito o estudo do discurso transmitido (reportado) e do diálogo como objeto da Linguística. Sendo assim, há uma exposição bastante detalhada das formulações do autor russo sobre esse tema, na qual se busca evidenciar a perspectiva histórica e dialética da abordagem de Voloshinov tanto nas críticas que ele faz aos estudos realizados nesse campo, quanto nas soluções alternativas que apresenta. O ponto alto da reflexão de Voloshinov, conforme Gardin (1976), acerca do discurso reportado é a explicação do surgimento (e das suas causas) de novas formas de discurso reportado, como as formas do discurso indireto livre – as mudanças nas relações sociais e nas formas da comunicação verbal.

Por fim, devemos mencionar que Marcellesi e Gardin veem nas formulações de Voloshinov algumas orientações metodológicas para o campo da Linguística social. A perspectiva marxista-dialética do autor russo o conduz a uma superação dos “binômios ideológicos antitéticos (língua/fala; fato da língua/fato do estilo;)” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 217), o que tem como consequência a ausência de uma limitação da pesquisa linguística a um dos elementos de cada binômio: todos os fatos linguísticos merecem ser estudados e de forma articulada e não estanque. Outra orientação de Voloshinov é que a Linguística social (ou as ciências da linguagem) não pode nem deve ser uma ciência formal e independente/autônoma, conforme postulava Saussure: “não há

aqui lugar para uma linguística formal, autônoma” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 219). A dinâmica do funcionamento e da mudança das formas linguísticas, do sentido e da forma das expressões verbais devem ser explicadas pelo recurso à mudança ocorrida também na interação verbal, na comunicação social, nas relações sociais, que as primeiras refletem. A Linguística deve ser, assim, uma ciência empírica que deve estar aliada às outras ciências sociais.

Na sua obra sobre a sociolinguística, Marcellesi e Gardin fazem, como dissemos acima, uma leitura teórico-epistemológica de Voloshinov. Para esses autores, os conceitos apresentados em MFL podem e devem constituir a base para o desenvolvimento da Linguística social. Como dissemos antes, MFL traz elementos para a fundação da Linguística social e representa, muito mais do que Saussure, um avanço científico nesse campo: “Digamos claramente que é preciso agora partir de Voloshinov” (GARDIN, 2005 [1978], p. 70). Para Gardin, Voloshinov desenvolvia em sua obra não apenas as bases para uma filosofia da linguagem, mas para uma Linguística social/marxista.

Os sociolinguistas viam Voloshinov como uma alternativa ao pensamento de Saussure, ou pelo menos à Linguística fundada sobre esse pensamento, e as avaliavam como algo positivo. Gardin (2005 [1978], p. 70), entretanto, argumenta que só se poderia rotular o livro de Voloshinov de algo como “O Anti-Saussure”, apenas se isso não mascarasse o caráter fundamentalmente dialético do pensamento do autor – marcado, assim, por um trabalho sobre conhecimentos já produzidos. Enfim, Gardin (2005 [1978], p. 78-9) esperava indicar como as posições de Voloshinov “podem nos ajudar hoje a modificar a maneira de formular as questões em linguística”.

Ao contrário de Saussure, que, segundo Marcellesi e Gardin, estava em continuidade com as posições ideológicas dos filólogos e de outros estudiosos acerca de uma série de problemas, Voloshinov representa um *avanço* na definição da linguagem como social e na formulação pertinente dos problemas implicados nessa definição. Por isso Gardin (2005 [1978], p.70) afirma que MFL é uma “[...] ouvrage dont je pense qu’il peut si on le lit permettre d’effectuer aujourd’hui cette coupure épistémologique dans l’histoire de la linguistique, coupure dont on a souvent crédité l’oeuvre de Saussure, ce dont des marxistes auraient pu se méfier”⁴⁴.

⁴⁴ “[...] obra que, conforme eu penso, pode, se a lermos, permitir efetuar hoje este corte epistemológico na história da linguística, corte que frequentemente creditou-se à obra de Saussure, da qual os marxistas teriam podido desconfiar.”

Em suma, as posições de Marcellesi e Gardin são as seguintes. Enquanto Saussure faz da Linguística uma ciência formal e autônoma, Voloshinov faz dela uma ciência empírica e concreta e dependente *de/ligada a* outras ciências sociais. Enquanto Saussure postula um estudo estático do sistema da língua, Voloshinov defende seu estudo histórico, que foca na variação e na mudança. Enquanto Saussure define a língua como sistema de formas estáveis, Voloshinov a define como um sistema de formas em eterno devir, as quais são sempre novas nos contextos em que aparecem. Enquanto Saussure defende um estudo imanente da língua, Voloshinov propõe um estudo sócio-histórico da mesma. Enquanto Saussure define o signo linguístico como arbitrário e convencional, Voloshinov vê nele sua determinação pelas atividades e relações sociais, e faz dele a arena da luta de classes.

Mas, acima de tudo, Voloshinov representa um avanço também quando está em causa o papel da teoria na luta de classes, na política, enfim. Enquanto Saussure, com sua posição conservadora acerca da mudança linguística, seria profundamente antipolítico, Voloshinov, ao propor que a língua e os signos são reflexos/refrações do social e estão sempre em devir, forneceria uma boa base para uma teoria que se quer politicamente engajada. A opção pela língua como objeto da Linguística, a estipulação do estudo imanente desse objeto e a exclusão da sua abordagem histórica, embasada em uma atitude negativa frente à transformação linguística, têm, na perspectiva de um marxista, sérias consequências para a história da luta de classes. Segundo Marcellesi e Gardin (1975), com base na tese de Voloshinov da linguagem como reflexo da realidade, o efeito dessas opções para dada comunidade linguística é a frenagem das mudanças linguísticas (fonéticas, sintáticas, semânticas) necessárias à expressão das mudanças sociais. O efeito sociológico mais amplo da atitude conservadora em relação à língua é forçar as relações sociais a se expressarem em palavras e formas antigas, em vez de se expressarem por formas novas, o que no fim resulta no impedimento da chegada da mudança social, já existente na realidade, à consciência. A preocupação com a transformação linguística, que deriva da transformação social, bem como a sua valorização seria, assim, uma forma de expressão no campo teórico das preocupações políticas do grupo da sociolinguística, que encontra em Voloshinov sua referência principal. Por isso, Voloshinov, e não Saussure, deveria constituir a base teórica para a Linguística social a ser instituída.

Como se vê, as formulações de Voloshinov são vistas como pertinentes não apenas para o desenvolvimento da Linguística social, mas também para uma crítica da

Linguística estruturalista – uma crítica da tendência sociologista dirigida à formalista (GADET, 1977; 2005), visando a uma *inversão de dominância* (COURTINE, 2009 [1981]). Assim, Voloshinov fornece conceitos para desenvolver a Linguística social, fornece respostas às suas questões, mas fornece também elementos para combater o inimigo que é preciso vencer.

Vale, entretanto, refletir sobre a aplicação dos conceitos de Voloshinov nos trabalhos dos pesquisadores comprometidos com a constituição da Linguística social. Conforme dito anteriormente, esses pesquisadores inscreviam-se na Análise do discurso. Conforme expusemos, a voz de Voloshinov se faz ouvir na concepção de língua assumida (realidade em constante devir); na valorização de conceitos como mudança e variação e na recusa de conceitos como estabilidade, unidade e homogeneidade; na concepção de uma Linguística efetivamente social que tratasse da totalidade dos fenômenos linguísticos, abandonando dicotomias como língua/fala, sincronia/diacronia, fatos de língua/fatos de estilo; na tese da linguagem como reflexo da realidade, das mudanças sociais; na existência de marcas linguísticas dos grupos sociais.

De modo específico, há uma apropriação mais intensa de conceitos de Voloshinov (e, portanto, do Círculo de Bakhtin) nos trabalhos de análise do discurso feitos por Gardin. Nos trabalhos de Marcellesi (1976) e de Guespin (1976), por exemplo, não há um emprego (pelo menos evidente, explícito) de conceitos do autor russo. Poderíamos dizer que há um eco das formulações de Voloshinov acerca dos signos linguísticos como multiacentuados e como a arena da luta de classes nos trabalhos de Marcellesi. Este autor, partindo do princípio de que os grupos sociais se marcam pelo emprego de determinadas palavras, postula que, no entanto, um grupo pode sempre empregar as palavras próprias de outros. O uso da palavra alheia pode ser feito através da “simulação”, da “camuflagem” ou da “conivência”, ou seja, de várias estratégias, conscientes ou não, mas sempre sendo determinado pela luta ideológica (Cf. MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 249). Essas formulações podem ter uma referência em Voloshinov, mas podem também não ser derivadas unicamente daí. Parece mesmo ser Gardin o grande defensor da importância das ideias de Voloshinov para a Linguística social e a Análise do discurso. Esse autor é, de fato, o grande introdutor de Voloshinov e do Círculo de Bakhtin na AD francesa.

Sendo assim, a trajetória dos conceitos do Círculo de Bakhtin, especialmente de Voloshinov, nesses anos da sua primeira recepção no campo da AD francesa, confunde-se com a trajetória das pesquisas de Gardin. Destacamos essa trajetória a seguir, mas não com o intuito de sistematizar as ideias desse autor, nem de retrazar sua evolução, etc., mas apenas destacar os conceitos apropriados, o modo como foram lidos, as torções que sofreram, a articulação com outros conceitos e os resultados a que conduziram. Os artigos que comentaremos abaixo tratam de problemas abordados (divulgando-os, desenvolvendo-os) em sua tese de terceiro ciclo intitulada: “Les niveaux de la langue; discours patronal et discours syndical”, defendida em 1973 (orientada por Louis Guilbert). Esses artigos foram publicados em diferentes revistas ao longo dos anos de 1974 a 1979.⁴⁵

Como indica o título da tese, as pesquisas do autor abrangem fenômenos de vários “níveis de língua” – o lexical (a neologia), o sintático (o discurso reportado), o enunciativo, o discursivo. Sua perspectiva, entretanto, é a da Linguística social e a da análise do discurso político, na medida em que os fenômenos investigados eram coletados em discursos políticos, institucionais, escritos e produzidos por locutores coletivos parciais, e, ainda, analisados do ponto de vista de seu funcionamento discursivo-ideológico. Podemos dizer que esse conjunto de pesquisas do autor sintetiza a trajetória da AD francesa, tal como descrita por alguns – a investigação das especificidades lexicais e, em seguida, enunciativas do discurso político; a identificação das marcas contrastivas de individuação dos discursos das grandes organizações/grupos políticos; a caracterização das formações discursivas. Em grande parte dessas pesquisas, os conceitos e pressupostos do Círculo de Bakhtin constituem um dos principais fundamentos e dos pontos de partida para a formulação dos problemas.

No artigo “La néologie: aspects sociolinguistiques”, de 1974, Gardin trata do fenômeno da neologia, inicialmente, de um ponto de vista geral – isto é, criticando o modo como a Linguística estruturalista derivada de Saussure a concebia, e propondo uma nova definição e um novo modo de abordá-la. A definição proposta, e retomada em *Introdução à sociolinguística* (MARCELLESI; GARDIN, 1975), é tratar não exatamente de neologia, mas de mudança linguística, sendo esta concebida como aquilo que traduz e pratica uma mudança nas relações sociais. O estudo da neologia, ou

⁴⁵ Os conceitos, os pressupostos e as posições que constituem esses trabalhos são os mesmos que constituem a obra *Introdução à sociolinguística*, escrita juntamente com Marcellesi (publicada em 1974), e o artigo “Volochinov ou Bakhtine”, de 1978.

melhor, da mudança linguística é central na Linguística social, interessada no estudo histórico da língua/linguagem.

Em seguida, o autor faz um estudo da neologia no discurso político: este domínio, diferentemente do que se costumava afirmar na Linguística estruturalista, é o lugar por excelência da emergência de neologismos. Seu artigo trata, assim, do surgimento de neologismos no discurso de grupos políticos e de seu funcionamento no interior desses discursos, quer dizer, do conflito entre os grupos políticos opostos em torno da legitimidade desses neologismos. A neologia aqui diz respeito ao sentido – *significados* novos para *significantes* já existentes e não propriamente à criação de uma palavra nova a partir da junção de radicais e afixos, por exemplo. Gardin (2005 [1974]) faz uma análise ilustrativa do aparecimento da expressão ‘programa comum’, quando do evento histórico da união das esquerdas francesas e da elaboração de seu programa comum de governo. Os partidos de esquerda usavam o termo e lutavam por impor-lhe. Os adversários colocavam em questão esse termo, e usavam aspas e outras estratégias de rejeição.

Para o autor, o processo neológico é relacionado intimamente a uma batalha sobre os signos. Na luta pelo poder político, a função de cada grupo político é impor seus próprios *significados* aos *significantes* que circulam no vocabulário político comum; de combater a mesma tentativa do grupo adversário (negando-lhe o direito ao uso dessas palavras, mostrando o verdadeiro sentido que está sob os significantes que eles utilizam, denunciando os sentidos ocultados); de impor seus signos linguísticos próprios (aquelas palavras que lhe são exclusivas); e, ainda, convencer da adequação do seu vocabulário à norma linguística da comunidade e da inadequação do vocabulário do grupo adversário.

Vê-se claramente que as formulações de Voloshinov acerca do signo como arena da luta de classes guia a reflexão sobre a neologia no discurso político. Há aqui uma articulação dessa formulação de Voloshinov com uma outra, avançada por Marcellesi e Gardin (1975), enquanto conceito básico da Linguística social: a definição de grupos sociais (no caso, os políticos) como locutores coletivos parciais, com base nas reflexões em Gurvitch e Gramsci, como dissemos na primeira seção deste trabalho. A perspectiva conflitiva de Voloshinov é articulada com a perspectiva conflitiva/contrastiva da AD sociolinguística, para quem os grupos sociais individualizam-se e contrastam com outros em função de seus interesses na luta política e ideológica de classes, luta essa que passa pela luta em torno da língua.

Em outro trabalho, “Discours patronal et discours syndical” (1976), publicado na revista *Langages*, Gardin apresenta outros resultados de sua tese de terceiro ciclo. Nesse artigo, Gardin faz uma análise de filmes produzidos por um sindicato de patrões e por um sindicato de operários sobre o tema “greve”, enfocando os fenômenos de discurso reportado nesses filmes. A análise pretende ser uma aplicação do conceito de discurso reportado de Voloshinov (como um *discurso no discurso* e um *discurso sobre um discurso*) e de sua perspectiva de abordar as relações dinâmicas estabelecidas entre o discurso que relata e o discurso relatado. Os pressupostos de Gardin são: a) os autores do discurso dos filmes são os responsáveis pelos filmes – o sindicato patronal e o sindicato operário; trata-se, pois, de dois locutores coletivos, de discursos de dados grupos sociais; b) o discurso do autor do filme é o discurso que cita/relata um outro discurso; c) em havendo entrevistas nesses filmes, os discursos dos entrevistados são os discursos relatados/reportados.

A tese de Gardin é que esses dois discursos têm funcionamentos contrastantes, que derivam das especificidades desses dois grupos sociais e de seus interesses na luta ideológica e política de classes. No filme do sindicato patronal, no que respeita às entrevistas, as perguntas feitas aos entrevistados nunca aparecem, mas apenas as respostas dadas por eles. Esses entrevistados são cidadãos franceses que representam os diversos segmentos da sociedade francesa: trabalhadores/operários, aposentados, taxistas, jornalistas, gerentes de empresas. O tipo de discurso do filme da patronal é, portanto, o *discurso indireto livre – o discurso relator se faz identificar com o discurso relatado*. Há uma série de efeitos dessas características do filme. O primeiro efeito é que esse discurso aparece na superfície como socialmente “polifônico”, pois contém discursos de grupos sociais diferentes. No entanto, essa polifonia é apenas aparente, pois há um discurso dominante.⁴⁶ O segundo efeito é que o discurso patronal se apresenta como universal, como o discurso de todos os sujeitos, porque os sujeitos que falam nas entrevistas são sujeitos de grupos diversos. O terceiro efeito é que o discurso patronal tem a estrutura ideológica do reconhecimento, na medida em que os discursos dos entrevistados apenas confirmam as afirmações que aparecem no filme sob a forma de comentários sem um enunciador definido. O quarto efeito, por fim, é o do

⁴⁶ Note-se o emprego do conceito de polifonia nessa passagem. Ele parece indicar que Gardin já tinha contato com as obras de Bakhtin. No entanto, não há menção a Bakhtin enquanto formulador do conceito, nem mesmo ele aparece nas referências bibliográficas do artigo. O conceito de polifonia, a nosso ver, está sendo empregado no mesmo sentido do conceito de dialogismo, e não no sentido estrito dado a esse conceito em *Problemas da poética de Dostoiévski*.

apagamento do autor do discurso do filme da patronal – não se sabe quem é o autor desse discurso, já que ele se esconde por trás do discurso dos entrevistados (em outras palavras, o discurso que relata se esconde sob o discurso relatado).

No filme do sindicato de operários, as coisas se passam de modo inverso. No que tange às entrevistas, tanto as perguntas quanto as respostas aparecem no filme e os entrevistados são operários de um sindicato e falam em nome do seu grupo social e não de si mesmos; em suma, todos pertencem a um mesmo grupo social. Na medida em que o autor do discurso sindical aparece fortemente (ele não apenas relata os discursos dos entrevistados, mas também fala), estamos em presença do *discurso direto* nesse filme – há fronteiras entre comentários (fala do autor) e entrevistas (discurso citado). Os efeitos dessas características são diferentes daqueles encontrados no outro discurso. Em primeiro lugar, há identificação do autor do discurso e esse autor é “único” – é um grupo sindical, enquanto grupo social, que fala. Esse discurso é o discurso do grupo. Em segundo lugar, o discurso sindical tem por função desconstruir os estereótipos ideológicos e construir/expor suas próprias proposições.

A conclusão de Gardin é que sua análise sobre o discurso reportado em entrevistas constitutivas de um filme apresentado na televisão vem confirmar as teses de Voloshinov, segundo a qual mudanças sociais vêm a determinar mudanças na linguagem. Esse novo instrumento tecnológico e de comunicação de massa que é a televisão permite o desenvolvimento de *uma nova forma de discurso indireto livre*, que acentua ainda mais as tendências desse tipo de discurso: apaga-se ainda mais a presença do autor do discurso que relata. (Gardin ressalta que esse tipo acentuado do discurso indireto livre aparece no discurso patronal e não no discurso sindical). O que marca esse tipo de discurso, segundo Voloshinov, e que as análises de Gardin confirmam, é que ele se acompanha de um tipo de *irresponsabilidade ideológica do locutor* (autor do discurso). O discurso patronal, usando esse tipo de discurso, apaga sua responsabilidade por esse discurso e, ao mesmo tempo, o seu caráter particular.

Nesse trabalho, Gardin articula o conceito de discurso reportado de Voloshinov, compreendendo-o como um tipo de relação dialógica entre discursos, ao conceito de ideologia de Althusser, especialmente a tese de que a ideologia funciona na base do processo de *reconhecimento/desconhecimento* ou, ainda, pelas *evidências*. O discurso patronal seria um discurso da repetição das evidências e do reforço do reconhecimento.

Em seu artigo “Néologie et discours rapporté”, de 1977, Gardin articula o estudo da neologia no discurso político ao estudo do discurso reportado. Ele se interessa pelo

modo de funcionamento de neologismos no ambiente do discurso relatado (o modo como eles aparecem no discurso que relata). O foco agora está na análise do modo como os discursos políticos são relatados nos textos jornalísticos. Em certos casos, o discurso do jornal tem uma relação de aliança com o discurso que relata e, em outros, uma relação de antagonismo. A tomada de posição determina o modo como o neologismo é tratado no discurso que relata.

Em conformidade com suas análises, Gardin (2005 [1977], p. 217) estabelece haver neologismos que aparecem sob a forma do “como eles dizem”, em que *eles* designa o adversário. A palavra do adversário é rejeitada e mostrada como desviante, não pertencente ao sistema da língua e vem marcada com aspas e itálicos. A função desse discurso seria mostrar que aquela palavra é um neologismo, que não é palavra da língua; é rejeitar a palavra como adequada e fazer rejeitar.

Mas há, também, os neologismos que aparecem sob a forma do “como se diz” (Cf. GARDIN, 2005 [1977], p. 221). Nesse caso, elas são apresentadas como palavras da língua, já existentes e já conhecidas por todos, e aparecem frequentemente em um contexto explicativo. A estratégia do locutor seria apresentar o neologismo como não sendo tal, provocando o sentimento de reconhecimento. A função desse discurso é apagar a natureza neológica da palavra, mostrando-a como palavra da língua. Nesse caso, trata-se de um contexto em que há uma relação de aliança entre o discurso que relata e o relatado.

Nesse mesmo trabalho, ainda tratando do funcionamento e dos efeitos da neologia no discurso político, Gardin chama a atenção para o fato de que, devido à possibilidade de questionamento, por um grupo antagonista, da adequação do neologismo ao sistema da língua, à norma, ao vocabulário da língua nacional, uma estratégia de grupos políticos é, então, não empregar termos específicos do seu léxico, ou mesmo criar novas palavras, mas sim empregar palavras conhecidas, dando-lhes outros significados. O autor menciona como exemplo a decisão do XXI Congresso do Partido Comunista Francês (PCF), em que se defende o uso de palavras menos precisas, porém mais expressivas, imagéticas, para designar certos “referentes”: “feudalidade” e “aristocracia do dinheiro” (Cf. GARDIN, 2005 [1977], p. 222). Esses signos são empregados para designar realidades econômicas atuais, e não antigas, e com isso atingem-se dois objetivos – empregar palavras conhecidas dos falantes, palavras comuns da língua, em vez de neologismos, e estender os valores negativos impressos

nessas palavras às novas realidades designadas (o interlocutor/destinatário desse discurso recebe, junto com as palavras, um acento apreciativo já definido).

Gardin destaca, em seu artigo, as características da interação entre interlocutores próprias a essas práticas linguísticas particulares analisadas. O autor segue as formulações de Voloshinov segundo as quais: a) todo enunciado é dialógico, respondendo a discursos anteriores e se antecipando a respostas previstas, presumidas; e b) na produção de enunciados na cadeia da comunicação verbal ampla existente em dada sociedade, há uma interação dinâmica entre interlocutores. Em primeiro lugar, a interação que se dá nos fenômenos que analisa, segundo o autor, é de tipo antagonico, conflitivo, contraditório (e não de aliança, convivência, concordância). Em segundo lugar, trata-se de uma interação entre interlocutores que não são sujeitos individuais, nem livres, mas sim sujeitos coletivos (partidos políticos, jornalistas) e determinados socialmente. O antagonismo que marca a interação verbal nas práticas linguísticas analisadas incide sobre os neologismos, ou seja, sobre os signos ideológicos e seus índices sociais de valor dos quais tratara Voloshinov (a marca desse antagonismo é o emprego, sob a forma da rejeição, do questionamento, etc., dos neologismos do grupo adversário, marcados com aspas ou itálicos). Assim, a análise de Gardin assenta também em outro conceito de Voloshinov, que é o dos acentos apreciativos que cada grupo social imprime nos signos que entram em seu horizonte.

No artigo “Discours politique et expressivité” de 1979, Gardin analisa a recepção dos discursos pelos interlocutores e o modo como estes, em alguns casos, relatam/citam partes desses discursos que eles consideram expressivas. Trata-se de mais uma reflexão que tem como ponto central o problema do discurso relatado tal como pensado por Voloshinov: o autor francês segue a tese de Voloshinov de que o modo como um discurso é relatado pode ser tomado como índice do modo como esse discurso foi recebido pelo interlocutor. Gardin nota, no material que analisa (textos jornalísticos), que a reprodução das palavras do locutor é feita com o uso de marcas formais de demarcação – aspas, itálicos – acompanhadas de um comentário contendo um julgamento do valor acerca da expressividade dessas palavras. Conclui o autor que as *mesmas palavras* de um locutor são julgadas expressivas ou não (nesse último caso, são apontadas como pura retórica) conforme o tipo de interlocutor. Assim, a expressividade não é uma característica inerente do discurso, mas é determinada pelas posições ideológicas dos interlocutores.

Pode-se perceber que as análises de Gardin ilustram as formulações e os conceitos de Voloshinov acima referidos; mas também apresentam avanços em alguns pontos. O primeiro é a definição dos autores de um discurso de um ponto de vista social. Voloshinov sinalizara que o enunciado não é individual, mas social, mas não formulara um conceito para dar conta do autor de um discurso. O grupo de Gardin formula o conceito de grupos sociais como os locutores-intelectuais coletivos parciais, atribuindo a eles a autoria de determinados discursos que circulam em uma sociedade. A nosso ver, esse conceito é compatível com as formulações de Voloshinov e permite sua aplicação e desenvolvimento. O segundo ponto em que Gardin avança em relação a Voloshinov representa, na verdade, uma retificação de um postulado do autor russo. Segundo Voloshinov (1979 [1929]), os interlocutores, nas situações concretas de comunicação, de interação verbal, estão menos atentos à adequação à norma das palavras que empregam do que ao sentido concreto que elas adquiriam naquele contexto – e isso valeria tanto para o locutor, quanto para o ouvinte, já que este último volta sua atenção para o caráter de novidade da palavra empregada e não tanto à sua conformidade à norma da língua. Conforme apontam os materiais recolhidos e analisados por Gardin, os grupos sociais, especialmente aqueles em relação de antagonismo, são extremamente atentos à adequação à norma das palavras utilizadas em seu discurso e no discurso do adversário. Conforme Gardin (2005 [1988], p. 28), o discurso político é marcado por uma característica própria: “la revendication paradoxale par le locuteur au moment même où il produit et assume son néologisme, de sa conformité à la norme”.⁴⁷

De même, avons-nous été amené à constater l’importance du rôle de cette norme linguistique dans les conflits politiques discursifs : « la langue est avec nous » ne cessent de prétendre les groupes adverses, et c’est souvent en exhibant leur possession de la norme linguistique et la trahison de celle-ci par leurs adversaires que les groupes politiques prétendent à l’hégémonie. La norme linguistique est alors arme, enjeu et juge [...] dans la lutte politique (GARDIN, 2005 [1988], p. 28).⁴⁸

Por fim, vale destacar que as formulações de Voloshinov permitiram a Gardin, já em meados da década de 1970, abordar os discursos de uma perspectiva que só se

⁴⁷ “a reivindicação paradoxal pelo locutor, no momento mesmo em que ele produz e assume seu neologismo, de sua conformidade à norma”.

⁴⁸ “Do mesmo modo, fomos levados a constatar a importância do papel dessa norma linguística nos conflitos políticos discursivos: “a língua está conosco” não cessam de pretender os grupos adversários, e é frequentemente exibindo sua posse da norma linguística e a traição desta por seus adversários que os grupos políticos aspiram à hegemonia. A norma linguística é, pois, arma, jogo e juiz [...] na luta política.”

tornaria amplamente adotada na década seguinte – a análise do modo com os discursos se entrecruzam, interpenetram-se, aliam-se, opõem-se, rejeitam-se, questionam-se. Parece haver desde já, ainda que de modo um tanto tímido, o início da análise da presença constitutiva do discurso de outrem. Dizemos isso, porque nos trabalhos de Gardin aqui mencionados, o autor não está tratando apenas do contraste entre discursos tomados isoladamente, mas da interação entre discursos e entre interlocutores – a problemática do contraste entre discursos, aos poucos, dá lugar à problemática da interação.

Para sintetizar o que expusemos até aqui, poderíamos dizer que a apropriação de Voloshinov na Linguística social direcionou-se a dois fins. O primeiro deles foi formular os pressupostos teóricos e conceitos de base da Linguística social, aí incluída a análise do discurso, e, ainda, conquistar um ponto de vista a partir do qual seria possível fazer uma oposição à Linguística dominante e afirmar a necessidade dessa nova Linguística. Diríamos que, nesse caso, a apropriação de Voloshinov tem o caráter de uma palavra de ordem, uma bandeira de luta teórica e ideológica. Conforme pesquisa de Bernard Laks (1984) sobre o campo da sociolinguística francesa no período 1960-80, a corrente de Marcellesi/Gardin se destacou pelos trabalhos voltados ao que o autor denominou de “crítica teórica e ideológica” da Linguística, tema que ganhou o maior número de publicações (entre livros e artigos) dos membros do grupo. Nessa conjuntura, Voloshinov é fortemente apropriado como bandeira de luta, como fonte de argumentos contra a Linguística estruturalista. O segundo fim da apropriação de Voloshinov no campo da Linguística social foi o de desenvolver os conceitos e métodos da análise do discurso, já que, como dissemos antes, os atores desse projeto dedicavam-se quase exclusivamente à análise do discurso. No entanto, parece que essa segunda linha de apropriação foi levada a cabo muito mais, tanto qualitativa, quanto quantitativamente, nos trabalhos de Gardin do que nos de outros pesquisadores do grupo.

2.2.2 Recepção negativa e rejeição do Círculo de Bakhtin na AD de Pêcheux

Como dissemos anteriormente, podem-se identificar dois momentos do percurso das ideias do Círculo de Bakhtin na linha de análise do discurso articulada por Pêcheux:

o momento em que elas são rejeitadas e o momento em que são aceitas e apropriadas. No período de 1974-77, quando a linha de Marcellesi se voltava ao empreendimento de apropriação de algumas das formulações do grupo russo, a linha de Pêcheux expressava quanto a elas uma rejeição. No contexto do debate ocorrido entre o grupo de Pêcheux e o de Marcellesi acerca de Voloshinov, precisamente em 1977, Pêcheux afirmava que a obra de Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, representaria “um retorno a um estado pré-teórico” (Cf. MALDIDIER, 2003, p. 60). Sendo assim, as formulações aí apresentadas não poderiam constituir um caminho para a análise do discurso.

Para nós, uma reflexão sobre o que explicaria essa rejeição de Pêcheux a Voloshinov deve passar necessariamente por uma série de questões, que exigem uma exposição um tanto quanto longa. Sendo assim, dedicaremos a próxima seção desta Tese a esse problema.

3

MOTIVOS DA RECEPÇÃO NEGATIVA DO CÍRCULO DE BAKHTIN NA AD DE PÊCHEUX

Dissemos no final da seção precedente que, aos olhos de Pêcheux e de seu grupo, *Marxismo e filosofia da linguagem* representava um “retorno a um estado pré-teórico”. O que significaria isso, na perspectiva de Pêcheux? O filósofo francês falou muito pouco de Bakhtin e de seu Círculo (uma das poucas menções explícitas a Voloshinov/Bakhtin se encontra em *A língua inatingível* (1983), obra escrita juntamente com Françoise Gadet). No entanto, conhecendo-se a teoria epistemológica adotada por Pêcheux – trata-se do *Materialismo Dialético* conforme concebido por Althusser (1979a, p. 29): a Teoria “da natureza diferencial das formações teóricas e de sua história” – é possível entender o que seria, para ele, esse “retorno a um estado pré-teórico”.

A primeira premissa de Pêcheux é que *estado pré-teórico* é o mesmo que *estado pré-científico*, ou ainda, *ideológico*. Segundo concepções epistemológicas do autor, toda ciência se funda com um corte epistemológico que, ao mesmo tempo, separa-a de seu passado ideológico e revela-o como tal. Esse corte epistemológico é operado em meio *a* e a partir de uma ruptura *com* uma série de representações ideológicas. Isso significa que toda ciência é produzida num espaço que antes era ocupado pela ideologia e a fundação dessa ciência revela que todo “conhecimento” que ocupava o espaço em que ela veio a se instalar é ideológico ou pré-teórico.

A segunda premissa é a tese de que no campo das ciências sociais, as únicas ciências de fato eram: a ciência da História (ou Materialismo Histórico), a Linguística e a Psicanálise, fundadas por meio do corte epistemológico operado, respectivamente, por Marx, Saussure e Freud. Desse modo, somente essas três ciências – e seu núcleo científico – poderiam ser base para a construção de uma teoria e de uma análise do discurso que se pretendesse um instrumento científico auxiliar no processo de produção de novas ciências sociais.

Por fim, uma última premissa de Pêcheux é a de que não existe ciência pura. Isso significa que, mesmo depois de fundada, uma ciência guarda em seu interior certas representações ideológicas e permanece suscetível aos assédios da ideologia. Tal

assédio é possível porque uma ciência nasce rompendo com uma ideologia em particular, mas a ideologia enquanto tal não desaparece. Sendo assim, poder-se-ia, por meio de uma leitura sintomal, identificar na trajetória teórica dos fundadores das três ciências acima citadas uma descontinuidade marcando suas obras ideológicas e suas obras verdadeiramente científicas e, mesmo no interior das obras científicas, noções ideológicas convivendo com conceitos científicos, noções com as quais não se conseguiu romper. Quando estudiosos que se filiam a essas três ciências não atentam para essa descontinuidade, correm o risco de fazer uma reflexão pautada justamente nas noções ideológicas. O papel do cientista que quer desenvolver uma ciência constituída deve ser o de se embasar nesse núcleo científico e manter-se alerta com relação aos assédios da ideologia.

Além de compreender o que, para Pêcheux, significa pré-teórico, é preciso ainda identificar a que Pêcheux se referia exatamente quando falava do “estado pré-teórico” de *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL). A nosso ver, Pêcheux refere-se: 1) às teorias (ou os campos do saber) sobre as quais assentam as reflexões de Voloshinov; e 2) às próprias formulações de Voloshinov sobre a língua, a linguagem, a comunicação verbal, a interação social, a enunciação / o enunciado, etc., construídas com base nesses campos do saber.

Conforme anunciado pelo próprio Voloshinov, MFL destina-se à formulação de uma Filosofia da linguagem (o seu objeto e algumas orientações metodológicas) cujo problema seria o da relação entre linguagem e ideologia, no interior da problemática marxista. Sendo assim, há uma reflexão que atravessa e articula os campos do marxismo e da Linguística. Isso nos conduz a mais uma de nossas questões iniciais: se Pêcheux considerava o MH e a Linguística ciências sociais indubitáveis, como dissemos acima, por que, então, MFL representaria um “estado pré-teórico”?

Nossa primeira hipótese é que, da perspectiva de Pêcheux, Voloshinov não construía sobre o terreno firme do núcleo científico dessas ciências e isso porque não fora capaz de perceber o corte epistemológico que marca as teorias de Marx, Saussure e Freud. Quanto ao marxismo, o filósofo russo seguiria as obras da juventude teórica de Marx (ou seja, as obras em que não se encontra o núcleo científico da teoria marxista) em detrimento da obra científica do autor – *O Capital*. O grande obstáculo representado por essas obras é o humanismo teórico que guia as reflexões, humanismo este que teria contaminado o pensamento de Voloshinov. Quanto à Linguística, Voloshinov, sob a ótica de Pêcheux, simplesmente rejeita a pertinência da obra de Saussure para as suas

formulações, substituindo um núcleo de conhecimentos científicos efetivos por uma série de noções ideológicas de linguistas/filósofos da linguagem pré-saussurianos.

O pensamento de Voloshinov expresso em MFL não se destaca completamente daquele que fora exposto em outras de suas obras e também daquele que caracteriza o pensamento do Círculo de Bakhtin como um todo. Isso nos autoriza a dizer que, ainda que em MFL (única obra do Círculo de Bakhtin em questão na AD francesa em meados dos anos 70) não haja menções explícitas à Psicanálise, o lugar ocupado aí pela Psicologia é o lugar negado à Psicanálise, cuja recusa já fora justificada anteriormente (na obra *O Freudismo*, de 1927). Em outras palavras, a ausência da perspectiva da Psicanálise em MFL não representaria, para Pêcheux, um problema em si mesmo, se não estivesse relacionado ao fato de essa ciência ceder lugar à perspectiva da Psicologia, uma pseudociência, segundo Pêcheux. Uma reflexão pautada em pressupostos da Psicologia, incluindo seu objeto, a consciência, também representaria, do ponto de vista de Pêcheux, um “estado pré-teórico”.

Nossa segunda hipótese é que a rejeição de Pêcheux a *Marxismo e filosofia da linguagem* como pré-teórica explica-se também pela sua avaliação negativa dos resultados a que chegou Voloshinov a partir do seu ponto de partida, resultados esses que englobam as posições, os conceitos e as orientações metodológicas dessa obra. Para Pêcheux, a Filosofia marxista da linguagem a que chega Voloshinov só poderia ser pré-científica tendo em vista que se constrói sobre a base de noções ideológicas – as da juventude de Marx, as dos linguistas pré-saussurianos e as da psicologia (pseudociência que ocupa indevidamente o lugar da Psicanálise) – desprezando ou ignorando os conceitos científicos desses campos.

3.1 Em torno do Marxismo

As reflexões de Voloshinov, no contexto russo de 1920-30, e de Pêcheux, no contexto francês de 1960-70, dizem respeito ao problema geral da relação entre “linguagem” e “sociedade”, ou da relação entre “linguagem” e ideologia/relações sociais.⁴⁹ Filiando-se explicitamente ao marxismo, esses autores adotam evidentemente

⁴⁹ Os termos *linguagem* e *sociedade* são muito amplos, e não é por meio deles que Pêcheux e Voloshinov designam os objetos de que tratam. Para Voloshinov trata-se das formas de interação verbal, dos gêneros

concepções de ideologia e relações sociais formuladas nesse campo. Mas sua filiação não se resume à adoção de conceitos, e sim à adoção de uma perspectiva específica a partir da qual os próprios problemas são elaborados. Seguindo o exemplo da grande maioria de seus antecessores, Pêcheux e Voloshinov apresentam suas reflexões particulares como *contribuições ao desenvolvimento da teoria marxista*: elas incidem sobre o campo específico da ideologia. Mas o objetivo central desses pensadores não é formular uma teoria geral da ideologia e sim uma teoria ou problematização acerca da linguagem em suas relações com a ideologia.

Para Voloshinov (1979 [1929], p. 25): “Um dos problemas fundamentais do marxismo, o das relações entre a infraestrutura e as superestruturas, acha-se intimamente ligado, em muitos de seus principais aspectos, aos problemas da filosofia da linguagem”. Sua tarefa é, portanto, de propor uma Filosofia da linguagem de base marxista, a qual se liga diretamente a uma teoria das ideologias (tanto dependendo dela quanto fazendo-a avançar), e constitui uma das condições de desenvolvimento do marxismo em geral, principalmente na tarefa de superar uma análise mecanicista das relações entre base e superestrutura. Para Pêcheux (1988 [1975], p. 32), trata-se de “desenvolver as consequências de uma posição materialista – *no elemento* de uma teoria marxista-leninista da Ideologia e das ideologias – com respeito ao que chamamos ‘processos discursivos’”⁵⁰. Sua tarefa seria produzir uma teoria do discurso ou dos processos discursivos concebidos como determinados pelas ideologias e como um das modalidades materiais sob as quais a ideologia se apresenta.

No entanto, o marxismo de Pêcheux era bem distinto daquele marxismo sustentado por Voloshinov em MFL. O autor francês embasava suas reflexões na obra em que, segundo a leitura de Althusser e seu grupo, estava elaborada a teoria científica da sociedade e de sua história, *O Capital*, ou seja, na obra que continha o núcleo científico da teoria de Marx. O seu marxismo seria distinto daquele de Voloshinov porque este último recorreria a conceitos das diversas obras de Marx, sem considerar a existência de uma descontinuidade entre elas, o que teria como consequência a possibilidade e o risco de teorizar sobre uma série de noções ideológicas. Retomaremos

do discurso, do enunciado concreto, do signo, da palavra. Para Pêcheux, trata-se do discurso, dos processos discursivos, dos efeitos de sentido.

⁵⁰ A expressão “no elemento”, usada por Pêcheux nessa passagem, foi por nós grifada porque ela tem um significado bastante preciso nas formulações epistemológicas do grupo de Althusser (pode-se conferir o uso dessa expressão no artigo “O Jovem Marx”, de Althusser (1979a)). Quando se diz “no elemento de” diz-se *no interior de uma problemática determinada*. É essa problemática que Pêcheux está explicitando nessa passagem.

esse argumento, para desenvolvê-lo, no final desta parte. Para que isso fique mais claro é necessário considerar inicialmente as seguintes informações.

Pêcheux filia-se a um determinado marxismo, o de Althusser – isto é, à leitura, à interpretação e ao desenvolvimento da teoria de Marx preconizados por Althusser e o grupo de filósofos em torno dele. Essa leitura-interpretação-desenvolvimento da obra de Marx é construída da perspectiva de uma análise epistemológica dessa obra, que considera haver nela uma ruptura, uma descontinuidade, separando as obras da *juventude* de Marx e as da sua *maturidade*, notadamente, *O Capital*. A problemática, o sistema teórico e os conceitos de *O Capital*, considerados maduros e científicos, são tomados como referência para leitura e avaliação de todos os demais. E também como referência para a avaliação das outras leituras da teoria marxista próprias de outros pensadores do campo. Mas essa leitura é, ainda, formulada com base no referencial do contexto francês dos anos 1960 – o estruturalismo, a Psicanálise, a epistemologia histórica francesa. Trata-se, assim, de uma interpretação singular da teoria marxista, que não se deixa identificar a nenhuma outra.

Como dissemos, Pêcheux filiava-se ao projeto de desenvolvimento da teoria das ideologias, ao desenvolvimento teórico acerca da superestrutura ideológica. Ele segue em suas reflexões as formulações de bases feitas por Althusser com base nos conceitos de *O Capital*. Todas essas formulações são constitutivas da reflexão de Pêcheux sobre as relações entre linguagem e ideologia, ou seja, da sua teoria do discurso. Nossa hipótese é que, com base nessa concepção muito particular de ideologia e, ainda, das relações entre base e superestrutura e entre ideologia e linguagem (ou melhor, *discurso*), Pêcheux rejeita a concepção acerca dos mesmos conceitos e problemas sustentada por Voloshinov. E rejeita pelo fato de ela estar embasada não somente nas obras de Marx que, do seu ponto de vista, são não-científicas, mas também nas leituras dessas obras feitas, por exemplo, por Plekhanov e Bukharin, pensadores marxistas russos do contexto de Voloshinov, articuladas a certas referências como a filosofia da vida (em especial Simmel) e o romantismo alemão (em especial Humboldt), generalizadas no contexto russo de 1920.

Trataremos, a seguir, com mais detalhes dos argumentos anunciados aqui.

3.1.1 O marxismo de Pêcheux

É o marxismo conforme relido e desenvolvido por Althusser e seu grupo que constitui a base não só das formulações da teoria do discurso de Pêcheux (sabe-se que Pêcheux foi membro ativo do grupo de estudiosos em torno de Althusser, professor da Escola Normal Superior da Rue d'Ulm), mas também do seu projeto teórico como um todo. Por isso, antes de tratarmos da concepção de ideologia de Pêcheux, que deriva daquela de Althusser, trataremos da forma como o grupo althusseriano concebia a teoria marxista.

Althusser estava envolvido diretamente na reviravolta teórica ocorrida na França da década de 1960. Nessa reviravolta teórica, abandonavam-se, como mencionamos na seção 1, as antigas referências da fenomenologia e do existencialismo e adotavam-se, em seu lugar, o Materialismo Histórico e Dialético de Marx, a Psicanálise de Freud e a genealogia de Nietzsche, a partir dos filtros das releituras então realizadas – a releitura de Marx por ele próprio, Althusser; a releitura de Freud por Lacan; a releitura de Nietzsche por Deleuze e Foucault. A essas novas referências somavam-se, ainda, o estruturalismo linguístico, tomado como modelo de cientificidade no campo das ciências humanas, e a epistemologia histórica francesa, que, originalmente voltada para o campo das ciências exatas, era aplicada ao campo das ciências humanas. Certamente, o modo como Althusser entendia essas referências e se apropriava delas esteve diretamente ligado ao projeto teórico de Pêcheux.

Durante o período de 1961 a 1965, Althusser organizou um ciclo de estudos voltados para a discussão das formulações dos autores implicados nessa reviravolta teórica: um seminário sobre o jovem Marx; outro sobre o estruturalismo, privilegiando-se Lévi-Strauss, Lacan e Foucault; e, finalmente, uma leitura coletiva da obra *O Capital*, de Marx, seguida de um seminário acerca dos resultados dessa leitura. Althusser, enquanto filósofo marxista e membro do partido comunista francês, ao engajar-se nesse estudo da obra de Marx, tinha como objetivo não apenas compreender suas ideias, mas, sobretudo, encontrar meios de desenvolvê-la, pois para o filósofo, uma teoria que se resume à repetição do discurso do fundador não é ciência, mas um dogma.

O contexto dos primeiros trabalhos de Althusser sobre as obras de Marx, e que caracterizam uma primeira fase de seu pensamento, é aquele posterior ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em fevereiro de 1956, e à morte de Stalin. Esses dois acontecimentos, segundo informa o próprio Althusser (1979a),

permitem o retorno a uma investigação do pensamento de Marx, livre do dogmatismo de cartilha; permitem a saída da mera repetição de fórmulas e simplificações. Mas o que guia e impulsiona o trabalho de Althusser não é apenas a possibilidade de investigação livre, mas também um movimento que começava a ganhar força – o aparecimento de interpretações humanistas dos conceitos de Marx. Nesse contexto, era necessário, para o filósofo francês, reagir, e evidenciar o caráter científico da teoria de Marx.

A tese central formulada por Althusser após esse estudo coletivo da obra de Marx, e que constitui um dos pilares de sua *releitura* da teoria marxista, é, portanto, que Marx fundou, com um *corte epistemológico*, a ciência da história (ou Materialismo Histórico), e, conjuntamente, promoveu uma revolução na filosofia, fundando o Materialismo Dialético. Vejamos o que diz Althusser (1980b, p. 157) sobre a fundação da ciência da história:

Marx fundou uma ciência nova: a ciência da história. (...). As ciências que nós conhecemos estão instaladas em alguns grandes ‘continentes’. Antes de Marx estavam abertos ao conhecimento científico dois continentes: o continente-Matemática e o continente-Física. O primeiro pelos gregos (Thales) e o segundo por Galileu. Marx descortinou para o conhecimento científico um terceiro continente: o continente-História.

Como vemos, para Althusser, Marx não elaborou apenas uma teoria da economia, simplesmente. Ele fundou uma ciência nova, a ciência da história, a qual, por sua vez, não é somente uma ciência, mas um continente científico. Dizer que o MH é a ciência da história representa uma posição teórica nem sempre bem compreendida por todos. Por isso, é necessário enfatizar que História não é entendida pelo grupo althusseriano como a disciplina história ou a historiografia. A ciência da história é um *continente* que abrange tudo que é social. Qualquer fenômeno social (seja ele econômico, político ou ideológico) cai obrigatoriamente no domínio desta ciência. Como consequência, a ciência da história não é pensada como uma ciência a mais ao lado de outras “ciências sociais”, como a sociologia, a economia ou a psicologia; ela é o “continente” no interior do qual qualquer saber que reivindique para si o status de “ciência social” deverá vir a se inscrever.

Todavia, nem todas as obras e/ou conceitos por ele produzidos eram de fato científicos, mas haviam sido engendrados com base em ideologias. Sendo assim, o pensamento de Marx estava marcado por uma *descontinuidade* – uma fase ideológica (que englobava as obras do *Jovem Marx*, aquelas do período de 1840 a 1845) e uma fase

científica (cujo núcleo estava na obra do *Marx maduro*, principalmente em *O Capital*, de 1865).

Com base em que os althusserianos podiam afirmar que há uma descontinuidade no pensamento de Marx, sendo uma parte dele ideológica e outra parte científica? Em que residiria essa cientificidade? Um primeiro elemento a comprovar que Marx fundou uma ciência era o fato de ele ter produzido um *objeto* para ela, os *modos de produção*. De acordo com as concepções epistemológicas do grupo de Althusser, uma ciência nasce com a produção de um objeto científico. Um segundo elemento seria o fato de o pensador alemão ter produzido também uma série de conceitos relacionados com o modo de produção. Dentre eles, os de “formação social”, “classes sociais”, “relações de produção”, “relações sociais”, “luta de classes”, “força de trabalho”, os quais formavam um sistema capaz de explicar a sociedade e a história.

Na teoria marxista, um *modo de produção* se caracterizaria por ser uma totalidade orgânica, constituída de um conjunto de três instâncias – 1. a infraestrutura econômica; 2. a superestrutura jurídico-política; 3. a superestrutura ideológica. Elas são articuladas entre si, mas possuem uma certa autonomia relativa umas em relação às outras, ainda que a infraestrutura econômica seja determinante em última instância. Com essa tese da determinação em última instância, Althusser procura solucionar o problema das relações entre base econômica e superestruturas, mas é somente com o desenvolvimento da sua teoria sobre as condições da reprodução das relações de produção, exposta em *Aparelhos ideológicos do Estado*, que o autor dá uma resposta refinada ao problema. Voltaremos a isso.

Sendo assim, o MH como compreendido pelos althusserianos é a teoria dessa estrutura, do conjunto de suas instâncias e do tipo de articulação e de determinação que as une entre si. Cada uma delas, tendo essa autonomia relativa, pode ser considerada como *um todo parcial*, uma estrutura *regional*, podendo ser objeto de um tratamento científico relativamente independente. Assim, há a possibilidade de uma teoria da história das diferentes instâncias: uma teoria da história da política, da filosofia, da arte, *da ideologia* (que Althusser e Pêcheux tentam desenvolver, como veremos abaixo), ou seja, todas as regiões que constituem as três instâncias.

Quanto aos elementos ideológicos das obras de Marx, o que caracteriza a descontinuidade de seu pensamento, na ótica dos althusserianos, é o fato de, nas obras da *Juventude*, ele estar imbuído de uma concepção humanista teórica, concepção com a qual teria rompido nas obras científicas. Althusser (1978a), respondendo a críticas do

marxista inglês John Lewis sobre a validade da sua tese sobre o corte epistemológico de Marx, tendo em vista a permanência, nas suas obras posteriores a 1845, de noções como “negação da negação” e “alienação”, próprias da filosofia humanista com que rompe, o filósofo francês argumenta que a ciência fundada por Marx não aparece pronta e acabada, mas passa por um processo de construção, no início do qual ainda veicula certas noções ideológicas, como as acima referidas, o que não invalida a tese do corte epistemológico e da descontinuidade.

Conforme Althusser, o que separa as obras da juventude de Marx (ideológicas, pré-científicas) e as obras da maturidade (científicas), ou seja, o que permite o corte epistemológico fundador da ciência da história, são as filosofias aí pressupostas. Para o filósofo, toda ciência ou ideologia particular estabelece uma relação estreita com a filosofia, relação que não é explícita ou evidente. Essa filosofia que está presente nas elaborações teóricas representa, na teoria, posições de classe e surte efeitos, em última instância, na luta de classes. Para Althusser (1978a), nas obras ideológicas de Marx, há uma reflexão pautada na filosofia humanista burguesa, enquanto nas científicas há uma filosofia nova, uma filosofia materialista e revolucionária.

Na concepção de Althusser e seu grupo, o humanismo teórico é uma orientação filosófica que se caracteriza pelo fato de usar categorias, tais como “homem”, “transcendência”, “essência humana” etc. para explicar a sociedade e a história, em teses tais como “a história é a negação da negação”, ou ainda, “o homem faz a história”. Segundo Althusser (1978b, p. 160): “O homem centro do mundo – no sentido filosófico do termo – essência originária e fim de seu mundo, eis o que se pode chamar de humanismo teórico no sentido pleno da palavra”. Essa filosofia representaria, na análise de Althusser, as posições de classe da burguesia, tendo nascido como efeito da luta dessa classe em seu processo revolucionário. A ideia, própria ao humanismo, de um homem livre, sujeito de seus pensamentos e ações, seria adequada aos ideais da burguesia, já que essa liberdade é também liberdade para comprar, vender e possuir. A tese filosófica humanista segundo a qual o homem faz a história:

[...] tinha um sentido quando a burguesia revolucionária lutava contra o feudalismo que a dominava. *Naquele momento*, proclamar – como fizeram os grandes Humanistas burgueses – que é o *homem* que faz a história era lutar, *do ponto de vista burguês*, então revolucionário, contra a Tese religiosa da ideologia feudal: é *Deus* que faz a história (ALTHUSSER, 1978a, p. 24).

Para os althusserianos, o pensamento do próprio Marx nas obras da sua juventude teórica, teve como fundamento o humanismo. Sua teoria de então era fortemente embasada na categoria de homem, essência humana e nas que lhe são correlatas. Marx, no entanto, abandona o humanismo nas obras da maturidade, quando há uma mudança radical de sua problemática e efetua, então, o corte epistemológico. É o corte de Marx que revela o humanismo teórico como uma ideologia, pois, na concepção dos althusserianos, conforme dissemos, uma ideologia só é revelada enquanto tal quando se opera no campo que ela ocupa um corte epistemológico, uma ruptura, ou seja, quando se funda uma ciência.

Para Althusser, quando Marx postulou que são as massas que fazem a história e que a história é a história das lutas de classes, produziu um conceito científico de história, lançando as bases de uma ciência da história. Nesses postulados, faz-se presente uma mudança de problemática que reorganiza todo o campo das questões. Uma das consequências mais fortes da ruptura teórica de Marx é a forma nova de compreender as relações sociais e os homens concretos, que passa pelo conceito de classes sociais e de luta de classes, e a forma nova de conceber a história.

Pêcheux, num texto assinado com o pseudônimo de Thomas Herbert (1973 [1966]), seguindo as posições do grupo althusseriano, fornece uma descrição do modo como as ideologias humanistas representam as relações sociais. A função delas consistiria em um trabalho de redução das relações sociais a *relações interindividuais*: para a ideologia, o que existe na sociedade são indivíduos que se relacionam entre si e não sujeitos de classes sociais antagonistas. Esses indivíduos, retirados de suas classes pelas ideologias, são reagrupados em outros grupos, a partir de critérios sociológicos gerais (religião, idade, sexo, atividade profissional etc.). Consequentemente, o caráter de classe das relações sociais e a inserção dos indivíduos nessas relações ficam totalmente “esquecidos”. Essa concepção (empirista, de acordo com Althusser) de relações sociais estaria na base de certas teorias sociológicas e psicológicas.

Dessa forma, a análise marxista da história e das sociedades teria um modo específico de compreender as relações sociais, o qual romperia com as teorias humanistas. Estas seriam entendidas como relações entre classes e não como relações entre indivíduos ou entre grupos humanos.

É uma das maiores mistificações teóricas pensar que as relações sociais são redutíveis às relações entre os homens, ou mesmo grupos de homens; isso é supor que as relações sociais são relações que só colocam em questão homens, quando elas colocam igualmente em

questão as coisas, os meios de produção, vindos da natureza material (ALTHUSSER, 1978b, p. 163).

Na teoria marxista, contrariamente, postula-se a existência de classes sociais antagonistas e afirma-se o primado da luta de classes. Segundo Althusser (1978a, p. 26):

O M.L. [marxismo-leninismo] nos diz [...]: é a *luta das classes* (conceito novo) que é o *motor* (conceito novo) da história; que move, que faz avançar, que ‘mexe’ a história: e realiza as Revoluções. Essa Tese é de grande importância: porque *põe em primeiro plano a luta das classes*.

Assim, o primado está nas relações entre as classes e nas relações que os indivíduos concretos estabelecem enquanto pertencentes a determinada classe, historicamente situada, e não nos indivíduos tomados isoladamente. Se essas relações se dão sob a forma das lutas, essas lutas podem ser tanto econômicas, quanto políticas e ideológicas.

Consequentemente, segundo a leitura de Althusser, não há, na teoria científica de Marx, uma concepção de homem enquanto variação empírica de uma essência humana, uma concepção de “homem em geral”, ou uma concepção de homem livre (concepção da filosofia humanista). Além disso, o conceito de homem não é o ponto de partida para as análises de Marx, como o seria na filosofia burguesa. Essas concepções são abandonadas na teoria de Marx que, por isso, apresentar-se-ia como um “anti-humanismo teórico”. A seguinte afirmação de Marx é reproduzida por Althusser (1978a, p. 29) a fim de ilustrar o anti-humanismo teórico do pensador alemão: “Meu método analítico não parte do homem, mas do período social economicamente dado”.

Na teoria marxista, trata-se evidentemente do sujeito (e não do “homem”), mas esse conceito, segundo Althusser (1978a) não é o ponto de partida das questões e das análises, e sim o ponto de chegada. O sujeito a que se chega é sempre historicamente definido e essa definição passa necessariamente pelos conceitos de relações sociais e de luta de classes: cada sociedade e cada classe, em cada conjuntura, têm os *seus* sujeitos. Nesse sentido, Althusser (1978a, p. 67) propõe o conceito de “forma-sujeito”, como “a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”.

O sujeito, tal como o concebe Althusser (e, por tabela, Pêcheux), não é a fonte de si mesmo (causa de si) e do que lhe é exterior. Isso significa que esse sujeito não é constituinte, mas constituído – ele é o resultado e o efeito de uma exterioridade, de estruturas que lhe ultrapassam: as relações de produção, conforme descritas por Marx,

as representações imaginárias (a ideologia), conforme concebidas pelo próprio Althusser, e o inconsciente, conforme definido pela Psicanálise. Do ponto de vista das relações de produção, os sujeitos são definidos como suportes de relações, vindo a ocupar um lugar nessas relações. Consequentemente, não são os sujeitos, com base em sua liberdade, que “escolhem” os lugares e as funções a ocupar em dada sociedade, e também não são eles que “criam” esses lugares e funções. Do ponto de vista da ideologia, não são os sujeitos que a “criam”, mas é a ideologia que, através do processo de interpelação, os constitui. Voltaremos a isso mais abaixo. Do ponto de vista do inconsciente, tal como formulado pela Psicanálise, o sujeito é constituído por sua inserção na cadeia de significantes (ou Ordem simbólica).

Althusser alerta para o fato de que, mesmo a teoria marxista tendo revelado, no momento de sua fundação, o humanismo como uma ideologia, esse humanismo continua a existir e a assediar o campo científico:

O anti-humanismo teórico de Marx não suprime, pois, de nenhum modo a existência histórica do humanismo. Tanto depois como antes de Marx se encontram no mundo as filosofias do homem, e hoje alguns marxistas são tentados a desenvolver os temas de um novo humanismo teórico (ALTHUSSER, 1979a, p. 204).

O grupo de Althusser defendia não ser possível produzir conhecimentos científicos com base nem na noção de “homem” nem na definição de sociedade de orientação humanista. Para os althusserianos, todas as teorias que apelavam para o conceito de homem ou que tomavam as relações sociais como relações entre indivíduos eram ideológicas, ou, em outras palavras, não científicas. O grupo althusseriano (e por tabela, Pêcheux) caracterizou-se, assim, como um forte combatente das interpretações humanistas da teoria de Marx, por entender que elas eram um empecilho ao seu desenvolvimento científico, um assédio da ideologia burguesa a um núcleo de conhecimentos científicos constituídos.

Como dissemos acima, o projeto de Althusser era dar desenvolvimento à teoria marxista no que ela ainda tinha de incipiente. O ponto da teoria marxista visado por Althusser e seu grupo foi o da teoria das ideologias, por uma justificativa teórica e política – estava ela pouco desenvolvida e era de extrema importância no processo revolucionário. Como se sabe, foi à investigação sobre as ideologias e um de seus aspectos particulares, o discurso, que Pêcheux dedicou sua trajetória teórica.

A ideologia em geral, isto é, a Ideologia é definida como “um sistema (possuindo a sua lógica e o seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias

ou conceitos segundo o caso) dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade dada” (ALTHUSSER, 1979a, p. 204). Nessa definição, estão presentes as duas formas a partir das quais Althusser aborda a ideologia – em sua relação com o conhecimento (nesse sentido, ela é um sistema de representações que se opõe à ciência) e em sua relação com a sociedade (nesse sentido, ela exerce uma função social).

Além disso, a ideologia é parte estrutural da sociedade, constituindo um dos níveis da sua superestrutura, os quais se relacionam por um processo complexo de determinação em última instância com a infraestrutura (econômica). Sendo assim, segundo Althusser (1979c), é impossível conceber uma sociedade sem ideologia, já que é sua parte estrutural, e somente uma concepção ideológica do mundo poderia pensar a sociedade sem ideologia ou a substituição desta pela ciência. O que pode acontecer são modificações nas formas ideológicas, o aparecimento de novas formas ou o desaparecimento de outras, mas a ideologia, como instância da sociedade, permanece em qualquer formação social. Por isso, Althusser (1980) afirma que, assim como o inconsciente, a ideologia é eterna, e somente as ideologias particulares são históricas.

Enquanto sistema de representações, a ideologia não dá um conhecimento objetivo ou científico do real:

Na ideologia os homens exprimem, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, mas a *maneira* como vivem a sua relação às suas condições de existência: o que pressupõe, ao mesmo tempo, relação real e relação “vívida”, “imaginária” (ALTHUSSER, 1979a, p. 206).

Na terminologia empregada por Althusser, as “representações ideológicas” se opõem aos “conhecimentos científicos”. Isso significa que essas representações são necessariamente falseadas, já que:

[...] não constituem um *conhecimento verdadeiro* do mundo que representam. Podem conter *elementos* de conhecimento, mas estão sempre integradas e submetidas ao sistema de conjunto das representações, que é necessariamente, um sistema orientado e falseado, um sistema dominado por uma *falsa concepção* do mundo (ALTHUSSER, 1966, p. 195).

Sendo assim, a ideologia é uma representação que faz *alusão* ao real, mas o que ela oferece do real é, na verdade, uma *ilusão* e oferece um conhecimento do mundo, que é, na verdade, o seu *reconhecimento/desconhecimento*. Pelo mecanismo do reconhecimento, efetua-se sempre uma confirmação dessas representações,

reconhecimento que, tomando o lugar do questionamento, impede a produção do conhecimento e acarreta a permanência do desconhecimento.

Para Althusser, haveria dois motivos pelos quais a representação da ideologia é falseada. O primeiro seria a opacidade da estrutura social: os sujeitos não têm o conhecimento total e amplo dessa estrutura, que não se mostra por completo, e sua representação é sempre parcial. Além disso, a ideologia é tanto parte da estrutura da sociedade (como uma de suas instâncias) quanto determinada por essa estrutura. Segundo Althusser (1966, p. 200), “a ideologia é, ao mesmo tempo, juiz e parte na causalidade estrutural da sociedade”. O segundo motivo, o mais importante, seria a própria divisão da sociedade em classes sociais: a representação que os sujeitos têm da realidade é determinada pela posição que ocupam nas diferentes classes.

Por outro lado, a ideologia não é uma realidade una, homogênea. No interior do que se chama a instância ideológica, há regiões como a ideologia moral, a religiosa, a filosófica etc. Essas regiões surgem em períodos distintos da História e, segundo o contexto socioeconômico, uma delas predomina sobre as demais. Cada uma dessas regiões, por sua vez, também pode ter uma teoria particular, como, por exemplo, a teoria da religião.

Isso é possível porque a ideologia pode atingir diferentes graus de formalização. Uma ideologia particular pode ser expressa através de atos, regras e hábitos ou através de uma teoria, sendo que, no primeiro caso, seu grau de formalização é baixo e, no segundo, é alto. Assim, por exemplo, pode existir uma ideologia religiosa que possua suas regras, seus gestos e rituais, mas que não tenha uma teologia sistemática. A elaboração de uma teologia representa um grau de sistematização teórica da ideologia religiosa. Isso pode acontecer com todas as regiões da ideologia: apresentarem-se sob a forma de costumes, hábitos, tendências e gostos, ou, ao contrário, apresentarem-se sob formas sistematizadas, teorizadas.

Além de estar dividida em regiões, a ideologia é também atravessada por tendências de classe. Segundo Althusser (1979d, p. 54), “no interior da ideologia em geral se observa, pois, a existência de *tendências ideológicas diferentes*, que expressam as ‘representações’ das diferentes classes sociais”. Se numa sociedade há várias classes, dominante e dominadas, é certo que nela há ideologia dominante e ideologias dominadas, mas comumente a ideologia dominante é a da classe dominante. Essa dominação da ideologia da classe dominante se exerce de duas maneiras – quantitativamente, pois é a mais divulgada, e qualitativamente, pois é a que fornece os

quadros de referência e o sistema de representações das demais ideologias, as quais são subordinadas a ela.

Nas primeiras elaborações, Althusser deu ênfase a esse aspecto da ideologia – sua relação com o conhecimento, com a ciência. Explorando essa questão, o filósofo fez uma “releitura” marxista da tese de Bachelard acerca da oposição entre conhecimento científico e conhecimento comum, e deste último como um dos obstáculos ao primeiro, propondo uma oposição entre ciência e ideologia. Para Althusser, a ideologia se opõe à ciência, sendo que uma ciência nasce por meio de um corte epistemológico que opera uma ruptura com a ideologia, corte este determinado sempre por uma conjunção de fatores teóricos e políticos. Uma ciência, portanto, não nasce do/no vazio, mas em um campo dominado por representações ideológicas. A ciência instituída revela a ideologia como tal, mas não a destrói radicalmente, fato pelo qual permanece vulnerável aos assédios da ideologia, que funciona como obstáculo ao seu desenvolvimento.

Na primeira fase de seu pensamento, Althusser tratou também, ainda que de maneira marginal e geral, da relação da ideologia com a sociedade, ou seja, da função social da ideologia. Para o autor, a ideologia tem duas funções: uma que se aplica a todas as sociedades (as de classes e as sem classes) e uma que é exclusiva das sociedades de classes. A primeira função da ideologia é a de assegurar a coesão dos indivíduos na sociedade: ela determina o papel social que cada indivíduo deverá exercer, assegurando as relações sociais. A ideologia é indispensável “para formar os homens, transformá-los e colocá-los em condição de responder às exigências das suas condições de existência”, pois eles precisam se adaptar às transformações constantes pelas quais passam as sociedades em que vivem (ALTHUSSER, 1979a, p. 208). Sendo assim, a ideologia é ativa, podendo reforçar ou modificar as relações que os homens mantêm com as suas condições de existência. As representações dadas pela ideologia são indispensáveis à existência da formação social e necessárias aos homens, que precisam se guiar por alguma representação do mundo e das suas relações com ele. Para Althusser (1966, p. 194): “Tudo se passa como se os homens tivessem a necessidade, para poder existir como seres sociais conscientes e ativos na sociedade [...] de dispor de uma certa representação do mundo em que vivem”. Assim, todas as atividades praticadas pelos homens (tais como as religiosas, econômicas e políticas) são investidas

ideologicamente e são sustentadas por uma adesão, consciente ou não, a esse conjunto de representações ideológicas ⁵¹.

A ideologia está presente em todos os atos e gestos dos indivíduos até o ponto de que é indiscernível a partir de sua ‘experiência vivida’, e toda análise imediata do ‘vivido’ está profundamente marcada pelos temas da vivência ideológica (ALTHUSSER, 1979d, p. 49).

A segunda função da ideologia (exclusiva das sociedades de classes) é a de assegurar a dominação de uma classe sobre as outras. Para alcançar esse fim, a ideologia precisa levar não só os dominados, mas também os dominadores, a aceitarem como “real e justificada a sua relação vivida com o mundo” e a sua condição (ALTHUSSER, 1979a, p. 208). Sendo assim, todas as classes estão submetidas à ideologia e esta não pode ser um puro instrumento de uma classe para dominar as outras – ela não pode ser vivida por uma classe e mantida por outra. Em outras palavras, a classe dominante não mantém com a ideologia “uma relação exterior e lúcida de utilidade e astúcia puras” (ALTHUSSER, 1979a, p. 207). A classe que se mantém dominante por meio da ação de sua ideologia se encontra ela também tomada pela ideologia.

A partir do final da década de 1960, Althusser volta-se para o desenvolvimento das teorizações sobre a função social da ideologia e seu funcionamento na sociedade, em detrimento da sua relação com a ciência, que o ocupara até então. Segundo estudiosos, essa inflexão se dá devido principalmente aos acontecimentos do maio de 68 na França. Esses acontecimentos levaram Althusser e seu grupo a dar ênfase ao tratamento de questões políticas: no caso de Althusser, a contradição e a luta de classes, o papel da perspectiva e das lutas da classe explorada na revolução teórica; no caso específico de Pêcheux, os aspectos políticos do discurso, sua conflitividade, suas alianças e confrontos, etc. Depois do maio de 68, segundo Dosse (1994, p. 195) “[...] os althusserianos saem, portanto, de sua torre de marfim, da simples exegese dos textos de Marx para um confronto com o real”. Além desse fator, uma maior consideração do papel da prática política nos trabalhos de Althusser é derivada das críticas de teoricista a ele direcionadas.

A primeira reflexão de Althusser que faz eco aos desafios lançados pelo maio de 68 é aquela que aparece no artigo “Aparelhos ideológicos do Estado”, publicado inicialmente em *La Pensée*, em 1970. Esse artigo, cujo subtítulo é “Notas para uma

⁵¹ Nota-se aqui uma concepção positiva da ideologia – é algo que *impede*, quando por vezes também *impede*.

pesquisa”, traz novamente o tema da ideologia, mas relacionado ao problema das condições da reprodução de um modo de produção, da luta de classes, e de uma teoria marxista do Estado, o que, segundo McLennan et al (1980), é uma problemática própria do Materialismo Histórico, enquanto ciência da história ⁵².

O trabalho traz tanto uma exposição sobre a ideologia em geral quanto uma análise de uma forma particular da ideologia – a dominante. O ponto de partida é o problema da reprodução de um modo de produção e o papel da superestrutura nesse processo. Para o filósofo francês, todo modo de produção precisa, para garantir sua manutenção no tempo, assegurar a reprodução das condições de produção, dentre as quais se encontram as relações sociais de produção. Althusser, seguindo Marx, entende que a reprodução é assegurada principalmente na infraestrutura, mas propõe, com base em Gramsci, que ela é assegurada também pela ação das superestruturas (jurídico-política e ideológica). Nas sociedades de classe, é a ideologia dominante (isto é, da classe dominante), dentre todas as outras formas particulares existentes nessa sociedade, que tem a função primordial na reprodução das relações de produção ao nível superestrutural. Como se vê, essa reflexão sobre o papel da ideologia na reprodução de um modo de produção está estritamente relacionada com o problema da luta de classes: para Althusser, a reprodução das relações de produção é a forma da luta de classe da classe dominante – por meio da reprodução, essa classe tem a sua dominação sobre as outras classes garantida.

Para comprovar sua tese, Althusser retoma algumas de suas proposições sobre a ideologia em geral, pois, a seu ver, somente uma teoria da ideologia em geral pode subsidiar a formulação de teorias de ideologias particulares. A primeira delas é que a ideologia, enquanto nível da superestrutura, é uma realidade não-histórica, o que significa onipresente, e, sendo assim, possui uma estrutura e um funcionamento fixo que é possível descrever. A segunda é que a ideologia “representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1980, p. 79). Logo, ela não seria, como concebido na teoria marxista clássica, uma representação das condições de existência em si mesmas. Mas permanece o caráter falseado da ideologia, a qual se opõe à ciência. A terceira é que a ideologia apresenta-se dividida em regiões atravessadas por posições de classe: conforme desenvolve Pêcheux (1988 [1975], p.

⁵² As reflexões sobre a ideologia em sua relação com o conhecimento científico seriam próprias do campo do Materialismo Dialético, concebido, segundo Althusser, como a filosofia marxista e caracterizada como Teoria das formações teóricas e sua história.

146), as suas formas particulares, as *formações ideológicas*, são a combinação de uma região e de uma tendência de classe.

No entanto, Althusser lança também novas proposições acerca da ideologia em geral. A primeira é que a ideologia não é uma realidade da ordem das ideias, do espiritual, mas sim da ordem do material. Convém ressaltar que, desde o “Curso de filosofia para cientistas”, de 1967-8, essa concepção já se fazia presente:

As ideologias práticas são formações complexas de montagens de noções-representações-imagens nos comportamentos-condutas-atitudes-gestos. O conjunto funciona como normas práticas que governam a atitude e a tomada de posição concreta dos homens [...] (ALTHUSSER, 1976, p. 30).

Todas as ideias de um sujeito são materializadas em práticas e rituais materiais próprios de um aparelho ideológico do Estado. O ato de ajoelhar-se ao entrar numa igreja, por exemplo, é uma prática material própria de um ritual próprio do aparelho ideológico religioso. É por isso que Althusser (1980, p. 86) defende: “só há prática através de e sob uma ideologia”.

A segunda é que a ideologia tem a função de constituir indivíduos em sujeitos. Evidentemente, não é a ideologia em geral que interpela e assujeita os indivíduos, mas as suas formas particulares, historicamente situadas; mas, uma vez que todas as formas de ideologia interpelam e assujeitam, esse é um mecanismo da ideologia em geral. O modo pelo qual a ideologia constitui indivíduos em sujeitos (e esse é um dos sentidos do termo ‘assujeitamento’ – tornar-se sujeito) é a “interpelação ideológica”, “que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial ou (não) cotidiana: ‘ei, você aí’”, conforme Althusser (1980, p. 90). Por isso, para esse autor, o sujeito é um efeito da ideologia. Uma vez que se é sujeito, isto é, que se foi interpelado/assujeitado pela ideologia, pratica-se, necessariamente, os rituais do reconhecimento ideológico, através dos quais a ideologia garante, por meio de seu próprio funcionamento, a sua própria reprodução.

Althusser (1980) explica que toda ideologia interpela os sujeitos em nome de um Sujeito, único e central, com o qual cada sujeito se identifica e no qual se reconhece. Ele dá o exemplo da ideologia religiosa cristã – esta se dirige aos indivíduos para transformá-los em sujeitos religiosos e livres para obedecer ou não às ordens de Deus em nome do Sujeito Deus, único e central; desse modo, Deus se define a si mesmo como o Sujeito por excelência, e chama/interpela o seu sujeito, a quem submete, o qual, por sua vez, reconhece-se como um sujeito e como um sujeito de Deus. Através da

interpelação/assujeitamento se dá a constituição de sujeitos, sua submissão ao Sujeito central da ideologia, e o reconhecimento entre os sujeitos e o Sujeito, entre os sujeitos entre si, e de cada sujeito por si mesmo.

Segundo Pêcheux (1988 [1975]), Althusser, com a teoria da interpelação e do assujeitamento ideológicos, consegue afastar a concepção do sujeito como causa de si. Para Pêcheux, esta última suporia que os sujeitos são constituídos por meio da inserção numa dada coletividade de sujeitos, como entidade preexistente, que “impõe sua marca ideológica a cada sujeito”, e propicia formas de interação desse sujeito com os outros sujeitos da coletividade. Certamente, Pêcheux visa aqui a psicologia social, seu alvo constante. Na tese de Althusser, a entrada em dada coletividade de sujeitos e a própria coletividade seria já o resultado da interpelação/assujeitamento e identificação com o Sujeito.

Dissemos acima que Althusser, no artigo ora comentado, faz uma análise de uma forma concreta da ideologia – trata-se da ideologia dominante na sociedade capitalista e sua efetividade no processo de reprodução das relações de produção. Sua reflexão passa necessariamente pelo conceito novo de “aparelhos ideológicos do Estado”.

Para o autor, na teoria marxista clássica identifica-se o Estado com o aparelho do Estado, que compreende o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc. Althusser (1980) propõe que o conceito de Estado seja ampliado e concebido como a combinação de um *aparelho do Estado*, de caráter repressivo, uma vez que funciona através da violência, e de um conjunto de *aparelhos ideológicos do Estado*, o conjunto das “instituições distintas e especializadas”, tais como: as igrejas (diferentes igrejas e religiões); as escolas; a família; o direito; a política (os partidos); os sindicatos; a informação (imprensa, rádio, televisão); etc. O aparelho repressivo do Estado é único e é dominado pela classe que detém o poder do Estado. Já os aparelhos ideológicos são variados, mas é o seu funcionamento através da ideologia quem lhes dá a sua unidade.

Com o conceito de aparelhos ideológicos do Estado (AIE), Althusser pode avançar na reflexão acerca de uma série de questões, bem como propor outras – as formas particulares da ideologia; seu caráter material; a luta de classes; a dominação da ideologia dominante; a reprodução das relações de produção. Conforme o autor, cada AIE é a realização de uma ideologia determinada – religiosa, política, estética, moral, jurídica, atravessada, por sua vez, por tendências de classe. A pluralidade e a diversidade desses AIE e das ideologias aí realizadas passa pela sua subordinação à

ideologia dominante (ou seja, pela dominação da tendência de classe da classe dominante). Assim, a ideologia, apesar de sua diversidade e suas contradições, está sempre unificada sob a ideologia dominante que é a ideologia da classe dominante. As ideologias que se realizam nos AIE se materializam nos atos, nas atitudes, nos discursos, enfim, nas práticas no interior dos rituais próprios dos AIE. Segundo Althusser (1980, p. 85-6):

Diremos portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito.

No entanto, os AIE não são a realização *plena* da ideologia dominante – na verdade, eles são o meio e o lugar da luta de classes. Por que é possível essa luta? Porque a classe dominante não dita tão facilmente as suas leis nos AIE como no aparelho do Estado, ou seja, ela não consegue se impor tão facilmente, e isso porque nos AIE têm lugar também as posições das antigas classes dominantes e as resistências das classes dominadas, que podem encontrar neles o meio de sua expressão.

[...] os AIE não são a realização *da* ideologia *em geral*, ou mesmo a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada de poder do Estado. É pelo estabelecimento dos AIE, onde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante. Ora, esse estabelecimento não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes: antes de mais nada, contra as antigas classes dominantes e suas posições nos antigos e novos AIE, em seguida contra a classe explorada (ALTHUSSER, 1980, p. 100).

É no interior das práticas materiais próprias de cada AIE que é assegurada a reprodução das relações de produção no nível da superestrutura, segundo Althusser. A seu ver, na sociedade capitalista, a escola seria o AIE dominante. Nas escolas, aprende-se o que é necessário saber para ocupar postos de trabalho – a leitura, a escrita, as quatro operações, a literatura, as técnicas simples e avançadas, as tecnologias, etc., que constituem o *know-how*. Mas aprende-se, além disso, as regras do bom comportamento, as regras morais, a consciência cívica e profissional, etc., juntamente com aqueles saberes – assim, cada um aprende a cumprir bem a função que lhe cabe na produção, e a respeitar e obedecer os superiores, o patrão etc. Sendo assim, conforme Althusser (1980,

p. 52), a escola, bem como os outros AIE, “ensina o *know-how* mas sob formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua ‘prática’”.

Pêcheux, em defesa de Althusser, ressalta que falar das condições e das formas da *reprodução* das relações de produção, como o faz Althusser, é também falar das condições e das formas da sua *transformação*. Isso se explica pelo fato de que os *mesmos meios* atuam na reprodução e na transformação – no caso, o meio é a luta de classes que acontece no interior dos aparelhos ideológicos do Estado (mas não apenas no seu interior). Sendo assim, conforme Pêcheux (1988 [1975], p. 145, grifo nosso): “os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da *transformação* das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)”. Além disso, para Pêcheux, como os AIE não são uma simples lista de elementos, mas um *conjunto complexo*, em que há *relações de contradição-desigualdade-subordinação* entre esses elementos (que contribuem de maneira desigual para a reprodução e para a transformação), a condição necessária para a transformação “se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação*” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 147).

É essa leitura – althusseriana – do marxismo que está presente no projeto de Pêcheux. É ela que embasa as suas formulações da teoria do discurso. Se as ideologias são realidades materiais, o discurso é uma dessas materialidades (cuja natureza é linguística); se as ideologias concretas são históricas, os discursos também o são; se as ideologias são divididas em regiões e atravessadas por tendências de classe, há formações ideológicas historicamente situadas e formações discursivas nas quais essas regiões e tendências se combinam; se é assim, as ideologias são contraditórias, assim como também as formações discursivas; se as ideologias são um todo complexo com dominante, as formações discursivas também formam um todo com essa natureza, o que constitui o interdiscurso no qual cada discurso particular se constitui; se as ideologias são as representações imaginárias dos sujeitos, as formações discursivas determinam o que eles podem e devem dizer, e ainda o sentido das palavras e expressões empregadas pelos sujeitos identificados com elas; se as ideologias constituem os indivíduos em sujeitos tirando-lhes de sua condição de animal biológico, as formações discursivas constituem os sujeitos do discurso, que podem, assim, reproduzir certo discurso em dada conjuntura, conforme dadas condições de produção.

3.1.2 O marxismo de Voloshinov do ponto de vista de Pêcheux

Como dissemos no início dessa seção, a rejeição de Pêcheux e seu grupo à obra MFL de Voloshinov como uma referência teórica para AD se explica pela declaração do autor francês de que essa obra representa um retorno a um estado pré-teórico (isto é, seria ela mesma pré-científica, ideológica). Quanto ao marxismo, nossa hipótese é que a “pré-cientificidade” identificada por Pêcheux localizar-se-ia principalmente na concepção de ideologia aí sustentada, formulada com base nos conceitos das obras da juventude de Marx e de marxistas russos contemporâneos; e, ainda, na concepção de relações sociais e de língua/linguagem pressuposta na sua Filosofia da linguagem. Quanto à concepção de ideologia, os dois pontos nodais dizem respeito ao problema de seu caráter semiológico e ao de sua natureza de representações falseadas do real.

A definição de ideologia como uma realidade genuinamente semiológica ou semiótica avançada por Voloshinov seria avaliada por Pêcheux como insuficiente, pouco desenvolvida. “Tudo que é ideológico possui valor semiótico”; a ideologia é o domínio por excelência dos signos: “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 18). Conforme a maioria dos estudiosos de Voloshinov, o seu avanço em relação a seus antecessores reside na formulação dessa concepção essencialmente semiótica da ideologia, na qual se supõe uma relação estrita com a linguagem, com os signos. Sabemos que a reflexão de Pêcheux sobre a ideologia também está situada no campo em que há uma intersecção desta com a linguagem. Mas nem por isso Pêcheux aceita a proposição de Voloshinov, e isso porque, para ele, essa concepção seria *estritamente* semiológica – neste autor, as ideologias seriam subsumidas pelo seu aspecto semiótico: “tudo que é ideológico tem valor semiótico”.

O ponto de partida de Althusser e de Pêcheux para pensar a ideologia não é o da linguagem ou do signo (semiológico). Esse ponto de partida, como vimos acima, é o do Materialismo Histórico, que a define em função dos seguintes fatos: 1) a ideologia é parte estrutural da sociedade; 2) a ideologia está intimamente ligada à existência das classes e da luta de classes numa dada sociedade e numa dada época. A ideologia é definida, assim, como uma força diretamente envolvida na luta de classes – é, em parte, seu resultado e, em parte, o ponto em torno do qual se estabelece a luta. A ideologia é uma força material da qual se conhece a existência pela existência mesma dos sujeitos e

dos aparelhos ideológicos de Estado, por exemplo. Ainda que haja um elemento semiológico/sígnico na ideologia, esse é um ponto secundário na reflexão de Pêcheux.

O segundo elemento da concepção de ideologia de Voloshinov rejeitado por Pêcheux é o que diz respeito ao caráter falseado das representações ideológicas. O autor francês lê nas formulações de Voloshinov que há uma oscilação, nesse autor, entre uma concepção de ideologia como representações falseadas do real e como representações verdadeiras do real. Pêcheux concorda com a primeira concepção, mas discorda da segunda. Essa discordância provém do fato de que tal concepção está em contradição com o que dissera Marx e com os desenvolvimentos recentes das teses do autor alemão por Althusser e seu grupo – a tese de Marx do caráter *necessariamente falseado* da ideologia. Essa tese e todo o sistema teórico de Marx não permitem essa outra concepção.

A primeira concepção (caráter *verdadeiro* das representações ideológicas) estaria implícita ou pressuposta quando Voloshinov inclui *a ciência* como um dos “sistemas ideológicos constituídos” ao lado da moral, da arte, da religião etc. (Cf. VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 106).

A segunda concepção (caráter *falseado* das representações ideológicas) estaria pressuposta em duas formulações de Voloshinov. A primeira é a que diz respeito ao fato de haver uma série de esferas da criação ideológica, cada uma delas apreendendo e representando a realidade de um modo ou ponto de vista que lhe é específico: “Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade a sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 19). A parcialidade das representações de cada esfera é responsável pelo seu caráter falseado ou distorcido.

A outra formulação de Voloshinov é a que trata da existência de perspectivas de classe no interior das ideologias e dos signos que as constituem: “[...] classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Por consequência, *em todo signo ideológico, confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna arena onde se desenvolve a luta de classes” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 32). A perspectiva e o interesse de classe que atravessam as representações ideológicas (e mesmo as constituem) são determinantes do caráter falseado dessas representações, já que parciais e comprometidos. É o que se traduz em mais essa passagem:

[...] na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio

anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida para hoje em dia. *Donde o caráter refrativo e deformatório do signo ideológico nos limites da ideologia dominante* (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 33, grifo nosso).⁵³

Pêcheux, como dissemos, segue a concepção de ideologia enquanto representações falseadas/distorcidas do real (é sobre ela que ele teoriza também) e, além disso, aceita a pertinência dos dois fatores apontados por Voloshinov como responsáveis pelo caráter falseado/distorcido das representações da ideologia (as esferas ou ramos e as perspectivas de classe) – sobretudo pelo fato de elas estarem sustentadas nas próprias teorizações de base de Marx.

Até aqui não haveria motivos para Pêcheux rejeitar a reflexão de Voloshinov acerca do caráter falseado da ideologia (apesar de ter uma posição contrária a do autor russo quanto ao fato de a ideologia poder fornecer representações verdadeiras do real). A nosso ver, o grande problema das reflexões de Voloshinov, considerando o ponto de vista de Pêcheux, é a ausência do terceiro fator determinante do caráter falseado/distorcido da ideologia, apontado por Marx em sua obra da maturidade – a opacidade do real. A ausência desse terceiro fator nas reflexões de Voloshinov seria, do ponto de vista Pêcheux, rica em consequências para uma definição inconsistente ou insatisfatória da ideologia. Antes de tratarmos dessas consequências, apresentaremos de modo sucinto o que seria essa opacidade do real e sua relação com a deformação ideológica.

Segundo Vázquez (1980), Marx, em *O Capital*, a partir da análise do fetichismo da mercadoria, lança a tese de que a realidade material, nas sociedades capitalistas, não é transparente aos sujeitos ou à consciência, pois ela se apresenta sempre através de formas manifestas, aparentes, que tornam invisíveis as formas essenciais (a realidade se apresenta sempre auto-mistificando-se). Nessa obra, o autor alemão postula que, na sociedade capitalista, há uma oposição entre as formas de manifestação da realidade e a realidade mesma.

Poderíamos dizer que, nessa obra, o pensador alemão expressaria uma concepção do funcionamento do real próxima à da física – o movimento dos astros

⁵³ Vale ressaltar que, segundo Vianna (2010), Voloshinov, ao formular essa posição, segue e desenvolve, no que respeita à linguagem, uma formulação de Marx e Engels, presente na *Ideologia alemã*, acerca da ideologia, qual seja: a ideologia dominante, que é a da classe dominante, expressa as ideias e os interesses dessa classe dominante de uma forma que essas ideias e interesses são apresentados como tendo um caráter de universalidade e não de particularidade.

apresenta-se aos sujeitos sob uma forma aparente em que a Terra está parada e o Sol gira em torno dela; é somente essa realidade que os sujeitos percebem através da visão, que lhes mostra que o Sol nasce no leste e se põe no oeste. Mas a ciência física deve ser capaz de mostrar o movimento real invisível por trás do movimento aparente – a Terra é que gira em torno do Sol e, ainda, de si mesma – e de explicar os motivos da ilusão ótica.

Nesse momento de sua trajetória teórica, Marx entenderia que as ideologias são “uma forma de expressão imediata do movimento aparente” do real (ROUANET, 1987, p. 105). As representações ideológicas versariam justamente sobre esse movimento aparente do real, nunca chegando ao seu movimento essencial, que é prerrogativa da ciência. As representações ideológicas seriam falseadas/distorcidas porque refletiriam/representariam o movimento aparente perceptível aos sentidos, imediatos, visíveis, como se fossem o movimento real, tratando as formas manifestas como as formas essenciais. Somente a ciência da história, contrariamente, poderia mostrar o verdadeiro funcionamento da realidade material, explicá-lo e, ainda, apontar as causas da ilusão. A ciência faria uma análise dessa realidade, mas uma análise que, ultrapassando as evidências primeiras, as formas aparentes, chegaria às formas essenciais. Sendo assim, em *O Capital*, Marx postula que o próprio modo de funcionamento do real (nas sociedades capitalistas) é o responsável pela distorção das representações acerca dele dadas pela ideologia, e não mais apenas a consciência dos sujeitos que estão presos ao lugar que ocupam na sociedade. Essa opacidade do real é que determina que as representações dos homens sejam sempre falseadas, pois essas representações dizem respeito ao modo como o próprio real se apresenta em seu funcionamento aparente.

Conforme Vázquez (1980), Althusser segue de perto a teoria de Marx acerca da opacidade do real, aplicando-a ao desenvolvimento da teoria geral da ideologia. A opacidade do real seria, na teoria da ideologia de Althusser, uma das causas do caráter necessariamente deformado das representações ideológicas. Vázquez (1980, p. 22) explicita que, na concepção de Althusser, “O todo social é opaco aos indivíduos e isso determina que sua representação da realidade (do lugar que ocupam nesse todo) seja, necessariamente, deformada”. Essa tese da representação necessariamente falseada da ideologia e a consequente tese da oposição da ideologia à ciência embasa grande parte da reflexão de Pêcheux.

Essa última tese de Marx acerca das causas da ideologia como falseamento, ilusão – a do real opaco, mistificado em seu próprio funcionamento – estando ausente da problematização de Voloshinov sobre a ideologia, significaria, da perspectiva de Pêcheux, a ausência de uma reflexão de Voloshinov pautada sobre a obra científica de Marx e a permanência em obras pré-corte, onde não estaria o núcleo científico de seu pensamento. Ao invés do problema do real, Voloshinov aponta como fator de deformação e do falseamento das representações ideológicas um outro fator – *a natureza refrativa do signo*. Como os signos não apenas *refletem*, mas também *refratam* o real, distorcendo-o ou mesmo deformando-o, e como nosso acesso ao real é sempre mediado pelos signos, eles podem constituir fator determinante do falseamento das ideologias ⁵⁴. Voloshinov aponta para a presença de um *fator semiológico*, ao lado do *fator sociológico*, determinando a distorção/deformação das representações da ideologia.

Isso leva Pêcheux a rejeitar a posição do filósofo russo, pois nela não é o real que se apresenta mistificado, mas são os signos que, ao mesmo tempo em que o refletem, também o refratam ⁵⁵. Como dissemos, essa ausência seria rica em consequências para as reflexões de Voloshinov, cujos resultados são rejeitados por Pêcheux. Considerando a perspectiva de Pêcheux, pode-se dizer que as elaborações de Voloshinov, assentadas nos conceitos do jovem Marx e não nos do Marx científico, resultam pré-teóricas.

A primeira consequência diz respeito a uma definição de ideologia que não a opõe à verdade. Essa oposição que é *regra* em Marx, na leitura althusseriana, não é seguida radicalmente por Voloshinov. Para Marx, as ideologias são sempre falseamentos, erros, e nunca verdade – o verdadeiro conhecimento do real só se dá a partir da ciência, que se distingue qualitativamente das ideologias. Para Voloshinov, as ideologias podem ser verdadeiras ou falseadas (e, por isso, a ciência é concebida como uma das esferas da criatividade ideológica). Assim, poderia haver uma ciência verdadeira (a ciência proletária) e uma ciência falsa (a ciência burguesa), uma moral verdadeira e uma moral falsa e assim sucessivamente.

⁵⁴ Certamente, não defendemos aqui que os signos são, para Voloshinov, fator *exclusivo* e *necessário* de deformação das representações ideológicas, já que estas podem ser também verdadeiras, justas e adequadas.

⁵⁵ Certamente, Voloshinov não concebe o real como transparente. No entanto, para ele, a opacidade não é derivada do próprio modo de funcionamento do real, mas é devida a um elemento que a causa, nesse caso, o signo. Ou seja, a opacidade do real se deve à refração dos signos e aos valores simbólicos que eles adquirem; é uma opacidade determinada pela linguagem. A questão do real como mistificado em si mesmo está ausente da problemática de Voloshinov.

A segunda consequência é a ausência de uma justificativa para a necessidade da ciência. Voloshinov não supõe uma oposição nem mesmo uma distinção entre ciência e ideologia, enquanto Pêcheux e Althusser supõem uma oposição radical. A ciência é, para Voloshinov, uma esfera da criação ideológica e, portanto, as duas não se caracterizam por uma diferença qualitativa. Sendo assim, as formulações de Voloshinov não permitem estabelecer o que distingue a ciência e a ideologia, e nem mesmo explicar a necessidade da ciência – se a ideologia pode dar uma representação verdadeira, adequada do real, em que ela se distingue da ciência, e qual a necessidade desta última?

Como dissemos antes, Pêcheux (enquanto seguidor atento de Althusser) segue de perto os conceitos de *O Capital*, tida como a obra científica de Marx. Como vimos, nessa obra, Marx fundamenta a oposição entre ideologia e ciência, e a necessidade desta última, na tese do fetichismo da mercadoria, da opacidade do real: o fato de o real se mostrar em sua forma aparente e as representações ideológicas representarem justamente esse movimento aparente justifica a necessidade da ciência, como o campo que pode chegar ao movimento essencial do real e aos motivos da ilusão. Althusser generaliza a tese de Marx sobre o fetichismo e a mistificação do real capitalista para o real de qualquer sociedade, propondo que em toda sociedade há ideologia, mesmo desaparecendo as classes: “A deformação da representação ideológica é, portanto, *um efeito estrutural necessário*, produzido pela causalidade estrutural que atua *em todas as sociedades*” (ALTHUSSER, 1966, p. 203). Suas formulações são feitas com base nas referências do movimento estruturalista francês, como Lévi-Strauss, Lacan e Saussure, que mostraram, em seus estudos, que os sujeitos não têm consciência das causas que os determinam, que eles apenas têm consciência dos efeitos das estruturas a que estão submetidos (o que seria uma outra forma de falar de uma opacidade do funcionamento do real), e em consonância com as teses da epistemologia histórica francesa, para quem só há erros primeiros, para quem a percepção imediata e espontânea só capta a aparência do funcionamento do real. Por isso, radicaliza a tese de Marx da ideologia como falseamento e a de sua oposição em relação à ciência. A necessidade da ciência estaria fundada na existência da opacidade do real e ela seria eterna, já que a ideologia também seria eterna, tendo em vista o fato de ser determinada por um funcionamento intrínseco do real.

A terceira consequência da ausência do conceito de opacidade do real nas reflexões de Voloshinov seria a posição segundo a qual a produção da verdade passaria pelo critério da conformidade com o real. Vejamos o porquê. A questão da produção da

verdade passaria pelo problema essencial da refração do ser pelo signo: conforme Voloshinov (1979 [1929]), o signo pode, quanto à realidade, apreendê-la de um ponto de vista específico/parcial, distorcê-la, ou ser-lhe fiel. Na medida em que pouco distorce a realidade, sendo-lhe mais fiel, o signo é adequado à realidade e não produz ilusão. Se há maior grau de refração, há menos verdade; se há menor grau de refração há mais conformidade com o real e mais verdade. Do ponto de vista de Voloshinov, a distinção entre a verdade e a ilusão/falseamento passaria pelo teste do confronto com o real. Assim, em Voloshinov o real é fator de verificação, tem aspecto crítico. O real em si mesmo não seria opaco, sua opacidade derivaria da mediação dos signos. Assim, da perspectiva de Pêcheux, as formulações de Voloshinov acerca da ideologia não fornecem uma solução para um problema marxista fundamental – o da saída da ideologia – na medida em que Marx já mostrara que o real não pode ser critério de desmistificação, sendo, ao contrário, fator causador da ilusão/deformação.

Mas a produção da verdade, para Voloshinov, seria condicionada também pela perspectiva de classe. Apelamos aqui para uma tese de Voloshinov sustentada não em MFL, mas no artigo “A palavra e sua função social”, de 1930, que certamente Pêcheux não leu, mas que pode ser útil para entendermos como a perspectiva marxista de Voloshinov é bem diferente daquela de Pêcheux e como essa diferença explica a rejeição. Faraco (2006, p. 69) ⁵⁶ resume assim a referida tese: “[conforme Voloshinov] na linguagem de cada classe há sempre um grau particular de correspondência entre o verbal e a realidade objetiva, cabendo ao proletariado o ponto de vista que mais intimamente se aproxima da ‘lógica objetiva da realidade’”. Na medida em que o ponto de vista da classe proletária (revolucionária) é o que está mais próximo do real, é ele o mais propício à produção da verdade, contrariamente ao da classe conservadora, propício à reprodução do estágio anterior da produção de conhecimentos e, conseqüentemente, à sua estagnação (por isso dissemos acima que os dois fatores – adequação ao real e perspectiva de classe – são intimamente ligados). Lembremos a afirmação de Voloshinov (1979 [1929], p. 33): “[...] na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida para hoje em dia”.

⁵⁶ Recorremos a uma citação de segunda mão porque não tivemos acesso ao texto original de Voloshinov.

Para Voloshinov, a classe proletária, revolucionária, teria uma “capacidade cognoscitiva” superior a da classe dominante (historicamente, e não psicologicamente, falando), porque estaria mais próxima da realidade e poderia, então, dar uma representação verdadeira do real. Sendo assim, a ideologia da classe proletária (revolucionária), em seus diversos ramos (científico, moral, artístico, jurídico), teria o caráter de representações verdadeiras do real. Pêcheux jamais aceitaria que a ideologia da classe proletária estaria mais próxima da verdade em relação a da classe burguesa ou qualquer outra – como vimos mais acima, para o autor francês, toda ideologia é falseada, pois trabalha sobre a percepção primeira, e possui um mecanismo de funcionamento que é o do reconhecimento e da repetição. A construção da verdade, ou melhor, de conhecimentos científicos comprováveis e retificáveis, só pode ser feita num campo qualitativamente distinto daquele da ideologia – o da ciência. Para Pêcheux, entretanto, poder-se-ia defender a seguinte tese, sem correr o risco de cair no erro – é o ponto de vista da classe revolucionária que pode guiar a produção de conhecimentos científicos, mas no domínio da prática científica e não no da ideologia.

Conforme anunciamos inicialmente, nossa segunda hipótese acerca da avaliação de Pêcheux de *Marxismo e filosofia da linguagem* como obra pré-teórica e sua consequente rejeição é que elas se explicam também pelos resultados apresentados nessa obra, ou seja, pelas posições e conceitos desenvolvidos ali, em conformidade com sua perspectiva marxista anunciada.

Pêcheux e Gadet (2004 [1983], p. 102) afirmam que a “linguística marxista” proposta pelo referido autor teria a forma de uma “psicossociologia da comunicação verbal”. Pêcheux e Gadet citam a seguinte passagem de Voloshinov com o fim de demonstrar sua tese:

As relações de produção e a estrutura sociopolítica que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, tanto as formas quanto os temas dos atos de fala se revelam como sendo as condições, as formas e os tipos de comunicação verbal (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 28).

No vocabulário de Pêcheux, uma “psicossociologia da comunicação verbal” significaria uma reflexão de base psicológica e sociológica, e não genuinamente materialista histórica, da comunicação verbal. Nossa hipótese é Pêcheux identificaria a

ausência de uma perspectiva efetivamente materialista histórica nas formulações do autor russo, a qual estaria implicada na concepção de relações sociais e de linguagem, ambas pressupostas na passagem citada.

Conforme Pêcheux, Voloshinov sustenta uma concepção de relações sociais como *relações interindividuais* e não como relações entre classes sociais, estruturalmente definidas: “As relações de produção [...] determinam todos os *contatos verbais* possíveis *entre indivíduos*”. Essa concepção, característica da psicologia e da sociologia, prevê que há relações de variados tipos entre homens situados independentemente de sua inserção em uma classe historicamente definida e antagonista em relação a uma outra. Assim, as *relações entre homens/indivíduos* é que determinariam as formas da comunicação social, as formas do enunciado, o diálogo, o sentido. As relações sociais seriam pensadas por Voloshinov muito mais por meio da perspectiva psicossociológica das *hierarquias* do que pela materialista da *contradição e do antagonismo*:

Eis porque a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal. Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incomensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação. O respeito às regras da “etiqueta”, do “bem-falar” e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 29).

Assim, do ponto de vista de Pêcheux, Voloshinov não levou às últimas consequências a teoria das relações sociais e da estrutura de uma formação social como determinando tanto a existência das classes quanto o modo de relação entre elas, formulada por Marx. Para Pêcheux, as *relações entre as classes* (de natureza contraditória e antagônica) é que devem estar no primeiro plano quando se quer estudar os discursos, sendo estes concebidos como determinados por essas relações.

Diretamente derivada da concepção de relações sociais de Voloshinov, estaria a sua concepção de linguagem como um instrumento de comunicação: “tanto as formas quanto os temas dos atos de fala se revelam como sendo as condições, as formas e os tipos de *comunicação verbal*”. Da perspectiva de Pêcheux, o filósofo russo não romperá jamais com a velha problemática da comunicação verbal. Mais uma vez, conforme

Pêcheux (1988 [1975]), o referido autor estaria embasado nas formulações de Marx de antes de sua maturidade teórica, formulação seguida por toda a tradição de filósofos da linguagem marxistas – trata-se da definição de *língua como instrumento de comunicação entre os homens* dada por Marx e Engels em *A ideologia alemã*. Para Pêcheux (1988 [1975], p. 93):

[...] a expressão “instrumento de comunicação” [de Marx e Engels] deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse “instrumento” permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, em primeira instância, da comunicação de um sentido.

Pêcheux recusa-se a conceber tanto a língua quanto o discurso (ou, ainda, a “linguagem”) como um instrumento de comunicação, e, além disso, abandona essa problemática, construindo uma outra bem diferente. A língua, para ele, é a base de processos discursivos diferenciados, de discursos diferenciados, os quais são determinados pela divisão da sociedade em classes e pela luta entre essas classes. São as relações entre as classes, de natureza antagônica, que fazem com que o discurso, muitas vezes, ao invés de comunicar, produza a não-comunicação, enquanto um instrumento de dominação; por estarem implicados numa luta, num conflito, eles são permeados de incompreensões, mal-entendidos e derivas. São as lutas de classes que determinam a existência de formações discursivas, onde as palavras e expressões ganham seus sentidos. São as lutas de classes que determinam a existência de uma série de discursos que falam de “coisas” diferentes e de discursos que falam das mesmas “coisas” de modo diferente (Cf. PÊCHEUX, 1990 [1977]).

Acreditamos ter chegado a alguns resultados acerca dos motivos da rejeição de Pêcheux à concepção particular de Voloshinov acerca de conceitos marxistas, notadamente o de ideologia. Mas entendemos que esses resultados não são ainda suficientes para tomar por alcançado nosso objetivo, exposto de saída, de explicar porque, na visão de Pêcheux, essa concepção é pré-teórica. Recorremos, então, à apresentação de uma hipótese segundo a qual Pêcheux teria identificado em MFL um *marxismo de perspectiva humanista teórica*, ou seja, um marxismo que não considera o corte epistemológico de Marx.

Como dissemos, no grupo de Althusser, concebe-se como humanista teórica toda explicação dos fatos a partir do conceito de homem (indivíduo, sujeito). Esse

humanismo, que seria a perspectiva própria da filosofia (ideológica) burguesa, estaria presente nas formulações de Marx da sua juventude teórica. O autor alemão teria fundado sua teoria científica quando rompeu com sua base filosófica ideológica burguesa, isto é, tirando do homem o princípio explicativo e o colocando como efeito de estruturas que o ultrapassam.

Em outras palavras, poderíamos dizer que o que possivelmente Pêcheux lia em MFL seria a presença de uma reflexão embasada nas noções ideológicas da teoria marxista e a concomitante ausência de uma reflexão embasada em seu núcleo científico: os conceitos e problemas de *O Capital*. Em vez de conceitos científicos, noções ideológicas. Em vez da ciência da História, o humanismo teórico.

Com base nas (poucas) declarações de Pêcheux acerca de Voloshinov, poderíamos dizer que o autor francês encontrava a presença do humanismo teórico em três concepções de Voloshinov que abordamos há pouco – a de ideologia, a da linguagem como instrumento de comunicação e a de relações sociais. Isso significa que o homem é o que explicaria a ideologia, as relações sociais e relação entre linguagem e sociedade, ou que, para se tratar desses três problemas, seria necessário o recurso à noção de homem.

Para Pêcheux (e o grupo althusseriano), a solução científica para o problema das causas do falseamento das representações dadas pela ideologia estaria na tese da opacidade do real sustentada por Marx em *O Capital*. Por que ela seria científica? Principalmente porque eliminaria a explicação da ideologia pelo homem, fazendo-o, ao contrário, pelo recurso à estrutura do real. O conceito de opacidade do real como determinante do caráter falseado da ideologia desloca a problematização da ideologia em direção ao real – antes era uma classe que, tendo sua consciência determinada pelo seu lugar limitado na estrutura do real (lugar limitado porque desse lugar ela só pode ver algumas coisas e outras não, possuindo assim pontos cegos), formulava representações parciais e, portanto, falseadas. Agora é o real que é o principal fator de deformação – o real se apresenta a si mesmo como mistificado. As ideologias apenas representam esse funcionamento aparente/ mistificado do real. Há uma saída de uma problemática de viés ainda humanista para uma outra, anti-humanista. Isso tudo conforme a leitura de Althusser e seu grupo. A explicação desse problema, elaborada sobre uma perspectiva humanista, própria da juventude teórica de Marx, teria sido completamente deslocada pela nova solução, em ruptura com a antiga.

Conforme sustentamos mais acima, a reflexão de Voloshinov não se embasa na tese de Marx sobre a opacidade do real – nas discussões do autor russo, se de fato o real não é transparente, é devido ao caráter refrativo dos signos e não a uma característica intrínseca do real. Assim, da perspectiva de Pêcheux, Voloshinov não teria abandonado o humanismo quando formula uma explicação para o falseamento das ideologias – ele teria permanecido na antiga problemática (pré-teórica) de Marx, na medida em que continuaria pensando o falseamento como derivado de um sujeito que representa o real, a partir de sua posição de classe – parcial, comprometida; em suma, na medida em que permanece centrada no sujeito como princípio explicativo.

Concluindo: na perspectiva de Pêcheux, Voloshinov teria seu embasamento em formulações da juventude teórica de Marx, as quais seriam ideológicas (isto é, pré-teóricas), e, conseqüentemente, as teses e proposições do autor russo gozariam desse mesmo estatuto. Sendo assim, MFL seria “pré-teórica”, não podendo ser uma base para a AD. Tal julgamento, certamente, assenta numa concepção que opõe erro e verdade, e estabelece um julgamento sobre o que na obra do fundador são os pensamentos permitidos, avalizados, científicos, e o que são os pensamentos rejeitados, suspeitos, pré-teóricos – uma posição radical de Pêcheux (e do grupo de Althusser).

3.2 Em torno de Saussure e da Linguística

Como dissemos no início desta seção, a relação de Voloshinov com a Linguística e com o pensamento de Saussure, em particular, está na base da avaliação de *Marxismo e filosofia da linguagem* como uma obra pré-teórica, feita por Pêcheux.

Como se sabe, Pêcheux e os pensadores do Círculo de Bakhtin (especialmente Bakhtin e Voloshinov)⁵⁷, em sua reflexão sobre a linguagem, travaram um diálogo com Saussure. Tal diálogo foi, para esses filósofos, determinado por um mesmo objetivo: construir o objeto de suas teorias: através de uma leitura crítica das teses de Saussure apresentadas no *Curso de Linguística Geral* (CLG), eles puderam eleger aquilo que na sua teoria permitiria avançar na reflexão acerca de seus problemas específicos e descartar aquilo que se apresentava, segundo seus pontos de vista, como erros ou falhas. A “escolha” de Saussure por Pêcheux e por Voloshinov não se deveu, entretanto, aos

⁵⁷ As obras de Bakhtin em que se encontram menções a Saussure e à Linguística são: *Problemas da poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 2002), “O discurso no romance” (BAKHTIN, 1993) e “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2000).

mesmos motivos. Para Pêcheux, trata-se do fundador da Linguística científica. Para Voloshinov, trata-se de um linguista que, embora gozando de grande prestígio entre os estudiosos da linguagem, principalmente os da URSS, não fundara uma perspectiva científica e sociológica para o estudo da língua/linguagem.

Vale ressaltar que, entre os autores do Círculo de Bakhtin, também podem ser encontradas posições um tanto diversas com relação às ideias saussurianas: isso é notável, por exemplo, quando se comparam *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Voloshinov e *Problemas da poética de Dostoiévski*, de Bakhtin⁵⁸. No entanto, como a obra do Círculo de Bakhtin que esteve no centro dos debates entre as tendências de análise do discurso, nos anos 70, na França, é MFL, apenas a relação do pensamento de Voloshinov com o de Saussure foi apreciada⁵⁹.

Nossa hipótese é que, da perspectiva de Pêcheux, Voloshinov simplesmente rejeita a pertinência dos conceitos de Saussure para o seu projeto de uma Filosofia marxista da linguagem, substituindo um núcleo de conhecimentos científicos efetivos por uma série de noções ideológicas de linguistas/filósofos da linguagem pré-saussurianos. A configuração teórica dessa Filosofia da linguagem representaria um retorno aquém do avanço permitido pelos conceitos de Saussure e pela Linguística que se desenvolveu em torno deles.

Trataremos, a seguir, da leitura que Pêcheux e seu grupo fizeram de Saussure e do CLG – o modo como compreendem o lugar e o papel de Saussure na história da Linguística, e mesmo a própria história da Linguística, e, ainda, os motivos pelos quais Pêcheux recorreu a Saussure, enfocando o papel que o filósofo atribuía à teoria linguística deste último na constituição da sua análise do discurso. E, posteriormente, discorreremos sobre a leitura de Voloshinov acerca dos conceitos de Saussure e do lugar desse autor na história da Linguística, apontando que essa leitura, assentada em pressupostos epistemológicos opostos aos de Pêcheux, constitui um dos motivos pelos quais Pêcheux e seu grupo rejeitaram MFL como uma referência para a análise do discurso, julgando-a uma obra pré-teórica.

⁵⁸ Confira Faraco (2006) e Flores (1998).

⁵⁹ Isso não significa que a leitura de Voloshinov acerca do linguista genebrino, bem como suas posições sobre a Linguística, sejam exclusivas de Voloshinov. A nosso ver, elas são, em sua maioria, compartilhadas pelo grupo bakhtiniano, e parecem resultar de uma reflexão comum e pautada em princípios teóricos próximos.

3.2.1 Saussure e a Linguística conforme Pêcheux

A leitura que Pêcheux faz de Saussure e do CLG bem como a sua posição acerca da história da Linguística segue as linhas gerais da leitura dominante até certa época no contexto do movimento estruturalista francês. Nesse contexto, as formulações do CLG, que haviam ficado um longo período fora da cena teórica na França, sendo, entretanto, festivamente recebidas e frutuosamente ampliadas na Europa oriental, gozavam de um estatuto de cientificidade e eram tidas como modelo para o desenvolvimento das ciências humanas e sociais. Conforme Normand (2009, p. 117), no contexto do estruturalismo: “A palavra de ordem era *a Ciência* e os critérios de cientificidade. Saussure apareceu como aquele que introduziu, enfim, sua possibilidade na Linguística, até então muito pouco rigorosa e que não havia ainda encontrado seu ‘verdadeiro objeto’”. Pêcheux faz coro às teses dos estruturalistas, tomando Saussure como o fundador da Linguística científica. Muitas das posições do filósofo sobre o CLG, sobre o trabalho teórico de Saussure e sobre o papel deste na história da Linguística seguiam aquelas sustentadas por Claudine Normand, que participava de seu grupo.

Como dissemos acima, no interior da Linguística, as leituras sobre Saussure não eram unânimes e havia, assim, um outro movimento que, questionando principalmente as dicotomias de Saussure e a exclusão do estudo da fala e da história da língua, buscava repensar a Linguística, seus objetos, seus métodos. Inclui-se nesse movimento o empreendimento da sociolinguística de Marcellesi e seu grupo, como demonstrado na seção 1. A nosso ver, Pêcheux não segue as leituras e a postura que caracterizam o movimento de questionamento das proposições de Saussure sobre e para a Linguística. O empreendimento da sua análise do discurso dependia, em grande parte, da cientificidade alcançada pela Linguística com Saussure e a partir dele.

Vale, ainda, comentar a posição de Pêcheux quanto ao problema gerado quando das pesquisas sobre as fontes manuscritas do CLG e dos cadernos de anotações de Saussure. Em primeiro lugar, Pêcheux não vê uma oposição entre a obra póstuma e os manuscritos, mas uma complementaridade: sendo assim, entende que a compreensão dos conceitos do CLG, como por exemplo, a teoria do valor, pode ser ampliada pelo recurso aos estudos sobre poesia. Sobre essas duas posições, Gadet e Pêcheux (2004 [1983], p. 57) afirmam:

Para nós, o saussurianismo não se divide assim [CLG/manuscritos]: o que faz aqui irrupção na linguística [...] refere-se precisamente à

relação entre o diurno e o noturno, entre a ciência e a poesia (até a loucura). O que só pode ser concebível retomando-se as duas faces da obra saussuriana sob o domínio do conceito de valor.

Vale ressaltar ainda outra passagem na qual fica evidente que Pêcheux e seu grupo não opõem o CLG aos manuscritos – tratando da teoria do valor de Saussure, Haroche, Henry e Pêcheux (2007 [1971], p. 17) sustentam em nota que ela “parece ter preocupado Saussure durante toda a sua vida. Notas pessoais sobre as personagens das mitologias germânicas, bem anteriores ao *Curso*, atestam tal afirmação”.

Em segundo lugar, não considera que os manuscritos coloquem em cheque as formulações da obra póstuma, nem que esta seja uma obra apócrifa ou uma vulgata do verdadeiro pensamento do mestre. Tratar o CLG como vulgata seria o efeito trazido pelos estudos hermenêuticos da obra Saussure – qual seja, o de criar um texto sagrado, cuja verdade deve ser encontrada (Cf. NORMAND, 2009). Além disso, foi o CLG que teve um papel histórico na constituição tanto da Linguística e seus ramos, quanto de certas ciências sociais. Conforme Normand (2009, p. 118): “Foi o texto do CLG [...] que desempenhou, na história das ciências da linguagem, um papel maior”.

Mas é certo que Pêcheux não é um mero repetidor da leitura feita na Linguística francesa acerca de Saussure. O autor, como filósofo-epistemólogo, tem sua própria posição sobre o trabalho teórico de Saussure e sobre seus efeitos na história da Linguística. O referencial teórico-epistemológico das reflexões de Pêcheux, nesse período dos anos 1960-70, é basicamente o “Materialismo Dialético” (ou a “Dialética Materialista”), tal como concebido por Althusser na primeira fase de seu pensamento, isto é, como a Teoria das práticas e da prática teórica em especial – uma teoria do conhecimento científico e de sua história. No Materialismo Dialético sustenta-se a tese da oposição entre conhecimento científico e representações ideológicas (derivada de uma apropriação da oposição da epistemologia histórica francesa entre conhecimento científico e conhecimento comum), a qual se marca por uma descontinuidade qualitativa e histórica; a tese de que essa descontinuidade é marcada por um corte epistemológico que instaura uma problemática nova; e uma concepção particular de objeto do conhecimento (teórico) que supõe uma distinção deste com o objeto real.

São vários os trabalhos em que Pêcheux trata de Saussure: desde o seu primeiro artigo até os últimos há referência ao autor e à Linguística. O primeiro texto em que Pêcheux trata diretamente de Saussure é “Analyse de contenu et théorie du discours”, de 1967, sendo que as ideias aí presentes são reproduzidas quase integralmente na *Análise*

Automática do Discurso, de 1969. No entanto, a referência à Linguística já está presente nos primeiros textos de Pêcheux, assinados Herbert, onde se aponta o lugar que essa ciência viria a ocupar na constituição do dispositivo instrumental que viria ser a análise do discurso. Ainda em seus últimos trabalhos, como *A língua inatingível* (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1983]) e “Sobre a desconstrução das teorias linguísticas” (PÊCHEUX, 1999 [1982]), o autor retorna sempre a Saussure e à Linguística. Em todas as suas discussões, não está em primeiro plano fazer uma história epistemológica da Linguística, mas pensar a condição de possibilidade da sua análise do discurso e a sua relação com esta ciência.

Para Pêcheux, a Linguística se fundara como ciência no século XX, separando-se de um passado *não-científico*. Nessa ruptura, a Linguística teria se separado da “ciência clássica da linguagem”, adquirindo lugar próprio e específico no campo científico. Segundo Pêcheux (1997 [1969], p. 61), “a ciência clássica da linguagem pretendia ser, ao mesmo tempo, *ciência da expressão e ciência dos meios dessa expressão*, e o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto [...]”.

Para Pêcheux, bem como para a maioria dos chamados estruturalistas, foi Saussure quem efetuou o corte epistemológico, inaugurando a cientificidade da Linguística e separando-a de seu passado: a origem da Linguística científica “pode ser marcada com o *Curso de Linguística Geral*” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p.61). Pêcheux (1999 [1982], p. 9) afirma que, em sua tarefa de buscar a ordem da língua, “Saussure pôs-se a *pensar contra seu tempo*, rompendo com uma série de interrogações pré-linguísticas sobre a linguagem e suas determinações biológicas, lógicas, sócio-históricas ou filosóficas”. Com o linguista suíço, a Linguística passa a ter como objetivo o estudo do *funcionamento* da língua, em outras palavras, a descrição das regras que tornam possível os elementos do sistema, e não mais o estudo da sua *função* (Cf. PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 62).

Para Pêcheux, a produção do conceito de língua foi primordial para a fundação da Linguística científica, uma vez que, segundo o autor, toda ciência só se funda com a produção de seu objeto. E, além disso, a produção de tal objeto proporcionou à Linguística formular um método e desenvolver esse núcleo de conhecimentos científicos produzidos. Para Pêcheux (1999 [1982]), Saussure foi aquele que se ocupou da tarefa de encontrar o *real da língua*, a *ordem própria da língua*, e conseguiu realizar

tal tarefa, tendo inaugurado, assim, a possibilidade de constituir os campos da fonologia, da morfologia e da sintaxe.

As considerações de Pêcheux sobre a história da Linguística e o papel de Saussure nessa história, como dissemos, não são um fim em si mesmo, mas são direcionadas a apontar que a Linguística e os conceitos do CLG são científicos e podem, assim, constituir uma base sobre a qual se pode construir o edifício da análise do discurso. Talvez por causa disso, a análise de Pêcheux tenha apresentado um “defeito”, compartilhado por muitos estudiosos da época, de apresentar Saussure, conforme nos mostra Normand (2009), como se não houvesse nada antes dele, como se a história da Linguística começasse por ele. Ou pelo menos, com o defeito de, buscando colocar em primeiro plano o caráter de novidade da teoria de Saussure e a descontinuidade com o passado da Linguística, deixar na sombra as heranças de Saussure.

Para Pêcheux, um campo comumente considerado como pertencente naturalmente à Linguística, a semântica, não alcançou um desenvolvimento científico tal como aquele alcançado pela fonologia e outros. É que o tratamento do problema do sentido por Saussure fora marcado por uma perspectiva ideológica. Conforme o filósofo francês, haveria dois momentos do CLG em que Saussure trata de questões de sentido, ou seja, de semântica: quando trata do fenômeno da analogia e quando lança sua teoria do valor linguístico.

Conforme Haroche, Henry e Pêcheux (2007 [1971]), ainda que a discussão sobre o fenômeno da analogia não seja voltada para o problema do sentido, mas para o da história da língua, haveria aí algumas implicações a esse respeito. Os autores entendem que Saussure explica que o processo de criação de novas formas da língua se dá por meio da analogia, entendida a partir dos modelos das proporções. A posição de Saussure é que as formas da língua são criadas pelos indivíduos primeiramente na fala e por meio da analogia, passando a constituir o sistema somente depois de um processo complexo. Nessas considerações, Saussure expressaria a posição de que nesse processo interferem tanto a liberdade e a consciência do indivíduo quanto a coerção do sistema: o falante cria novas formas que lhe são necessárias para atender suas necessidade de expressar dada ideia; mas essa criação só é possível porque o sistema tem um lugar vazio, não preenchido, que essa forma viria a preencher, e obedece dada estrutura já existente no sistema.

A posição de Pêcheux é que, nas considerações de Saussure sobre a analogia, haveria elementos ideológicos (ou pré-científicos) – por exemplo, sua concepção de

“ideia”: “para Saussure, a ideia não poderia ser de outra forma senão totalmente subjetiva, individual” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007 [1971], p. 16-7). Seria, no ver dos autores, uma concepção subjetivista e individualista da “ideia” (do sentido), pois que ela teria sua origem no sujeito individual. No ver dos autores, o fato de Saussure entender que o que comanda uma analogia é uma “ideia” justifica o fato de que para ele “é preciso obrigatoriamente passar pela fala e pelo sujeito individual” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007 [1971], p. 17). Tratar-se-ia, assim, de uma orientação antropológica ou humanista, que toma o sujeito e suas intenções como ponto de partida para a explicação de fatos linguísticos.⁶⁰ Para o autor francês, Saussure teria acentuado, a respeito da analogia, a criatividade e a liberdade do falante quanto ao conhecimento e ao uso de sua língua. Essa solução seria ruim também porque apelaria ao sujeito como princípio explicativo.

O segundo momento do CLG em que haveria uma reflexão sobre o problema do sentido seria nas páginas dedicadas à teoria do valor. Aí a perspectiva seria completamente diferente, seria efetivamente científica. Pêcheux corrobora a tese de que a teoria do valor de Saussure é o lugar de sua ruptura epistemológica, ou seja, o ponto central de sua teoria, aquele que marca mais efetivamente a sua novidade em relação a tudo que lhe antecedeu na história da Linguística.

Deriva da teoria do valor a concepção de língua como sistema e não como nomenclatura. Ao descartar a concepção de língua como nomenclatura, Saussure anularia qualquer concepção de relação biunívoca entre significante-significado, e isso porque não bastaria que um falante entrasse em contato com um significante para ligá-lo ao significado correspondente, mas que é necessário relacionar o signo em questão a toda uma rede de outros signos (em relações sintagmáticas e paradigmáticas) para identificar qual o seu significado. Conforme Pêcheux (1997 [1969], p. 64), a noção de biunivocidade da relação significante-significado:

[...] pertence a um campo teórico pré-saussuriano, já que a linguística atual se baseia em grande parte sobre a ideia de que um termo só tem sentido em uma língua porque ele tem vários sentidos, o que significa negar que a relação entre significante e significado seja biunívoca.

⁶⁰ Lembremos o que foi dito na seção 1 – Pêcheux era um anti-humanista teórico, um teórico para quem a noção de homem, de indivíduo, não pode ser tomada como explicação dos fatos de cada ciência. Ao contrário, é o homem (concreto, histórico) que deve ser explicado por meio de conceitos propriamente científicos.

Mas Pêcheux vai mais longe, ao afirmar que, no CLG, há uma subordinação da significação ao valor: “O princípio da subordinação da significação ao valor pode ser considerado o centro da ruptura saussuriana” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007 [1971], p. 17). Segundo esse princípio, não haveria na língua significação dada de antemão ou *a priori*, mas valores que determinam a significação. Esse princípio teria aberto a possibilidade de uma teoria geral da língua, assentada nas relações imanentes, intra-sistêmicas e, além disso, o que é de extrema importância sob a perspectiva epistemológica de Pêcheux e seu grupo, “a subordinação da significação ao valor [...] tem precisamente por efeito interromper bruscamente todo retorno ao sujeito quando se trata da língua” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007 [1971], p. 17), ou seja, sair de uma perspectiva antropológica.

A posição de Pêcheux e seu grupo é que, “se essa ruptura [de Saussure, através do conceito de valor] abre passagem para a fonologia, para a sintaxe e para a morfologia, deixa entretanto de fora de seu campo uma boa parte daquilo que atribuímos à semântica” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007 [1971], p. 18).⁶¹ Tal posição se explica pelo fato de que aquelas concepções presentes nas considerações sobre a analogia estão fora do núcleo da ruptura – ou seja, estão dentro da antiga problemática – trata-se de um lugar da teoria saussuriana marcado por concepções pré-científicas, tal como a de “ideia” que aí intervém.

Algumas teorias semânticas elaboradas com base nos conceitos de Saussure não teriam conseguido instituir sua cientificidade. Uma porque buscariam seu embasamento justamente naquelas concepções pré-teóricas em que se atribui ao sujeito uma liberdade, a partir da qual o sentido das palavras por ele empregadas ou criadas seria explicado. Outras porque teriam promovido uma anulação do princípio de subordinação da significação ao valor – seria o caso de teorias semânticas que seguem o modelo da fonologia, nas quais haveria o retorno da tese da existência de significações *a priori* (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007 [1971], p. 22-3). Mas, para Pêcheux e seu grupo, o problema da cientificidade não estaria resolvido caso as teorias semânticas levassem a sério o núcleo da ruptura saussuriana – porque, simplesmente, *o sentido, para esses pensadores, não é um objeto linguístico.*

⁶¹ Essa leitura epistemológica de Saussure segue os pressupostos da dialética materialista, enquanto teoria das práticas teóricas, de que tratamos anteriormente – nesta, uma ruptura epistemológica nunca é geral, uma ciência não se funda de uma vez por todas: junto aos elementos (conceitos, questões) novos, científicos, persistem elementos antigos, ideológicos; e aqueles primeiros podem sempre retornar. Assim é que, no CLG, há uma teoria do valor convivendo com uma concepção subjetivista da “ideia”.

O sentido, diferentemente do fonema, do morfema e do sintagma, é constituído não apenas por elementos linguísticos, mas, sobretudo, por elementos extralinguísticos. Segundo Haroche, Henry e Pêcheux (2007 [1971], p. 20), “o laço que liga as ‘significações’ de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de modo algum secundário, mas constitutivo das próprias significações”.

Conforme Possenti (2004, p. 360-1):

[...] a AD contesta que o sentido seja da ordem da língua, que funcione submetido aos “seus” critérios – uma semântica não é uma “fonologia” do sentido. O sentido é da ordem das formações discursivas (FD), que, por sua vez, materializam formações ideológicas, que, por sua vez, são da ordem da história.

Sendo assim, para o grupo de Pêcheux, uma semântica linguística (de base científica) é impossível. Uma semântica científica só pode ser uma semântica discursiva, concebida como a teoria do discurso que está em seu horizonte.

Dissemos no início que Pêcheux recorre às formulações de Saussure com o objetivo de pensar um novo objeto teórico, que permitiria abordar os problemas que perseguia – o discurso. A leitura empreendida pelo autor francês tem, assim, um viés epistemológico – não se trata de uma leitura visando à aplicação de conceitos existentes a dado fato linguístico.

Para este autor, a Linguística é uma ciência de fato, sendo Saussure o fundador de sua cientificidade. Desse modo, ela pode exercer a função de um instrumento teórico para a constituição da AD. Como uma ciência, segundo Pêcheux, constrói seu objeto por meio de um trabalho sobre conhecimentos científicos produzidos em ciências determinadas, trabalho esse que passa também pela crítica de noções ideológicas, de evidências ideológicas, Pêcheux parte de conceitos científicos produzidos na Linguística para pensar o objeto de sua teoria (assim como também dos conceitos do Materialismo Histórico e da Psicanálise). É o que se passa com a análise crítica da dicotomia de língua e fala, que tanto já comentamos: trata-se de um ponto de partida para propor a existência de um nível intermediário entre esses dois, o nível da particularidade. Em outras palavras, um ponto de partida para pensar outros problemas e fazer *deslocamentos*.

Portanto, Pêcheux não propunha o abandono do que fora formulado por Saussure: a Linguística, enquanto ciência da língua, tinha seu lugar e deveria continuar sua história. Todas as teorias linguísticas saídas de Saussure – a fonologia, a morfologia e a sintaxe – tinham seu lugar legítimo e sua pertinência tal como constituídas. A

existência da Linguística como ciência da língua é uma condição *sine qua non* para a existência da teoria e da análise do discurso. O autor não partilha da posição de um Marcellesi, para quem, a Linguística estruturalista, completamente equivocada em seus fundamentos, deveria ceder lugar a uma nova Linguística, a social.

Além disso, Pêcheux também não tinha em seu horizonte a ambição de, através de um gesto de recuperação daquilo que supostamente fora rejeitado por Saussure, promover o desenvolvimento da Linguística. A nosso ver, as críticas feitas por Pêcheux a algumas noções saussurianas (como sua concepção de “ideia” e de instituição social), bem como a sua “ingenuidade sociológica” e seu antropologismo pontual, e, ainda, as teorias semânticas de modelo fonológico, não são críticas de quem objetiva apontar o que falta na Linguística e o meio de se preencher a falta. Se, nos anos 70, há um movimento de questionamento do corte de Saussure, do fechamento da Linguística numa ciência da língua, objeto que excluiria fatores extralinguísticos, o sujeito e a história, e tentativas de promover o retorno do “recalcado”, não é nesse movimento que a reflexão de Pêcheux se inscreve. Ela é direcionada, na verdade, à constituição de um outro campo de problemas, de uma outra teoria – a do discurso; a análise do discurso não é pensada por Pêcheux como aquilo que poderia superar as limitações da Linguística.

Apesar de Saussure aparecer como uma referência positiva no trabalho de Pêcheux, pode-se afirmar que sua proposta não se caracteriza como um desenvolvimento da Linguística, tratando daquilo que Saussure teria “excluído” ou postergado – a fala. Para Pêcheux (1988 [1975], p. 91): “[...] *a discursividade não é a fala* (parole)”. Em primeiro lugar, porque a concepção de fala como o aspecto individual da linguagem não seria um conceito, mas um “resíduo não-científico” da teoria saussuriana. Seria uma noção ideológica, que “autoriza a reparação triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição” e aparece como “um caminho da liberdade humana” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p.71). Em segundo lugar, porque o discurso (ou a discursividade) é um objeto sócio-histórico e não linguístico.

3.2.2 Saussure e a Linguística em Voloshinov: a posição de Pêcheux

Pêcheux leu Voloshinov como um antissaussuriano? Talvez a resposta a essa pergunta seja positiva ⁶² e nela esteja um dos motivos que explicam a avaliação de sua obra como pré-teórica e, conseqüentemente, a sua rejeição como pertinente para a AD. Pêcheux falou muito pouco de Voloshinov ou de Bakhtin. Mas, conhecendo-se as suas premissas teóricas e epistemológicas, é possível formular uma série de hipóteses sobre os motivos dessa rejeição. É o que segue.

A avaliação que Voloshinov faz de Saussure é centrada na discussão de três questões, de base histórico-epistemológica, intimamente relacionadas: 1) a história da Linguística; 2) o papel e o lugar de Saussure nessa história; 3) a construção do conceito de *língua* por Saussure, enquanto objeto da Linguística. Pode-se sustentar que, na discussão dessas três questões, estão trabalhando pressupostos epistemológicos mais amplos, quais sejam: a concepção de história das ciências e a de objeto de conhecimento. Tais pressupostos são muito distantes daqueles que guiam as reflexões de Pêcheux sobre as mesmas questões; e, o que é determinante, são rejeitados por Pêcheux, enquanto filósofo e historiador das ciências, como pertinentes para uma reflexão epistemológica. Essa distância está diretamente implicada na rejeição de Pêcheux não apenas à leitura que Voloshinov faz de Saussure, mas também às formulações constitutivas da Filosofia da linguagem do autor russo – do ponto de vista de Pêcheux, Voloshinov rejeita um núcleo de conhecimentos científicos já produzidos e coloca em seu lugar, como alternativa a eles, um conjunto de proposições e noções pré-teóricas. Por isso, para o grupo de Pêcheux, MFL não deve ser uma referência para a AD.

Voloshinov analisa a história da Linguística do ponto de vista da *dialética*, ou seja, aplica o esquema da dialética à compreensão dessa história. Nesse esquema, supõe-se que a história se desenvolve por uma contradição entre dois termos, sendo um a *tese* e outro a *antítese*, contradição essa que, em dado momento, vem a ser resolvida por uma *síntese*. Como se sabe, a tese de Voloshinov (1979 [1929]) é que a história da Linguística se desenvolve, desde muito cedo, por uma concorrência entre duas correntes dominantes que têm concepções contrárias a respeito do que seria a essência da

⁶² Não é essa, entretanto, a leitura que Gardin (2005 [1978]) faz de Voloshinov e MFL. Para o autor, MFL, antes de ser julgada apressadamente como antissaussuriana, devia ser encarada do ponto de vista de uma obra que faz uma síntese dialética das posições das tendências do pensamento linguístico, aí incluída a tendência de Saussure.

linguagem. Essas duas correntes são denominadas de “objetivismo abstrato” e “subjativismo idealista”, conforme o modo como definiram o seu objeto – a *língua* e a *enunciação individual*, respectivamente. O “subjativismo idealista” representaria a *tese*, enquanto o “objetivismo abstrato”, a *antítese*.

Na história da Linguística de Voloshinov, Saussure aparece como nada mais que o principal sistematizador e sintetizador moderno das antigas ideias do objetivismo abstrato.

A chamada escola de Genebra, como Ferdinand de Saussure, mostra-se como a mais brilhante expressão do objetivismo abstrato em nosso tempo [...]. Saussure deu a todas as ideias da segunda orientação uma clareza e uma precisão admiráveis. Suas formulações dos conceitos de base da linguística tornaram-se clássicas. E mais, ele levou todas suas reflexões a seu termo, dotando assim os traços essenciais do objetivismo abstrato de uma limpidez e de um rigor excepcionais (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 70).

Saussure não representaria, na concepção de Voloshinov, nenhuma novidade no campo dos estudos linguísticos, estando em continuidade com uma tradição bem antiga, apenas gozando do mérito de tê-la sistematizado. Conforme o autor russo, os conceitos e os procedimentos metodológicos formulados e prescritos por Saussure para a Linguística têm uma origem bem definida: os conceitos, na reflexão dos filósofos racionalistas do século XVII, tais como Leibniz e Descartes; os procedimentos, na filologia.

Saussure teria herdado seu conceito de língua como conjunto de signos e a opção pelo estudo dos signos em si mesmos e em suas relações intra-sistêmicas das formulações dos filósofos racionalistas sobre o signo matemático. Saussure teria concebido o código linguístico sob o modelo do código matemático, postulando, assim, seu estudo imanente. Conforme Voloshinov (1979 [1929], p. 70): “A ideia da língua como sistema de signos arbitrários convencionais, essencialmente racionais, foi elaborada de forma simplificada já no século XVIII pelos filósofos do Século das Luzes”. Já os procedimentos metodológicos de base (a opção pela sincronia e o isolamento das formas linguísticas de seu contexto de enunciação visando a uma classificação) prescritos por Saussure para o estudo da língua seria uma herança da filologia. Voloshinov (1979 [1929], p. 83) afirma: “Podemos dizer que a linguística surgiu quando e onde surgiram exigências filológicas. Os imperativos da filologia engendraram a linguística, acalentaram-na e deixaram dentro de suas fraldas a flauta da filologia”. Para esse autor, os dados analisados pelos filólogos se constituíam de

inscrições redigidas em línguas mortas. Seu procedimento, visando à compreensão do sentido dessas inscrições e, posteriormente, ao ensino daquilo que foi decifrado, consistia em apenas classificá-las em categorias tais como fonemas, morfemas e sintagmas.

Considerando o ponto de vista de Pêcheux, o principal problema dessa história da Linguística apresentada por Voloshinov é a sua perspectiva continuísta (implícada na dialética) – isto é, um tipo de história das ciências que se centra em apontar as continuidades existentes entre teorias e conceitos de autores que se sucedem no tempo, em detrimento das descontinuidades, das rupturas, das mudanças de percurso; que se centra em buscar as origens dos conceitos em detrimento das apropriações e torções que eles sofreram ao longo de sua história. Não há espaço, na reflexão de Voloshinov, para uma abordagem das descontinuidades no campo dos estudos sobre a linguagem – o filósofo tem em seu horizonte as continuidades ao longo do tempo entre os estudiosos que são colocados no interior das duas correntes que ele identifica. Para Pêcheux, Voloshinov, filiando Saussure aos filósofos racionalistas e aos filólogos, busca apenas apontar os conceitos e métodos que ele herdou dessas tradições como se se tratasse dos mesmos conceitos. A consequência dessa história continuísta da Linguística é não conseguir ver a diferença que o pensamento de Saussure institui em relação àquele que o precede, ou mais, precisamente não conseguir ver o corte epistemológico operado por Saussure. Não compreender a novidade trazida por Saussure e a possibilidade que ela abriu é, para Pêcheux, um obstáculo a uma teorização científica de outros problemas, já que despreza os passos iniciais que já foram dados.

É certo que o contexto francês em que Pêcheux lê Saussure determina sua leitura desse autor, como dissemos. A tese, muito ampla e aceita nos anos 60-70 na França, segundo a qual Saussure é o fundador da Linguística científica, instaurador da cientificidade nesse campo, não é uma tese comum na URSS de Voloshinov. O debate em torno do linguista genebrino não é centrado na discussão da cientificidade instaurada por ele *versus* a não-cientificidade de seus antecessores. Saussure é enfocado aí como o fundador de uma perspectiva social ou sociológica para o estudo da língua e como uma alternativa para o paradigma já esgotado das abordagens histórico-comparativas e neogramáticas, dominantes até então. Os estudiosos russos buscavam redirecionar os estudos linguísticos em direção a uma abordagem sociológica (marxista, evidentemente). Nesse movimento em direção à construção de uma nova Linguística, a referência a Saussure era generalizada: “la théorie de Saussure a suscité un grand intérêt

chez les linguistes russes préoccupés par la recherche de nouveaux principes fondamentaux de la linguistique théorique marxiste”⁶³ (AGEEVA, 2009, p. 79). Entretanto, a avaliação da pertinência das ideias do *Curso de Linguística Geral* não era de um mesmo tipo: segundo Ageeva (2009), alguns grupos tinham uma atitude favorável, enquanto outros as rejeitavam peremptoriamente, caso de Voloshinov. Como o foco dos linguistas russos era a formulação de uma abordagem social da língua/linguagem, as posições favoráveis à pertinência da teoria de Saussure eram autorizadas por uma leitura que via nessa teoria uma concepção social da *língua*, enquanto as posições contrárias eram sustentadas sobre uma leitura que questionava a efetividade de uma definição de *língua* como fenômeno social. Para exemplificar, as assim chamadas Escolas de Praga e de Moscou liam o conceito de língua como social, enquanto a de Leningrado (Baudouin de Courtenay, e seus discípulos, como Iakubinski) e o Círculo de Bakhtin liam-no como formal e lógico (Cf. LÄHTEENMÄKI, 2006; BRANDIST, 2006).

As restrições de Pêcheux ao tipo de história das ciências que sustenta as reflexões de Voloshinov sobre a história da Linguística e o lugar de Saussure nessa história também se devem à configuração francesa que construía um novo tipo de história das ciências. A nova história das ciências que marca o contexto de Pêcheux é aquela possibilitada pelos trabalhos de Bachelard e Canguilhem, dentre outros – ela abandona a ideia de um progresso mecânico ou dialético da ciência, ou seja, contínuo, para assumir a ideia de descontinuidade (Cf. ALTHUSSER, 2002). Bachelard e Canguilhem são os mestres de um grande número de historiadores das ciências, epistemólogos e filósofos, dentre os quais Althusser, Pêcheux e Foucault. Pode-se ter uma ideia do que seja essa nova história das ciências, à qual Pêcheux se filia, com o que diz Foucault sobre os conceitos de “atos e limiares epistemológicos” de Bachelard. Eles:

[...] suspendem o *acúmulo indefinido dos conhecimentos*, quebram sua lenta maturação e os introduzem em um tempo novo, os afastam de sua origem empírica e de suas motivações iniciais, e *os purificam de suas cumplicidades imaginárias*; prescrevem, desta forma, para a análise histórica, não mais a pesquisa dos começos silenciosos, *não mais a regressão sem fim em direção aos primeiros precursores*, mas a identificação de um novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos (FOUCAULT, 1986, p. 4. grifos nossos).

⁶³ “a teoria de Saussure suscitou uma grande interesse nos linguistas russos preocupados com a busca de novos princípios fundamentais para a linguística teórica marxista.”

A crítica de Voloshinov ao conceito de *língua* de Saussure é guiada também por esses mesmos pressupostos históricos e epistemológicos, o que, da perspectiva de Pêcheux, não lhe permite alcançar a novidade do pensamento de Saussure. A tese de Voloshinov segundo a qual Saussure elegeu como objeto de estudos do campo linguístico aquilo que sua tradição já havia encontrado, tendo, assim, apenas adotado um objeto já construído obedece, da perspectiva de Pêcheux, aos preceitos da história continuísta.

Na análise que Voloshinov faz do modo como Saussure elabora sua definição de língua, ou seja, o *objeto* da Linguística, pode ser identificada a “teoria do conhecimento” ou a “epistemologia” à qual o autor russo se filia. Voloshinov aponta duas perspectivas paralelas, nem sempre coerentes, que norteiam a definição do conceito de língua por Saussure. Ambas entram em contradição com a epistemologia que guia a leitura de Pêcheux acerca de Saussure, bem como sua posição sobre a história das ciências.

Uma seria a perspectiva do não-cientista, a partir da qual Saussure reproduziria a percepção do falante comum sobre a língua: “[...] no entanto, é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a língua se apresenta como sistema de normas rígidas e imutáveis” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 76) ou: “[...] exprime-se uma relação perfeitamente objetiva quando se diz que a língua constitui, relativamente à consciência individual, um sistema de normas imutáveis, que é esse o modo de existência da língua para todo membro de uma comunidade linguística dada” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 77). A tese de Voloshinov, como se vê, é que a perspectiva de Saussure, ao definir a língua como sistema de formas estáveis, estaria presa à perspectiva do sujeito falante, que não conhece a história da língua e, portanto, não tem consciência de sua evolução ininterrupta, de sua constante mudança, concebendo-a, assim, como algo imutável. Ela não é a perspectiva realmente objetiva do cientista.

A outra seria a perspectiva do cientista positivista que chega ao objeto de sua ciência por meio de uma abstração: “É claro, desde o começo, que esse sistema resulta de uma análise abstrata, que ele se compõe de elementos abstratamente isolados das unidades reais da cadeia verbal, das enunciações” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 82). Na qualidade de abstração, a língua de Saussure não existe na realidade objetiva, não coincide com o que se passa de verdade no domínio da linguagem: “Dizer que a língua, como sistema de normas imutáveis e incontestáveis, possui uma existência

objetiva é cometer um grave erro” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 77) ou, ainda: “Para o observador que enfoca a língua de cima, o lapso de tempo em cujos limites é possível construir um sistema sincrônico não passa de uma ficção” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 76).

Para Pêcheux, não são as perspectivas apontadas por Voloshinov que estão pressupostas no trabalho teórico de Saussure. Em relação à tese de que o linguista suíço reproduz o ponto de vista do falante em sua definição de língua, Pêcheux (1997 [1969], p.62) tem uma posição inversa, pois sustenta que o gesto de Saussure separou a “homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem”, ou seja, introduziu um deslocamento conceitual que permitiu uma definição de língua que não se confunde em nada com a concepção que o falante comum tem da língua que fala. Para o falante, assim como para parte dos estudiosos da língua/linguagem pré-saussurianos, a língua tem a *função* de comunicar e de exprimir sentido e, assim, a tarefa do linguista é estudar como ela realiza tal função. Saussure, ao postular que a língua tem um *funcionamento* e que a descrição/explicação desse funcionamento é a tarefa do linguista, inaugurou o ponto de vista verdadeiramente científico, pois o falante comum não tem consciência de que a língua funciona e nem muito menos de como ela funciona.

Pêcheux certamente notou que, se Voloshinov critica o conceito de língua de Saussure e aponta os erros cometidos pelo linguista no processo de sua definição, é porque tem uma posição muito clara e diferente não só sobre o modo como o objeto de uma ciência deve ser formulado, mas também do que seja um objeto científico. Em primeiro lugar, o cientista deve ter um olhar objetivo para o objeto de sua ciência, um olhar de cima, que não pode ser o olhar espontâneo ou não-instruído do homem comum. Em segundo lugar, e isso é o principal, o cientista deve construir um objeto científico que seja uma representação objetiva (isto é, adequada e fiel) da realidade, na qual toda a sua complexidade seja abrangida: as abstrações, enquanto procedimento visando à eliminação das sutilezas, das singularidades, das particularidades, do irrepetível, etc., são, assim, completamente impertinentes, não podendo conduzir senão a hipóstases.

A epistemologia de Voloshinov, do ponto de vista de Pêcheux, é genuinamente empirista. Esse empirismo guia não só sua análise crítica do trabalho teórico de Saussure, mas também a criação de uma solução para o problema que ele persegue – o de encontrar o verdadeiro objeto da Linguística. Do ponto de vista da concepção de empirismo sustentada por Pêcheux, a descrição do processo de conhecimento dada por Voloshinov é empirista: “No início do trabalho heurístico, não é tanto a inteligência que

procura, construindo fórmulas e definições, mas os *olhos e as mãos*, esforçando-se por *captar a natureza real do objeto*” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 55. grifos nossos). Para Pêcheux, Voloshinov confunde materialismo (“todo marxista é materialista”) com empirismo, isto é, faz uma leitura empirista do materialismo.

Essa leitura empirista do materialismo poderia derivar do fato de que tanto *empirismo* quanto *materialismo* se opõem ao *idealismo* no que tange à relação entre pensamento e real. Para os primeiros, há precedência e independência do real sobre o pensamento, enquanto para o último o real depende do pensamento, é um produto do pensamento. As teses fundamentais do materialismo são reproduzidas por Pêcheux (1988 [1975], p. 255): “O real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele”. Em suma: primazia do real sobre o pensamento *versus* primazia do pensamento sobre o real.

No entanto, do ponto de vista da epistemologia materialista formulada por Althusser com base nas teses filosóficas materialistas de Marx e na epistemologia histórica francesa de Bachelard e Canguilhem – a “dialética materialista” – essa epistemologia é muito diversa de uma epistemologia empirista. Em primeiro lugar porque, no empirismo “não há mais que *um só objeto*: o objeto real” (ALTHUSSER, 1979b, p. 41). Para este último, o objeto do conhecimento está contido no objeto real como a sua *essência* que é preciso encontrar. Há, assim, uma identificação entre o objeto real e o objeto de conhecimento (científico). Já para a dialética materialista, há dois objetos – o objeto real e o de conhecimento, sendo que o primeiro existe e subsiste fora do segundo, isto é, na realidade, antes e depois da produção do seu conhecimento.

O pressuposto do empirismo, segundo os althusserianos, é que o objeto real, esse objeto único, tem em si duas partes distintas, que ocupam posições específicas no objeto: a inessencial ocupa a parte exterior, a superfície visível, enquanto a parte essencial ocupa a parte interior, o seu núcleo invisível. O conhecimento tem por função separar, no objeto, essas duas partes existentes nele, a fim de eliminar o que é inessencial. Assim, a essência não é imediatamente visível por estar encoberta pelo inessencial. O pressuposto da dialética materialista é que esses dois objetos são distintos: o objeto de conhecimento, ainda que busque dar uma representação e uma explicação do objeto real, nunca se identifica com ele. E, ainda, que eles são produzidos por meio de processos de natureza diferente: o processo de produção de um objeto real “se passa inteiramente no real” enquanto o de um objeto de conhecimento “se passa inteiramente no conhecimento” (ALTHUSSER, 1979b, p. 42).

A terceira diferença entre essas duas epistemologias, ainda da perspectiva de Althusser e seu grupo, é a sua concepção de prática científica e de ciência. No empirismo, o processo de conhecimento é realizado por uma operação em que o sujeito faz uma abstração, com o fim de encontrar a essência do objeto real, sendo esta que deve ser o objeto de conhecimento. No empirismo, conhecer é abstrair (no sentido de *extrair*) a essência do objeto real. A operação de conhecimento dessa concepção empirista, em suma, caracteriza-se por um processo de separação, no domínio do próprio real, da essência desse real que a encerra. No materialismo, o objeto de uma ciência é um objeto resultante de uma produção, de um trabalho do pensamento, e não de uma extração no real, que suporia o objeto científico como uma espécie de cópia do real. A tese do objeto de conhecimento como uma produção é formulada com base nos aportes da epistemologia histórica francesa, em cujo sistema, conforme Fichant (1974, p. 137) “o objeto da ciência é da ordem do construído [...], é um efeito, um resultado e um artefato”, de modo que poderá ser chamado de “sobre-objeto” ou “objeto segundo”. A prática *teórica*, isto é, a prática de produção de conhecimentos passa-se inteiramente no pensamento: a sua matéria-prima são representações ou conceitos e seu produto são conceitos – todos eles do domínio do pensamento e não do real. Na dialética materialista, o que caracteriza a ciência ou o fazer científico é construir uma nova realidade e não simplesmente reproduzi-la. A ciência não corresponde a um mundo a descrever, mas a um mundo a construir. Resulta que o conhecimento científico tem o caráter de uma construção e não de uma mera percepção ou dedução do real.

Por que é importante separar os dois objetos e evitar a definição do objeto de conhecimento com base no objeto real? Em primeiro lugar, porque o real, na concepção da dialética materialista, é o principal fator de ilusão e falseamento, na medida em que se apresenta aos sujeitos em seu funcionamento aparente e nunca em seu funcionamento estrutural. A partir dessa concepção de real, a dialética materialista entende que o empirismo, ao defender que a ciência deve reproduzir o objeto real, torna-se refém do dado, das impressões primeiras, das aparências, das evidências fornecidas pelo próprio real. Essa posição é embasada numa posição semelhante da epistemologia histórica francesa segundo a qual o conhecimento comum (ou senso comum) tem como seu objeto o dado, o elemento concreto do real, que ele simplesmente decalca do real, enquanto o conhecimento científico, ao contrário, constrói seu objeto, fruto de um trabalho que se passa todo no terreno do pensamento.

Conforme Althusser e seu grupo, a epistemologia empirista não é o guia mais adequado para se pensar o processo de produção de conhecimentos e, conseqüentemente, para a própria produção de conhecimentos – a epistemologia empirista não pode conduzir à produção de conhecimentos efetivamente científicos.

Está pressuposta na epistemologia empirista a tese da transparência do olhar, dos objetos a ver e dos sujeitos cognoscentes. Não supõe que o olhar deva ser treinado para ver, que um sujeito não vê tudo que existe. Do ponto de vista da dialética materialista, a concepção de conhecimento como *visão* de um objeto dado é um mito, é uma ideologia. Nessa epistemologia, não se pode ver qualquer coisa, não basta um olhar atento para ver dado objeto ou problema, pois todo trabalho teórico se produz no interior de uma problemática que define os objetos visíveis e os invisíveis (os seus interditos): “É visível todo objeto ou problema que se situa no terreno, e no horizonte, isto é, no campo estruturado definido pela problemática teórica de determinada disciplina teórica” (ALTHUSSER, 1979b, p. 24). Estabelecendo esse postulado, a dialética materialista visa a romper com uma concepção espontânea e não-histórica do processo de produção de conhecimentos.

Uma outra diferença reside no problema do critério de validação dos conhecimentos científicos enquanto tais. Na concepção empirista, os conhecimentos científicos só poderiam ser considerados verdadeiros se mantivessem com o objeto real relações de semelhança e adequação. Na concepção materialista, o objeto de uma ciência, bem como os métodos produzidos por ela, enfim, o discurso de uma ciência, não deve ser testado quanto a sua validade através de um teste de conformação ao real – o discurso da ciência deve ser testado em seu funcionamento interno, em suas regras internas de validação.

Da perspectiva da epistemologia pecheutiana, quando Voloshinov defende que a essência da linguagem vai muito além da redução feita por Saussure com sua abstração ilegítima e que o objeto *língua* formulado por ele não passa de uma hipóstase, o autor russo não o faz a partir de um distanciamento da epistemologia empirista, mas de dentro dela. Trata-se da crítica da “má-abstração” e da defesa da “boa abstração”, pois Voloshinov defende que o objeto da Linguística ou filosofia da linguagem deve ser a essência da linguagem, e a operação de identificação da essência de um objeto real supõe já uma abstração; está, assim, embasado na epistemologia empirista.

Do ponto de vista de Pêcheux, Voloshinov acreditava estar assumindo uma posição *materialista* contra uma posição *idealista*, a de Saussure, quando defendia que o

objeto da Linguística não poderia ser uma *abstração*, uma hipóstase (portanto, algo que não existe no real), mas sim algo *concreto*, realmente existente na realidade. Mas, no fundo, tratava-se de uma única posição empirista – a oposição concreto/abstrato – oposição esta que não é pertinente para o materialismo, para quem tanto o real quanto o pensamento são concretos.

Pêcheux lê a prática teórica de Saussure não como empirista, mas como materialista. Para Pêcheux, Saussure estava certo quando dizia: “é o ponto de vista que cria o objeto” (Cf. SAUSSURE, 1996, p. 15). Seria essa epistemologia que guiaria a produção do conceito de língua por Saussure e não um processo de extração da essência do real. Do ponto de vista de Pêcheux, é porque Saussure produziu um objeto de conhecimento, que uma ciência pôde ser fundada e desenvolvida em torno dele.

Para Pêcheux e seu grupo, a reflexão de Voloshinov sobre três questões principais – a história da Linguística; o papel e o lugar de Saussure nessa história; a construção do conceito de *língua*, enquanto objeto da Linguística – tem como conclusão: a) a rejeição do lugar de Saussure como instaurador de cientificidade ou, ao menos, de uma novidade na história da Linguística; b) a negação da definição de língua como sistema de formas estáveis e do estudo intra-sistêmico (imane) das relações entre essas formas; c) a proposta de que a língua seja definida como fenômeno histórico: “De um ponto de vista realmente objetivo [...], a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 76); “[...] a língua é um fenômeno puramente histórico” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 94), e que o estudo das formas da língua contemple os fatores extra-sistêmicos e as coerções do uso.

Todos os elementos da conclusão de Voloshinov seriam problemáticos, para o grupo de Pêcheux. A rejeição da teoria de Saussure seria problemática, como dissemos antes, porque negaria a pertinência de um núcleo de conhecimentos instituídos para a formação de outro núcleo sobre outro objeto. A proposta alternativa apresentada por Voloshinov, por sua vez, também seria problemática, porque implicaria que a Linguística retornasse a um estado pré-teórico.

Maldidier (2003, p. 60, grifos nossos) sustenta a seguinte tese:

Pela crítica ao “objetivismo abstrato” de Saussure, Voloshinov tende a *anular a dimensão própria à língua*: opondo ao “sistema abstrato das formas linguísticas” o “fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações”, ele conduz à fusão da linguística em uma *vasta semiologia*. Para Michel Pêcheux o

verdadeiro corte, sempre ameaçado, sabemos, de *recobrimentos*, é Saussure.

Gadet e Pêcheux (2004 [1983], p. 118), por seu turno, sustentam, em sua análise da história da Linguística, que a reflexão marxista sobre a língua/linguagem, muitas vezes, centrou-se em “um sociologismo cego ao sistema [da língua]”, na qual certamente incluem a reflexão de Voloshinov justamente devido ao fato de o autor russo rejeitar radicalmente o conceito de *langue*, a ponto de considerá-lo nada mais que uma abstração ilegítima, que apaga a verdadeira natureza da linguagem tal como existe na realidade.

Nessas citações de Malidier (2003) e de Gadet e Pêcheux (2004 [1983]), teríamos, então, quatro críticas às posições e soluções de Voloshinov, feitas por Pêcheux e seu grupo. A primeira diz respeito ao “recobrimento do corte de Saussure”, ou seja, o não reconhecimento de que ele operou um corte (que reside em parte no conceito de *língua*) e a deslegitimação de sua teoria enquanto científica. A segunda crítica é que o autor russo tenderia a “anular a dimensão própria à língua” (Malidier) ou, ainda, a sustentar “um sociologismo cego ao sistema da língua” (Gadet e Pêcheux). Nessa crítica, o grupo de Pêcheux sustenta que Voloshinov exclui, de sua filosofia da linguagem, a abordagem da língua, ou seja, do estudo das formas da língua em suas relações intra-sistêmicas, do ponto de vista imanente – Voloshinov negaria a existência da *ordem própria da língua*.

A verdadeira substância da língua *não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas* nem pela enunciação monológica isolada [...] mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. *A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua* (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 109, grifos nossos).

A terceira crítica seria que as propostas de Voloshinov conduziram à “fusão da linguística numa vasta semiologia” (Malidier). O grupo de Pêcheux entende que os fenômenos a serem estudados na filosofia da linguagem (ou na linguística marxista) de Voloshinov – os quais são enumerados pelo próprio autor na passagem abaixo – são tão amplos e heterogêneos, que seu tratamento em conjunto representaria uma “vasta semiologia”. Vejamos:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos

de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal. 3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual (VOLOSHINOV 1979 [1929], p. 110).

Como se vê, dentre esses fenômenos estão tanto aqueles eleitos por Saussure como objeto da Linguística (as formas da língua) quanto aqueles excluídos pelo linguista suíço (as formas e os tipos de interação verbal; os enunciados/enunciações dialógicos). Em outras palavras, Voloshinov propõe uma filosofia da linguagem que dê conta, *em conjunto*, de fenômenos que vão desde as formas da comunicação social e da interação verbal, passando pelos enunciados, até as formas da língua. Para o grupo de Pêcheux, isso significa que Voloshinov anula a distinção proposta por Saussure entre língua e fala e a eleição da primeira como objeto exclusivo da Linguística (gesto tomado por esse grupo como condição de possibilidade da fundação da Linguística científica), propondo, em lugar disso, um tratamento global desses fenômenos, uma “disciplina” da totalidade. Para o filósofo russo, o estudo da linguagem devia abranger todos esses “níveis” através de uma abordagem dialética.

Mas esses fenômenos seriam tratados a partir de uma nova perspectiva, a perspectiva histórica, segundo a qual as relações sociais e as esferas ideológicas são determinantes não só do funcionamento das formas da interação verbal, das formas do enunciado e das formas da língua em relação simultânea, mas também de suas mudanças, ou seja, de sua história. O estudo das formas da língua, assim, não seguiria os preceitos e práticas tradicionais da Linguística de Saussure, nos quais se dota a forma linguística de uma substância própria, de uma existência independente (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 90-1); esse estudo trataria/explicaria as formas da língua a partir do ponto de vista de seu *funcionamento* e de sua *função* no enunciado/na enunciação, nos usos concretos pelos falantes em dada situação social.

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas. [...] Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto. [...] Para o locutor, a forma linguística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 78-9).

A proposta de Voloshinov de tratar as formas da língua do ponto de vista de seu funcionamento e de sua função na comunicação, no enunciado, representa, para o grupo pecheutiano, a negação da ordem da língua, como dissemos acima. A proposta de um

estudo global e articulado de todos esses fenômenos como a única forma capaz de permitir uma explicação rigorosa dos fatos linguísticos, por sua vez, representa a proposta de que a Linguística voltasse a ser aquilo que ela era antes de Saussure (nas palavras de Malidier: “uma vasta semiologia”). Recorramos ao que nos diz Pêcheux (1997 [1969], p. 61-2) sobre a Linguística antes de Saussure: nesse período,

[...] estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar textos, e colocar a seu respeito questões de natureza variada [...]. Todas essas questões eram colocadas simultaneamente porque remetiam umas as outras: mais precisamente, as questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos colocados em evidência pelo texto ajudavam a responder as questões que diziam respeito ao sentido do texto (o que o autor ‘quis dizer’). Em outros termos, a ciência clássica da linguagem pretendia ser ao mesmo tempo *ciência da expressão* e *ciência dos meios desta expressão*, e o estudo gramatical era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os “meios de expressão” estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender).

Depois de Saussure e do CLG, segundo Pêcheux (1997 [1969]), a Linguística instituiu seu objeto, passando a tratar da *língua* e seu *funcionamento*, deixando todas as questões relativas à *função* da linguagem e ao texto fora de seu domínio – isso teria sido uma condição necessária para a fundação dessa ciência. Foi somente com uma definição (que alguns chamaram de restritiva num tom negativo) de qual deveria ser o objeto da Linguística, dentre tantos objetos possíveis, que a Linguística pode se fundar como ciência.

Parece-nos que, sob o ponto de vista de Pêcheux, a problemática geral de MFL estaria em conformidade com a configuração daquilo que ele entende como a antiga ciência clássica da linguagem, antes do deslocamento que levou a Linguística a instituir-se como ciência de fato (um campo que, em suma, seria pré-científico). As propostas de Voloshinov de tratar todos os fenômenos de linguagem em sua totalidade representariam, no ver do grupo francês, a defesa de um retorno ao passado pré-científico da Linguística. Voloshinov estaria apagando um avanço alcançado e propondo um retorno ao estado anterior em que haveria, na perspectiva de Pêcheux, uma dissolução de objetos, métodos e perspectivas (o que seria visto para alguns de uma forma positiva, aquela que em vez de separar os fenômenos estuda-os de forma interligada, global).

A quarta e última crítica está na passagem de Gadet e Pêcheux na qual os autores sustentam que a reflexão sobre a linguagem da maioria dos marxistas, dentre os quais

certamente eles incluem Voloshinov, teria a forma de um “sociologismo cego ao sistema da língua”. O núcleo da quarta crítica diz respeito ao que é designado com o termo *sociologismo*. A proposta de Voloshinov, para Pêcheux, é um sociologismo porque faz derivar todos os fenômenos linguísticos de fatores externos à língua – os fatores sociais. A seguinte afirmação de Voloshinov não deve ter passado despercebida por Pêcheux:

As condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época. As condições mutáveis da comunicação socioverbal precisamente são determinantes para as mudanças de formas que observamos no que concerne a transmissão do discurso de outrem (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 139-40).

O sociologismo, em matéria de reflexão sobre a linguagem, caracteriza-se por uma abordagem da língua que não leva em conta o funcionamento formal da língua, as relações entre essas formas no interior do sistema, e uma concepção de história da língua segundo a qual a língua muda e se enriquece à medida que uma sociedade evolui.

Certamente, Pêcheux, pensando no interior da problemática marxista da história, tinha como ponto central de reflexão os efeitos da história nos fenômenos de linguagem. Mas para Pêcheux (1988 [1975], p. 24), essa referência à história nas reflexões linguísticas deve se dar a partir de uma “análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as ‘práticas linguísticas’, inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada”. Está claro que as práticas linguísticas referidas nessa passagem são aquelas que dizem respeito aos processos discursivos. Essa posição está intimamente ligada a duas concepções inerentes à teoria do discurso de Pêcheux. A primeira é que os efeitos da história (das relações sociais, das lutas de classes etc.) incidem sobre o *discurso*, enquanto uma das materialidades específicas da ideologia. No discurso, são representadas as posições ideológicas das classes em conflito; no discurso, as classes travam sua luta ideológica. A segunda é que a língua não é histórica, no sentido de que é “indiferente” à divisão da sociedade em classes. Tal tese está de acordo com a concepção de história de Pêcheux: se ele entendesse história como simples movimento e mudança, diria que a língua é histórica; como entende história como luta de classes, a língua não é histórica, pois é relativamente autônoma aos efeitos dessa luta. A língua não é afetada diretamente pelas lutas de classes, pelas relações sociais e pelas mudanças sociais. Com essa tese, Pêcheux

quer evitar uma concepção sociologista de história. Ainda que haja mudanças na língua conforme as mudanças sociais, não é isso que Pêcheux quer investigar.

Essas duas posições, como se vê, estão sustentadas na distinção postulada na teoria do discurso de Pêcheux entre a *ordem da língua* e a *ordem do discurso*. Com essa distinção, Pêcheux pode sustentar que as classes sociais não têm línguas distintas, mas discursos distintos construídos sobre a base dessa mesma língua, saindo da problemática de Marr e de Stalin, na qual parece ter permanecido o grupo de Marcellesi e mesmo Voloshinov de uma certa forma. Ainda que Voloshinov afirme que classes sociais diferentes pertencendo a uma mesma comunidade semiótica falam uma mesma língua (não caindo na tese das línguas de classe), quando ele sustenta que essas classes travam suas lutas em torno dos índices sociais de valor dos signos, ele acaba sustentando que história e luta de classes determinam todos os fenômenos de linguagem, no interior dos quais estaria também aquilo que Saussure entendia por língua. Essa formulação é condizente com a perspectiva de Voloshinov de tratar todos os fenômenos da linguagem de maneira global. Para Pêcheux, se a língua é afetada pela história, no sentido que a concebe, é porque existe uma relação íntima entre língua e discurso, e foi por meio de fenômenos que afetaram primeiro o discurso que a história determinou mudanças na língua.

Pêcheux entendia que a produção de um campo de saber como a análise do discurso, visando a teorizar sobre as determinações da história e da luta ideológica de classes sobre determinadas práticas de linguagem, não exigiria uma necessária negação das teses de Saussure ou, ainda, uma desconstrução da Linguística. A AD não viria a ser uma reformulação da Linguística, produzindo uma inversão de dominância entre sua corrente formalista e sua corrente sociologista, na qual os fenômenos da fala e da história tomariam o primeiro plano. Pêcheux concebia a sua AD como um novo campo de estudos, situado em um outro terreno, que teria uma relação de constituição com a Linguística científica.

A proposta de Voloshinov, para Pêcheux, visava exatamente a essa reformulação ou substituição da Linguística imanente por um estudo global da linguagem cuja primazia estaria no uso e nos fatores extra-sistêmicos. A Filosofia da linguagem de Voloshinov seria a via para o estudo sociológico da linguagem, o que significaria que o filósofo russo buscava uma intervenção na Linguística, o que, para Pêcheux, não seria pertinente, ou, pelo menos, não seria esse seu objetivo.

3.3 Em torno de Freud/Lacan, da Psicanálise e da Psicologia

A nosso ver, a rejeição de Pêcheux e seu grupo a MFL passa também pela apreciação das considerações feitas nessa obra não só sobre a Psicologia e a consciência, mas também sobre a Psicanálise e o inconsciente. Voloshinov adotava a problemática da consciência, pensava em como a consciência dos sujeitos sociais se constitui, qual a sua matéria. Pêcheux rejeita essa problemática, devido a suas implicações de que trataremos adiante. Voloshinov, além disso, rejeitava não só o conceito de inconsciente de Freud, propondo inclusive uma definição alternativa de inconsciente, mas também a própria Psicanálise, por considerá-la uma ciência burguesa (isto é, que representava os interesses da classe burguesa em decadência). Esta última não poderia jamais ser tomada como compatível com a ciência marxista, já que esta teria o ponto de vista da classe revolucionária. Do ponto de vista interno, a Psicanálise não seria mais que uma variante da psicologia subjetiva e, assim, não podia ser científica. As posições de Pêcheux são diametralmente opostas a essas. O fato de Voloshinov refletir, fazer uma teorização sobre o modo de formação da consciência, é para Pêcheux pré-teórico, reproduz as ilusões da ideologia da consciência.

Gadet e Pêcheux (2004 [1983]) destacam a pouca presença da Psicanálise entre os psicólogos marxistas da URSS do início do século XX. Alguns, como Vigotski, Luria e Leontiev, ainda que tenham rejeitado o behaviorismo reflexológico, por sua adesão ao humanismo teórico, “permaneceram igualmente cegos à subversão freudiana da psicologia”. Para os autores, Voloshinov está bem dentro desse contexto de incompreensão da novidade trazida pela teoria de Freud: “Encontraremos em *Freudism*, de Volochinov, um exemplo dessa radical incompreensão dos desafios psicanalíticos” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1983], p. 103).

3.3.1 Freud/Lacan, a Psicanálise e a Psicologia no projeto de Pêcheux

Como dissemos já algumas vezes, Materialismo Histórico, Linguística e Psicanálise eram, para Pêcheux e o grupo de filósofos em torno de Althusser, as únicas ciências sociais de fato fundadas. Enquanto tais, poderiam e deveriam constituir instrumentos científicos para a produção de novas ciências no domínio do social (tese em conformidade com a concepção de *prática teórica* do grupo althusseriano). Assim é

que essas três ciências são apresentadas por Pêcheux, desde os seus primeiros textos, como instrumentos teóricos para a construção objeto discurso, da teoria do discurso e do método de experimentação dessa teoria, a análise do discurso. Já dissemos também que o projeto de Pêcheux, visando à produção de uma análise do discurso, a partir de uma articulação entre Materialismo Histórico, Linguística e Psicanálise, insere-se no grande projeto althusseriano de produção de uma teoria geral das ideologias e de ideologias particulares, e segue as linhas mestras traçadas por Althusser.

No que tange à necessidade e à possibilidade de articulação entre Materialismo Histórico e Psicanálise, a seguinte passagem de Althusser parece ser a mais importante, e mesmo a fundadora:

Freud nos revela, por sua vez, que o sujeito real, o indivíduo em sua essência singular, não tem a figura de um ego, centrado no “eu” (“moi”), na “consciência” ou na “existência” [...] que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que também tem um “centro” apenas *no desconhecimento imaginário do “eu”, ou seja, nas formações ideológicas em que ele se “reconhece”*. Desse modo, ter-se-á notado, está aberta para nós, sem dúvida, uma das vias pelas quais chegaremos talvez um dia a uma melhor *compreensão dessa estrutura do desconhecimento, que interessa, em primeiro lugar, a qualquer pesquisa sobre a ideologia* (ALTHUSSER, 1984a, p. 71, grifos nossos).

Aqui o filósofo francês explicita a importância da Psicanálise para a constituição de uma teoria sobre a ideologia, que é o grande projeto dos althusserianos. A ciência do inconsciente mostrara, segundo esse filósofo, que o sujeito não tem centro e que ele não pode ser definido por esse centro. Para Althusser, esse centro só existe quando reina o *desconhecimento* – termo que, no vocabulário do autor, designa a ideologia. Está estipulada aí a relação entre ideologia e inconsciente – os sujeitos não sabem de sua existência e não sabem do papel que ambos exercem no processo de sua constituição enquanto sujeitos.

É o que aponta Pêcheux (1988 [1975], p. 152-3) na seguinte passagem:

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito”.

Além disso, Althusser entende que a Psicanálise, desde Lacan, estabeleceu que o processo de constituição do sujeito se operava sob a Lei da Ordem ou Ordem simbólica

e que esta é “formalmente idêntica à ordem da linguagem” e “tem, por conteúdo, as estruturas reais do parentesco, e as formações ideológicas determinadas, nas quais as personagens inscritas nessas estruturas vivem a sua função” (ALTHUSSER, 1984a, p. 65), ou seja, formações ideológicas que determinam o que é ser pai, mãe, esposa ou filho em dada sociedade. Em outras palavras, para Althusser, as formações ideológicas são elementos constitutivos daquilo que a Psicanálise como desenvolvida por Lacan chama de Ordem simbólica. Isso significa que o processo de constituição do sujeito é operado pela Ordem simbólica e pelas formações ideológicas que a compõem.

Assim, a posição de Althusser é que há uma necessidade e uma possibilidade de articulação entre MH e Psicanálise. Essa posição entra, porém, em conflito com uma certa linhagem de marxistas que tendeu a avaliar a teoria de Freud como uma ideologia burguesa, reacionária. Essa posição era muito disseminada, se não unânime, no Partido Comunista Francês, posição essa que reproduzia aquela elaborada na época de Stalin na URSS. A posição do marxismo em relação à Psicanálise havia sido objeto de discussão na França das décadas de 30 e 40 com as intervenções de Politzer e alguns marxistas do Partido Comunista, mas desde então ficara, como na maioria dos outros meios marxistas, em suspenso. Era, pois, hora de retomar essa discussão. Althusser precisava convencer os marxistas, em primeiro lugar, de que a Psicanálise não é uma ideologia burguesa, mas uma ciência de fato. É então que publica o artigo “Freud e Lacan”, em *La Nouvelle Critique*, revista teórica oficial do Partido Comunista Francês, em 1965. Conforme Evangelista (1984, p. 16), “‘Freud e Lacan’ foi escrito fundamentalmente para os marxistas [...]. Logo, era preciso, a todo custo, resgatar, mostrar e defender o caráter científico da Psicanálise em geral e do trabalho de Lacan em particular”.

O argumento de Althusser é que a Psicanálise é formalmente uma ciência, pois se compõe de todos os elementos que definem uma prática científica – uma teoria (corpo de conceitos), um método (a análise) e uma prática (a cura). Esse campo não seria, então, nada parecido com uma magia que teria seus efeitos, mas dos quais jamais se pudesse achar a explicação. Quem teria evidenciado o caráter científico da Psicanálise seria Lacan, que, com seu trabalho de retorno a Freud, apontou onde estavam os conceitos científicos do autor, e dedicou-se ao seu desenvolvimento. Lacan mostrara que os conceitos científicos de Freud estavam na sua teoria madura e não nos inícios de suas reflexões. Centrando seu trabalho de desenvolvimento da Psicanálise nos conceitos maduros de Freud, Lacan mostrou que a Psicanálise tem um objeto que também lhe é próprio – o inconsciente – e que, portanto, ela não se confunde nem com a

biologia, nem com a psicologia. E aí está, para Althusser (1984a, p. 57), a prova de que a Psicanálise é uma ciência: o fato de ela ter um objeto próprio: “[...] uma ciência só existe, como ciência, se pode, de pleno direito, pretender à propriedade de um objeto *próprio* – que seja o seu e não seja senão o seu”.

Althusser sustenta que o desenvolvimento da Psicanálise por Lacan se deu por seu apoio nas aquisições de uma ciência nova, que no tempo de Freud ainda não existia – a Linguística derivada de Saussure.

O opaco provisório da sombra projetada sobre a teoria freudiana pelo modelo da Física energética de Helmholtz e Maxwell encontra-se hoje desfeito pela luz que a Linguística estrutural projeta sobre o seu objeto, permitindo um acesso inteligível a esse objeto (ALTHUSSER, 1984a, p. 63).

Para Althusser, a Psicanálise foi lida pelos marxistas como uma ideologia reacionária e burguesa por dois motivos – ora porque os conceitos que Freud produziu tiveram por base conceitos emprestados e importados de ciências então existentes (a Física energética, a Economia Política e a Biologia de seu tempo) e “no horizonte do mundo ideológico em que se banhavam esses conceitos” (ALTHUSSER, 1984a, p. 53); ora porque “[...] a descoberta de Freud foi [...] reduzida a disciplinas que lhe são, em sua essência, estranhas (Biologia, Psicologia, Sociologia, Filosofia)” (ALTHUSSER, 1984a, p. 47), ou seja, a Psicanálise foi aproximada/identificada com essas disciplinas. As críticas vindas dos marxistas seriam críticas, na verdade, não à Psicanálise naquilo que ela é, mas àquilo que dela foi feito quando de sua identificação a formas de biologismo, psicologismo ou sociologismo.

Para Althusser, a Psicanálise é uma ciência e não uma ideologia burguesa, reacionária. Ela, assim como o MH, provocaram um abalo “no universo dos valores culturais da época clássica, o universo da burguesia ascendente e instalada no poder” (ALTHUSSER, 1984b, p. 75).

Uma das provas, segundo Althusser, de que a Psicanálise rompe com a ideologia burguesa e idealista (as formas concretas das ideologias filosóficas, psicológicas e morais dominantes na época de Freud e de Marx) é que ela põe em cheque: a) uma concepção de consciência, própria a essa ideologia, como o centro do homem, como lugar da racionalidade e como elemento que garante a unidade do homem; e b) uma concepção espontânea de sujeito:

[...] quando Freud edificou sua teoria do inconsciente, tocou em um ponto extremamente sensível da ideologia filosófica, psicológica e

moral, pondo em questão, através do conhecimento do inconsciente e de seus efeitos, uma certa ideia *natural, espontânea do homem como sujeito, cuja unidade está assegurada ou coroada pela consciência* (ALTHUSSER, 1984b, p. 83).

Para Althusser, as variadas formações ideológicas burguesas têm necessidade desse sujeito consciente de si, e unidade idêntica a si mesma. A moral burguesa, por exemplo, necessita de um sujeito consciente, para fazê-lo tomar consciência de seus deveres e obrigá-lo a obedecer conscientemente às normas de seu meio. Essa noção de sujeito consciente de si é exigida pela estrutura de uma sociedade de classes (a sociedade capitalista, por exemplo), na qual a ideologia da classe dominante tem por função a reprodução das relações de produção:

Na categoria de sujeito consciente de si, a ideologia burguesa *representa* os indivíduos como o que estes *devem* ser, para aceitar sua própria submissão à ideologia burguesa, representa-os como dotados da *unidade* e da *consciência* (essa mesma unidade) que devem ter para *unificar* suas diferentes práticas e seus diferentes atos sob a unidade da classe dominante (ALTHUSSER, 1984b, p. 85).

A noção de sujeito uno, unificado, idêntico a si mesmo, é exigida pela ideologia burguesa, como condição de que os sujeitos sempre vejam a própria sociedade como uma, indivisa, idêntica a si mesma, em suma, para que a divisão de classe seja vista como uma *contingência* de uma sociedade unificada (ALTHUSSER, 1984b, p. 85). Conforme Althusser, a ideologia burguesa se realiza sob a forma da universalidade, na qual todos os sujeitos são representados como iguais perante a lei, gozando dos mesmos direitos e deveres. Sua função é apagar, mascarar, dissimular a existência da diferença, da contradição e do antagonismo; apagar o fato de que os sujeitos da sociedade capitalista possuem interesses contraditórios.

A posição de Althusser é que a Psicanálise, dada a sua cientificidade efetiva, era próxima do MH em alguns pressupostos, o que autorizava o projeto da articulação. Em primeiro lugar, ambas as ciências colocavam em causa a soberania da consciência. Freud nega a primazia da consciência no interior do aparelho psíquico do qual ela é apenas uma instância ou parte, ao lado do inconsciente. Marx, por seu turno, nega a primazia da consciência no conhecimento do real – essa consciência é o lugar da ilusão – e na determinação desse real. Conforme Althusser (1984b), a noção de consciência é a noção chave do idealismo, segundo o qual há uma determinação do real pelo pensamento, tese que implica duas outras subordinadas: 1) não há nada fora da consciência/pensamento; é a consciência/pensamento que cria o real; 2) a consciência

dos homens, a sua razão, é a fonte das suas ideias sobre a política, a moral, a arte, a religião etc. Seria esse idealismo a base filosófica da maioria das ciências sociais do século XX, todas elas fazendo derivar da consciência a explicação dos fatos sociais. Psicanálise e MH, colocando em cheque a noção de consciência como fator explicativo ou causal do real, forneciam a condição de possibilidade de produzir conhecimentos efetivamente científicos em contraposição ao que as ciências sociais apresentavam como tais. O trabalho das ciências sociais seria, segundo os althusserianos, sistematizar as representações ideológicas dos sujeitos, reproduzindo especularmente as ideologias.

Em segundo lugar, ambas as ciências consideradas seriam dialéticas: para a Psicanálise, o *sujeito psicanalítico* é um conjunto de forças e é resultado da dinâmica entre essas forças; para o MH, o *modo de produção* é um conjunto de estruturas regionais cujas relações são regidas pela determinação em última instância. Nessas teses, haveria uma perspectiva dialética, na medida em que nenhuma das instâncias que constituem o sujeito e o modo de produção, enquanto estrutura complexa ou “estrutura de estruturas” são o seu centro, isto é: nenhuma delas é centro do conjunto.

Segundo Evangelista (2003, p. 215), está aí uma das proximidades entre Althusser e Lacan: “[...] trata-se, tanto segundo o psicanalista quanto segundo o filósofo, de recusar a unidade espiritual simples da totalidade hegeliana em nome de uma totalidade complexa, seja da estrutura do aparelho psíquico seja das formações sociais”.

Dois conseqüências importantes são derivadas dessa tese: a) cada uma das instâncias tem um funcionamento autônomo e seu tempo específico; b) as instâncias ou estruturas regionais têm efeitos umas sobre as outras e se determinam reciprocamente: tanto o sujeito quanto o modo de produção é o resultado das relações dinâmicas de interdeterminação entre essas estruturas. Supor que uma das instâncias do *sujeito* e do *modo de produção* seja o seu centro, como supunha, por exemplo, Hegel, significaria que: a) as outras instâncias fossem concebidas como mera expressão, mero epifenômeno desse centro; e 2) apenas a instância central tivesse uma relação de determinação sobre as demais. O sujeito psicanalítico é então descentrado, determinado pela dinâmica das instâncias de seu aparelho psíquico, que estão sempre em jogo, em conflito. O modo de produção é uma totalidade orgânica e complexa, determinada pelo jogo entre suas estruturas – jogo que determina qual dessas estruturas é dominante.

Torna-se inevitável pensar, com a devida distância, na revolução introduzida por Marx quando este renunciou ao mito ideológico

burguês segundo o qual a natureza da sociedade seria um *todo único e centrado*, para pensar toda formação social como um sistema de instâncias sem centro. Freud, que apenas conhecia Marx, pensava, como este, seu objeto (embora nada tivesse em comum com o dele) por meio da figura espacial de uma “tópica” [...], e de uma *tópica sem centro*, em que as diversas instâncias não possuem outra unidade senão *a unidade de seu funcionamento conflituoso* [...] (ALTHUSSER, 1984b, p. 90).

Em terceiro lugar, tanto o MH quanto a Psicanálise definiam o sujeito (histórico ou psicanalítico) como efeito e não como causa; como constituído e não como constituinte. Na teoria de Marx, recusa-se o pressuposto das teorias ideológicas então vigentes de que os indivíduos seriam os *sujeitos* do processo econômico ou histórico, no sentido de *origem e causa* desses fenômenos. Os sujeitos historicamente situados são efeitos das relações de produção, efeitos da luta de classes. Althusser defende que é a tese “o motor da história são as lutas de classes” que deve ser explorada teoricamente, em vez da tese “são os homens que fazem a história”, de viés humanista. Não são os sujeitos que criam as relações sociais existentes em dada sociedade; os sujeitos apenas ocupam um lugar nessas relações. A Psicanálise, por seu turno, estabelece que a passagem da existência do ser biológico ao sujeito humano se dá por meio de um processo todo ele regido pela Ordem simbólica, na qual esse sujeito se constitui pela sua inserção na rede de significantes. Em outras palavras, também para a Psicanálise, o sujeito não é dado (não é uma evidência, não é algo a que se possa ter um acesso direto) e não é ele que constitui os significantes, a Ordem simbólica, mas é constituído por eles, é seu efeito e seu resultado.

Por fim, Psicanálise e MH sustentam igualmente que o sujeito, na verdade, é uma dispersão, a ausência dessa unidade presumida no conceito de consciência. Do ponto de vista do MH, se entrecruzam nesse sujeito consciente vários sujeitos: “sujeito de direito, sujeito de necessidade, sujeito moral (e religioso), sujeito político, etc.” (ALTHUSSER, 1984b, p. 85). Do ponto de vista da Psicanálise, o sujeito é dividido em instâncias, do jogo das quais ele é resultado.

Pêcheux sustentava essa posição de que a Psicanálise era uma ciência, em oposição à Psicologia e outras ciências sociais de sua época. Como dissemos acima, o grupo althusseriano entendia que as ciências sociais não eram ciências de fato, mas simplesmente uma sistematização das representações ideológicas espontâneas dos sujeitos feita por meio do emprego de instrumentos técnicos. As ciências sociais são definidas por Herbert (1973 [1966], p. 33), como:

[...] a aplicação de práticas técnicas particulares a uma ideologia das relações sociais, tendo por fim responder à ordem social no que concerne à adaptação-readaptação das relações sociais à prática social global, operando uma “realização” do real psicossociológico.

A psicologia social é, para Pêcheux, o exemplo mais representativo do que se passa com todas as ciências sociais: ela “parece particularmente demonstrativa no que diz respeito ao problema” (HERBERT, 1973 [1966], p. 20). Poderíamos, a título de exposição, agrupar os problemas identificados por Pêcheux nessa pretensa ciência em problemas relativos à sua *configuração epistemológica* e à sua *função social*, sendo que ambos são mencionados na passagem acima.

O problema relacionado à configuração epistemológica da Psicologia e das demais ciências sociais é o fato de que elas não se constituíram jamais como ciências efetivas, na medida em que, em primeiro lugar, não produziram seu objeto teórico (condição de possibilidade de fundação de uma ciência) e, em segundo lugar, não fazem uma reprodução metódica desse objeto. A prática da Psicologia consistiria em utilizar instrumentos técnicos, como as quantificações, as medidas, as entrevistas, etc., com a finalidade de produzir uma resposta a uma demanda da sociedade, a qual seria uma intervenção no real, no sentido oferecer soluções para certos problemas dessa sociedade, como aqueles ligados “à organização das empresas, à pedagogia ou à inadaptação social” (HERBERT, 1973 [1966], p. 26). Essa prática não se configura, para o autor, como uma prática científica, mas sim como uma prática técnica, pois esta última tem como traço constitutivo produzir um produto demandado pela sociedade, enquanto a primeira tem como traço constitutivo a produção de conhecimentos científicos. A prática da Psicologia, assentada no emprego de instrumentos (o que seria argumento para que se defendesse seu caráter científico), não seria destinada a questionar o seu discurso, mas a apenas testar a adequação desse discurso ao real: esse é mais um traço que a aproxima de uma técnica e a distancia da ciência, já que esta procede por um questionamento constante de seu discurso e pela formulação de novas questões, rejeitando a questão da adequação ao real.

O problema relacionado à função social da Psicologia é justamente o fato de que ela tem por fim sempre responder/atender à demanda social, oferecendo soluções para problemas pontuais da sociedade, como os supracitados. Suas soluções aplicam-se, para Pêcheux e os demais althusserianos, à manutenção da ordem social, da coesão social, já que incidem sobre uma adaptação desses sujeitos ao funcionamento da sociedade

enquanto tal, de modo que a estrutura da sociedade não se modifique, ou seja, que jamais seja colocada em cheque. As ciências sociais, e a Psicologia em particular, eram concebidas por Pêcheux como instrumento da luta política da classe dominante. Para Pêcheux, portanto, uma crítica à Psicologia representava uma luta ao mesmo tempo teórica e política.

A reflexão de Pêcheux sobre as ciências sociais em geral e sobre a Psicologia em particular tem o objetivo de encontrar um meio para que se possam fundar ciências efetivas no campo ocupado por elas. A produção de ciências sociais efetivas e o conseqüente desmantelamento destas tinha por justificativa a função nociva que elas exerciam no todo social e também os efeitos que elas tinham no campo teórico – o mascaramento/recalcamento não só do MH, mas também da Psicanálise.

Mas poderíamos apontar ainda um outro problema epistemológico da Psicologia – a concepção de sujeito aí pressuposta. Conforme Althusser (1976, p. 47), as ciências sociais, na prática, utilizam certas filosofias ou certas categorias filosóficas como “o *substituto ideológico* de uma base teórica que lhes falta”, ou seja, as ciências sociais, não possuindo uma teoria, apropriam-se das filosofias. A principal categoria filosófica emprestada pela Psicologia, conforme Pêcheux, seria a de sujeito enquanto “subjetividade individual concreta” (HERBERT, 1973 [1966], p. 20). Esse sujeito é tomado como a expressão subjetiva do social. Trata-se da velha concepção de sujeito da ideologia burguesa em suas diversas formas históricas (lembramos que, para Althusser, a filosofia é a forma superior de sistematização da ideologia).

Os sujeitos tornam-se assim centros de perspectivas reciprocamente situados na prática social e coletivamente responsáveis por ela, enquanto contribuem todos para lhe dar forma. A atividade e a passividade infinitas do sujeito existencial [...] tornam-se então as duas faces indissociáveis da subjetividade concreta; o sujeito, como origem e fim absolutos de si mesmo, é sempre livre para reorganizar a ordem, mas a coexistência de outras liberdades absolutas fixa a ordem numa inércia quase infinita (HERBERT, 1973 [1966], p. 20).

A psicologia, conforme Pêcheux, não rompe com a antiga concepção de sujeito própria da filosofia. Trata-se de um sujeito dado, tomado como uma evidência, que contrai relações com outros sujeitos formando, assim, grupos sociais responsáveis pela organização da sociedade. É um sujeito livre cuja liberdade tem como único limite a existência de outros sujeitos livres.

O artigo “Freud e Lacan”, de Althusser, que inaugura a possibilidade e a necessidade de articulação entre MH e Psicanálise para a constituição de uma teoria da

ideologia, circula entre seus colegas e alunos da ENS no ano de 1964, antes de sua publicação no ano seguinte. Ele surtiu os efeitos desejados pelo seu autor: muitos althusserianos seguiram a via aberta por ele tentando articular ciência da História (ou seja, MH) e Psicanálise. Um dos resultados disso foi a criação da revista *Cahiers pour l'analyse*, na qual, não por coincidência, Pêcheux publica seus dois primeiros textos, no qual o projeto de uma análise do discurso começa a ser esboçado.

O trabalho de Pêcheux *sobre e com* os conceitos da Psicanálise tem a natureza de uma apropriação teórica, o que supõe, necessariamente, torções e deslocamentos, e não uma simples reprodução dos conceitos ou mesmo uma tentativa de desenvolvimento dessa ciência enquanto tal. Trata-se da apropriação de conceitos de uma ciência para a produção de conceitos de uma outra ciência – nesse caso, a teoria do discurso, em particular, e a teoria das ideologias, em geral.

Não é nosso objetivo uma exposição minuciosa, de cunho analítico, do modo como se deu essa apropriação da Psicanálise e a articulação desta com o MH e a Linguística na teoria e análise do discurso, nem muito menos uma avaliação do sucesso ou não dessa empreitada. Basta-nos destacar que a Psicanálise é chamada para responder a problemas diversos ao longo da trajetória de Pêcheux, os quais são constitutivos das diferentes fases da teoria do discurso, sendo problematizados de maneira interligada e não sob a forma da retificação de soluções anteriores.

Podemos dizer que, num primeiro momento, quando o projeto teórico de Pêcheux está em formação, a Psicanálise é convocada para uma teoria do discurso, porque assim o exige a própria definição de discurso ideológico, tal como formulada já por Herbert (1973 [1966]), como um discurso em farrapos tendo *a coerência de uma neurose* e suportando uma função determinante na sociedade. Dito de outra forma, a Psicanálise é um instrumento teórico para a própria definição desse objeto. Ao propor que o discurso ideológico possui a coerência de uma neurose, Pêcheux o faz com base no que a Psicanálise afirma do discurso verbal de um sujeito – nesse discurso, sustentado por um sujeito “consciente”, pelo ego imaginário, emerge um outro discurso, o do inconsciente, através das formações do inconsciente (lapsos, atos falhos, etc.), através das metonímias e metáforas sob as quais se encadeiam os significantes no discurso verbal consciente. O caráter lacunar do discurso ideológico o aproxima do discurso verbal do ego imaginário. Essas lacunas podem ser tomadas, assim como na Psicanálise, como sintoma.

Essa definição de discurso exige a articulação de três ciências bem específicas apontadas por Herbert (1973 [1966], p. 35) no seguinte quadro.

Objeto ideológico	Prática teórico-ideológica
Discurso... em farrapos tendo a coerência de uma neurose ... que suporta uma função determinante no todo complexo	Linguística Psicanálise, como ciência do inconsciente História, como “ciência das formações sociais”.

Em seguida, a Psicanálise é chamada para lançar luz sobre o problema da produção do sentido. Em *Análise automática do discurso*, Pêcheux (1997 [1969], p. 97) formula que o processo de produção de um discurso é caracterizado por uma repetição do mesmo através do emprego de formas diferentes: “é esta repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção”. Essa repetição do idêntico se realiza porque as formas diferentes (palavras, expressões) de um discurso possuem um mesmo sentido, ou seja, são “sinônimas”, o qual pode ser identificado por meio de uma análise do conjunto de discursos produzidos no mesmo estado das condições de produção – o *corpus* funciona aqui como um dicionário. A tese de Pêcheux é que há um “deslizamento de sentido” por sob o significante das formas empregadas em dado discurso – significantes distintos podem dar suporte a um mesmo sentido. A produção do discurso e do sentido se dá, assim, por meio do emprego de uma forma por outra. A nosso ver, essa tese está embasada na concepção de signo elaborada por Lacan com base em Saussure.

O fundador da Linguística definiu o signo linguístico como uma entidade composta de duas faces, o significante ou imagem acústica e o significado ou conceito: elas remetem uma a outra, sendo inseparáveis, e sua relação é responsável pela significação (Cf. SAUSSURE, 1996, p. 80-81). Lacan, por outro lado, apesar de concordar que o signo comporta essas mesmas duas faces, quebra a sua unidade, postulando a *prevalência do significante*, o qual é representado por um S maiúsculo, sendo separado do significado por uma barra horizontal. É o seguinte o algoritmo lacaniano: S/s, isto é, significante sobre significado (Cf. LACAN, 1978, p. 227; 245).

Se as definições de signo dos estudiosos não coincidem, é na concepção de significante que eles mais se distanciam. Para Saussure, um significante evoca imediatamente um significado, enquanto para Lacan, um significante não se liga a nenhum significado facilmente identificável ou transparente, mas apenas a outros significantes, os quais formam uma cadeia. Como consequência, “o significante não significa nada ou pode significar qualquer coisa” (FERREIRA, 2002). Em outras palavras, conforme Botia (2001, p. 90), ele “carece em muitos casos totalmente de sentido, é uma pura fórmula vazia que se inscreve no inconsciente”.

Segundo Longo (2006, p. 45-6), para Saussure, “a significação é atingida necessariamente, independente da posição quer do significante (imagem acústica) quer do significado (conceito), desde que [...] se relacionem reciprocamente”, ao passo que, para Lacan, “o falante desliza de significante em significante sem conseguir entender o que fala, alienado que está daquilo que diz”. Assim, há múltiplos significantes para um mesmo significado reprimido, o qual se desvanece em meio àqueles.

Se o significado do significante lacaniano não é localizável com facilidade, como, então, se dá o acesso a ele? Para que um significado seja estabelecido, é necessário observar a articulação dos significantes no discurso, pois:

[...] é no discurso que os significantes se amarram, produzindo como efeito dessa amarração o significado. O significado atribuído a um significante é literalmente efeito do discurso, isto que faz laço entre os seres falantes (FERREIRA, 2002).

A concepção de Lacan acerca do significante foi construída, também, a partir do modo como Jakobson pensava as noções de metáfora e metonímia. Lacan acredita que é através desses processos (ou leis), metáfora e metonímia, que os significantes estabelecem relações entre si. Segundo Botia (2001, p. 92),

Os significantes se articulam segundo os processos automáticos de condensação e deslocamento que, para Lacan, se assimilam aos mecanismos linguísticos da metáfora e da metonímia, respectivamente, pelo que dizem algo totalmente distinto do que afirmam explicitamente.

Nesses processos, há sempre um significante que não é revelado: no metafórico, ele está presente-ausente, na substituição por outro através de uma relação de similaridade; no metonímico, ele está totalmente ausente, na substituição por outro através de uma relação de contiguidade (VALLEJO; MAGALHÃES, 1981).

Parece que na tese de Pêcheux acerca da produção do sentido em um discurso há uma corroboração da tese lacaniana de que só há significantes *a priori* e o significado não está colado a ele. Tratando do processo de substituição de uma palavra por outra em determinados contextos do enunciado, Pêcheux propõe que toda substituição contextual (palavras que funcionam como sinônimas somente em certos contextos) produz um efeito metafórico – uma palavra por outra – marcado por um deslizamento de sentido entre as palavras em relação de substituição. Com essa posição, Pêcheux rompe com antigas concepções de sentido, como a da oposição entre denotação e conotação, assentadas no pressuposto de uma relação biunívoca original entre significante e significado. Há vários sentidos possíveis para dado significante, e nenhum deles tem a natureza de verdadeiro, primeiro ou original.

Por fim, a Psicanálise é constitutiva da concepção de *sujeito do discurso* e da teoria do processo de constituição desse sujeito, próprias da teoria do discurso de Pêcheux. Essa concepção e essa teoria adquirem sua forma mais elaborada em *Semântica e discurso* (PÊCHEUX, 1988 [1975]), onde certos conceitos da Psicanálise são articulados aos do MH, notadamente aqueles apresentados por Althusser em seu artigo sobre os aparelhos ideológicos de Estado.

Partindo das teses comuns ao MH e à Psicanálise segundo as quais: a) o sujeito não é a causa de si, ou seja, que a origem do sujeito não está na coletividade da qual ele participa, mas de outras estruturas, que são as relações sociais, a ideologia e a Ordem Simbólica; e b) o sujeito não é constituinte dessas estruturas, mas constituído por elas, Pêcheux tenta elaborar uma teoria do sujeito do discurso, o sujeito que sustenta dado discurso.

Na verdade, para Pêcheux (1988 [1975]), a concepção do sujeito como causa de si e do sujeito do discurso como causa do sujeito do discurso é um *efeito* do processo de interpelação/assujeitamento à Ideologia (ou melhor, a formações ideológicas particulares) e pela inserção do sujeito na cadeia significante, ou na rede de significantes, conforme definida por Lacan, em que o sujeito diz *eu* (emprego de pronomes, dêiticos etc.). Do processo de constituição do sujeito, por meio do assujeitamento do indivíduo ao Outro (Psicanálise) e ao Sujeito (MH), resulta o efeito-sujeito “como *interior* sem *exterior*, e isso pela *determinação do real (exterior)*” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 163).

O fato de que o sujeito resulta de um processo sofre, nesse processo mesmo, um apagamento, um esquecimento, um recalque: “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’

daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 163). Trata-se de um esquecimento de tipo psicanalítico e não de tipo psicológico. Pêcheux tenta teorizar sobre o modo como se produz esse efeito ligado a um esquecimento no funcionamento do discurso e elabora, então, sua teoria dos dois esquecimentos, na qual recorre aos conceitos de zona inconsciente e zona pré-consciente/consciente da Psicanálise.

3.3.2 As posições de Voloshinov sobre Freud, a Psicanálise e a Psicologia sob a ótica de Pêcheux

Poderíamos dizer que, do ponto de vista de Pêcheux, haveria dois problemas principais na abordagem que Voloshinov faz das ciências do tronco *psi* – a Psicanálise e a Psicologia. Um deles seria a sua posição geral quanto à Psicanálise, derivada de uma análise epistemológica dessa ciência: a de oposição/rejeição. Em Voloshinov, há uma rejeição à dimensão do inconsciente ou uma negação do direito de existência dessa dimensão no homem, e mesmo desse objeto teórico. Essa posição é exposta em *O Freudismo*. O outro é sua posição quanto à Psicologia: Voloshinov mostra-se adepto dessa ciência e de seu objeto, a consciência, inclusive elaborando uma reflexão de base necessária ao desenvolvimento de uma teoria das ideologias e de uma Psicologia: a delimitação de seus objetos. A reflexão que preenche os capítulos iniciais de *Marxismo e filosofia da linguagem* é toda pautada sobre a pertinência do conceito de consciência, ou desse objeto, o que pode ter despertado a atenção de Pêcheux devido a sua posição extremamente crítica quanto a esse objeto. Partindo-se da perspectiva de Pêcheux, pode-se afirmar que a reflexão de Voloshinov sobre a diferença entre discurso interior e exterior assenta no pressuposto de consciência como conceito pertinente e fundador, junto com o de ideologia, o que seria problemático.

A seguir, antes de discutirmos as divergências de Pêcheux quanto à leitura que Voloshinov faz da Psicanálise e da Psicologia, bem como do papel que estas deveriam desempenhar na filosofia da linguagem, fazemos uma exposição de conjunto sobre as posições de Voloshinov.

É pelo seu objetivo de contribuir para um estudo da ideologia que Voloshinov trava um debate com “teorias” outras que também trataram dessa questão, ainda que não empregassem, necessariamente, o termo “ideologia” para designar aquilo que estudavam. Voloshinov refere-se explicitamente às ciências ligadas à ideologia – “a

lógica, a teoria do conhecimento, a estética, as ciências humanas etc.” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 41), ou seja, ciências/campos de saber que tratam daquilo que a teoria marxista chama de ideologias, ou melhor, de esferas ou regiões ideológicas – a arte, a ciência, a moral, a religião. Todos esses sistemas teóricos supõem que as realidades estudadas por eles são conjuntos de ideias, sentimentos, gostos, conhecimentos, pensamentos, de indivíduos que se expressam através de palavras e outros signos. Mas Voloshinov refere-se também à Psicologia (aí incluída a Psicanálise, como veremos), na medida em que esta abordou a questão, ao estudar especificamente as leis do psiquismo enquanto chave de explicação dos produtos culturais (ou produtos ideológicos).

A tese de Voloshinov é que a filosofia da linguagem, tal como ele a concebe (isto é, como filosofia do signo ideológico, especialmente do verbal), pode fornecer elementos de base para uma efetiva compreensão da ideologia e para uma delimitação entre os campos de saber que tratam da ideologia (isto é, seus produtos) e do psiquismo (o conteúdo psíquico, a consciência dos indivíduos), uma vez que, a seu ver, sempre houve uma invasão de um campo pelo outro, principalmente pelo fato de que não se chegara, ainda, a uma delimitação dos objetos próprios de cada campo.

Talvez esse seja o sentido principal do debate específico travado com a Psicanálise, que ganha destaque na trajetória do autor, já que há um livro inteiro dedicado ao tema, *O Freudismo*⁶⁴ (além de um artigo, “Au delà du social” [“Para além do social”], e diversas passagens de MFL). Certamente, a análise que Voloshinov faz sobre a Psicanálise também é determinada pelo seu engajamento na discussão em voga em seu contexto acerca do problema de se estipular qual, dentre as diversas correntes da Psicologia em desenvolvimento na URSS, era compatível com o marxismo. A Psicanálise, enquanto uma das tendências da Psicologia, oferecia uma explicação não somente para o psiquismo, mas também para a relação entre este e os produtos culturais (ideológicos), explicação essa considerada inadequada por Voloshinov.

Em MFL, Voloshinov enumera algumas teses comuns que identificou entre as várias tradições de pensamento que trataram da ideologia (e, necessariamente, de sua relação com o indivíduo, sua consciência ou seu psiquismo). A primeira delas é que os produtos ideológicos ou culturais têm sua origem na consciência individual, ou seja, são uma criação de sujeitos individuais. A segunda é que as ideologias expressam, por meio

⁶⁴ Esse livro foi publicado em 1927, na URSS. O artigo mencionado, “Au delà du social”, publicado em 1925, por sua vez, é um esboço do livro, contendo as mesmas críticas. Mas, segundo estudiosos do Círculo de Bakhtin, há um avanço do livro em relação ao artigo, centrado na teoria discursiva presente no livro (Cf. MOURA-VIEIRA, 2009).

de uma combinação de signos específicos, o pensamento/a ideia/o sentimento/o conhecimento desse indivíduo. Nessa segunda tese estaria pressuposta uma teoria da expressão baseada numa dicotomia entre linguagem e pensamento/consciência, segundo a qual essas duas realidades seriam formadas de elementos de natureza distinta:

A teoria da expressão supõe inevitavelmente um certo dualismo entre o que é interior e o que é exterior, com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato de objetivação (expressão) ocorre do interior para o exterior. [...] exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 97).

A terceira tese apontada pelo autor russo diz que as leis da ideologia devem ser as leis do psiquismo e, portanto, se se quer compreender os produtos ideológicos, deve-se estudar o psiquismo/a consciência do indivíduo que os criou.

Voloshinov refuta todas essas teses e postula que é exatamente o contrário que se passa. Em primeiro lugar, as ideologias são um produto social que tem sua origem em indivíduos socialmente organizados. Sua origem não deve ser buscada no indivíduo isolado.

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. [...] não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 21).

Em segundo lugar, a consciência individual é constituída pelo mesmo material que compõe a expressão verbal – os signos verbais. Se esses signos são ideológicos, então a própria consciência é ideológica. Não há, assim, uma distinção entre consciência e ideologia. Por esse motivo, não uma dicotomia entre pensamento e linguagem e nem entre ideologia e consciência. Por fim, as ideologias têm primazia sobre a consciência individual. Desse modo, a consciência individual é que deve ser explicada com base nas ideologias. “A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 21).

A análise de Voloshinov acerca do modo como a Psicanálise explica, primeiramente, a origem do conteúdo do psiquismo e, em seguida, dos produtos culturais, apresentada em *O Freudismo*, não pode ser desvinculada das teses sustentadas em MFL. A nosso ver, há uma íntima complementaridade entre as duas obras do autor.

Para este, a Psicanálise está imersa nessa tradição idealista e subjetivista da ideologia, quando atribui a origem dos produtos culturais ao psiquismo individual e do conteúdo do psiquismo (consciente e inconsciente) ao organismo individual, biológico. Certamente essa análise está implicada nos motivos pelos quais Pêcheux rejeitou MFL como uma obra pré-teórica.

Para Voloshinov, a teoria de Freud configura-se como um dispositivo combinando uma “teoria” ou uma fundamentação teórica e uma prática terapêutica. Ela tem, assim, aspectos científicos (uma teoria psicológica/psiquiátrica) e práticos (a cura). Mas ela apresenta também, no interior desse dispositivo, um “motivo ideológico” de base. Conforme o autor russo, no que concerne aos dois primeiros aspectos, a teoria freudiana traz novidades e avanços; mas, no que concerne ao último aspecto, ela não passa de uma representação de mundo própria da classe burguesa no estado atual da luta de classes.

O “motivo ideológico” central do freudismo é assim apresentado por Voloshinov (2001 [1927], p. 6):

O destino do homem, todo o conteúdo de sua vida e criação – o conteúdo da sua arte, quando ele é artista, das suas teorias científicas, quando cientista, de seus programas e ações políticas, quando político –, é inteiramente determinado pelos destinos do seu desejo sexual e só por eles.

Sustenta o autor que, quando uma classe social está em estágio de desintegração, ela é forçada a abandonar a arena da história. Sua ideologia (que é a dominante) volta-se, então, inteiramente para uma concepção biológica do homem, a partir da qual aprecia os valores do mundo e da história. A ideologia das épocas de desintegração e decadência explica tudo pelo recurso ao organismo biológico isolado, e os acontecimentos fundamentais de sua vida animal passam a concorrer com os acontecimentos históricos. Segundo Voloshinov (2001 [1927], p. 7), esse motivo ideológico não é novo, mas, ao contrário, bem antigo, aparecendo em todas as fases marcadas “pela mudança dos grupos e classes sociais que criam a história”: nas épocas de decadência dos Estados gregos, do Império romano, da nobreza feudal, bem como na época atual, a da decadência da classe burguesa pela ascensão da classe proletária.

Freud, nesse sentido, seria um grande representante da perspectiva burguesa, ou da ideologia dessa classe em estado de desintegração. A Psicanálise configura-se como “uma expressão mais profunda de certos aspectos essenciais da realidade burguesa europeia” (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 4). A teoria de Freud reproduz o motivo

ideológico do “animal humano”, sendo nada mais do que a tentativa de explicar tudo pelo recurso à natureza animal/biológica do homem. Ela universaliza um traço de uma classe. A explicação que a Psicanálise fornece acerca do homem e de seu psiquismo, bem como dos produtos culturais, de base biológica e individualista, opõe-se a uma outra explicação cuja origem está bem definida, a marxista, explicação contida na contraposição feita na passagem abaixo:

Assim, o essencial no homem não é de maneira alguma aquilo que determina o seu *lugar e o seu papel na história – a classe, a nação, a época histórica a que ele pertence*; essenciais são apenas *o seu sexo e a sua idade*; tudo o mais é mera superestrutura erigida sobre esses elementos. *A consciência do homem não é determinada pelo seu ser histórico, mas pelo ser biológico, cujo aspecto fundamental é a sexualidade* (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 6).

A avaliação de Voloshinov é que a teoria de Freud, quando explica o homem e os produtos ideológicos/culturais por meio de fatores biológicos e sexuais, evidencia sua natureza biologista: “O sexual em Freud é o polo extremo do biologismo em voga, reunindo e condensando numa imagem compacta e picante todos os momentos particulares do anti-historicismo atual” (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 10). Além disso, evidencia também sua perspectiva individualista, a qual faz derivar das experiências do indivíduo não somente a sua dinâmica psíquica, mas também os produtos culturais.

A tese de Voloshinov é que a Psicanálise é biologista e individualista, porque o conteúdo do inconsciente (que estaria, conforme os freudianos, na origem de tudo o que existe na sociedade) forma-se exclusivamente das experiências emocionais do indivíduo em sua tenra infância e do modo como este vivenciou tais experiências. Acontece que essas experiências têm sua origem no corpo biológico e estão ligadas fortemente à satisfação das pulsões sexuais e de vida.

[...] entra no conteúdo do inconsciente tudo o que o *organismo* poderia fazer se estivesse à mercê do puro princípio do prazer, se não fosse tolhido pelo princípio de realidade e pela cultura. Integra esse campo tudo o que o *organismo* desejou e imaginou claramente [...] na tenra fase infantil da vida (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 41, grifos nossos).

Conforme Voloshinov, a Psicanálise, no decorrer de seu desenvolvimento, aplicou seu método à análise não apenas dos *sintomas patológicos* e dos *sonhos*, mas também a *fenômenos da vida cotidiana*, como lapsos, atos falhos, esquecimentos, considerando-os a todos como formações de compromisso entre consciente e

inconsciente. A Psicanálise vai, assim, rapidamente ampliando o campo daquilo que entende como o produto, o efeito ou o sintoma da luta entre as forças psíquicas de um indivíduo. Quase todos os fenômenos comuns da vida cotidiana são formações de compromisso, são fenômenos que remetem à dimensão psíquica do sujeito, a sua vida individual, a seus desejos e traumas. Nas obras que marcariam a sua terceira fase, segundo Voloshinov (1915 em diante), a teoria de Freud chega ao ponto de aplicar seu método também à explicação de diversos *campos da criação cultural* – arte, religião, vida social e política: “O campo seguinte da aplicação do método psicanalítico são as formações ideológicas no sentido mais restrito do termo: os mitos, a arte, as ideias filosóficas e, por último, os fenômenos sociais e políticos” (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 55). Assim, “a Psicanálise elaborou sua *própria filosofia da cultura*” (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 3).

Na teoria da cultura elaborada pela Psicanálise, toda a criação ideológica – os mitos, a religião, a arte, as formas da organização social (tribo, nação, etc.) – é determinada pela luta entre inconsciente e consciente, pela energia do Id, pela necessidade de compensação dos traumas, pelos problemas ligados ao recalque, e pela força do Superego. Aqui há, do ponto de vista do autor russo, uma sobreposição do individual ao social: as causas individuais são determinantes sobre as causas sociais/econômicas.

Segundo a teoria de Freud, toda a criação ideológica medra das mesmas raízes *psicorgânicas* que o sonho e o sintoma patológico [...]. Cada momento da construção ideológica é *biologicamente determinado* com rigor. É o produto do compromisso da luta de forças no interior do organismo, o índice de equilíbrio de forças atingido nessa luta ou de prevalência de uma sobre a outra. À semelhança de um sintoma de neurose ou de uma ideia delirante, a construção ideológica haure forças das profundezas do inconsciente [...] (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 57).

A obra de mais sucesso dessa terceira fase, e mais característica desse novo espírito que a Psicanálise adquirira, teria sido *O trauma do nascimento*, de Otto Rank, discípulo de Freud. Para Voloshinov (2001 [1927], p. 28), “É um livro filosófico do começo ao fim”, de orientação muito mais especulativa do que empírica ou objetiva. A teoria do trauma do nascimento e do paraíso uterino de Rank seria uma amostra da configuração da Psicanálise na sua terceira fase, fortemente influenciada, conforme Voloshinov, por filósofos como Schopenhauer e Nietzsche.

Voloshinov defende que a Psicanálise apresenta uma única explicação para todos os produtos culturais, como a arte, os mitos, as relações sociais, as instituições e a coesão social: o conteúdo do psiquismo individual e a dinâmica das forças que o constituem. O autor exemplifica com o que se passa no campo da arte:

[...] todo o aspecto de conteúdo em arte se extrai de *premissas psicologicamente individuais*; ele reflete o jogo das forças psíquicas na alma individual do homem. Não sobra espaço para refletir a existência socioeconômica com suas forças e conflitos. Onde em arte encontramos imagens tomadas ao mundo das relações econômicas e sociais, essas imagens têm significado apenas substitutivo: por trás delas [...], esconde-se algum complexo erótico individual (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 60).

Do ponto de vista de Voloshinov, a Psicanálise incorre em erro ao tentar explicar o homem e a criação pelo recurso a esses fatores individuais. A explicação desses fenômenos deve ser buscada nas condições socioeconômicas, na história, nas classes sociais. O autor cita em sua defesa uma tese de Marx (da obra *Teses sobre Feuerbach*) segundo a qual a essência humana não é o indivíduo, mas as relações sociais em seu conjunto. O conteúdo do psiquismo – pensamentos, desejos, sonhos – é ideológico e sociológico, assim como o conteúdo dos produtos culturais.

O filósofo russo faz, ainda, uma reflexão acerca do lugar da Psicanálise no interior da Psicologia. Como dissemos acima, para o autor, a Psicanálise é uma das tendências da Psicologia, uma posição bem distinta daquela que foi construída ao longo do tempo de que ela seria um campo de saber exterior em relação à Psicologia. Conforme Voloshinov, a Psicologia, tal como se configurava em sua época, organizava-se numa luta entre duas tendências, a subjetiva e a objetiva, sendo que sua principal diferença residia no fato de que a primeira se centra na vida psíquica interior dos indivíduos, buscando saber de suas emoções, sentimentos e desejos, enquanto a segunda se centra na exteriorização dessa vida psíquica interior: no *comportamento* dos indivíduos, nos *processos materiais* que acontecem no organismo. Cada uma dessas tendências mobiliza diferentes categorias e parte de princípios opostos: a psicologia subjetiva tem como fundamento a experiência subjetiva (a introspecção); a objetiva tem como fundamento a experiência objetiva (as reações do indivíduo a certos estímulos).

Para Voloshinov, a Psicanálise é uma variedade da psicologia subjetiva. Ainda que Freud e outros psicanalistas defendam posição contrária, a teoria psicanalítica está imersa na perspectiva subjetiva. Voloshinov levanta alguns argumentos para comprovar sua posição. O primeiro é que ela emprega o método da introspecção (o paciente é

levado a falar sobre temas sugeridos pelo analista ou a falar livremente a partir da associação livre), não sustentando as suas teses e conclusões a respeito do funcionamento do psiquismo humano em nada que seja material, objetivo. Freud “enfoca os conflitos do comportamento humano de dentro, isto é, do ponto de vista da introspecção” (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 20-1).

O segundo é que ela mantém as velhas categorias da psicologia subjetiva, centrada na consciência, que ela estabeleceu com base no que lhe diz essa mesma consciência. Nessa tendência, sustentava-se que o psiquismo (no caso, a consciência) se constituía de três tipos de fenômenos: “vontade (desejos, aspirações), sentimento (emoções, afetos) e conhecimento (sensações, representações, pensamentos)” (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 69). Em outras palavras, a psicologia subjetiva é centrada na consciência, elaborando teoricamente aquilo que lhe dita a consciência mesma. Nisso ela está muito distante da psicologia objetiva, que procura explicar a consciência com base no que outras realidades lhe dizem. A psicologia subjetiva, conforme o autor russo, não pode dar uma explicação científica de seu objeto uma vez que está presa em sua perspectiva.

Para Voloshinov, apesar de ter inserido categorias novas – o inconsciente e seu papel determinante, o pequeno lugar da consciência etc. – a Psicanálise acabou mantendo na caracterização do inconsciente a mesma descrição dada por essa mesma psicologia para a caracterização da consciência: “Consecutivamente, Freud transfere de modo totalmente acrítico todos esses elementos psíquicos – e ainda por cima em sua forma corriqueira – para o campo do inconsciente: e aí encontramos os desejos, os sentimentos, as representações” (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 69). A crítica de Freud à velha psicologia, que identificava psiquismo e consciência, e a solução apontada por ele de que a consciência é apenas um dos sistemas do psíquico não foi suficiente, segundo Voloshinov, para estabelecer um avanço e uma novidade em relação a ela. Freud queria evitar ser refém da consciência na caracterização do inconsciente ou da vida psíquica, mas não elaborou outras categorias para defini-lo. Assim, não rompeu com a velha psicologia, permanecendo no campo da subjetividade.

O problema de Freud foi ter mantido as categorias ditadas pela consciência ao invés de ter forjado outras categorias, com base em outros métodos e outro ponto de vista, no caso o objetivo.

Ao recusar-se o ponto de vista da autoconsciência, é necessário que se recuse todo esse quadro e os elementos que o compõem, é necessário

que se busque apoio inteiramente diverso para a compreensão do psiquismo. É assim mesmo que faz a psicologia objetiva. Já Freud tenta erigir com os velhos tijolos subjetivos um quase-edifício objetivo inteiramente novo do psiquismo. O que é o “desejo inconsciente” senão o mesmo tijolo velho apenas com direção invertida? (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 70).

Segundo Voloshinov, uma análise objetiva dos atos humanos, do comportamento, não pode apelar para a referência aos desejos e às representações da consciência ou do inconsciente, mas para outros elementos completamente diferentes e novos. Para Voloshinov, a autoconsciência subjetiva nada pode dizer sobre “as forças objetivas reais” que servem de base ao psiquismo (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 70). Essas forças objetivas reais nada mais são do que as relações sociais e econômicas, bem como as ideologias. São elas que devem ser tomadas como elementos explicativos da consciência do homem, já que esta é seu produto.

Voloshinov entende, por outro lado, que Freud não se limitou a uma repetição do que dizia a velha psicologia da consciência, mas avançou teses novas, das quais duas estariam corretas. A primeira é a do *papel inferior da consciência* no psiquismo, e o consequente questionamento da pertinência de tomá-la como ponto de partida e critério para a explicação não somente do comportamento do homem, mas também da criação dos produtos culturais. A segunda é a do caráter conflitivo, caótico e contraditório do psiquismo, o qual se expressa materialmente no comportamento verbalizado do homem. Essa tese uma vez mais colocava em cheque a antiga concepção de consciência como reino da razão, da tranquilidade e da evolução. O autor russo concorda com essas teses e as corrobora, como veremos a seguir.

Voloshinov não concorda, porém, com a explicação que Freud dá acerca das *causas desse conflito* que marca o psiquismo e o comportamento verbal – uma luta entre as forças do psiquismo (consciente e inconsciente; Id, Ego e Superego). Ele questiona mesmo essa descrição do psiquismo enquanto estrutura/conjunto de elementos/forças.

Teria Freud efetivamente conseguido tatear a natureza da nossa alma? A luta do “Ego”, do “Id”, do “Ideal do Ego”, da “pulsão de morte” e do “Eros” seria efetivamente uma luta de elementos? Não seria tudo isso apenas uma luta de motivos na consciência individual do homem? (VOLOSHINOV, 2001 [1927], p. 76).

Para Voloshinov, o conflito que caracteriza o psiquismo humano e, por extensão, seu comportamento verbal não deriva da luta de *forças* desse psiquismo, mas da luta entre *diferentes motivos ideológicos no interior da consciência*. Voloshinov questiona o

conceito central da teoria de Freud, o de inconsciente; para ele, o que não há nada que evidencie a sua existência. Para o autor russo, o psiquismo não está organizado sob a forma de elementos/forças que lutam entre si, como defende Freud. Na verdade, o psiquismo se constitui da consciência – mas uma consciência que Voloshinov define de uma forma própria, ou seja, enquanto uma “unidade dividida” em consciência oficial e não-oficial, constituída de motivos ideológicos (conflituosos) de origem diversa. Assim, segundo Voloshinov (2001 [1927], p. 86), o que Freud chama de inconsciente seria, na verdade, a “consciência não-oficial”.

A tese central de Voloshinov diz que, na verdade, as lutas/conflitos do psiquismo e do comportamento verbal se devem à presença, na consciência dos sujeitos, de motivos ideológicos diversos, correspondentes a correntes e tendências ideológicas distintas. Isso que Freud separou em duas instâncias do psiquismo não tem esse caráter, mas são apenas motivos ideológicos contraditórios. Os conflitos psíquicos que a Psicanálise explica pela luta entre a consciência e o inconsciente não são conflitos de natureza psíquica, mas ideológica. Para Voloshinov (2001 [1927], p. 89): “O sonho, o mito, a brincadeira, o gracejo e todos os componentes verbais das formações patológicas refletem a luta de diferentes tendências e correntes ideológicas que se constituíram no interior da ideologia do cotidiano”.

Conforme Voloshinov, a ideologia do cotidiano é que “fornece” o conteúdo da *consciência* dos sujeitos. Ela acompanha todos os comportamentos, verbais e não verbais, dos sujeitos em sua vida cotidiana e se distingue da ideologia sistematizada pela sua pouca sistematização e pela sua maior mobilidade e flexibilidade.⁶⁵

Para Voloshinov, há camadas na ideologia do cotidiano, sendo que umas são um pouco mais acabadas/sistematizadas que outras (sem que cheguem, no entanto, ao nível de sistematização dos sistemas ideológicos constituídos da moral, da religião, da arte etc.). As camadas da ideologia do cotidiano que são um pouco mais sistematizadas, enformadas, exprimem as “ideias” mais estáveis e dominantes da *ideologia de uma classe* (sua verdade, sua moral, sua visão de mundo). Elas correspondem à *consciência oficial*. Os motivos dessa camada da ideologia do cotidiano, sendo oficiais, são mais facilmente exteriorizados no discurso verbal; são mais facilmente retirados do contexto interior para se tornarem discurso exterior. Há outras camadas da ideologia do

⁶⁵ O conceito de ideologia do cotidiano aparece pela primeira vez nesse trabalho do autor, sendo retomado e desenvolvido posteriormente em MFL, onde ele é pensado em sua íntima relação com os gêneros dos enunciados próprios da vida cotidiana.

cotidiano, estas muito mais fluidas e de pouco acabamento, que são povoadas por ideias distantes das ideias estáveis e dominantes da ideologia sistematizada da classe. Os motivos ideológicos que constituem essas camadas são, sobretudo, motivos contraditórios com a visão de mundo, com a moral e com a verdade da classe. Essas camadas da ideologia do cotidiano correspondem à *consciência não-oficial*. A presença desses motivos estranhos e contraditórios à ideologia da classe sugere, segundo o autor, uma quebra da unidade e da integridade dessa ideologia.

São exatamente esses motivos ideológicos oficiais e não-oficiais, segundo Voloshinov, que estão em conflito na consciência dos sujeitos. Trata-se do conflito entre ideologias distintas, uma delas sendo a oficial da classe e a outra a não-oficial.

Para Voloshinov, tudo que Freud trata como inconsciente é, na verdade, aquilo que entra em contradição com a ideologia sistematizada da classe à qual o indivíduo pertence, tudo que quebra sua unidade, ou seja, os motivos da ideologia não-oficial. Freud teria ido buscar no lugar errado a explicação para o comportamento verbal conflituoso dos homens. A explicação está na concorrência entre as ideologias de classe, entre os motivos de uma ideologia oficial e os motivos que entram em contradição com ela, podendo mesmo dar origem a novas ideologias.

Para Voloshinov, quando há uma oposição forte entre as camadas da ideologia do cotidiano, ou seja, quando a consciência de um sujeito está impregnada de motivos da ideologia não-oficial fortemente contraditórios com os da oficial, há uma dificuldade de passar o discurso interior para discurso exterior; há uma dificuldade de exteriorizar o discurso interior. Esses motivos da ideologia não-oficial que o indivíduo não consegue verbalizar ficam como um corpo estranho no indivíduo e perecem, pois não conseguem achar expressão verbal. O conteúdo do inconsciente que Freud remetia a desejos recalçados não passaria desses motivos que não conseguiram ganhar expressão porque estão fora do horizonte da ideologia da classe a que pertence o sujeito.

Como dissemos acima, as posições de Voloshinov acerca da Psicanálise e da Psicologia expostas em MFL e em *O Freudismo* (que tentamos expor sucintamente até aqui) estão implicadas nos motivos da rejeição de Pêcheux às ideias desse autor como pertinentes para a AD e, principalmente, na sua avaliação de MFL como uma obra pré-teórica. Conhecendo-se os pressupostos gerais de Pêcheux, sua leitura da Psicanálise e o lugar e o papel desta última em sua teoria e análise do discurso, é possível identificar os pontos principais e secundários de divergência de posições com Voloshinov.

Em primeiro lugar, há uma posição contrária quanto à cientificidade da Psicanálise. Voloshinov sustenta que esta não alcançou estatuto científico, pois: ela é uma representação/sistematização da ideologia da classe burguesa, apresentada como teoria de validade universal; reproduz teoricamente a psicologia subjetiva (especialmente, os conceitos que definem o seu objeto, a consciência), não representando uma novidade efetiva em relação a ela; reproduz metodologicamente essa mesma psicologia, já que emprega o método da introspecção, o qual não pode garantir objetividade às suas teses. Pêcheux entende, contrariamente, com base naquilo que mostrara Lacan a respeito da teoria formulada por Freud, que a Psicanálise é uma ciência constituída, pois: a prova maior de seu estatuto científico é ter produzido um objeto teórico próprio e particular (ou seja, que não se confunde com nenhum outro objeto de nenhuma outra ciência), o inconsciente; ter rompido com a ideologia burguesa e com a psicologia, seja ela objetiva ou subjetiva, ambas centradas e construídas sobre a noção de consciência; possuir uma coerência entre sua rede conceitual, seu método e a prática da cura que daí resulta.

Vemos que Voloshinov e Pêcheux afirmam duas coisas opostas: o primeiro, que a Psicanálise representa um compromisso com a problemática da consciência, resumindo-se a estender para o inconsciente as categorias definidoras da consciência; o segundo, que a Psicanálise rompe com a noção de consciência. Esse é, a nosso ver, o ponto principal que embasa a posição de cada autor sobre a cientificidade da teoria freudiana. Como se explicam essas teses opostas? A nosso ver, a seguinte afirmação de Althusser (1984a, p. 52, grifos nossos), que já citamos antes, pode lançar luz sobre o problema:

Freud teve de pensar sua descoberta e sua prática com conceitos importados, emprestados [...]. *Nenhuma herança legal atrás de si: salvo um lote de conceitos filosóficos (consciência, pré-consciente, inconsciente, etc.), talvez mais atravancadores do que fecundos, porque marcados por uma problemática da consciência [...].*

Para o filósofo, Freud, bem como Marx, sendo os pais de suas teorias, tiveram de empregar certas palavras e certos conceitos bem usados e conhecidos pelos autores com quem mantinham relações diversas. Essas palavras e conceitos, entretanto, expressavam um conteúdo bem diferente daquele a que se estava acostumado, respondendo a outros problemas. Esse emprego de conceitos antigos para designar conceitos novos foi responsável por algumas incompreensões das teses desses pensadores. Da perspectiva de Pêcheux, portanto, Voloshinov acaba por cair nessa

armadilha, não conseguindo ver além da superfície do texto de Freud. A leitura lacaniana das obras do fundador tinha alcançado o êxito de mostrar tal estado de coisas. Do ponto de vista de Pêcheux, o argumento de Voloshinov de que se devem buscar as causas do comportamento e do psiquismo do homem não naquilo que diz a sua consciência, mas nos fatores objetivos da sociedade, tais como as ideologias, estava certo. Seu erro estava em entender que a Psicanálise buscava essas causas no que lhe dizia a consciência dos sujeitos.

Em segundo lugar, há uma posição contrária quanto à compatibilidade e possibilidade de diálogo entre Psicanálise e MH. Voloshinov argumenta que a teoria de Freud é incompatível com o marxismo, pois esses dois campos de saber têm concepções contrárias de homem: enquanto Freud define o homem enquanto um indivíduo biológico regido por suas pulsões sexuais, as quais explicam a ele a seu comportamento, Marx o define enquanto ser social regido pelas relações sociais, postulando que o indivíduo deve ser explicado pela sua existência social. Pêcheux, por seu turno, não entende que as duas teorias tenham concepções contrárias de homem, mas que elas têm, no fundo, posições muito próximas. Trata-se das proximidades sobre as quais discorreremos mais acima.

Essa oposição que Voloshinov faz entre Psicanálise e MH, da perspectiva de Pêcheux, tem duas causas. A primeira delas, de natureza epistemológica, é a identificação entre objeto real e objeto de conhecimento que marca a concepção de ciência do autor russo, conforme já mencionamos antes a respeito da Linguística. A segunda, por sua vez, remete a um fenômeno muito comum da recepção da teoria de Freud nos meios marxistas e fora deles também – o da leitura biologista da Psicanálise.

Voloshinov, do ponto de vista de Pêcheux, opõe Psicanálise e MH simplesmente pelo fato de entender que essas duas ciências tratam de um mesmo objeto, que é *o homem* (concebido, pelo autor russo, como objeto teórico e objeto real). Para o autor russo, não há uma distinção entre esses dois objetos, sendo que uma ciência deve captar a natureza real, a essência, de um objeto real a fim de estabelecer seu objeto teórico. Pêcheux, na esteira de Althusser, entende que essas ciências não dizem respeito a um mesmo objeto de conhecimento, mas sim a um objeto próprio. Conforme Althusser (1984b, p. 87), Marx teoriza sobre as “formas históricas da individualidade”, ou seja, sobre o modo como o sujeito é constituído historicamente, a partir das relações sociais, da luta de classes etc. O seu ponto de vista ao elaborar uma concepção de sujeito é o da história, o das relações sociais. Já Freud não se refere “à *sociedade* ou às *relações*

sociais, mas a fenômenos muito particulares que afetavam os *indivíduos*” (ALTHUSSER, 1984b, p. 88), no caso, os efeitos do inconsciente. Para Pêcheux, desse modo, uma oposição entre MH e Psicanálise não se sustenta – ainda que se refiram a um mesmo objeto real, o homem, seu objeto teórico é diferente, porque o objeto teórico é uma construção do pensamento e não um decalque do real, construído de um ponto de vista particular.

Voloshinov opõe a teoria de Marx e a de Freud também porque concebe a primeira como sociológica e a segunda como biológica. A leitura biologista da Psicanálise existiu, conforme Althusser (1984a), por causa do emprego, por Freud, de uma série de palavras e conceitos das ciências de sua época. Althusser (1984a, p. 47) apontou como essa leitura era comum, e apagava a novidade da Psicanálise: “[...] a descoberta de Freud foi [...] reduzida a disciplinas que lhe são, em sua essência, estranhas (Biologia, Psicologia, Sociologia, Filosofia)”. Essa interpretação da Psicanálise serviu, inclusive, segundo o filósofo, como um argumento da luta contra a teoria marxista, quando as duas ciências eram apresentadas como teorias opostas sobre o homem e, portanto, concorrentes entre si – em muitos casos, a Psicanálise funcionara como um contraponto ao marxismo.

Em suma: porque partia do pressuposto de que ambas as ciências mencionadas tinham um mesmo objeto, o homem, e defendia que suas explicações sobre esse objeto eram contraditórias, uma biológica e outra sociológica, Voloshinov não via outra saída senão opor uma a outra e optar por aquela que se apresentava como a mais adequada, o MH.

O psiquismo subjetivo do homem não constitui um objeto de análise para as ciências naturais [...]. *O psiquismo subjetivo é o objeto de uma análise ideológica, de onde se depreende uma interpretação socioideológica.* O fenômeno psíquico [...] é explicável exclusivamente por fatores sociais, que determinam a vida concreta de um dado indivíduo, nas condições do meio social (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 34).

Do ponto de vista de Pêcheux e de todo o grupo althusseriano, a Psicanálise não se constitui de forma alguma como uma teoria de base biológica. Althusser (1984a) defende que conceitos freudianos, tais como libido, afetos, pulsões, desejo, com os quais o autor pensa o conteúdo do inconsciente, têm apenas uma *aparência biológica*. Na verdade, o desejo, categoria fundamental do inconsciente, não se confunde com a necessidade orgânica, de natureza biológica; ele está marcado pela ordem do Simbólico,

e tem seu sentido na cadeia significativa do discurso do inconsciente. “Entre a necessidade orgânica e o desejo inconsciente, não existe continuidade de essência, bem como não existe continuidade de essência entre a existência biológica do homem e sua existência histórica” (ALTHUSSER, 1984a, p. 66).

A Psicanálise teria afirmado, de uma vez por todas, sua natureza de ciência social com os trabalhos de Lacan. Conforme Althusser, Lacan mostrou que a passagem da existência biológica para a existência humana (marcada formalmente pela superação do *complexo de Édipo*) se dava sob a Lei da Ordem ou Lei do Simbólico. Isso quer dizer que, mesmo nas famosas fases da infância (oral, anal, genital), comumente concebidas como fases genuinamente biológicas, determinadas pela satisfação do prazer e das necessidades vitais, imperava a “Lei da Ordem”, a Ordem Simbólica, sendo todas elas regidas por leis humanas/sociais (as normas do ritmo temporal da alimentação, as normas da higiene, as normas de comportamento). Em nenhuma fase de sua vida, o homem é esse animal biológico, pois que, mesmo antes de seu nascimento, ele já é inserido nessa Ordem Simbólica, no simples fato de ser designado como *ele* ou *ela* e receber um nome. Então, o simbólico, a cultura está sempre na vida do homem. Ele é sempre-já social, simbólico.

Ao lado desses pontos secundários ao redor dos quais gira a discordância de Pêcheux com Voloshinov, há pontos que julgamos principais, quer dizer, mais importantes, porque neles estão centradas as diferenças dos projetos dos autores. Como dissemos no início da seção e mais acima, Pêcheux considera MFL pré-teórica não só pela ausência da perspectiva da Psicanálise em suas elaborações, mas também pela presença constitutiva da perspectiva da Psicologia, com sua concepção de consciência e de sujeito. É disso que trataremos agora.

Na reflexão de Voloshinov sobre as relações entre sujeito, consciência, linguagem e ideologia, do ponto de vista de Pêcheux, há uma elisão da dimensão inconsciente e uma restrição à teorização sobre o que se passa na consciência. Em *O Freudismo*, o autor russo descarta explicitamente a pertinência do conceito de inconsciente, afirmando que, na realidade dos fatos, o que há é uma divisão da consciência em camadas/níveis dizendo respeito à ideologia oficial e à ideologia não-oficial. Em MFL, ainda que não haja uma rejeição explícita a esse conceito, há uma ênfase no de consciência, inclusive com a retomada e o desenvolvimento das considerações sobre o papel da ideologia na formação da consciência, na relação entre discurso interior/consciência e ideologia do cotidiano. Voloshinov opta, assim, por

tratar daquilo que se passa na consciência dos sujeitos – do lugar que aí ocupa a ideologia; da relação entre discurso interior e exterior e das condições de passagem de um a outro (como a palavra exterior se torna palavra interior e vice-versa); e do caráter do conteúdo da consciência: “[...] esse conteúdo é totalmente ideológico, sendo determinado por fatores não individuais e orgânicos (biológicos, fisiológicos), mas puramente sociológicos” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 105).

Da perspectiva de Pêcheux, Voloshinov identifica não apenas sujeito e consciência (o sujeito é a sua consciência), mas também consciência e ideologia: “a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante encarnação material em signos” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 19); “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico)” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 20). Assim, o sujeito é concebido como uma unidade centrada em sua consciência, e não há lugar para uma outra dimensão, como a do inconsciente, nessa concepção. Para Pêcheux, mesmo que Voloshinov apresente uma nova concepção de consciência, um tanto mais complexa do que a tradicional (unidade dividida devido à presença de motivos de ideologias diversas, oficiais e não-oficiais), ele permanece na perspectiva da ideologia burguesa, que só conhece a consciência e resume o sujeito a essa instância.

Do ponto de vista de Pêcheux, Voloshinov sustentaria, em sua filosofia da linguagem, uma concepção de sujeito dado e evidente. Todo sujeito pertence a uma classe social e a um ou mais grupos sociais determinados, que ele sabe exatamente quais são. Esse sujeito adquire e forma sua consciência com a ideologia dessa classe/grupo quando participa dele, quando se comunica com outros membros, recebendo suas palavras e fazendo delas as suas próprias palavras. Esse sujeito compartilha o horizonte apreciativo do seu grupo, seus valores. Sendo assim, o sujeito tem uma clareza sobre qual é o seu grupo, qual seu lugar no interior dele, sobre quem é esse grupo, quem é cada pessoa com a qual esse sujeito se inter-relaciona e se comunica. O sujeito é transparente para si mesmo; os outros sujeitos são transparentes para ele. Nutrindo essa perspectiva, é natural que Voloshinov conceba a comunicação como um evento sempre bem sucedido no qual há uma compreensão entre os interlocutores; é natural que Voloshinov não considere as possibilidades de incompreensão, de mal-entendidos, de não-comunicação. A problemática da consciência da filosofia da linguagem de Voloshinov não se coaduna, absolutamente, com a problemática do imaginário da análise do discurso de Pêcheux.

A filosofia da linguagem de Voloshinov abarcaria, por fim, uma concepção humanista do sujeito e da ideologia. Para Pêcheux, nas reflexões de Voloshinov, o sujeito está na origem de si mesmo, já que é o grupo social (sujeito) que o constitui: o sujeito se torna sujeito quando entra em interação com outros sujeitos, quando forma sua consciência com os signos verbais sociais, constituídos por um grupo organizado de sujeitos: “Quanto mais forte, mais bem organizada e diferenciada for a coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto e complexo será o seu mundo interior” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 100). Além disso, o sujeito está na origem das ideologias – são os grupos sociais que constituem os signos, são eles que elaboram os motivos ideológicos que poderão implicar revisões totais ou parciais nos sistemas ideológicos constituídos; toda produção de signos novos se dá no contexto do grupo social organizado, onde eles são expressos, testados, discutidos até ganharem “polimento e lustro social” (VOLOSHINOV, 1979 [1929], p. 107). Essa concepção humanista, como reiteramos ao longo do trabalho, era rejeitada por Pêcheux, que, em sua análise do discurso, elaborou uma abordagem não subjetiva da origem dos discursos e dos sentidos, com o conceito de formação discursiva.

4

SEGUNDA RECEPÇÃO DO CÍRCULO DE BAKHTIN NA AD FRANCESA (1980)

Trataremos, nesta seção, da recepção de Bakhtin na AD francesa nos anos 80. Trata-se de uma recepção diferente daquela de meados dos anos 70. Ela passa necessariamente pelo trabalho de releitura feito por Authier-Revuz que culmina na definição da problemática da heterogeneidade constitutiva do discurso, enquanto problemática subjacente às ideias do Círculo de Bakhtin. As linhas de AD se encaminhavam, desde o final dos anos 70, para a questão do papel e da presença da alteridade numa FD, mas a reflexão não estava completamente desenvolvida. Com os trabalhos de Authier-Revuz, há uma abertura de caminhos tanto para a teoria quanto para o método de análise do discurso. Depois de seus trabalhos, os conceitos das duas linhas – FD, interdiscurso, contraste – são articulados ao de heterogeneidade ou repensados/redefinidos a partir dele. É nesse processo que podem ser identificados os efeitos, no campo da AD, de um trabalho sobre as ideias do Círculo de Bakhtin – estas últimas são primordiais em todas as transformações pelas quais o campo passa. Na linha de análise do discurso de Pêcheux, nota-se uma abertura para as formulações do grupo russo, ainda que não se possa afirmar que os analistas do grupo de Pêcheux tenham passado automaticamente a citar Bakhtin e Voloshinov. Na linha sociolinguística, há uma ampliação da referência aos conceitos do Círculo de Bakhtin: certos conceitos que antes ficaram num nível opaco ao sociolinguistas, agora se tornam visíveis, passando a ser aplicados e articulados àqueles que já eram objeto de apropriação/aplicação na fase anterior.

4.1. As ideias do Círculo de Bakhtin lidas por Authier-Revuz

Os trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz estão ligados, na história da AD francesa, a várias mudanças teóricas e metodológicas, a aberturas, a reconfigurações. Seus trabalhos exercem efeitos significativos no campo (sendo também afetados por esse mesmo campo). Um desses efeitos está relacionado ao fato de a autora produzir

alguns conceitos e alguns métodos de descrição de fenômenos linguísticos com base nas ideias do Círculo de Bakhtin. Já vimos que as linhas de análise do discurso de Pêcheux e da sociolinguística se opunham em relação à referência aos trabalhos do Círculo de Bakhtin. Essas duas linhas têm sua relação com as ideias do grupo russo modificada depois dos trabalhos da autora – alguns conceitos bakhtinianos que antes não eram empregados/problematizados, na linha sociolinguística, ganham destaque; conceitos e posições bakhtinianos que não eram aceitos na linha de Pêcheux ganham um outro estatuto. Em outras palavras: os trabalhos de Authier-Revuz afetam diretamente a relação entre a AD francesa e o Círculo de Bakhtin, favorecendo a emergência de um tipo de recepção/leitura um tanto diferente, conforme as linhas consideradas, daquele característico do período de 1974-9. Essa reflexão é objeto das próximas subseções de nosso trabalho. Antes de a desenvolvermos convém que tratemos primeiramente dos trabalhos de Authier-Revuz referidos.

Authier-Revuz investiga um conjunto de fenômenos linguísticos – tais como o discurso relatado e suas formas; as palavras destacadas com aspas; as glosas e comentários que seguem certas palavras, dentre outros (que ela denomina “formas de heterogeneidade mostrada”). A título de ilustração, citamos alguns de seus primeiros trabalhos acerca desses problemas: “Exercices de grammaire et discours rapporté” (AUTHIER-REVUZ; MEUNIER, 1977); “Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés” (AUTHIER-REVUZ, 1978); “Problèmes posés par le traitement du discours rapporté dans une grammaire de phrase”, (AUTHIER-REVUZ, 1979); “Palavras mantidas a distância” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1981]).

Sua abordagem, entretanto, pode ser considerada singular em relação às que marcam os estudos sobre esses mesmos fenômenos feitos por estudiosos dos campos da Linguística, da literatura e da retórica sob as mais diversas perspectivas. Essa diferença advém, em parte, do fato de que para descrever/explicar esses fenômenos, a autora se embasa em duas teorias, a do *dialogismo* do Círculo de Bakhtin e a do *inconsciente*, de Freud/Lacan, as quais, não sendo propriamente linguísticas, interessam-se, devido a motivos distintos e específicos, por esses fenômenos.

É nesta perspectiva, linguística, que eu procuro o apoio e a ancoragem de duas abordagens não-linguísticas da heterogeneidade constitutiva da fala e do discurso: o dialogismo do Círculo de Bakhtin e a Psicanálise (através da leitura de Freud, marcada por Lacan) (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 22).

O que aproxima essas duas teorias, do ponto de vista de Authier-Revuz (2004 [1982]), é que ambas se desenvolvem em torno de uma problemática que ela chama de “heterogeneidade constitutiva do discurso”, ou seja, da não unicidade ou da não-homogeneidade do discurso (palavra, enunciado, cadeia significante). A autora jamais sustenta que Bakhtin tenha empregado a expressão “heterogeneidade constitutiva do discurso” ou que o pensador russo tenha formulado tal conceito explicitamente, conscientemente. Trata-se da problemática subjacente ao conjunto de seu pensamento, a qual representa sua maior particularidade e originalidade.

O Círculo de Bakhtin e Freud/Lacan postulam que um discurso único produzido por um sujeito falante é constituído, na verdade, por discursos outros que são, eles mesmos, o material e a condição de possibilidade desse discurso. Aí estaria a tese da heterogeneidade constitutiva. O discurso de um sujeito é atravessado/constituído por outros discursos.

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O *outro* não é um *objeto* (exterior, *do qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 69).

É dessa perspectiva que Authier-Revuz (2004 [1982]) propõe que os fenômenos que estuda mais diretamente, e outros mais, podem ser considerados *marcas* dessa heterogeneidade constitutiva. É dessa perspectiva que ela considera o discurso relatado, as aspas, os comentários metalinguísticos seguindo certas palavras, a ironia, etc., como formas de “heterogeneidade mostrada” no discurso. Sendo assim, Authier-Revuz não aborda o discurso relatado do ponto de vista sintático, isto é, descrevendo as características da estrutura do enunciado em discurso direto e indireto; também não aborda a ocorrência de palavras entre aspas como sendo a marca da consciência do falante/usuário acerca de uma suposta incompletude ou imperfeição da língua (que nunca consegue exprimir, por meio de seus significantes, os significados que estão no pensamento do homem). Ela aborda esses fenômenos como marcas da negociação do sujeito falante com essa heterogeneidade que ele precisa circunscrever para poder criar um espaço de homogeneidade/unidade sem o qual ele não poderia enunciar/produzir um discurso.

[...] a heterogeneidade mostrada não é um espelho, no discurso, da heterogeneidade constitutiva do discurso [...]: ela corresponde a uma forma de *negociação* – necessária – do sujeito falante com essa

heterogeneidade constitutiva – *inelutável mas que lhe é necessário desconhecer*” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 71-2).

Como dissemos acima, a produção, por Authier-Revuz, do conceito de heterogeneidade mostrada no discurso embasa-se fortemente no dialogismo do Círculo de Bakhtin, concebido pela autora nos termos da heterogeneidade constitutiva do discurso. A seguir, trataremos de algumas questões envolvidas na produção desse conceito, notadamente a leitura de Authier-Revuz acerca de Bakhtin: o que a autora leu do conjunto da obra do Círculo de Bakhtin, por que leu, como leu (isto é, a partir de quais “filtros”)?⁶⁶

Em primeiro lugar, seria interessante retomar uma posição da autora, mencionada acima, a fim de explorá-la. Trata-se da posição segundo a qual a teoria (sobre o dialogismo) e os trabalhos práticos (sobre certos gêneros literários) do Círculo de Bakhtin são exteriores ao campo da Linguística, assim como a Psicanálise, por exemplo. Conforme Authier-Revuz (2004 [1982], p. 22): “Os trabalhos de Bakhtin estão fundamentalmente inscritos no campo semiótico e literário”. A autora informa que considera a abordagem de Bakhtin exterior à Linguística, seguindo o que o próprio Bakhtin diz de si mesmo, ao anunciar a especificidade da Metalinguística enquanto tendo por objeto as *relações dialógicas* que não são relações existentes na língua, entre as formas da língua. O grupo russo seria pós-formalista, no ver da autora, no sentido de que efetua um avanço crítico em relação aos formalistas, principalmente ao considerar a história (e com a vantagem de não cair numa análise marxista de tipo mecanicista da obra literária).

Vê-se que a autora francesa tem uma compreensão de Bakhtin muito própria de sua época – como estudioso/teórico da semiótica e da literatura. Talvez essa leitura de Bakhtin na França, relacionada com sua apropriação inicial no campo da literatura (via Kristeva), possa explicar o lugar (nulo) ocupado pelo autor no campo da análise do discurso, na segunda metade dos anos 70. Marcellesi e Gardin (1975), por exemplo, citam Bakhtin apenas de passagem, e justamente para enfatizar que, para Bakhtin, o estudo do dialogismo não depende da Linguística, enquanto para Voloshinov, esse estudo é o seu próprio objeto; nunca articulam suas formulações àquelas de Voloshinov, tomadas como centrais para o desenvolvimento da AD e da Linguística social, nem mesmo leem as obras dos referidos autores em conjunto – talvez pelo fato de partirem

⁶⁶ Não trataremos diretamente da leitura/apropriação que a autora faz de conceitos da Psicanálise, dados os objetivos de nosso trabalho.

da evidência de que Bakhtin só tratava de literatura. Somente MFL, de Voloshinov, é lida como uma obra que trata de signos, discurso, ideologia, e suas relações.

Pode-se dizer que a leitura que Authier-Revuz faz de Bakhtin desde o final dos anos 70 tem uma característica singular em relação as que mencionamos – trata-se de uma leitura não apenas fina, mas também ampla da obra de Bakhtin e do Círculo, conforme Bres e Rosier (2007). Trabalhos como *Problemas da poética de Dostoievski*, *Marxismo e filosofia da linguagem*, *O método formal nos estudos literários*, “O discurso no romance”, *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, “O problema do texto”, “Observações sobre a epistemologia das ciências humanas” são especialmente destacados, além de outros artigos citados e comentados por Todorov (1981).⁶⁷

A nosso ver, essa leitura fina e ampla possibilita à autora: a) não encarar Bakhtin como tendo tratado apenas de literatura (mas de ciências humanas, sujeito, discurso, sentido, etc.); b) articular as ideias de Bakhtin àquelas de Voloshinov e de Medvedev, tomadas como coerentes e formando uma unidade; c) identificar um princípio ou perspectiva geral nessas obras e nos problemas abordados nelas, concebido como o:

[...] lugar dado ao outro na perspectiva dialógica, mas o outro que não é nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas *um outro que atravessa constitutivamente o um*. É o princípio fundador da subjetividade, da crítica literária, das ciências humanas em geral, etc. (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 25).

Sendo assim, somente depois dos trabalhos de Authier-Revuz é que os analistas do discurso passam a conceber que há uma complementaridade e uma coesão das obras dos bakhtinianos.

Authier-Revuz não deixa de expressar sua posição quanto a um problema que, necessariamente aparece, quando se faz uma exposição sobre a obra do Círculo de Bakhtin: o da autoria de algumas obras e o das diferenças entre Bakhtin e Voloshinov, por exemplo. Para a autora, uma leitura da obra do Círculo de Bakhtin exige que se considere a questão da *unidade* dos trabalhos sobre o dialogismo no plano sincrônico, isto é, se essa unidade significa *identidade* entre os trabalhos de Voloshinov e de Bakhtin, por exemplo; e também no plano diacrônico, considerando todos os trabalhos de Bakhtin ao longo de sua carreira. A autora considera reais as diferenças que existem

⁶⁷ Deve-se, entretanto, lembrar o que aponta Brait (2001): que os primeiros estudos de Authier-Revuz recorrem unicamente a *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Voloshinov, obra destacada por sua abordagem original do problema do discurso relatado. Somente no artigo de 1982, é que a autora recorre à obra do Círculo de Bakhtin como um todo.

entre MFL e outros textos mais conhecidos de Bakhtin, como aquela acerca das relações entre a Metalinguística e a Linguística (para Bakhtin, trata-se de complementaridade e coexistência; para Voloshinov, de substituição) e, ainda, a da *identificação* entre linguístico e ideológico nos trabalhos de Voloshinov. Segundo Authier-Revuz (2004 [1982], p. 29), em MFL “manifesta-se um ‘radicalismo’ que aparece como ‘pré-teórico’ pelas confusões que ele opera”.

Do nosso ponto de vista, Authier-Revuz, devido mesmo aos seus objetivos específicos ao ler Bakhtin, não dá muito destaque a esses “radicalismos” de MFL, já que, como ela mesma afirma, há um conjunto de interesses comuns reais que não proibem tratar a obra do Círculo em sua unidade, isto é, abstraindo/neutralizando essas diferenças pontuais. A alusão aos elementos “pré-teóricos” de MFL, que, muito provavelmente, fazem eco às declarações de Pêcheux, não é senão uma alusão, pois a estudiosa os deixa na sombra para dar destaque aos conceitos e perspectivas mais profundos e coesos do grupo russo.

A Metalinguística ou a teoria do dialogismo de Bakhtin visa, do ponto de vista da autora citada, a articular o linguístico e o extralinguístico: a história, o sujeito, a prática social concreta. Por esse motivo, ela aproximar-se-ia muito dos trabalhos enunciativos, pragmáticos e discursivos realizados na França desde a década de 70. Essa posição justifica, a nosso ver, a apropriação dos conceitos bakhtinianos para a solução de problemas da autora, ao mesmo tempo linguísticos e discursivos. Para Authier-Revuz (2004 [1982]), por outro lado, é bem mais difícil avaliar as aproximações, estabelecidas por alguns estudiosos, entre o Círculo de Bakhtin e o existencialismo, o marxismo, a Psicanálise e a psicologia social. Para ela, é preciso distinguir antes as semelhanças superficiais e os parentescos profundos entre esses campos. Mas esse não é seu objetivo ao tratar de Bakhtin, e sim explicitar os conceitos tomados em seu trabalho acerca de um objeto próprio.

O conjunto da produção do Círculo de Bakhtin pode ser dividido, conforme a referida autora, em dois subconjuntos, inter-relacionados e complementares – uma teoria da produção do discurso e do sentido, e análises históricas de formas e gêneros literários.

Através dos conceitos de “plurilinguismo” e de “fronteiras”, de “polifonia” e de “pontos de vista”, de “pluriacentuação”, de “bivocalidade”, de “interação verbal”... se elaboram, em um mesmo movimento, análises historicamente ancoradas de formas e gêneros literários (o riso, o romance) e uma teoria da produção do discurso e

do sentido, fundamentais para as primeiras (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 24).

Vê-se que, para a autora, os conceitos elaborados por Bakhtin formam uma teoria do discurso e do sentido, conceitos esses que são e podem ser aplicados em análises históricas de objetos particulares. É uma posição, de nossa perspectiva, assentada nas teses da epistemologia histórica francesa acerca da íntima relação entre uma teoria e um método de análise. Para Authier-Revuz (2004 [1982], p. 27), os gêneros literários são caracterizados por Bakhtin como “estilização-reforço de propriedades inerentes ao discurso”.

Conforme a referida estudiosa, o objeto das reflexões do Círculo de Bakhtin é o dialogismo. Este seria definido ao longo das reflexões do grupo russo por meio de um conjunto de oposições, dentre as quais: diálogo x monólogo; múltiplo/plural x único; relativo x absoluto; inacabado x acabado; as fronteiras no heterogêneo x homogêneo (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 25). O dialogismo seria o princípio presente nas formulações sobre o plurilinguismo, o sentido, os gêneros literários, o riso carnavalesco, todas elas construídas sobre o segundo membro de cada par das distinções acima citadas. Isto é: as várias linguagens sociais de uma sociedade (plurilinguismo) são dialogizadas, se interpenetram, se constituem mutuamente; elas se relacionam à pluralidade; o sentido é dialogizado, só se constrói na inter-relação de sujeitos e contextos sociais, sendo sempre inacabado, relativo; os gêneros literários como o romance são a expressão literária do plurilinguismo dialogizado de uma sociedade; o riso questiona os valores dogmáticos e autoritários apresentados como únicos e absolutos numa sociedade, por uma dada classe social, relativizando-os, ou seja, promovendo a abertura para a pluralidade, para a existência de diversos valores e visões de mundo, todos importantes e ricos.

Authier-Revuz destaca, em sua exposição, alguns conceitos bakhtinianos, um deles sendo o de plurilinguismo. Para ela, Bakhtin formula esse conceito com base no pressuposto da existência de uma língua nacional única sob a multiplicidade de linguagens sociais, jargões, gêneros, etc.; Bakhtin, na visão da autora, não partilhava de uma concepção mecanicista de línguas de classe. Para nós, o destaque dado pela autora a esse conceito explica-se pelo fato de ela o perceber como muito próximo da posição do grupo de Pêcheux sobre a distinção entre língua e discurso (uma única língua nacional como base de processos discursivos diferenciados e contraditórios).

Outro conceito bakhtiniano que a autora francesa explora é o de sentido. Conforme Authier-Revuz (2004 [1982], p. 35): “À concepção de uma língua ‘completamente diversificada’, ‘em qualquer momento de sua existência histórica’ [...], estreitamente solidária, responde uma teoria da *produção do sentido* quando este *se faz discurso*”. Essa teoria do sentido estaria implicada nas considerações de Bakhtin sobre a distinção entre: a) os *elementos abstratos da língua*, que são reiteráveis, e têm uma significação; e b) os acontecimentos concretos e únicos, que são *os enunciados*, que têm um tema e um acento apreciativo. Segundo a autora, a tese central de Bakhtin sobre o sentido é a da *pluriacentuação da palavra*: toda palavra é habitada por acentos/sentidos diversos, enquanto palavra vinda de outro contexto/discurso para integrar um contexto/discurso dado. Essa tese tem duas consequências importantíssimas: em primeiro lugar, o dialogismo é a condição de constituição do sentido, já que o sentido resulta do entrecruzamento de discursos; em segundo lugar, o sentido não é pensado em termos de variações em torno de um núcleo, mas em termos de uma multiplicidade de acentos contraditórios numa mesma palavra.

Para Authier-Revuz (2004 [1982], p. 37), é possível aproximar essa concepção bakhtiniana de sentido com aquela de Pêcheux, principalmente nas teses da inexistência de um sentido em si mesmo e da transparência da palavra. Essa consonância, entretanto, acompanha-se de uma “dissonância ligada à ‘intencionalidade’ da ‘orientação’ em Bakhtin”. Vemos mais uma vez que a leitura ampla e livre de certos preconceitos das obras de Bakhtin, feita pela linguista, permite-lhe encontrar essa proximidade entre conceitos bakhtinianos e pecheutianos.

Para Authier-Revuz, há uma concepção de discurso nas formulações do grupo de Bakhtin. Essa concepção está implicada nos conceitos de plurilinguismo e de sentido, que mencionamos acima, e obedece ao princípio do dialogismo. Ao falar das linguagens sociais que coexistem no interior de uma mesma língua nacional, Bakhtin defende que elas “não coexistem como uma justaposição estática, mas como uma *geografia da imbricação* da qual Bakhtin salienta o caráter instável e dinâmico” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 30). As linguagens sociais entrecruzam-se, complementam-se, confrontam-se, aliam-se, enfim, entram em relações dialógicas. Para Bakhtin, os discursos se constituem em sua relação com outros, no meio deles e com eles. Os outros discursos são o “exterior constitutivo” de um discurso dado (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 36). Para a autora, Bakhtin sustentaria a tese de que “o lugar do ‘outro

discurso' não é *ao lado*, mas *no* discurso”, tese que seria a “lei constitutiva do tecido de todo discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 37).

Essa tese e essa lei é que explicariam o fato de a atenção do grupo ter se voltado fortemente para análise do discurso relatado. Esse último, conforme a autora, é tratado como forma de *representação* em discurso do discurso do outro. A autora sustenta sua leitura naquilo que diz o grupo sobre a literatura – esta seria um trabalho estético da hibridização nas formas bivocais da ironia, do pastiche, da polêmica; seria, ainda, uma estilização da dialogização interior do discurso: “o romance é uma ‘representação literária da linguagem’, enquanto esta é uma ‘opinião multilíngue sobre o mundo’” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 39).

A nosso ver, essa leitura que a autora faz sobre o discurso como lei do discurso, como exterior constitutivo do discurso e, ainda, sobre o discurso relatado como forma de *representação* (e não de cópia fiel, por exemplo), por um discurso, de outro discurso constitui a base da definição dos fenômenos de heterogeneidade mostrada que ela investiga.

Estudar a maneira pela qual funcionam as formas da heterogeneidade mostrada nos diversos tipos de discurso é dar-se acesso a um aspecto da *representação* que o locutor dá de sua enunciação, representação que traduz o modo de negociação com a heterogeneidade constitutiva própria a esse discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 74).

A questão da representação, por exemplo, que nem todos os bakhtinianos encontrariam em Bakhtin, é concatenada com os pressupostos psicanalíticos que a autora também emprega em suas reflexões.

Para Authier-Revuz, outra posição de Bakhtin é que a relação de interlocução também é constitutiva do discurso, já que a orientação para o destinatário (visando à compreensão responsiva ativa da parte deste) está implicada na sua produção: “Assim como a orientação através do meio ‘exterior’ dos outros discursos é um processo *constitutivo* do discurso, a orientação para um destinatário se marca *no* tecido do discurso que está sendo produzido” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 42). A autora salienta que essa relação de interlocução tratada pelo autor russo não deve ser confundida com aquela que se passa entre dois interlocutores num diálogo face a face, mas deve ser concebida como a relação de interlocução muito mais complexa que está implicada na *dialogização interna* de um discurso. A orientação de todo discurso para um destinatário ou, ainda, o papel do interlocutor na produção do *o que* e do *como* do discurso é mais um elemento constitutivo do discurso. Authier-Revuz, entretanto,

agrega a essa formulação de Bakhtin a tese de que não é o discurso do outro em si mesmo, em sua suposta transparência, que é trazido para o discurso do um, mas uma *imagem* desse outro discurso. “*Visando à compreensão de seu interlocutor, o locutor integra, pois, na produção de seu discurso, uma imagem do ‘outro discurso’, aquele que ele empresta a seu interlocutor*” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 42).

A formulação de Bakhtin acerca da orientação do discurso para um interlocutor, visando a uma resposta esperada/presumida, pode, para a referida estudiosa, levar a compreender que Bakhtin está tratando apenas do *diálogo externo*, das réplicas de um diálogo face a face, e a colocar Bakhtin no quadro do interacionismo. Para a autora, não é essa posição que se depreende da formulação de Bakhtin, e sim aquela relativa à *dialogização interna*, a do discurso do outro como constitutivo do discurso do um. O quadro do interacionismo, conforme Authier-Revuz (2004 [1982, p. 45]), não se conjuga com o de Bakhtin, pois ele está centrado sobre tudo aquilo que “as dicotomias fundadoras do dialogismo rejeitavam: o fechado, o acabado, o face a face, ou um e o outro”.

Poderíamos levantar a hipótese de que Authier-Revuz, ao “desautorizar” uma leitura interacionista de Bakhtin, está respondendo, refutando-a, a uma posição que marcou a recepção de MFL, de Voloshinov, no grupo de Pêcheux. Conforme Maldidier (2003), Pêcheux rejeitava as formulações de MFL por entender que o sentido não pode ser tratado na esfera das relações interindividuais, na esfera da interação entre sujeitos falantes pensados isoladamente de seu pertencimento a classes sociais contraditórias. Para Authier-Revuz, entretanto, a contradição está colocada em Bakhtin – a autora enfatiza várias passagens de Bakhtin que falam da luta de classes, das implicações da existência das classes, na construção de linguagens sociais enquanto concepções de mundo.

Como vimos, Authier-Revuz, ao longo de seu extenso artigo, aponta diversos pontos de convergência entre o dialogismo de Bakhtin e a análise do discurso, a teoria da enunciação e a Psicanálise. Mas a autora enfatiza um ponto de divergência entre Bakhtin e Psicanálise, que lhe parece paradoxal, digamos assim, dado que, a seu ver, as duas teorias centram-se na problemática da heterogeneidade constitutiva do discurso. Esse ponto é o da ausência do reconhecimento, na teoria bakhtiniana, de uma outra heterogeneidade (de outra natureza): aquela representada pelo inconsciente. A concepção de *outro* de Bakhtin, para a autora, é restrita ao campo do discurso, na medida em que “o outro do inconsciente, do imprevisto do sentido, que não aquela que

estrutura o campo do discurso para Bakhtin, está ausente do horizonte deste” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 44). Do ponto de vista da autora, a concepção de outro restrita ao campo do discurso estaria relacionada a uma concepção de sentido construído, bem sucedido, enquanto a ausência do outro do inconsciente representaria um bloqueio para se pensar o imprevisto do sentido, o mal-entendido.

Por outro lado, a posição de Bakhtin segundo a qual o outro é a condição do discurso apresenta, para a autora, uma grande atualidade. Ela se aproxima, a seu ver, de uma posição desenvolvida no movimento de renovação da análise do discurso, no início dos anos 80, que toca não só o questionamento de uma concepção homogeneizante do discurso, mas também o reconhecimento da heterogeneidade de toda formação discursiva.

Vê-se que Authier-Revuz não se limita a mostrar qual a fecundidade do pensamento de Bakhtin para seu trabalho particular, mas vai além, mostrando tanto as compatibilidades entre esse pensamento e o da análise do discurso, quanto no que esse pensamento pode contribuir para o avanço do campo. É a posição de Bres e Rosier (2007, p. 459) : “J. Authier, au plus près des textes du sémioticien, reprend le terme de *dialogisme*, pour expliciter la production de sens de cette notion chez Bakhtine et en *montrer son rendement pour l’analyse du discours*”.⁶⁸

Um aporte da teoria bakhtiniana à análise do discurso seria, conforme a autora, sua reflexão sobre o papel do interlocutor (ou mais exatamente, da interação) na constituição do discurso. As considerações de Bakhtin relativas ao papel do interlocutor, enquanto constitutivo também da produção do discurso (inclusive do fio do discurso), podem ser apropriadas nos trabalhos de AD, que não deram “em sua abordagem dos fenômenos intra e interdiscursivos, um lugar decisivo a *esse* outro discurso que, entre os demais, representa aquele suposto do interlocutor” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 48). Conforme a estudiosa, a discursividade de que trata a AD é uma dessas formas de interação tal qual concebida pelo grupo russo – uma interação entre discursos, e não entre locutores, ao mesmo tempo, atomizados e autonomizados.

Para finalizar, retomaremos algumas reflexões que vêm sendo feitas por alguns estudiosos acerca do trabalho de Authier-Revuz. Elas demonstram que, se, realmente, a autora embasa-se no dialogismo de Bakhtin e na Psicanálise de Freud/Lacan para a formulação do seu conceito de heterogeneidade mostrada, ela também se embasa

⁶⁸ “J. Authier, bem perto dos textos do semiótico, retoma o termo *dialogismo*, para esclarecer a produção de sentido desta noção em Bakhtin e mostrar o seu rendimento para a análise do discurso”.

fortemente no referencial teórico francês, destacadamente na análise do discurso de Pêcheux, quando faz sua leitura acerca das ideias do Círculo de Bakhtin. Concordamos com a seguinte posição de Bres e Rosier (2007, p. 460), “Chez J. Authier, le *dialogisme est retravaillé et repensé dans le cadre de l’analyse du discours*, dont elle montre les points de contact et de divergence avec la théorie bakhtinienne”.⁶⁹

Pode-se, assim, afirmar que a interpretação dada a certos conceitos e formulações de Bakhtin é determinada, em grande parte, pela perspectiva da análise do discurso, tal como Pêcheux a desenvolvera. Isso ocorre, por exemplo, quanto à questão da interação entre interlocutores e seu papel na constituição do enunciado, de que trata o Círculo de Bakhtin. Vimos há pouco que, para Authier-Revuz, a interação à qual se refere o grupo russo não diz respeito àquela interação imediata entre dois falantes que trocam réplicas de um diálogo (estudada, por exemplo, pela análise da conversação), mas uma interação social ampla muito mais complexa do que o face a face. Da mesma forma, a orientação para o destinatário que é, na obra de Bakhtin, um traço característico de todo enunciado, não é uma orientação para um destinatário imediato presente numa situação de comunicação, mas é uma orientação social, para um grupo social, apreendido como discurso. Nessa leitura, há uma tentativa de evitar uma possível psicologização da concepção de interação do grupo russo, já que a situação não é imediata e os sujeitos não são simples indivíduos psicológicos. A interação, para a autora, se dá muito mais no nível da *dialogização interna* do discurso, que supõe um sujeito social. Essa leitura coloca a primazia não nos sujeitos, mas nos discursos sustentados por eles. Trata-se de uma perspectiva genuinamente pecheutiana, a da dessubjetivação da abordagem do discurso.

Outro caso seria a leitura que Authier-Revuz faz das noções de vozes sociais e de plurilinguismo avançadas por Bakhtin. Segundo a autora, o plurilinguismo supõe uma única língua nacional por sob um conjunto complexo de linguagens sociais (que podem ser tanto as variedades linguísticas, quanto as diversas vozes sociais relacionadas aos grupos e às classes sociais). Já dissemos acima como essa leitura aproxima-se da posição de Pêcheux acerca da distinção entre língua e discurso – a língua é a base para os processos discursivos diferenciados ligados à contradição de classes. As vozes sociais são aproximadas do conceito de formação discursiva, e a relação que Bakhtin

⁶⁹ “Em J. Authier, o dialogismo é *re-trabalhado e repensado no quadro da análise do discurso*, do qual ela mostra os pontos de contacto e de divergência com a teoria bakhtiniana”.

entende existir entre essas *vozes* – de aliança, de apoio, de refutação – é da mesma natureza daquela entre o *conjunto complexo com dominante* das formações discursivas, o interdiscurso.

Por fim, a concepção de sujeito que Authier-Revuz destaca das formulações do Círculo de Bakhtin é aquela que o desvencilha de que qualquer perspectiva psicológica (a do sujeito consciente, intencional e centrado). Para Authier-Revuz (2004 [1982], p. 63), as posições de Bakhtin e da Psicanálise sobre o sujeito seriam próximas no seguinte ponto: “O sujeito *não é uma entidade homogênea, exterior à linguagem*, que lhe serviria para ‘traduzir’ em palavras um sentido do qual ele seria a fonte consciente”. Essa concepção de sujeito é a mesma que subjaz à análise do discurso de Pêcheux.

Em sua leitura, Authier-Revuz eleva ao primeiro plano a perspectiva sociológica da obra do Círculo de Bakhtin, afastando, ao mesmo tempo, as interpretações psicológicas, imediatistas, empiricistas, humanistas às quais certas ideias do grupo poderiam ser suscetíveis. Esse gesto, de nosso ponto de vista, abre, para a AD francesa, a possibilidade de encarar o Círculo de Bakhtin de uma outra forma.

4.2 A AD francesa nos anos 1980: da problemática da homogeneidade a da heterogeneidade

Nos anos 1980, o campo da AD francesa passa por um processo de reconfiguração e mesmo refundação. É impossível tratar da recepção das ideias do Círculo de Bakhtin nessa fase da história desse campo sem mencionar antes as mudanças que o marcam, pois elas estão diretamente ligadas ao modo como tais ideias foram recebidas, modo bem diferente daquele dos anos 70, que descrevemos anteriormente.

Uma primeira mudança significativa a mencionar diz respeito às linhas anteriormente constituídas, a da sociolinguística e a de Pêcheux. Em primeiro lugar, ocorre nessas linhas uma reconfiguração conceitual e metodológica, que vai, paulatinamente, dando lugar a uma verdadeira refundação⁷⁰. Assim como, nas décadas

⁷⁰ Fazemos aqui uma distinção, um tanto vaga, entre retificação, reconfiguração e refundação. Por retificação, entendemos correções, alargamentos, restrições em conceitos de uma teoria no contexto da mesma problemática. Por reconfiguração, entendemos uma mudança na problemática subjacente a uma teoria. E por refundação entendemos uma mudança de problemática acompanhada de uma mudança nas bases teóricas que constituem o solo epistemológico da problemática antiga.

de 1960-70, há um conjunto de semelhanças entre as referidas linhas (o que permite que elas sejam reunidas sob o rótulo de AD francesa), há também um conjunto de semelhanças que marcam sua configuração teórica e metodológica própria dos anos 1980. Em segundo lugar, há um arrefecimento das polêmicas e debates travados entre o grupo de Marcellesi/Gardin e o de Pêcheux no período anterior, quando cada grupo buscava definir as linhas mestras de sua AD, tanto no nível teórico quanto no metodológico.

Outra mudança que marca o campo da AD francesa na década de 1980 é o seu alargamento e a sua diversificação: diversas outras correntes de análise do discurso surgem e/ou ganham visibilidade. No entanto, talvez fosse mais apropriado falar não mais de linhas/correntes de análise do discurso, mas sim de trabalhos de pesquisadores diversos abordando o discurso. Dentre estes, alguns filiam-se diretamente a um dos grupos do período inicial (agora mais ou menos desmanchados, dispersados), pois são antigos participantes dos mesmos (por exemplo, Maldidier, Guilhaumou, Robin, Bonnafous...); outros, por sua vez, não expressam esse tipo de filiação, mas aplicam alguns conceitos ali produzidos aos quais fazem acompanhar outros conceitos de origens diversas ou de autoria própria, demonstrando assim um trabalho teórico mais ou menos novo e independente (por exemplo, Maingueneau, Charaudeau...). Esse alargamento e essa diversificação são atestados por Maldidier (1986), na apresentação do número 81 da revista *Langages* dedicado a expor pesquisas realizadas por estudiosos que faziam parte do grupo de trabalho formado por Pêcheux desde 1982 até a sua morte:

Le caractère particulier de ce numéro explique que nous ne parlions que de travaux entrepris autour de Michel Pêcheux. Il va de soi que nous n'avons pas l'exclusivité en matière d'analyse de discours et que d'autres équipes en France travaillent sur ce domaine (MALDIDIER, 1986, p. 5).⁷¹

Trataremos, a seguir, da reconfiguração conceitual e metodológica das linhas que abordamos neste trabalho. Nosso foco se manterá, entretanto, nos primeiros anos de 1980, que, de nosso ponto de vista, concentram a reconfiguração mencionada.⁷² O período inicial, que abarca a fase de emergência e desenvolvimento da AD, conhece retificações, deslocamentos, abandonos nos conceitos antigos e formulação de conceitos

⁷¹ “O caráter particular desse número explica que nós falemos apenas de trabalhos empreendidos em torno de Michel Pêcheux. É evidente que nós não temos a exclusividade em matéria de análise de discurso e que outras equipes na França trabalham sobre esse domínio.”

⁷² O que se passa depois de meados da década de 80 é a refundação da AD, marcada por uma mudança radical da base epistemológica (a “tríplice aliança” Marx-Saussure-Freud) que sustentava a AD dos anos iniciais – do que não poderemos tratar neste trabalho.

novos, mas tudo isso se passa em acordo com a problemática fundadora. Os inícios dos anos 80, por sua vez, trazem mudanças mais radicais na AD, já que há uma reconfiguração mesmo, uma nova problemática que vai se desenhando. Mas é necessário salientar que essa nova problemática não emerge tão repentinamente; ela é resultado de um processo iniciado ainda no final dos anos 70.

De acordo com a maioria dos protagonistas da AD francesa (PÊCHEUX, (1997 [1983]); MALDIDIER (1986); MARANDIN (1979), dentre outros), há uma oposição entre a problemática da homogeneidade, que marca o período inicial de sua história, e a da heterogeneidade, que emerge e se expande nos anos 80. A seguinte passagem de Robin (1986, p. 126) sintetiza o que caracteriza cada uma delas:

Il y a encore une dizaine d'années (M. Pêcheux, 1975), on mettait l'accent sur la *consistance des formations discursives* [...], sur un ensemble articulé de concepts : conditions de production, formation discursive, formation idéologique, interdiscours, intra-discours, préconstruit, etc. [...] Dans l'analyse de l'interdiscours et de l'ensemble des formes du déjà-dit et déjà-là, repérables linguistiquement parlant par les processus de la paraphrase et de la présupposition (entre autres), de même que dans l'analyse de l'intra-discours, du fil du discours, de la mise en séquence, *l'essentiel était pensé en termes de clôture* et d'un extérieur qui dominait l'ensemble des séquences. Pris dans une détermination totale qui ne laissait guère de place à de la dispersion ou à de l'indéterminé, *les ensembles d'énoncés relevaient de formations homogènes, cohérentes. Un des grands déplacements* de l'analyse du discours [...] a consisté à *décompactifier les formations discursives*, à les penser non dans leur clôture mais dans leur *division*, leur *ouverture*, leur dedans/dehors, leurs frontières/bordures, en réintroduisant de l'indéterminé, de l'inconsistance, de la *contradiction* et de l'*hétérogène* ⁷³ (grifos nossos).

A problemática da homogeneidade é o que, para nós, dá unidade a todos os traços da AD francesa em seu momento inicial. O discurso e/ou a FD eram concebidos como um espaço fechado (isto é, relacionando-se apenas consigo mesmo, dizendo respeito apenas a si mesmo) e como o lugar da repetição e da reprodução dos sentidos.

⁷³ “Há uma dezena de anos (M. Pêcheux, 1975), colocava-se a tônica sobre a consistência das formações discursivas [...], sobre um conjunto articulado de conceitos: condições de produção, formação discursiva, formação ideológica, interdiscurso, intradiscurso, pré-construído, etc. [...] Na análise do interdiscurso e do conjunto das formas do já-dito e do já-lá, identificáveis, linguisticamente falando, pelos processos de paráfrase e de pressuposição (entre outros), assim como na análise do intradiscurso, do fio do discurso, da sequencialização, o essencial era pensado em termos de fechamento e de um exterior que dominava o conjunto das seqüências. Tomados em uma determinação total que quase não dava lugar à dispersão ou ao indeterminado, os conjuntos de enunciados relevavam de formações homogêneas, coerentes. Um dos grandes deslocamentos da análise do discurso [...] consistiu em descompactificar as formações discursivas, a pensá-las não no seu fechamento, mas em sua divisão, sua abertura, seu dentro/fora, suas fronteiras/bordas, re-introduzindo o indeterminado, a inconsistência, a contradição e o heterogêneo.”

O método de análise girava em torno, coerentemente com a concepção de discurso assumida, de três etapas: a primeira, a constituição de “um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas [...] num espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 312); a segunda, a construção das classes de equivalência para as formas variadas das superfícies dessas sequências (por meio de procedimentos linguísticos, tais como a desestruturação ou deslinearização das sequências discursivas, geralmente lançando mão da restauração da frase de base subjacente às transformações feitas); por fim, a construção de “sítios de identidades parafrásticas intersequenciais” (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 312), isto é, da estrutura profunda de dado discurso (a frase de base que está na origem das variadas sequências discursivas de superfície). As consequências desse procedimento, conforme Pêcheux (1997 [1983]), são: 1) a escolha de “discursividades textuais auto-estabilizadas”, como discursos políticos teórico-doutrinários; 2) a suposição da neutralidade discursiva do nível sintático: as estruturas sintáticas (resultantes de transformações) não são consideradas em relação ao processo de produção do discurso/do sentido – por exemplo, uma frase ativa é tomada como equivalente a uma passiva; 3) a interpretação dos dados construídos resumia-se a identificar o(s) sentido(s) de dadas palavras/expressões de um discurso ou uma FD; ou, então, a comparar/contrastar dois discursos ou duas FD em relação a esses mesmos critérios.

A problemática da heterogeneidade, tornando-se dominante nos anos 80, substitui a da homogeneidade e determina a produção dos novos conceitos e métodos. Sua emergência tem uma ligação com o aparecimento de problemas e pontos de indecisão, de bloqueio, de desafios no final dos anos 70, que comentaremos abaixo. O discurso e/ou a FD agora são concebidos como marcados internamente pela presença do outro, como constituídos em sua relação com o(s) outro(s) discurso(s) /a(s) outra(s) FD. O discurso agora é definido não como espaço apenas de repetição, mas da possibilidade de aparecimento do novo, do acontecimento discursivo. Segundo Pêcheux (1997 [1983], p. 315): “O primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua”. Courtine e Marandin (1981, p. 24) defendem, com base na nova problemática, que a FD não é nem “uma só linguagem para todos”, nem “a cada um a sua linguagem”, mas sim “linguagens em uma só”, o que implica a contradição no interior de uma FD – a presença de discursos diferentes, aliados ou contraditórios, no interior de uma mesma FD, constituindo o discurso dessa FD. Gardin (2005 [1988], p. 36), por seu turno, afirma que os analistas

do discurso foram levados, cada vez mais, a investigar “des failles, fissures, recouvrements et autres accidents discursifs par lesquels le discours manifestent ce qu’ils cherchent à voiler : leur hétérogénéité constitutive”.⁷⁴

O grupo em torno de Pêcheux insiste em que os discursos e as FD não sejam mais concebidos e analisados em termos de homogeneidade e fechamento. A homogeneidade e o fechamento estariam subjacentes não somente quando se trata um discurso isoladamente (visando a construir sua estrutura profunda), mas também quando se comparam/contrastam dois discursos. Para Pêcheux (1997 [1983]), na análise contrastiva, os discursos são comparados enquanto unidades fechadas e homogêneas em si mesmas, como se eles não contivessem, em seu próprio interior, elementos de outros discursos; em outras palavras, a perspectiva do contraste seria uma variação da problemática da homogeneidade. Os discursos ou FD devem agora ser analisados do ponto de vista da sua constituição interna/estrutural por outros discursos.

Gardin (2005 [1988]) concorda que a AD francesa passou por várias transformações, das quais algumas são rupturas, deslocamentos, enquanto outras, entretanto, podem ser consideradas desenvolvimentos. Para o autor, não há uma ruptura entre a perspectiva contrastiva e a da heterogeneidade, que domina a configuração então atual da AD, mas uma *continuidade*: “Il est alors possible de repérer une continuité entre l’analyse contrastive des discours et la focalisation sur le discours comme hétérogénéité” (GARDIN, 2005 [1988], p. 46)⁷⁵. Para o referido autor, se está em questão analisar a heterogeneidade do discurso e a tentativa do sujeito que o produz de negociar com esse outro, de circunscrever essa heterogeneidade, então a perspectiva do contraste se mantém, pois se busca o contraste entre as diferentes vozes que ele contém e os disparates derivados da sua articulação. A diferença, segundo o autor, é que antes se contrastavam dois discursos, enquanto agora podem-se contrastar vozes diferentes em um mesmo discurso.

Na nova configuração da AD francesa, há mudanças substanciais no método de análise, determinadas pelas mudanças teóricas que acabamos de comentar. Há uma tendência a abandonar a construção de classes de equivalência e enunciados de base, por meio da desestruturação e deslinearização do texto, para dar destaque ao intradiscurso, ao fio do discurso, ao texto em sua sequencialidade. As transformações sintáticas, antes

⁷⁴ “falhas, fissuras, recobrimentos e outros acidentes discursivos pelos quais os discursos manifestam o que eles buscam esconder: sua heterogeneidade constitutiva”.

⁷⁵ “É possível, então, localizar uma continuidade entre a análise contrastiva dos discursos e a focalização sobre o discurso como heterogeneidade.”

desfeitas, agora são extremamente valorizadas, pois que podem representar indícios e marcas da presença constitutiva do outro – se uma frase está na forma de negativa, isso faz todo sentido na análise, pois pode indicar que um discurso está se construindo em relação a outro a que se opõe. Desse modo, não se supõe mais uma neutralidade discursiva da sintaxe. É possível agora a análise de uma única sequência discursiva (texto) na sua singularidade. A construção do *corpus* não segue mais a prescrição inicial das condições de produção estáveis e homogêneas. Por fim, os materiais empíricos de análise não se restringem mais a textos escritos, políticos, partidários e de porta-vozes – os analistas começam a dirigir seu olhar para discursos orais, cotidianos, de agentes não oficiais. Conforme indica Pêcheux (2009 [1981], p. 25), é necessário “aceitar o confronto com essa ‘memória sob a história’ que percorre o arquivo não escrito dos discursos subterrâneos sob essas múltiplas formas orais [...]”.

Pode-se dizer que o interesse por esses novos materiais e a necessidade de investigá-los são um traço comum dos grupos de análise do discurso que destacamos. Conforme Gardin (2005 [1988]), o interesse por discursos orais, cotidianos, de agentes não oficiais, na AD francesa, deve-se a fatores diversos. Um deles são os avanços representados por estudos, como os de Foucault e Barthes, que levantaram a suspeita sobre o discurso das instituições e do porta-voz. Outro são os avanços da Linguística, com a ascensão do tema da heterogeneidade constitutiva do discurso, o desenvolvimento da análise conversacional, a descoberta da etnometodologia americana. Tanto no grupo de Pêcheux quanto no da sociolinguística, algumas preocupações são comuns: a) as relações entre as ideologias dominante e dominadas; b) a localização das contradições entre ambas; c) a descrição linguística da fala, da oralidade, e seu funcionamento próprio em relação ao da língua (sistema).

Mas também se podem apontar diferenças quanto às referências teóricas apropriadas para embasar a investigação supracitada. No que tange à relação entre as ideologias, Pêcheux (2009 [1981], p. 25-6) continua seguindo Althusser, ao afirmar que:

[...] parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante, constituiriam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar mesmo dessa dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências.

Essa posição do autor está de acordo com uma tese marxista muito explorada por Althusser e seu grupo segundo a qual a ideologia é uma unidade *dividida*, o que supõe

que as ideologias dominadas se constituem nos quadros de referência da ideologia dominante.

Gardin (2005 [1988]), por seu turno, permanece no horizonte de Voloshinov, ao defender que os níveis da ideologia do cotidiano e os níveis ideológicos superiores não são autonomizados uns em relação aos outros e, assim, a abordagem da relação entre ambos deve ser dialética. Conforme esse autor, os *corpora* ligados à ideologia do cotidiano devem ser analisados sempre em relação aos dos sistemas constituídos, e nunca de forma isolada, o que implica a análise destes últimos também, e não o seu simples abandono.

Retourner à la base ne doit pas aboutir à une hypostase de cette base : à refuser de voir que dans le réel, les événements microsociaux qu'on décrit s'articulent à des organisations et à des événements macrosociologiques ; que d'une manière plus générale le quotidien n'est pas constitué d'événements autonomes sans rapport avec la vie de la société globale (GARDIN, 2005 [1988], p. 52).⁷⁶

O discurso do cotidiano, enfim, é concebido na AD francesa como o lugar da heterogeneidade, da contradição, do acontecimento, da “criatividade”. Ele seria, assim, um objeto *empírico* adequado para se “testar” a nova concepção do objeto *teórico* discurso – o espaço da heterogeneidade e, ao mesmo tempo, da negociação com ela. O discurso do cotidiano permitiria, talvez, conforme Pêcheux (2009 [1981]) desfazer a relação de espelho que teria guiado os primeiros trabalhos teóricos e práticos em análise do discurso, quando os tipos de discursos empíricos analisados (escritos, legítimos, políticos, de aparelho) determinavam uma definição do objeto *teórico* discurso como espaço do homogêneo e da repetição.

O processo de emergência e constituição da problemática da heterogeneidade é, a nosso ver, longo, tendo se iniciado por volta do final dos anos 1970. Talvez fosse adequado dizer que essa problemática estava já diretamente implicada quando das primeiras reflexões sobre a alteridade, a diferença, o exterior, só ganhando uma delineação mais acabada e refinada com o aparecimento do conceito de heterogeneidade constitutiva do discurso. Em outras palavras: em ambos os grupos de AD de que tratamos aqui, a referida problemática emerge paulatinamente.

⁷⁶ Retornar à base não deve conduzir a uma hipóstase dessa base: a recusar ver que, no real, os acontecimentos microsociais que se descrevem articulam-se às organizações e aos acontecimentos macrosociológicos; que, de uma maneira mais geral, o cotidiano não é constituído de acontecimentos autônomos sem relação com a vida da sociedade global.

As primeiras reflexões do grupo de Pêcheux acerca do discurso e da formação discursiva pautadas em sua relação com a alteridade, o diferente, o exterior podem ser localizadas, dentre outros, em três trabalhos principais. O primeiro deles seria *Semântica e discurso* (PÊCHEUX, 1988 [1975]), em que o autor retoma o conceito de formação discursiva (FD), tal como definido em “A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007 [1971]), mas já com uma retificação. Pêcheux mantém a definição de FD como aquilo que determina “*o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada*”; como matriz do sentido e das famílias parafrásticas; e como um elemento constitutivo da *formação ideológica*. Avança, entretanto, que, em uma FD, podem ser identificados elementos estranhos a ela, ou seja, vindos de outras FD.

Os conceitos de pré-construído e interdiscurso dão conta desse fenômeno da presença de elementos exteriores no discurso de uma FD e testemunham uma primeira retificação desse último conceito. A FD ainda é abordada/analísada do ponto de vista do fechamento, do espaço da repetição estrutural, mas se entende que o exterior e anterior irrompe no seu interior. Conforme Malidier (2003, p. 51): “Toda a reflexão feita com Paul Henry sobre o pré-construído mostrava os traços no discurso de elementos discursivos anteriores cujo enunciador foi esquecido. Ela preparava a ideia de que o discurso de constitui a partir do discurso já-lá, o conceito de interdiscurso [...]”.

Pêcheux (1997 [1983], p. 314), descrevendo o estado da teoria do discurso na segunda metade da década de 1970, explica que nessa época se concebe que:

[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD), que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’).

Outro trabalho de análise do discurso da linha de Pêcheux elaborado na perspectiva da alteridade e do exterior enquanto presente no interior de uma FD é *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (COURTINE, 2009 [1981]). Esse trabalho avança ainda mais nessa concepção de FD enquanto “relativamente aberta”, ao propor as noções de enunciado dividido e de fronteiras instáveis da FD. O autor analisa sequências discursivas do discurso comunista que são constituídas em função de sua relação com a FD cristã, sequências essas que comportam elementos desta última e que só foram produzidas em resposta a ela. Um

exemplo é o da refutação (enunciados construídos conforme a estrutura sintático-discursiva da refutação):

[...] o que o estudo do funcionamento das formas de refutação numa FD indica é que estas são igualmente o traço material da presença do outro, do exterior ao interior de si e que marca com uma rejeição ou uma recusa do outro [...]; as FD que são os objetos não têm outra existência senão a de uma unidade dividida; e se devemos atribuir-lhes uma fronteira, convém logo precisar que *essa fronteira passa no interior delas próprias* (COURTINE, 2009 [1981], p. 209).

Apresentando esse trabalho de Courtine, quando de sua publicação na revista *Langages*, Pêcheux (2009 [1981], p. 24) sustenta:

O resultado repercute [...] na forma da noção de *enunciado dividido*, caracterizando o fato de que uma formação discursiva é constitutivamente perseguida por seu outro: a contradição motriz não resulta do choque de “*corpora* contrastados”, cada um veiculando a homogeneidade dos antagonismos, mas desse efeito de sobredeterminação pelo qual a alteridade o afeta.

De acordo com Maltidier (2003), a reflexão de Courtine leva a fundo a posição que Pêcheux defende e explicita no artigo “Remontons de Foucault à Spinoza” (PÊCHEUX, 1990 [1977]). Aqui, o autor acentua o caráter dividido e contraditório de toda ideologia e estende esse caráter a FD, que é seu elemento. As consequências dessa tese são duas: a primeira é que a proposição de tipologias de FD perde todo o seu sentido (se é que antes havia algum sentido nisso); e a segunda é que, nas pesquisas, deve ser dada primazia à definição da relação que uma FD estabelece como seu exterior discursivo, na relação que uma FD mantém com outras FD (aliança, oposição, dominação, subordinação, etc.).

Esses três trabalhos marcam, a nosso ver, uma fase de transição da problemática da homogeneidade para a da heterogeneidade.

A problemática da heterogeneidade se torna central na linha de análise do discurso de Pêcheux após a realização do Colóquio Materialidades Discursivas. Testemunham isso Maltidier (2003), além de Robin (1986) e Pêcheux (1997 [1983], p. 315): “O primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua”. O outro tem o primado sobre o um. O heterogêneo sobre o homogêneo.⁷⁷ Quanto ao grupo da sociolinguística, não poderíamos apontar um marco, devido à falta de trabalhos sobre a sua história particular. Mas podemos afirmar que também nessa linha de análise do discurso há uma

⁷⁷ Certamente, essa nova problemática está ligada a um tipo de relação com o pensamento do Círculo de Bakhtin. Trataremos dessa questão logo a seguir.

reflexão, ainda que tímida, sobre a presença do outro no discurso do um e sobre o modo como se dá a interação entre esses discursos. Pensamos particularmente em dois trabalhos de Gardin, que já comentamos na seção 2 a propósito da apropriação dos conceitos de Voloshinov: “Néologie et discours rapporté” (GARDIN, 2005 [1977]) e “Discours politique et expressivité” (GARDIN, 2005 [1979]). Retomaremos esses trabalhos, agora, para focar como refletem sobre a alteridade.

As questões particulares desses dois trabalhos são, como apontamos antes, os neologismos no discurso político e a expressividade/eficácia do discurso político, respectivamente. Mas se pode dizer que ambos tratam lateralmente da presença de um *discurso outro* no *discurso um*,⁷⁸ e os efeitos dessa presença quanto à constituição deste último. Conforme o próprio autor sinaliza, os discursos analisados são respostas, no sentido de Voloshinov, a um outro discurso proferido antes. Convém lembrar que as sequências analisadas são aquelas que se apresentam sob a forma do discurso relatado, aquelas nas quais o *discurso um* cita palavras de um *discurso outro*. No primeiro artigo, o autor analisa o modo como o discurso de dois jornais franceses (um de direita e um de esquerda) cita/reproduz palavras do discurso de um membro do governo francês (de direita). No segundo, o foco está na análise da citação, por um jornal de esquerda, de palavras empregadas no discurso de locutores ligados ao capital e à ideologia burguesa, citação essa acompanhada de um julgamento de expressividade sobre essas palavras.

Entendemos haver aqui uma reflexão, ainda que lateral, sobre o papel da alteridade na constituição do *discurso um*, porque nos trabalhos anteriores (por exemplo, Gardin (1976), sobre o discurso patronal e o discurso sindical), eram analisados discursos de dois grupos sociais distintos, antagônicos, para construir sua individuação linguística, sob a perspectiva do contraste, enquanto que agora se analisa o discurso de um dado grupo social e o modo como este traz em seu interior palavras do discurso de outro grupo social, isto é, como se relaciona com ele. Antes, a reflexão se inseria na problemática do fechamento de cada grupo social/discurso, isto é, da homogeneidade; agora, ela começa a se abrir para a problemática da heterogeneidade.

Conforme Gardin, os elementos do *discurso outro* são inseridos/reproduzidos no *discurso um* sob a modalidade da rejeição ou da adesão. Na maioria dos casos, há marcas formais nessas palavras, as aspas ou itálicos, indicando que se trata de discurso relatado. Quando há adesão, essas marcas formais podem estar ausentes, casos em que a

⁷⁸ Os termos *discurso outro* e *discurso um* não são empregados por Gardin. Nós os utilizamos para facilitar a exposição.

palavra seria citada absolutamente, como palavra da língua, o que já apontaria para uma assunção da palavra pelo *discurso um*. Quando as marcas estão presentes, elas teriam a função de chamar a atenção para uma palavra importante, e essa palavra é seguida de um comentário explicando seu sentido. O que determina essa adesão seria a relação de aliança entre os discursos: os casos de adesão foram identificados no jornal de direita.

Quando há rejeição da palavra alheia pelo *discurso um*, as marcas formais estão sempre presentes. As palavras citadas são comumente acompanhadas de uma explicação de seu sentido, mas com a diferença de que se trata de uma explicitação de seu “verdadeiro” sentido (certamente, o sentido que essa palavra adquire no interior da FD que rege o *discurso um*). O que determina a rejeição é a relação de antagonismo entre os discursos: os casos de rejeição foram identificados no jornal de esquerda.

A nosso ver, é na discussão que Gardin faz sobre as sequências do discurso de esquerda que visam a explicitar o “verdadeiro” sentido da palavra empregada pelo discurso de direita e, ao mesmo tempo, demonstrar que o sentido dado a ela pelo discurso de direita é falso, mistificador, que se localiza uma reflexão importante sobre o papel que um discurso tem na constituição de um outro. O *discurso um* constrói-se todo em torno da explicitação do verdadeiro sentido que a palavra empregada no *discurso outro* visa a esconder (e que seria evidente caso uma outra palavra, a adequada, fosse empregada). Em outras palavras: é uma reflexão sobre como um discurso se constrói em função do outro que é preciso esclarecer, questionar, desmistificar.

O texto analisado por Gardin (2005 [1977]) desenrola-se em torno do objetivo de evidenciar que uma certa palavra empregada num discurso de um membro do governo (*surenchère*) é uma palavra nova para designar um sentido bem antigo e uma prática também antiga, e de explicitar que sentido é esse. No *discurso um*, de acordo com sua posição na luta de classes, *surenchère* significa nada mais nada menos do que *reduire* (GARDIN, 2005 [1977], p. 219). O *discurso um* diz: “*éviter a elevation significa, para nós, reduzir*”.

Os textos analisados em Gardin (2005 [1979]) funcionam da mesma forma, segundo a mesma “lógica”. O *discurso um* (novamente, o do jornal de esquerda) está sempre explicitando o “verdadeiro” sentido da palavra que o *discurso outro* (do membro da direita) usou. Através de seu comentário (irônico) sobre as palavras empregadas aí, o jornalista “se livre à un détournement consistant à remplacer

l'interdiscours originel auquel renvoyaient ces séquences au véritable interdiscours” (GARDIN, 2005 [1979], p. 262).⁷⁹

A conclusão do autor sobre o fato de que de certos discursos políticos, diferentemente de outros, funcionam sob o modo da desmistificação – é o caso dos discursos de esquerda analisados – é mais um elemento que, a nosso ver, compõe nossa hipótese acerca da preocupação lateral com o papel da alteridade, do outro no um.

Concluimos nossa exposição reafirmando que o processo de emergência e constituição da problemática da heterogeneidade constitutiva do discurso começa ainda na segunda metade da década de 1970, ganhando uma elaboração mais acabada na década posterior. Ambas as linhas de análise do discurso começavam a explorar o papel e o lugar da alteridade e a sair do fechamento do discurso. A diferença que notamos é que, em Pêcheux, há uma dedicação maior à teorização da questão, enquanto em Gardin ela está subjacente, em forma prática (não teorizada, portanto), em alguns de seus trabalhos.

4.3. As ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa

A seguir, tratamos mais diretamente da circulação e da aplicação das ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa nos anos 80. Além de uma exposição sobre os conceitos que circulam e são aplicados nessa época, fazemos também uma discussão do papel que as ideias do grupo russo tiveram não somente na constituição da problemática da heterogeneidade que então define a AD, mas também na própria reconfiguração teórica e metodológica da disciplina.

4.3.1 Forças teóricas na emergência e definição da problemática da heterogeneidade: Authier-Revuz e Círculo de Bakhtin

Como dissemos na subseção anterior, a problemática da heterogeneidade torna-se central na AD francesa nos anos 80, definindo sua então atual configuração teórica e metodológica. Dizemos que ela se torna central porque, tanto na linha de análise do

⁷⁹ “se entrega a um desvio que consiste em substituir o interdiscurso original ao qual essas sequências remetem pelo verdadeiro interdiscurso”.

discurso de Pêcheux quanto na da sociolinguística, há um movimento de articulação dos conceitos anteriormente produzidos com a problemática nova. Antes, porém, de tratarmos desse movimento, discutiremos as forças teóricas envolvidas na definição dessa nova problemática.

A nosso ver, são três forças teóricas que determinam a emergência e a definição dessa nova problemática – a própria análise do discurso, com a produção dos conceitos novos de interdiscurso, de pré-construído e de FD; as formulações de Authier-Revuz acerca da heterogeneidade mostrada e de sua relação com a heterogeneidade constitutiva; e a teoria dialógica do Círculo de Bakhtin, especialmente a perspectiva que rege a maioria de seus conceitos, conforme a leitura de Authier-Revuz, a da heterogeneidade da palavra.

Por que o trabalho de Authier-Revuz é uma dessas forças? De nosso ponto de vista, suas reflexões têm por efeito uma formulação acabada, refinada, da problemática da heterogeneidade que se esboçava, na teoria do discurso, nos termos comentados anteriormente – presença numa FD de elementos exteriores a ela, vindos de uma outra FD (os pré-construídos, o discurso transversal). Após suas teses, a AD francesa passa a definir o discurso e a FD como *constitutivamente* heterogêneos, o que significa que o *outro* (discurso/FD) não apenas está presente no território do um, subordinado a ele, mas que lhe é constitutivo. Como afirma Pêcheux, na teoria do discurso, agora, há um *primado* do outro sobre o mesmo. A seguinte tese de Authier-Revuz (2004 [1982], p. 72): “[...] o locutor, quando marca explicitamente por formas da distância – *pontos* de heterogeneidade em seu discurso –, delimita e *circunscreve o outro*, e, fazendo isso, *afirma que o outro não está em toda a parte*”, assinala o fato de que, do ponto de vista teórico, a homogeneidade é uma estratégia do sujeito para lidar com o heterogêneo, é um efeito da necessidade que o sujeito tem do fechamento para poder enunciar. Essa tese permite a AD afastar de vez uma concepção de discurso (objeto teórico) enquanto lugar da homogeneidade.

Além desse avanço teórico, os trabalhos de Authier-Revuz permitem também um avanço metodológico na AD. Para Malidier, a AD de Pêcheux estava bloqueada quanto à metodologia para dar conta dessa presença da alteridade no intradiscurso. E Authier-Revuz viria a fornecer os meios práticos para isso.

Se, antes, a ideia de um ‘trabalho’ do interdiscurso no interior mesmo do intradiscurso era forte, ela permanecia abstrata, ela tinha necessidade de uma mudança na análise da materialidade discursiva ela própria e lhe faltava um elo decisivo do lado da questão das

marcas enunciativas. [...] A problemática da *dupla heterogeneidade* permitirá voltar, em termos novos e operacionais, para o jogo do interdiscurso com o intradiscurso (MALDIDIER, 2003, p. 84).

Authier-Revuz elabora meios práticos de flagrar, de identificar, na materialidade linguística que constitui o fio do discurso (isto é, na sua *sequencialidade*), a presença desse outro. Fenômenos como o discurso relatado, as palavras entre aspas ou em itálico, as glosas, os comentários, a ironia, que ela chama de formas da heterogeneidade mostrada, são as marcas da presença do outro no um (Cf. AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982]; 2004 [1981]).

A recepção e a apropriação, na AD francesa, das reflexões teóricas e dos métodos de análise da materialidade linguística próprios de Authier-Revuz foram imediatas. As perspectivas que regem os trabalhos da autora são muito próximas, principalmente, daquelas da AD de Pêcheux. Nota-se, em primeiro lugar, uma concepção de sujeito e uma posição acerca da relação do sujeito com a língua/linguagem/discurso comuns – elaboradas com base nos pressupostos da Psicanálise, do estruturalismo e da nova filosofia, de que tratamos na seção 1 deste trabalho. O sujeito é descentrado e atravessado pelo inconsciente; ele é efeito de linguagem, e não uma entidade que a usa como um instrumento para expressar um pensamento e um sentido do qual seria a fonte; ele reproduz um discurso que não domina, mas tenta fazê-lo e tem a ilusão de consegui-lo; ele se representa seu discurso e sua enunciação enquanto lugar do domínio, do fechamento, da distinção em relação ao diferente.

Em segundo lugar, Authier-Revuz inaugura, em íntima relação com a concepção de sujeito mencionado, uma abordagem da enunciação significativamente distinta daquelas mais antigas. Estas últimas sempre foram alvo de críticas por parte de Pêcheux e seu grupo. Authier-Revuz faz uma crítica das teorias da enunciação de orientação primordialmente linguística que explicam os fenômenos de heterogeneidade mostrada justamente recorrendo a pressupostos tais como o do sujeito fonte de um discurso ou de uma língua que ele domina muito bem e o da homogeneidade do discurso. Essas teorias explicam esses fenômenos de heterogeneidade mostrada por meio de soluções como: graus de comprometimento do sujeito falante com o discurso que relata; distinção entre os lugares ou funções de sujeito falante, locutor e enunciador; uso da conotação autonímica, soluções essas que pressupõem um distanciamento do sujeito em relação a seu discurso. Para Authier-Revuz (2004 [1982], p. 70), diferentemente, “[...] é

importante salientar o quanto o mecanismo da *distância* dita, explicitada pelo locutor em relação a uma parte de seu discurso, é irreduzível à *divisão* que o constitui e que constitui também sua fala”. Conforme seu ponto de vista, os casos de heterogeneidade mostrada devem ser concebidos não como a realidade da enunciação, mas como a representação que um sujeito falante tem/faz de sua enunciação. Para a autora, esses fenômenos só podem ser devidamente elucidados se relacionados à heterogeneidade constitutiva da qual tratam Bakhtin e a Psicanálise, e se concebidos como uma negociação do sujeito com essa heterogeneidade. Uma explicação coerente e fina implica que o sujeito não seja concebido como fonte/origem, nem como *maestro*, mas como um simples *solista*.

Conforme Brait (2001, p. 8), os trabalhos de Authier-Revuz constituem um dos grandes avanços nos estudos recentes da linguagem, sendo recebidos “quase que sem restrições pelas diferentes vertentes da análise do discurso”. A nosso ver, esse tipo de recepção, como dissemos acima, resulta da afinidade teórica desses trabalhos com a AD francesa. Vale ressaltar, entretanto, que Authier-Revuz não se apresenta como analista do discurso, nem anuncia fazer parte de nenhum dos grupos de AD, mas sim como uma linguista refletindo sobre a enunciação.

Mas não é demais lembrar que a linguista francesa se demarca explicitamente de certas teorias da enunciação de base *estritamente linguística*, sobretudo quanto à concepção de sujeito pressuposta nas suas formulações. Sua visada é, como se pode verificar lendo as conclusões do artigo que comentamos aqui, discursiva, e não estritamente linguística: uma teoria da enunciação desse tipo dificilmente formularia a seguinte tese: “[...] as marcas explícitas da heterogeneidade respondem à ameaça que representa, para o desejo de domínio do sujeito falante, o fato de que ele não pode escapar ao domínio de uma fala que, fundamentalmente, é heterogênea” (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 71-2). Além disso, Authier-Revuz afirma que a reflexão de Bakhtin e da Psicanálise sobre a heterogeneidade e sua própria reflexão podem trazer elementos para a renovação das teorias enunciativas e da teoria do discurso; assim, há uma atenção para com esses dois campos. Por fim, Authier-Revuz estava em íntimo contato com os grupos de analistas do discurso: participava das reuniões que ocorriam entre eles no *Centre d'Études et de Recherches Marxistes* (CERM); fez uma comunicação no Colóquio Materialidades Discursivas, organizado pelo grupo de Pêcheux e seu grupo; e integrou o grande grupo constituído por Pêcheux depois desse Colóquio, intitulado Análise do discurso e leitura de arquivo (RCP-ADELA). Conforme

Maldidier (2003, p. 83), Authier-Revuz fazia parte do grupo de trabalho intitulado “Análise linguística da sequência”, que tinha por objetivo “trabalhar sobre as propriedades linguísticas da sequencialidade intradiscursiva”, ou seja, que investigava especificamente a relação entre língua e discurso. Assim, se não se pode dizer que a estudiosa é uma analista do discurso, também não se pode dizer que ela é uma linguista (pelo menos uma linguista que estuda unicamente o sistema da língua em sua imanência). Para Authier-Revuz (2004 [1982], p. 70, grifo nosso), “[...] deve o linguista reconhecer, na *ordem do discurso*, a realidade das formas pelas quais o sujeito se apresenta como centro de sua enunciação, sem, para tanto, se deixar tomar ele mesmo por essa representação ilusória”. Trata-se de uma linguista atenta aos problemas discursivos.

Por que as ideias do Círculo de Bakhtin são também uma das forças que determinam a emergência e a definição da problemática da heterogeneidade na AD francesa? O pensamento do Círculo de Bakhtin, trabalhado por Authier-Revuz, foi essencial na definição clara da nova problemática da AD que se desenhava por caminhos ainda pouco certos. E isso porque, conforme a própria autora, a teoria de Bakhtin é uma teoria da heterogeneidade da palavra. Conforme Cazarin (2005, p. 138), as contribuições do grupo russo “sobre o dialogismo e a polifonia são importantes para a área do texto e do discurso, mais precisamente, para os da Análise do Discurso com filiação em Pêcheux, contribuindo para a concepção da noção teórica de heterogeneidade discursiva”. O fato de a AD ter buscado seu desenvolvimento do lado dessa nova problemática desde os anos iniciais da década de 80 deve muito, a nosso ver, a esse diálogo com a obra de Bakhtin, por meio das reflexões da referida linguista.

Conforme Authier-Revuz (2004 [1982], p. 22), o dialogismo do Círculo de Bakhtin, tanto quanto a Psicanálise de Freud/Lacan, são “abordagens não-linguísticas da *heterogeneidade constitutiva da fala e do discurso*” (grifo nosso). Entendemos que, para a autora, a perspectiva ou o ponto de vista da heterogeneidade estava pressuposta nos vários conceitos do grupo bakhtiniano; estava em estado prático em seus trabalhos; permeava as formulações teóricas e análises práticas. A heterogeneidade é o eixo que conecta o discurso relatado, o enunciado como resposta, as vozes sociais, o plurilinguismo, o riso, a ironia, a palavra bivocal e outros conceitos de bakhtinianos. Mas ela não fora explicitada, desenvolvida, pelos autores do grupo. Authier-Revuz, aproximando a perspectiva de Bakhtin com a de Freud/Lacan, torna-a explícita e lhe dá

um nome; eleva-a a categoria de conceito. A dispersão é, assim, reunificada sob o conceito de heterogeneidade.

Podemos dizer, com base nisso, que o trabalho da autora não se caracteriza como uma transferência/aplicação de um conceito mais ou menos pronto (o de dialogismo ou de polifonia, por exemplo), formulado em um dado campo, a um campo distinto (da teoria da enunciação ou do discurso, por exemplo). No fundo, trata-se de um trabalho de leitura que explicita uma problemática subjacente, desenvolve-a e submete-a, de certa forma, a outras perspectivas julgadas próximas. E, além disso, de um trabalho que resulta não numa sistematização de um pensamento amplo e complexo, como é o do grupo de Bakhtin (essa sistematização nunca foi o objetivo da autora), mas sim na formulação de um conceito, o de heterogeneidade mostrada, e na proposição da natureza da relação específica existente entre aquela problemática e este conceito.

[...] a heterogeneidade mostrada não é um espelho, no discurso, da heterogeneidade constitutiva do discurso [...]: ela corresponde a uma forma de *negociação* – necessária – do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva – *inelutável mas que lhe é necessário desconhecer*; assim, a forma ‘normal’ dessa negociação se assemelha ao mecanismo da *denegação* (AUTHIER-REVUZ, 2004 [1982], p. 71-2).

Se a perspectiva da heterogeneidade constitutiva é subjacente ao conjunto das ideias do grupo de Bakhtin, como Authier-Revuz defende, então essas ideias podem, efetivamente, ser consideradas uma das forças para a constituição da problemática da heterogeneidade do discurso e, enfim, para a nova configuração teórica da AD francesa na década de 80. Sintomaticamente, depois de algum tempo, muitos pesquisadores expressando filiação na análise do discurso passam a empregar como sinônimos os termos heterogeneidade, dialogismo, polifonia e interdiscurso. Todos esses conceitos foram aproximados nos trabalhos de Authier-Revuz, cuja reflexão primou pelo estabelecimento das compatibilidades e não das especificidades distintivas. Vale ressaltar que, se essa equivalência foi feita, ela não pode ser creditada a Authier-Revuz, já que ela não deixou de apontar suas diferenças.

Gardin (2005 [1988], p. 36) assinala a proximidade das perspectivas do Círculo de Bakhtin e da AD francesa:

La conjonction de la problématique du dialogisme et de la polyphonie de Volochinov et de Bakhtine, des développements de la problématique de l'énonciation [...] sur un modèle du « parler avec » [...] et d'autre part de l'analyse de discours ou des analyses de discours montrant l'interdépendance des discours dans les études de

J.-B. Marcellesi, ou du discours « hanté par son extérieur », par l' « interdiscours », chez M. Pêcheux, ont mené de plus en plus les analystes à une étude des failles, fissures, recouvrements et autres accidents discursifs par lesquels les discours manifestent ce qu'ils cherchent à voiler : leur hétérogénéité constitutive.⁸⁰

Fica-nos bastante claro que o trabalho com/sobre as ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa, nos anos 80, tem efeitos sobre o campo muito diferentes daqueles dos anos anteriores. A referência ao pensamento do grupo russo, nesse momento, está relacionada a uma reconfiguração teórica do campo e, portanto, a seu desenvolvimento e refinamento, e não apenas a um incremento de seus conceitos e métodos. Os trabalhos do analista do discurso do grupo da AD sociolinguística, Bernard Gardin (o pioneiro, como vimos, das tentativas de articulação dos conceitos da análise do discurso como os do grupo bakhtiniano, especialmente os que constituem MFL), têm por objetivo enriquecer os conceitos e métodos da AD com os do Círculo de Bakhtin. Seus trabalhos atuam no sentido de fazê-la avançar, certamente, mas sempre dentro da problemática em que ela se desenvolvia – os conceitos bakhtinianos são aplicados para análise de problemas que a AD formulava. O que é visado é um incremento da AD; não há efeitos do diálogo com esse campo exterior no sentido de críticas, refutações, identificação de limites e erros, retificações, propostas de mudanças de rumos, de refinamento. Não queremos dizer que os trabalhos do referido analista tenham sido, por isso, pobres ou indignos de mérito; ao contrário, representaram grande feito. Mas, nos anos 80, a leitura de Bakhtin tem efeitos diretos na reformulação da teoria e do método de análise do discurso, ou seja, de seu refinamento, da superação de certas ilusões do início da jornada.

⁸⁰ A conjunção da problemática do dialogismo e da polifonia de Voloshinov e de Bakhtin, os desenvolvimentos da problemática da enunciação [...] sobre um modelo do “falar com” [...] e, de outra parte, da análise de discurso ou das análises de discurso mostrando a interdependência dos discursos nos estudos de J.-B. Marcellesi, ou do discurso “frequentado por seu exterior”, pelo “interdiscurso”, em M. Pêcheux, levaram cada vez mais os analistas a um estudo das falhas, fissuras, recobrimentos e outros acidentes discursivos pelos quais os discursos manifestam o que eles buscam esconder/dissimular: sua heterogeneidade constitutiva.

4.3.2 Efeitos da problemática da heterogeneidade na nova configuração conceitual e metodológica da AD francesa

A reflexão a seguir segue algumas teses da teoria epistemológica de Georges Canguilhem (1970). Elas resultam de análises históricas das ciências da natureza, mas certamente são válidas para outros campos, como a Análise do discurso, que, mesmo não tendo alcançado o limiar de cientificidade, são constituídos de conceitos. A primeira tese é que uma teoria comumente é constituída por conceitos de temporalidades diversas: uns mais antigos, outros mais recentes. A segunda é que os conceitos possuem uma autonomia em relação às teorias em que nascem, o que permite sua apropriação por teorias distintas daquelas em que foram produzidos. A terceira é que, no momento em que migram de uma teoria para outra, os conceitos passam por uma transformação, ajustando-se à teia dos outros conceitos já presentes. A última, por fim, é que a teoria que os “recebe” também passa por modificações na ocasião da sua entrada: toda a rede de conceitos é modificada, novas relações são estabelecidas entre eles. Com base principalmente nessa última tese de Canguilhem, discutimos um pouco sobre o modo como passam a se relacionar os conceitos preexistentes na AD francesa, tais como os de formação discursiva, interdiscurso, pré-construído e contraste, com a perspectiva da heterogeneidade constitutiva do discurso; e as possíveis modificações sofridas por esses conceitos nessa nova configuração conceitual. Entendemos que essa reflexão é importante, porque essas modificações resultam, em parte, do diálogo com as ideias do Círculo de Bakhtin.

Uma vez constituída, a problemática da heterogeneidade surte imediatamente efeitos sobre a teoria do discurso. Essa problemática é de tal forma concebida, pelos analistas do discurso, como inovadora e refinada, que é necessário que a teoria do discurso seja obrigatoriamente articulada a ela. Vê-se, assim, por um lado, certos conceitos serem rapidamente repensados, redefinidos, refinados; e, por outro, alguns conceitos serem abandonados ou se tornarem alvo de uma hesitação séria quanto a sua pertinência e capacidade heurística. E isso acontece em ambas as linhas de AD, a de Pêcheux e a da sociolinguística.

Quanto à linha de Pêcheux, o conceito de interdiscurso ganha força. Pêcheux (1988 [1975], p. 162) define o interdiscurso como “o todo complexo com dominante das formações discursivas”, isto é, um conjunto de formações discursivas que mantêm entre si relações de “desigualdade-contradição-subordinação”. Desde que as FD são pensadas

em termos de relações de aliança, oposição, subordinação, dominação, etc., os discursos passam a ser analisados da perspectiva da presença de elementos vindos de fora em seu interior e dos efeitos e das modalidades dessa presença. Relacionada à preocupação atual em analisar a sequência discursiva em sua linearidade, a atenção para as relações entre intradiscurso e interdiscurso se acentua: “A sequência só pode ser estudada se ela for posta em relação com o interdiscurso que a envolve” (MALDIDIER, 2003, p. 85). A nosso ver, essa preferência crescente por esse conceito deve-se muito ao fato de ser definido na perspectiva da presença constitutiva do outro, da problemática da heterogeneidade, enfim.

O conceito de FD, por sua vez, parece esmaecer. Busca-se analisar uma sequência discursiva muito mais em função dos elementos do interdiscurso que aí incidem, do que de seu pertencimento a uma FD. Conforme Pêcheux (1997 [1983], p. 315), “a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade, e com ela a própria a noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez também a de formação discursiva”. As classificações das FD que sustentaram os antigos trabalhos agora são marcadamente criticadas e rejeitadas. De nosso ponto de vista, essa mudança na teoria do discurso relaciona-se também aos efeitos da problemática da heterogeneidade – o conceito de FD determina, de uma certa forma, que os discursos analisados sejam apreendidos em termos de homogeneidade, não permitindo, conseqüentemente, pensar/apreender a presença do outro em seu interior. O fechamento da FD opõe-se à abertura que os conceitos de heterogeneidade constitutiva e de dialogismo (bem como polifonia, plurilinguismo, acentos axiológicos, riso) sustentam.

Quanto à AD sociolinguística, há uma tentativa de demonstrar a compatibilidade e/ou perspectiva comum entre a problemática da heterogeneidade constitutiva do discurso que agora domina a cena teórica na AD francesa e a do contraste, que era uma orientação teórica e metodológica muito forte no período anterior. A perspectiva contrastiva assenta no conceito de sociedade da teoria marxista – a existência de classes sociais antagônicas, a diversidade de classes e grupos sociais, em oposição a uma sociedade enquanto conjunto de homens. Se há grupos sociais com lugares e interesses contraditórios na sociedade, então há discursos também contraditórios, que podem e devem ser contrastados.

Conforme Gardin (2005 [1988], p. 46): “Il est alors possible de repérer une continuité entre l’analyse contrastive des discours et la focalisation sur le discours

comme hétérogénéité”.⁸¹ A análise contrastiva seria adequada às duas configurações da AD francesa, a atual e a antiga. Na fase inicial, ela era coerente com os conceitos principais de FD e de tipos de discurso, já que estes eram concebidos como entidades homogêneas que podiam ser opostas umas as outras. Na fase atual, a análise contrastiva permanece coerente com a perspectiva da heterogeneidade, já que o discurso concebido como interiormente heterogêneo reúne a diferença e a contradição em seu próprio interior. Ainda conforme o autor, o contraste deve ser buscado entre os diferentes níveis do discurso e as vozes que ele contém.

Vale destacar que Gardin assimila os conceitos de heterogeneidade, dialogismo e polifonia. Para ele, discurso heterogêneo é o mesmo que discurso polifônico. No mesmo parágrafo em que descreve a proximidade da problemática com a do contraste, ele afirma o seguinte: “Si le discours est envisagé dans sa *polyphonie*, comme contenant toujours de l’autre, comme *tentative de gérer cet autre*, l’étudier c’est alors chercher comment contrastent et s’articulent ces disparates [...]” (GARDIN, 2005 [1988], p. 47, grifos nossos).⁸² E prossegue afirmando :

De ce point de vue, dialogisme et polyphonie constituent des filiations du « contraste » ; mais avec cette différence que là où l’analyse contrastive s’intéressait [...] aux rapports d’ensembles discursifs voire à la polémique de ces ensembles [...], dialogisme et polyphonie s’intéressent aux « ennemis de l’intérieur », car il y a toujours de l’autre dans le même [...] (GARDIN, 2005 [1988], p. 47).⁸³

Para Gardin (2005 [1988]), a problemática da heterogeneidade seria um aprofundamento da concepção de discurso como unidade de contrários. Vê-se que, do ponto de vista do autor, a heterogeneidade permite um refinamento de uma concepção genuinamente marxista do discurso, sendo, portanto, compatível com ela. Nota-se uma leitura marxista das formulações de Authier-Revuz. Mas o autor defende que a abordagem dos discursos não deve deixar de, ao acentuar sua heterogeneidade, apontar também a sua homogeneidade, aquilo que faz sua identidade e sua diferença em relação a outros. O perigo seria o de cair numa homogeneização do *conjunto dos discursos* existentes numa sociedade, no consenso, o que apagaria o conflito e a contradição. E,

⁸¹ “É possível, então, localizar uma continuidade entre a análise contrastiva dos discursos e a focalização sobre o discurso como heterogeneidade.”

⁸² “Se o discurso é examinado em sua *polifonia*, como contendo sempre o outro, como *tentativa de gerenciar esse outro*, estudá-lo é então identificar como contrastam e se articulam esses disparates [...]”.

⁸³ “Deste ponto de vista, dialogismo e polifonia constituem filiações do ‘contraste’; mas com a diferença de que lá onde a análise contrastiva interessava-se [...] pelas relações de conjuntos discursivos e mesmo pela polêmica entre esses conjuntos [...], dialogismo e polifonia interessam-se pelos ‘inimigos do interior’, porque há sempre o outro no mesmo [...]”.

diríamos, significaria uma negação do pressuposto central dos conceitos de dialogismo e plurilinguismo dialogizado de Bakhtin, que estão na base da formulação de uma definição de discurso enquanto lugar da heterogeneidade.

4.3.3 A referência a Bakhtin nas linhas de AD nos anos 80

Mas, e como fica a referência direta ao Círculo de Bakhtin nas linhas de AD francesa? Vimos que, nos anos 70, Gardin citava diretamente Voloshinov, e apenas ele, aplicando seus conceitos ao desenvolvimento e ao incremento teórico e metodológico do campo. Já Pêcheux, este sustentava uma rejeição explícita a Voloshinov, pelos motivos que comentamos anteriormente. Nos anos 80, há uma mudança nessa configuração. E, certamente, o trabalho de Authier-Revuz sobre as ideias do Círculo de Bakhtin tem um papel nessa mudança.

No que concerne à linha de AD de Pêcheux, nota-se que, se não há mais aquela rejeição inicial, também não há uma referência direta a Voloshinov ou a Bakhtin, nos trabalhos práticos. Apesar da leitura feita por Authier-Revuz acerca da teoria do Círculo de Bakhtin, acentuando suas proximidades com a perspectiva da teoria do discurso francesa e desconstruindo possíveis interpretações psicologistas e imediatistas de seus conceitos, o grupo de Pêcheux permaneceu um tanto indiferente ao grupo russo. Sendo assim, pode-se dizer que, nos anos 80, a entrada dos conceitos de Bakhtin na AD de Pêcheux não se deu de modo direto, ou seja, eles não foram “incluídos” na teoria do discurso; eles não foram aplicados diretamente à resolução de seus problemas. Por outro lado, a perspectiva que rege o conjunto das ideias do Círculo de Bakhtin, esta sim é apropriada na AD de Pêcheux, por meio da problemática da heterogeneidade à qual os trabalhos de Authier-Revuz dão um acabamento; trata-se de uma apropriação bastante indireta, portanto.

Já na linha de AD da sociolinguística, especialmente nos trabalhos de Gardin, o Círculo de Bakhtin é citado diretamente (como no período anterior). Nota-se que há uma ampliação significativa da referência às ideias do grupo: passam a ser mobilizados conceitos como os de diálogo e de polifonia, e não mais unicamente os de signo ideológico, de discurso relatado, de ideologia, que eram mais empregados na fase anterior. Esses novos conceitos são aplicados para pensar as novas questões e os novos objetos da análise do discurso. Voloshinov e MFL permanecem na posição de destaque,

mas Bakhtin começa a ser citado diretamente, sobretudo as suas obras *Problemas da poética de Dostoievski* e *A cultura popular na Idade média e no Renascimento*. Há também citações de trechos de textos de Bakhtin reproduzidos originalmente na obra de Todorov *Mikhail Bakhtine* (1981), especialmente de “O discurso no romance”. Veremos que, nessa fase, Gardin constantemente articula posições de Bakhtin e de Voloshinov, posições essas muito próximas. O autor privilegia aquelas formulações de Bakhtin que estão em relação de paráfrase com MFL.

Na Introdução de sua Tese de Estado, intitulada *Langage et Travail: Etudes sociolinguistiques de discours ouvriers en entreprise*, de 1988, Gardin faz uma retrospectiva de sua trajetória teórica, abordando seus interesses, suas questões, seus objetos e sua orientação teórica e metodológica. Quanto aos objetos de análise, eles são dois: o discurso sindical e o discurso dos “grupos de expressão direta”. O primeiro era objeto de suas pesquisas desde a sua Tese de Terceiro Ciclo, na qual era contrastado com o discurso patronal (Cf. GARDIN, 1976), e agora ganhava uma abordagem nova, sendo explorado quanto a outros aspectos. O segundo é mais atual, tendo se tornado objeto de suas pesquisas da década de 80. O interesse do autor por esse último objeto, o discurso dos grupos de expressão direta, coaduna-se com as mudanças que afetaram a AD francesa nos anos 80 (que expusemos anteriormente). Gardin cita a descrição feita por Robin (1986, p. 127) acerca do tipo de *corpus* que agora interessa à AD: são os *corpora* ligados “à l’espace socio-ethnométhodologique, au conversationnel, au langage ordinaire, à des échanges dialogiques de discours non stabilisés par des institutions imposant des contraintes rhétoriques de genre”.⁸⁴

Conforme Gardin, os “grupos de expressão direta”, criados por uma lei, consistem em grupos de operários que devem se reunir no interior mesmo das empresas, a fim de expressar suas opiniões sobre o trabalho na empresa, devendo interagir, trocar opiniões, debater; destes, constitui-se um outro grupo com alguns dos trabalhadores, que se reúnem com a direção da empresa para expor o resultado das discussões. Segundo Gardin (2005 [1988], p. 61): “Dans ces groupes, des locuteurs qui jusqu’alors ne pouvaient réfléchir collectivement sur le travail de leur atelier – à moins de participer

⁸⁴ “ao espaço sócio-etnometodológico, ao conversacional, à linguagem ordinária, às trocas dialógicas de discursos não estabilizados por instituições que impõem constrangimentos retóricos de gênero”.

à l'activité syndicale – mettent leur travail en mots, l'analysent, proposent des modifications”.⁸⁵

O interesse do autor incide sobre as “novas práticas languageiras” que se constituem nesse novo tipo de interação social e também sobre a “natureza das interações que aí se instauram” (GARDIN, 2005 [1988], p. 60-1). Essas novas práticas languageiras (bem como outras mais antigas estudadas por um conjunto de pesquisadores da AD sociolinguística, ou mesmo da sociolinguística), todas elas ocorrendo no trabalho, na fábrica, na empresa, constituem *corpora* que o autor classifica, com base nas formulações do Círculo de Bakhtin, em “gêneros do cotidiano” (gêneros primários orais ou escritos). Essas práticas languageiras, segundo Gardin, dão-se num contexto de interação entre falantes socialmente definidos, numa situação ela também definida socialmente – trata-se de trabalhadores (operários, no caso de Gardin) na situação de trabalho na empresa, ou seja, em situações sociais ligadas diretamente à infraestrutura da sociedade capitalista.

Para Gardin, o estudo dos gêneros e discursos do cotidiano, sejam orais, sejam escritos, coloca em foco o que Voloshinov chama de ideologias do cotidiano e também os usos linguísticos do cotidiano, as variações em relação à língua e à norma linguística. Esses *corpora* próprios da ideologia do cotidiano permitiriam melhor observar os processos de produção do novo (novas formas, novos signos, novos sentidos) em relação com as mudanças na infraestrutura. O conceito de ideologia do cotidiano e suas características, seu modo de funcionamento, sua relação com a base da sociedade, formulados por Voloshinov, são agora aplicados na AD sociolinguística, devido a sua atual configuração, suas novas preocupações. No período anterior todas essas formulações permaneceram opacas aos analistas do discurso.

Gardin agora observa que Voloshinov, desde 1929, já convidava a estudar as práticas languageiras nas “micro-situações” sociais das quais elas fazem parte, inclusive oferecendo caminhos para esse estudo. O caminho aberto por Voloshinov seria o da teorização que ele faz sobre as relações entre os fenômenos *infra* e superestruturais: as “micro-situações” são concebidas como plenamente sociais e articuladas à sociedade global (não autonomizadas, portanto); ambas entretêm relações dialéticas e dinâmicas; as primeiras não são simples reflexo da última. Vale destacar que Gardin acentua esse

⁸⁵ “Nesses grupos, os locutores que até agora não podiam refletir coletivamente sobre o trabalho de seu ateliê – a menos que participassem da atividade sindical – colocam seu trabalho em palavras, analisam-no, propõem modificações”.

caráter das “micro-situações” sociais por dois motivos: o primeiro é, evidentemente, seu interesse pelas ditas micro-situações; o segundo, é um posicionamento crítico relativo à análise da conversação, que tenderia, conforme o analista, a isolar completamente da vida social global os eventos do cotidiano sobre os quais ela se debruça.

Gardin entende que a concepção de comunicação de Voloshinov seria fundamental para o estudo dessas práticas languageiras nas micro-situações sociais – ela superaria não só a da linguística estruturalista, mas também a da sociolinguística variacionista, na medida em que considera o papel do interlocutor no processo e não apenas o do locutor. “Dans le nouveau paradigme inauguré par Bakhtine-Volochinov, on parle avec: l'énoncé est une production conjointe des participants de l'interaction” (GARDIN, 2005 [1988], p. 35).⁸⁶

Conforme Gardin (2005 [1988], p. 35): “La problématique de l'interaction permettait de sortir radicalement d'une conception instrumentale du langage dans laquelle les discours ne font que refléter des places acquises en dehors des pratiques linguistiques”.⁸⁷ Para o autor francês, as formulações de Voloshinov permitem sustentar que os interlocutores são produzidos como atores sociais pela relação socioverbal – a linguagem também cria o grupo e não apenas reflete uma existência já-lá derivando unicamente da estrutura social (relações de classe, posse dos meios de produção). Nota-se que aqui Gardin tenta articular as formulações do autor russo a uma posição própria de alguns trabalhos de AD nos anos 80, a qual tende a não mais tomar por objeto grupos sociais estabelecidos *a priori*, por meio de categorias sociológicas, para identificar sua individualização linguística, mas sim a investigar a constituição desses grupos por meio das suas práticas de linguagem.

Gardin, pela natureza do *corpus* que analisa, dá ênfase à interação direta entre sujeitos falantes na produção de seu discurso, nas suas trocas dialógicas, na sua comunicação interpessoal. Ele eleva, assim, a primeiro plano as questões da comunicação, da interação e do diálogo, abordadas pelo Círculo de Bakhtin. No período anterior, diferentemente, quando os objetivos das pesquisas eram as análises de discursos visando a sua comparação e contraste, essas questões não eram abordadas. Os discursos, tomados em seu fechamento, em sua unidade, não eram observados do ponto de vista da interação e do diálogo.

⁸⁶ “No novo paradigma inaugurado por Bakhtin-Voloshinov, *fala-se com*: o enunciado é uma produção conjunta dos participantes da interação”.

⁸⁷ “A problemática da interação permitia sair radicalmente de uma concepção instrumental da linguagem na qual os discursos apenas refletem os lugares adquiridos fora das práticas linguísticas”.

A nosso ver, Gardin tem a tendência, devido a esse *corpus* e a esses problemas, a abordar a polifonia, o dialogismo, a comunicação e a interação no *sentido estrito*: as estratégias conversacionais, a interação entre os interlocutores, os turnos de fala, as adaptações sofridas por um discurso quando ele muda de sua modalidade oral para a escrita. Em outras palavras, é uma apropriação que destaca um aspecto do conceito de diálogo do Círculo de Bakhtin – o seu aspecto mais imediato, mais estrito. Essa leitura e apropriação são bem diferentes daquelas que marcam os trabalhos de Authier-Revuz, por exemplo, que se atêm à concepção mais *ampla* do diálogo e da interação, abordando-os no nível dos discursos e das FD e não propriamente no dos sujeitos falantes.

Gardin destaca, ainda, o modo como o grupo de Bakhtin aborda e desenvolve a questão do papel da alteridade no discurso. As formulações de Voloshinov sobre o discurso relatado, conforme o autor, assentam na *problemática da polifonia* e esta “donnait une autre dimension à cette question, la constituant en entrée vers l’étude d’une propriété fondamentale des pratiques linguistiques” (GARDIN, 2005 [1988], p. 35-6).⁸⁸ A abordagem das práticas linguísticas em termos de polifonia teria permitido descobrir, no centro dessas práticas, a alteridade e seu papel fundamental: “L’altérité apparaît comme une catégorie nécessaire et a priori de l’énonciation, au même plan que l’espace et le temps” (GARDIN, 2005 [1988], p. 36).⁸⁹ Talvez possamos identificar nessas considerações um eco das reflexões de Authier-Revuz e de Todorov sobre as ideias do Círculo de Bakhtin, as quais acentuam a importância da alteridade. Nas primeiras análises de Gardin, não há efeitos dessa perspectiva da primazia da alteridade no discurso, o que é um índice de que essa perspectiva não entrara no horizonte do autor. Repetimos nossa posição de que tal perspectiva só fica realmente clara em toda a sua complexidade com uma leitura conjunta da obra do Círculo de Bakhtin.

Se no período anterior, Gardin ateu-se quase exclusivamente a MFL, de Voloshinov, agora parece haver uma leitura global, em conjunto, da obra do Círculo. Um índice disso pode ser a assimilação, feita pelo autor francês, entre os conceitos de dialogismo e polifonia em algumas de suas considerações. Na medida em que há vozes diversas no enunciado, no discurso, ele é *polifônico*. Gardin atribui ambos os conceitos a Voloshinov e a Bakhtin, ainda que, em MFL, esses termos não apareçam.

⁸⁸ “dava uma outra dimensão a esta questão, constituindo-a em entrada para o estudo de uma propriedade fundamental das práticas linguísticas”.

⁸⁹ “A alteridade aparece como uma categoria necessária e *a priori* da enunciação, no mesmo plano que o espaço e o tempo”.

A primazia continua, porém, incidindo sobre os conceitos presentes em MFL. Recorre-se a Bakhtin, na maioria das vezes, a propósito de formulações que expressam posições extremamente próximas daquelas de MFL, formulações que estão em relação de paráfrase com as de Voloshinov. Isso acontece, por exemplo, quando Gardin (2005 [1988]) trata da *polifonia generalizada* como sendo um dos grandes aportes de *Voloshinov* para a AD francesa e a sociolinguística. O autor cita uma passagem de *Bakhtin*, do artigo “O discurso no romance”, citada originalmente em Todorov (1981), em que o autor russo avança que as palavras são habitadas por variadas vozes; sentem os lugares, os contextos, os gêneros, que frequentaram; são pluriacentuadas, enfim. Trata-se de uma formulação muito próxima daquela de Voloshinov a respeito dos índices sociais de valor que as classes sociais distintas imprimem nos signos. É o mesmo caso do trabalho de 1979 sobre discurso político e expressividade, que comentamos anteriormente. Nele, Gardin recorre às considerações de Bakhtin sobre a paródia, tecidas em *Problemas da poética de Dostoievski*, destacando a tese de que, nos casos de paródia, há duas vozes opostas numa mesma palavra e cada uma delas imprime nessa palavra uma orientação de sentido que é também oposta. É uma tese em que está implicada a dinâmica conflituosa entre duas vozes; em que trabalha a concepção da palavra como arena de luta entre duas vozes, tese essa já desenvolvida em MFL. Um último caso a comentar é o da mobilização do conceito de gêneros discursivos, de Bakhtin. Vimos acima que Gardin apela para esse conceito para definir o tipo de *corpus* que analisa agora. Gardin aproxima o conceito de gêneros discursivos primários, conforme definidos por Bakhtin (esses gêneros simples da comunicação cotidiana, espontânea, os quais têm uma relação imediata com a realidade existente) com a proposição de Voloshinov acerca da existência, no contexto da vida cotidiana, da produção, da infraestrutura, de um conjunto de *formas de discurso* que expressam a ideologia do cotidiano.

Mas podemos dizer que Gardin também *articula* Bakhtin e Voloshinov. No artigo sobre discurso político e expressividade (*Cf.* GARDIN, 2005 [1979]), o autor tenta elaborar uma hipótese sobre como o discurso político poderia vir a funcionar segundo a modalidade da identificação e do reconhecimento, mas de forma que esse reconhecimento não implicasse a ilusão/mistificação (que é sua modalidade única no contexto da ideologia dominante). Em outras palavras, como o discurso político poderia se tornar verdadeiro, estar mais próximo da realidade. A hipótese de Gardin une proposições de Bakhtin e de Voloshinov. De Voloshinov, ele retoma a tese de que a

ideologia do cotidiano e a linguagem da vida real, que lhe dá a sua forma, refletem as mudanças sociais em curso. As organizações políticas/de massa (partidos, sindicatos etc.) deveriam, assim, ouvir essa linguagem e essa ideologia, e depois organizá-las, sistematizá-las, refiná-las, até constituírem um discurso refletindo verdadeiramente as novas realidades sociais, as mudanças em curso. O papel das organizações políticas deveria ser o mesmo papel que Bakhtin identifica em Rabelais, em sua obra sobre esse autor – o do corifeu, que revela com clareza a plenitude da língua original e difícil do povo.

Para concluir, algumas palavras sobre a leitura que Gardin faz de Voloshinov nessa época. Em primeiro lugar, o analista do discurso continua considerando Voloshinov o autor de MFL. Em segundo, continua concebendo essa obra como efetivamente marxista. Por fim, sustenta uma oposição aos que tendem a atribuir a Bakhtin a autoria dessa obra.

Nous continuons [...] à attribuer à Volochinov *Marxisme et philosophie du langage* [...]. Rappelons que l'attribution de l'ouvrage à Bakhtine par les Editions de Minuit s'est effectué dans le cadre d'une « démarxisation » de l'ouvrage désignant dans celui une substantifique moelle bakhtinienne et un habillage marxiste de circonstance attribuable à Volochinov (GARDIN, 2005 [1988], p. 33).⁹⁰

Como se vê nessa passagem, Gardin entende que o gesto de apagar a autoria de Voloshinov vem acompanhado de um argumento de que esse estudioso apenas deu uma roupagem marxista à obra, o que significaria um esvaziamento de sua orientação efetivamente marxista. O problema de tal gesto, do ponto de vista do autor, é que ele estaria a serviço de uma leitura pragmática dessa obra, a qual apagaria sua perspectiva particular e sua inovação. Gardin não abriu mão, não rejeitou sua orientação marxista nessa época, que, segundo alguns historiadores do campo, era uma tendência da parte de alguns analistas do discurso. Sua perspectiva marxista é tal que acaba interferindo na escolha que faz dos conceitos retirados das obras exclusivas de Bakhtin e na leitura mesma desses conceitos.

Como dissemos anteriormente, na década de 1980, há uma ampliação do campo da AD francesa, com a constituição de novos grupos de análise do discurso ou de novos

⁹⁰ “Continuamos [...] a atribuir a Voloshinov *Marxismo e filosofia da linguagem* [...]. Recordemos que a atribuição da obra a Bakhtin pelas *Editions de Minuit* efetuou-se no âmbito de uma “des-marxização” da obra que designa, nesta, uma medula bakhtiniana e uma roupagem marxista de circunstância atribuível a Voloshinov.”

analistas do discurso que não são ligados diretamente a nenhum dos grupos antigos, mas empregam conceitos produzidos ao longo da história da disciplina. Nota-se que há referência às ideias do Círculo de Bakhtin nesses novos trabalhos de AD. Podemos citar, a título de ilustração, um trabalho de Maingueneau, o *Gênese dos discursos*. Trata-se de um livro, publicado em 1984, que, conforme informa o próprio autor, desenvolve a reflexão teórica que embasou a pesquisa realizada por ele, ainda nos anos 70, sobre a “semântica dos discursos devotos”.

Maingueneau (2005) anuncia que seu trabalho parte do pressuposto do primado do interdiscurso sobre o discurso, o qual se liga, a seu ver, à perspectiva da heterogeneidade constitutiva. Ele se inscreve, assim, na problemática da AD francesa tal como se configurava nos anos 80, ainda que formule conceitos próprios e mobilize conceitos de outros campos de saber. Maingueneau faz uma análise de dois discursos religiosos, o jansenista e o humanista devoto, mas do ponto de vista da relação constitutiva entre eles e não de seu fechamento e sua unidade. Seu enfoque incide sobre as relações de dominação entre esses dois discursos, nas quais um se constitui como primeiro e outro, como segundo.

Dada sua perspectiva, uma problematização sobre o Outro e o Mesmo e sobre o papel do Outro no/para o Mesmo é primordial. Por isso, avança Maingueneau (2005, p. 39) que “[...] o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior [...]. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio”. Para o autor, decorre dessa tese uma proposição teórica, a de que todo enunciado do discurso tem “caráter essencialmente dialógico”; e uma orientação teórica: “Não se terá que limitar a orientação ‘dialógica’ apenas aos enunciados portadores de citações, de alusões, etc.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 39).

Conforme Maingueneau (2005, p. 34-5), suas formulações, como estas comentadas no parágrafo anterior, se inscrevem particularmente na perspectiva própria de Bakhtin acerca da “heterogeneidade constitutiva” do discurso. Para o autor, as pesquisas do Círculo de Bakhtin seriam “precursoras” na teorização da alteridade como fundamento do discurso. Vê-se, entretanto, que a leitura que o autor francês faz das ideias do Círculo de Bakhtin está muito próxima daquela de Authier-Revuz – o referido estudioso, apesar de citar passagens de Bakhtin (retiradas da obra de Todorov e não das obras originais), não apresenta uma leitura particular das ideias do grupo russo.

Vale, ainda, comentar um aspecto de outra obra de Maingueneau, esta de divulgação dos conceitos da AD francesa, *Novas tendências em análise do discurso*, de

1987. Nesse livro, o autor expõe e explica um conjunto de conceitos formulados ao longo da trajetória do referido campo, bem como faz uma apreciação crítica dos primeiros métodos de análise, como o dos termos-pivô. Afirma-se, nessa obra, que os trabalhos do Círculo de Bakhtin “fazem do ‘dialogismo’, da relação com o Outro, o fundamento de toda discursividade e recusam-se a considerar a constituição dos sujeitos falantes independentemente deste dialogismo generalizado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 111). Retoma-se e confirma-se, aí, uma posição expressa na obra teórica acima referida. Essa formulação, por estar numa obra de divulgação, certamente tem um papel na ampliação das referências no campo da AD às ideias do Círculo de Bakhtin. Talvez aí esteja uma pista para começarmos a desvendar o processo pelo qual Bakhtin passa a ser tomado, nos trabalhos realizados no campo da AD depois do período que abordamos neste trabalho, como um de seus pilares ou fundadores.

Nos anos 1980, há uma recepção de tipo diferente das ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa. Como vimos, nos anos 70, há uma recepção positiva no grupo da AD sociolinguística e uma aplicação de seus conceitos nos trabalhos práticos, especialmente nos de Gardin. Essa recepção e aplicação estavam restritas, entretanto, à obra MFL, de Voloshinov (isto é, não incidiam sobre a obra do Círculo de Bakhtin como um todo), ainda que essa restrição não possa ser considerada empobrecedora ou de pouca capacidade heurística, já que a referida obra é constituída por pressupostos e conceitos formulados em conjunto pelo grupo russo. Por outro lado, no grupo de Pêcheux, há uma recepção negativa das ideias de Bakhtin e uma rejeição a sua apropriação no referencial teórico e metodológico da AD.

No que consiste essa diferença? Em primeiro lugar, a recepção de Bakhtin na AD nos anos 80 não se restringe mais a MFL, mas engloba o conjunto da obra do grupo (vimos acima que tanto Authier-Revuz quanto Gardin fazem uma leitura dos vários trabalhos do grupo). Isso é possível porque agora estão à disposição em francês as coletâneas de artigos: *Esthétique et théorie du roman* (1978) e *Esthétique de la création verbale* (1981), e não mais apenas *Problemas de poética de Dostoievski*, *A cultura popular na Idade média e no Renascimento* e *Marxismo e filosofia da linguagem*. Além disso, está disponível também o livro de Todorov (1981), que não somente apresenta os principais conceitos do grupo, mas também traz em anexo alguns outros artigos traduzidos para o francês.

Essa leitura de conjunto, tal como a de Authier-Revuz e a de Todorov, conduz a desfazer um preconceito corrente no período anterior. Esse preconceito – que talvez

derive da introdução de Bakhtin no campo literário por meio de Kristeva – era relativo a uma leitura estrita de Bakhtin, que só trataria de literatura e de romance, ou que seria um crítico literário especializado em Dostoievski e em Rabelais. Ainda que Authier-Revuz apresente Bakhtin como semiótico e crítico literário, ela entende que suas formulações sobre o dialogismo dizem respeito a problemas de campos como a análise do discurso, a teoria da enunciação, e mesmo a epistemologia das ciências humanas.

A partir dessa leitura e apresentação mais ou menos ampla das ideias do Círculo de Bakhtin, organizadas em torno do conceito de dialogismo, feita por Authier-Revuz (2004 [1982]), a linha sociolinguística de análise do discurso passa a se referir não apenas a Voloshinov, mas também a Bakhtin. Ainda que Gardin, em alguns trabalhos da década de 70, recorresse a conceitos de Bakhtin, tratava-se de uma referência “lateral”, de poucos efeitos teóricos ou práticos; e, mais que isso, não havia nesses trabalhos uma apropriação de conceitos como dialogismo, vozes sociais ou gêneros do discurso. Já a linha de Pêcheux passa aos poucos a integrar a referência a Bakhtin e/ou Voloshinov (mas há que considerar que o grupo de Pêcheux fala muito mais de heterogeneidade do que de dialogismo ou polifonia). Nessa linha, há uma abertura relativa, condicionada, às ideias do grupo de Bakhtin, cujo filtro é o trabalho de Authier-Revuz.

Em segundo lugar, a recepção do Círculo de Bakhtin no campo da AD francesa é agora inserida no contexto da institucionalização da análise do discurso e da Linguística social, realizada, dentre outros, por Gardin. Essa institucionalização passa não só pela criação de disciplinas universitárias de análise do discurso e sociolinguística, mas também pela publicação de manuais de divulgação dos conceitos da análise do discurso. No programa das disciplinas e nas referências dos manuais, estão incluídas as obras do Círculo de Bakhtin. No artigo intitulado “1788, Utilisation d’un film pour une introduction à la sociolinguistique”, Gardin descreve como utiliza uma sequência de um filme – o *1788* – para introduzir as problemáticas da análise do discurso e da sociolinguística aos alunos. A análise que o autor faz da referida sequência é toda ela embasada nos conceitos da AD francesa e do Círculo de Bakhtin. No decorrer da análise, Gardin enumera os autores e as obras específicas em que as questões são abordadas, não deixando de remeter para o primeiro manual de Análise do discurso, *Initiation aux méthodes de l’analyse du discours*, elaborado por Maingueneau e publicado em 1976.

Vê-se que o Círculo de Bakhtin é, nesse momento, tido como uma referência obrigatória na análise do discurso, pelo menos para alguns de seus protagonistas. Os

efeitos dessa situação são a disseminação cada vez maior da referência a Bakhtin nas pesquisas que passam a ser realizadas desde então. A luta inicial do grupo da sociolinguística pela legitimação, naquele momento, de Voloshinov agora está encerrada, com o interesse crescente pelas ideias do Círculo de Bakhtin no campo da AD, da sociolinguística e da Linguística:

[...] les références à Volochinov et plus largement aux travaux du « Cercle de Bakhtine » sont devenues innombrables en analyse de discours : « hétérogénéité », « pluri-accentuation » du signe, « dialogisme », « polyphonie », ont intégré la terminologie de l'analyse de discours et toute la linguistique (GARDIN, 2005 [1988] p. 33).⁹¹

⁹¹ “[...] as referências a Voloshinov e mais largamente aos trabalhos do ‘Círculo de Bakhtin’ se tornaram incontáveis em análise de discurso: ‘heterogeneidade’, ‘pluriacentuação’ do signo, ‘dialogismo’, ‘polifonia’, integraram a terminologia da análise do discurso e de toda a linguística.”

CONCLUSÃO

Nosso trabalho teve como objetivo investigar o percurso das ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa, no período de 1970-80, o de sua emergência e expansão, percurso durante o qual Bakhtin vai se tornando uma referência obrigatória no campo. Nossa reconstituição desse processo partiu de um pressuposto básico, o da heterogeneidade do campo da AD. Uma investigação acerca desse percurso deveria necessariamente considerar não apenas as características comuns que unem as diferentes linhas ou tendências particulares de análise do discurso, permitindo que se fale de uma “AD francesa”, mas principalmente e, sobretudo, as suas especificidades, pois elas estão diretamente implicadas no tipo de recepção que o grupo russo teve no interior do referido campo.

Nossa investigação levou-nos a estabelecer, por imperativos metodológicos, duas recepções distintas das ideias do grupo de Bakhtin – uma típica do período de 1974-9 e outra, da década de 1980. Essas duas recepções foram marcadas por diferenças significativas não apenas quanto à amplitude da referência aos conceitos de Bakhtin nos trabalhos práticos, mas também quanto aos efeitos da apropriação desses conceitos. A primeira recepção, a inaugural, caracteriza-se por: uma referência praticamente exclusiva a uma obra de um dos membros do Círculo – *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Voloshinov; também por uma divergência profunda, entre as linhas da AD sociolinguística e da AD de Pêcheux, quanto à pertinência da apropriação dos conceitos formulados na referida obra para o desenvolvimento teórico e metodológico da Análise do discurso; e, enfim, por uma aplicação/apropriação desses conceitos aos problemas e objetos dos analistas do discurso, aplicação na qual eram, na maioria das vezes, articulados a outros formulados no interior do campo, cujo efeito poderia ser definido como um incremento do corpo conceitual e da metodologia da disciplina. A segunda recepção, por sua vez, apesar de guardar alguns traços da primeira, destaca-se por: uma ampliação da referência ao Círculo de Bakhtin, tanto no que respeita aos conceitos aplicados/apropriados (fato determinado pelas mudanças operadas na disciplina) quanto no que tange às suas obras – agora, recorre-se amplamente a Voloshinov e a Bakhtin, em seus diversos trabalhos; mas o que marca profundamente essa segunda recepção, de acordo com nossa análise, é o efeito que ela tem sobre o campo, de natureza distinta do efeito de incremento da recepção anterior – agora, as

ideias do Círculo de Bakhtin têm um papel fundamental (junto a outros determinantes, certamente) na definição da nova problemática que estava em elaboração há algum tempo – a da heterogeneidade – e, portanto, da nova configuração teórica e metodológica da disciplina; em outras palavras, as ideias de Bakhtin estão ligadas a uma reformulação e a um refinamento da teoria e da análise do discurso.

Como se viu no decorrer do trabalho, a linha de AD sociolinguística foi a introdutora das ideias do Círculo de Bakhtin no campo da AD francesa por meio, primeiramente, da obra *Introdução à sociolinguística*, de Marcellesi e Gardin. Nesse grupo, Voloshinov foi concebido como um precursor, e o conjunto de conceitos reunidos em MFL como uma herança para a AD (como também para a Linguística social). O filósofo russo foi tomado como precursor porque, para os analistas do grupo da sociolinguística, os problemas que ele investigava eram, em grande medida, os mesmos da AD – as relações entre a base econômica da sociedade e a superestrutura ideológica; as relações entre linguagem e sociedade; as relações entre ideologias e linguagem. Voloshinov era tido como aquele que havia formulado, algumas décadas antes, a maioria dos problemas com que atualmente a AD se debatia.

A obra MFL, por seu turno, foi considerada uma herança para a AD e para a Linguística social, por, pelo menos, dois motivos. Em primeiro lugar, conforme os sociolinguistas, as ideias (conceitos, teses, posições etc.) que constituem essa obra foram formuladas a partir de uma orientação teórica marxista (a mesma dos sociolinguistas) sendo, portanto, coerentes com as pesquisas então desenvolvidas e podendo ser apropriadas com vistas à resolução de seus problemas. Em segundo, pela crítica que essa obra faz às ideias de Saussure e, por tabela, a toda a Linguística estruturalista fundada com base nelas.

Vimos que os membros do grupo da AD sociolinguística estavam envolvidos não somente em desenvolver uma análise do discurso, mas também em refundar a Linguística, colocando-a no eixo de uma verdadeira ciência social (do qual estaria ainda bem distante). Conforme demonstramos, no ver dos sociolinguistas, Voloshinov lançara as bases para uma tal refundação, a partir de sua perspectiva histórica e sociológica, ao: eleger como objeto da Linguística a transformação linguística e não o sistema; estabelecer as causas e as condições dessa transformação; postular a ordem de estudos dos fenômenos linguísticos, partindo do mais amplo para o mais estrito; propor uma re-articulação da Linguística – essa ciência passaria a tratar, desde então, dos fenômenos linguísticos em seu globalidade sem excluir de seu escopo qualquer fenômeno que

fosse. Essa nova Linguística projetada por Voloshinov era a mesma que os sociolinguistas visavam a construir – a que abarcaria naturalmente, como um de seus objetos, o discurso.

Nossa investigação permitiu-nos notar que, na linha de AD de Pêcheux, contrariamente, Voloshinov não foi encarado nem como precursor nem como herança para a análise do discurso. Para Pêcheux, os caminhos oferecidos pelo autor poderiam conduzir a AD a retornar a um estado pré-teórico (isto é, pré-científico) com o qual se objetivava romper. A investigação que fizemos a respeito dessa posição permitiu-nos concluir que MFL seria, na ótica de Pêcheux, uma obra pré-teórica devido a não somente tudo aquilo que ela rejeitava, mas também aquilo que ela acolhia. É certo que essa obra acolhia um conjunto de conceitos marxistas, tentando elaborar uma solução para problemas do campo marxista. No entanto, a reflexão de Voloshinov não assentava, do ponto vista do autor francês, sobre os conceitos científicos de Marx, sobre o núcleo científico de sua obra, mas sobre os conceitos ainda impregnados de um ranço ideológico, os quais não poderiam embasar uma teorização científica. Além disso, Voloshinov rejeitava os conceitos (incontestavelmente científicos, para Pêcheux) formulados por Saussure e por Freud – o autor elidia a ordem da língua (acolhendo uma vaga ordem da “língua” em sua totalidade) e a ordem do inconsciente (adotando o conceito de consciência e a perspectiva do sujeito centrado e consciente). A consequência dessas escolhas de Voloshinov seria a elaboração de um conjunto de formulações pré-teóricas, muito próximas de uma pragmática, de uma teoria da enunciação e de uma análise da conversação, com as quais a AD de Pêcheux visava a romper, sendo uma alternativa a elas.

A sequência de nossa exposição demonstrou que, nos anos 80, há uma mudança na referência às ideias do Círculo de Bakhtin na AD francesa, e ela se relaciona a vários fatores inter-relacionados de forma que fica difícil estabelecer uma hierarquia. Um deles é a leitura das ideias bakhtinianas, por Authier-Revuz, cujos estudos até então não tinham exercido nenhum papel no processo. Outro, é o início de uma mudança de problemática na AD que acontece nesse período. Mas esses fatores são relacionados, porque os estudos de Authier-Revuz favorecem a definição e a consolidação dessa nova problemática, ao mesmo tempo em que essa problemática nascente favorece a produção de sua perspectiva, ela mesma derivada de uma leitura do Círculo de Bakhtin.

Na leitura de Authier-Revuz, o Círculo de Bakhtin é concebido como um precursor da problemática que se esboçava na AD – a da heterogeneidade; da

problemática da relação de interconstituição entre os discursos e os sentidos. A leitura que Authier-Revuz faz das ideias do Círculo de Bakhtin é, em parte, determinada pela própria perspectiva da AD francesa e, em parte, pela da Psicanálise de Freud/Lacan. É uma leitura, como vimos, que rejeita uma interpretação do conceito de diálogo ou dialogismo (bem como de todo o conceitual bakhtiniano) em um quadro interacionista e/ou psicologista, em que dois falantes se encontram numa conversa face a face. Os trabalhos de Authier-Revuz, postulando a tese da heterogeneidade, conforme nossa análise, tiveram efeitos na relação das linhas de análise do discurso com as ideias de Bakhtin, efeitos esses diferentes.

Na AD sociolinguística, conforme demonstramos, há uma ampliação da referência a Bakhtin: outros conceitos do grupo – que, na fase anterior, não haviam entrado em seu horizonte – são apropriados e aplicados, especialmente o de diálogo/dialogismo e o de gêneros discursivos. Não apenas Voloshinov, mas também Bakhtin são amplamente referidos nos trabalhos de Gardin e de outros. Essa ampliação está, a nosso ver, ligada aos trabalhos de Authier-Revuz, que privilegiam uma leitura de conjunto das obras do Círculo de Bakhtin. Mas alguns aspectos da leitura que a autora francesa faz das ideias do grupo russo não são levados em conta nos trabalhos dessa linha. O interesse existente agora por discursos orais, cotidianos, não institucionalizados e não legitimados, bem como o diálogo (crítico, certamente) com a análise da conversação e a etnometodologia determinam uma apropriação desses conceitos justamente na perspectiva que Authier-Revuz rejeitara – aquela de uma concepção mais estrita e interacionista do diálogo.

Na AD de Pêcheux, diversamente, não se nota a emergência imediata de uma referência geral ou ampla às ideias do Círculo de Bakhtin, mas apenas um olhar menos restritivo a elas, isto é, um olhar menos “desconfiado”, mais familiar. Essa mudança na forma de encarar as ideias do grupo deveu-se, conforme nossa exposição, ao fato de Authier-Revuz acentuar, no conceito de dialogismo, sua perspectiva, digamos, para empregar um termo de Pêcheux, anti-humanista, aquela da relação de interconstituição entre *discursos* ou *FD*, e não da relação entre dois sujeitos que trocam réplicas num diálogo; aquela em que as palavras não têm origem no sujeito que as emprega, mas conheceram um percurso em diversos contextos dos quais ganharam seus sentidos e seus acentos valorativos. Esse olhar mais aberto, mais receptivo seria, talvez, um primeiro passo para o processo que se daria a seguir, aquele em que, efetivamente,

analistas do discurso filiados a Pêcheux passariam a citar diretamente Bakhtin e o Círculo.

Em suma, considerando a existência de linhas distintas de análise do discurso compondo o que chamamos de AD francesa, podemos dizer que, na linha sociolinguística, Bakhtin, ou mais precisamente Voloshinov, foi imediatamente considerado como uma herança, um precursor, já que tratara alguns anos antes e de um ponto de vista comum do que a AD tratava agora, enquanto que, na linha de Pêcheux, Bakhtin só foi considerado como tal a partir dos anos 80, com o trabalho de Authier-Revuz sobre seus conceitos.

Podemos avançar uma explicação para isso, e ela passa pelas diferentes problemáticas que caracterizam as fases da AD. Authier-Revuz concebe Bakhtin, e assim o apresenta, como um precursor, como um pensador que tem uma reflexão próxima daquela da Análise do discurso tal como se configurava desde finais dos anos 1970; mas também como um pensamento de que é preciso se apropriar, que é preciso torcer, na medida em que não trabalha com os mesmos conceitos e os mesmos pressupostos. Do ponto de vista de Authier-Revuz, certamente Bakhtin não poderia ser considerado um precursor da AD francesa, se a sua problemática tivesse permanecido aquela da homogeneidade, do fechamento, do acabamento. Os analistas do discurso filiados a Pêcheux, ou que seguem algumas linhas gerais de sua abordagem do discurso, partem desse princípio quando citam diretamente Bakhtin, quando empregam seus conceitos. Gardin, representante da linha de AD sociolinguística, diversamente, sempre considerou o Círculo de Bakhtin como um precursor da AD e, de seu ponto de vista, não há uma distância grande entre o conceitual do grupo russo e o da AD, mesmo considerando as transformações pelos quais passou este último – para Gardin, como vimos, a problemática do contraste (ligada diretamente a da homogeneidade e do fechamento) seria próxima a da heterogeneidade, não havendo uma grande discrepância entre elas, tal como se concebe no grupo de Pêcheux; tanto a problemática do contraste quanto a da heterogeneidade seriam filiações dos conceitos de dialogismo e polifonia.

Mas devemos ressaltar que não foi somente devido às transformações que afetaram o corpo teórico e metodológico da AD francesa que o Círculo de Bakhtin passou a ser uma referência mais geral no campo, incluindo a linha de Pêcheux que antes a rejeitara. Uma outra transformação foi tão importante quanto a primeira – aquela pela qual as próprias ideias do Círculo de Bakhtin passaram quando da leitura de

Authier-Revuz, a partir do referencial da AD de Pêcheux e da Psicanálise de Freud/Lacan.

Para finalizar, destacamos nossas perspectivas quanto a este trabalho. Em primeiro lugar, esperamos que ele tenha contribuído para o conhecimento da história não apenas da AD francesa, mas também do Círculo de Bakhtin, na medida em que, por um lado, procurou destacar aspectos pouco conhecidos ou pouco investigados da AD francesa, na tentativa de construir uma visão ampla e, ao mesmo tempo, minuciosa de algumas das diversas tendências que a compõem e do funcionamento dinâmico, polêmico e conflitivo do campo; e que, por outro, buscou explicitar o processo no qual as ideias de Bakhtin foram apropriadas num campo exterior ao seu (o que implica, necessariamente, uma leitura específica dessas ideias), surtindo aí uma série de efeitos de natureza distinta. Mas, sobretudo, porque privilegiou uma abordagem que fugisse às fórmulas já prontas, às soluções fáceis e a certos mitos que vão se desenhando sobre essa história. Esperamos, ainda, que este trabalho possa trazer alguma luz tanto para reflexões voltadas à articulação entre o pensamento do Círculo de Bakhtin e o dos protagonistas da AD francesa, principalmente o de Pêcheux, que é muito destacado nas pesquisas feitas no Brasil, quanto para as reflexões que buscam enfatizar as especificidades do pensamento desses autores que hoje são tomados como pilares da AD francesa, visando a advertir para o risco de uma sua assimilação a-crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGEEVA, Inna. La critique de F. de Saussure dans *Marxisme et philosophie du langage* de V. N. Vološinov et le contexte de la réception des idées saussuriennes dans les années 1920-1930 en Russie. **Cahiers de l'ILSL**, Lausanne, n° 26, p. 73-84, 2009. Disponível em: <http://www2.unil.ch/slav/ling/recherche/biblio/09REVESID/006ageeva.pdf>. Acesso em: 22fev.2010.

ALTHUSSER, Louis. Apresentação do Posfácio de Macherey à obra *O normal e o patológico*. In: CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. Freud e Lacan. In: _____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1984a. p. 47-71.

_____. Marx e Freud. In: _____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1984b. p. 75-93.

_____. Aparelhos Ideológicos de Estado. **Posições 2**. Rio de Janeiro: Graal, 1980a. p. 47-101.

_____. A filosofia como arma da revolução (Resposta a oito questões). **Posições 2**. Rio de Janeiro: Graal, 1980b. p. 152-165.

_____. O objeto de 'O Capital'. In: ALTHUSSER, Louis et al. **Ler O Capital** vol. II. Rio de Janeiro, Zahar, 1980c. p. 7-152.

_____. **A favor de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a.

_____. De *O Capital* à Filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, Louis et al. **Ler O Capital** vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1979b. p. 11-74.

_____. Materialismo histórico e materialismo dialético. In: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979c. p. 33-56.

_____. Práctica teórica y lucha ideológica. In: _____. **La filosofía como arma de la revolución**. 9. ed. México: Passado e Presente, 1979d. p. 23-69.

_____. Resposta a John Lewis. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978a. p. 13-71.

_____. Sustentação de tese em Amiens. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978b. p. 131-167.

_____. Elementos de autocrítica. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978c. p. 79-128.

_____. **Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas**. Lisboa: Presença, 1976.

_____. Respostas de Louis Althusser. [1966]. In: ALTHUSSER, Louis et al. **A polêmica sobre o humanismo**. Lisboa: Presença, s.d. p. 193-203.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. [1982]. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 11-80.

_____. [1981]. Palavras mantidas a distância. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 217-237.

_____. [1984]. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, 1990. p. 25-42.

_____. Problèmes posés par le traitement du discours rapporté dans une grammaire de phrase. **Linguisticae Investigationes**. Amsterdam, John Benjamins. Tomo III:2, 1979, p. 211-228.

_____. Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés. **DRLAV**, Paris, 17, p. 1-87, 1978.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline; MEUNIER, André. Exercices de grammaire et discours rapporté. **Langue Française**, Paris, n.33, p. 41-67, 1977. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1977_num_33_1_4809. Acesso em: 21-out.2011.

BAKHTINE, Mikhail. [1925]. Au delà du social. In: _____. **Ecrits sur le freudisme**. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1980. p. 33-77. Organizado por Guy Verret.

BAKHTIN, Mikhail. [1934-5]. O discurso no romance. In: _____. **Questões de literatura e de estética**. 3ª ed. São Paulo: Editora da UNESP / HUCITEC, 1993. p. 71-210.

_____. [1952-3]. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.

_____. [1959-1961]. O problema do texto. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 327-358.

_____. [1963]. **Problemas da poética de Dostoievski**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Edição revista e ampliada de *Problemas da obra de Dostoievski*, de 1929.

_____. [1965]. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1996.

_____. [1970-1]. Apontamentos 1970-1971. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 367-397.

_____. [1974]. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 399-414.

BARROS, Diana L. P de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO. C. A.; TEZZA. C.; CASTRO. G de. (Orgs). **Diálogos com Bakhtin**. Paraná: UFPR, 1996. p. 21-42.

BOTIA, Antonio Bolivar. *El estructuralismo: de Levi-Strauss a Derrida*. Madrid: Edições Pedagógicas, 2001.

BRAIT, Beth. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. In: _____ (Org.). **Estudos enunciativos no Brasil**: histórias e perspectivas. Campinas, SP: Pontes; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 7-25.

BRAIT, Beth; CAMPOS, Maria Inês. Da Rússia czarista à web. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin e o Círculo**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-30.

BRANDIST, Craig. Mikhail Bakhtin e os primórdios da sociolinguística soviética. In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão. CASTRO, Gilberto de. (orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 67-88.

BRES, Jacques; ROSIER, Laurence. Réfractons: *polyphonie* et *dialogisme*, deux exemples de reconfigurations théoriques dans les sciences du langage francophones. **Slavica Occitania**, Toulouse, 25, p. 437-461, 2007. Disponível em: <http://w3.slavica-occitania.univ-tlse2.fr/resume.php?arti=598>. Acesso em: 25-out. 2011.

BUKHARIN, N. [1921]. **Tratado de materialismo histórico**. Tradução de Edgar Carone. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

CALVET, Louis-Jean. **Pour et contre Saussure**. Ver une linguistique sociale. Paris: Payot, 1975.

CANGUILHEM, Georges. **Études d'histoire et de philosophie des Sciences**. Paris: Vrin, 1970.

_____. O objeto da história das ciências. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 7-21, jan./mar-1972.

CAZARIN, Ercília. Da polifonia de Bakhtin à heterogeneidade discursiva na análise de discurso. In: ZANDWAIS, Ana. **Mikhail Bakhtin**: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 132-147.

CHAUVEAU, Geneviève. Analyse linguistique du discours jaurésien. **Langages**, Paris, n. 52, p. 7-109. 1978. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1978_num_12_52_1808. Acesso em: 21 out. 2011.

_____. Problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. **Langue Française**, Paris, n. 9, p. 6-21. 1971. Disponível em:

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1971_num_9_1_5568. Acesso em: 22 jun. 2010.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

COSTA, Carlos Rubens de S. **Para uma arqueologia das ciências da educação: a epistemologização do saber pedagógico**. 1995. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.

COURDESSES Lucile. Blum et Thorez en mai 1936 : analyses d'énoncés. *Lingue française*. Paris, n 9, p. 22-33. 1971. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1971_num_9_1_5569. Acesso em: 30 out. 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

_____. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Carlos, Claraluz, 2006.

_____. A estranha memória da análise do discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 25-32.

_____. O discurso inatingível: marxismo e linguística (1965-1985). **Cadernos de Tradução**. Porto Alegre, nº. 6, abr-jun, 1999. p. 5-18.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours. In: CONEIN, Bernard et alii. **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 21-33.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**, vol. I. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

_____. **História do estruturalismo**, vol. II. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

DUBOIS, Jean. **Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872**. Paris: Larousse, 1962.

EMERSON, Caryl. **Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

EVANGELISTA, Walter J. A filosofia do marxista Althusser e a Psicanálise. In: **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 205-222.

_____. Althusser e a Psicanálise. In: ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 9-38.

FAGES, Jean-Baptiste. **Para entender o estruturalismo**. Moraes editores: Lisboa, 1973.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. 2ª ed. Curitiba: Criar, 2006.

FERREIRA, Nadiá Paulo. Jacques Lacan: apropriação e subversão da lingüística. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100009&lng=e&nrm=iso&tlng=e. Acesso em: 13-out.2007.

FICHANT, Michel. A epistemologia na França. In: CHATELET, François (org.). **História da filosofia**, 8: o século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 124-162.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FLORES, Valdir. Dialogismo e enunciação: Elementos para uma epistemologia da linguística. **Linguagem e Ensino**, Vol. 1, No. 1, 1998, p. 3-32. Disponível em: <http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v1n1/valdir6.PDF>. Acesso em: 28-jul.2010.

FOUCAULT, Michel. A vida: a experiência e a ciência. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a. (Coleção Ditos e Escritos, II). p. 352-366.

_____. Linguística e Ciências Sociais. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. (Coleção Ditos e Escritos, II). p. 160-181.

_____. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c. (Coleção Ditos e Escritos, II). p. 260-281.

_____. La recherche scientifique et la psychologie. In: **Dits et écrits, 1** Paris: Gallimard, 1994.

_____. **As palavras e as coisas**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **A arqueologia do saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. Entrevista com Michel Foucault. In: COELHO, E. P. (Coord.) **Estruturalismo**. Antologia de textos teóricos. São Paulo, Martins Fontes, 196?, p. 29 - 36.

FREIRE, Sérgio. **Conhecendo análise de discurso**. Manaus: Valer, 2006.

GADET, Françoise. 1977: sur un moment-clé de l'émergence de la sociolinguistique em France. **Cahiers de PLSL**, n. 20, p. 127-138, 2005. Disponível em: <http://www2.unil.ch/slav/ling/recherche/biblio/05MarrCB/Gadet.pdf>. Acesso em: 17-fev.2011.

_____. Théorie linguistique ou réalité langagière ? **Langages**, n°46, p. 59-89, 1977. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1977_num_11_46_1905. Acesso em: 19-fev.2011.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. [1983]. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. [1977]. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? **Escritos**, 3. Campinas: Labeurbe/Nudecri, 1998. p. 4-10.

GADET, Françoise *et al.* Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 39-60.

GARDIN, Bernard. [1988]. Introduction de la Thèse d'Etat. In:_____. **Langage et luttes sociales**. Textes édités et présentés par Nanon Gardin et Frédéric François. Limoges: Lambert-Lucas, 2005. p. 25-68.

_____. [1980]. 1788, Utilisation d'un film pour une introduction à la sociolinguistique. In:_____. **Langage et luttes sociales**. Textes édités et présentés par Nanon Gardin et Frédéric François. Limoges: Lambert-Lucas, 2005. p. 113-132.

_____. [1978]. Volochinov ou Bakhtine ? In:_____. **Langage et luttes sociales**. Textes édités et présentés par Nanon Gardin et Frédéric François. Limoges: Lambert-Lucas, 2005. p. 69-86.

_____. [1977]. Néologie et discours rapporté. In:_____. **Langage et luttes sociales**. Textes édités et présentés par Nanon Gardin et Frédéric François. Limoges: Lambert-Lucas, 2005. p. 215-223.

_____. Discours patronal et discours syndical. **Langages**, Paris, n. 41. p. 13-46, 1976. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1976_num_10_41_2302. Acesso em: 14-jul.2010.

_____. [1974]. La néologie: aspects sociolinguistiques. In:_____. **Langage et luttes sociales**. Textes édités et présentés par Nanon Gardin et Frédéric François. Limoges: Lambert-Lucas, 2005. p. 179-186.

GREGOLIN, Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. Pêcheux, Bakhtin, Foucault: singularidades, espelhamentos. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 33-52.

GRIGOLETTO, Evandra. Reflexões sobre o funcionamento do discurso outro: de Bakhtin à análise de discurso. In: ZANDWAIS, Ana. **Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 116-131.

GRILLO, Sheila V. de C. Gêneros primários e gêneros secundários no círculo de Bakhtin: implicações para a divulgação científica. **Alfa**, 52 (1). São Paulo, 2008. p. 57-79. Disponível em: www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v52-1/04-Grillo.pdf Acesso em: 10-jul.2008.

_____. A metalinguística: por uma ciência dialógica da linguagem. **Horizontes**, v. 24, n. 2, p. 121-128, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_08/uploadAddress/Art1%5B6565%5D.pdf. Acesso em: 25-jul.2008.

GUESPIN, Louis. Types de discours ou fonctionnements discursives? **Langages**, nº 41. 1976. p. 3-12. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1976_num_10_41_2301. Acesso em: 28-mai.2010.

_____. Problématique des travaux sur le discours politique. **Langages**, 23. Paris, 1971. p. 3-24. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1971_num_6_23_2048. Acesso em: 03-mai.2010.

GUILBERT, Louis. **La formation du vocabulaire de l'aviation**. Paris: Larousse, 1965.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. [1971]. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-32.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-38.

HERBERT, Thomas. [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. **Tempo Brasileiro**, epistemologia, Rio de Janeiro, 2, (30, 31), p. 3-36, 1973.

_____. [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, n.1, Campinas, 1995. Tradução de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. p. 63-89.

HOUDEBINE, Jean-Louis. **Langage et marxisme**. Paris: Klincksieck, 1977.

INDURSKY, Freda. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise do Discurso. **Línguas e instrumentos linguísticos**, 4/5. Campinas: Pontes, 2000.

IVANOVA, Irina. Les sources de la conception du dialogue chez L. Jakubinskij. **Texto!** 2003. Disponível em http://www.revue-texto.net/Inedits/Ivanova_Jakubinskij.html. Acesso em: 03-mar.2010.

JAKOBSON, Roman. Prefácio. In: VOLOSHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1979. p. IX-X.

KRISTEVA, Julia. [1968]. A palavra, o diálogo, o romance. In: _____. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 61-90.

LACAN, Jacques. **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAKS, Bernard. Le champ de la sociolinguistique française de 1968 à 1983, production et fonctionnement. **Langue française**, vol. 63, n.1. p. 103-128, 1984. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1984_num_63_1_5198. Acesso em: 28-mai.2010.

LÄHTEENMÄKI, Mika. Da crítica de Saussure por Voloshinov e Iakubinski. In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão. CASTRO, Gilberto de. (orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 190-207.

_____. Estratificação social da linguagem no ‘Discurso sobre o romance’: o contexto soviético oculto. In: ZANDWAIS, Ana (Org). **Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 41-58.

LECOURT, Dominique. **Para uma crítica da epistemologia**. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.

LÉON, Jacqueline. AAD69: archéologie d’une étrange machine. **Semen** [En ligne], Paris, n. 29, 2010. Disponível em: <http://semen.revues.org/8823>. Acesso em: 28-jul. 2011.

LONGO, Leila. **Linguagem e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MCLENNAN, Gregor; MOLINA, Victor; PETERS, Roy. A Teoria de Althusser sobre Ideologia. In: Centre for contemporary cultural studies (org). **Da ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 101-137.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

_____. **Novas tendências em Análise do discurso**. 3ª. ed. Campinas, SP: Pontes; Ed. da UNICAMP, 1997.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: reler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni (Org). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 15-28.

_____. Avant-propos: A Michel Pêcheux. Paris, **Langages**, n. 81, p. 5-10. 1986. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1986_num_21_81_2475. Acesso em: 02 mai. 2009.

_____. Le discours politique de la guerre d'Algérie: approche synchronique et diachronique. **Langages**, Paris, n. 23, p. 57-86, 1971. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1971_num_6_23_2050. Acesso em: 06-mai.2010.

MALDIDIER, Denise *et al.* Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni (Org). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 67-102.

MARANDIN, Jean-Marie. Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine. **Langages**, Paris, n. 55, p. 17-88, 1979. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1979_num_12_55_1823. Acesso em: 10-ago.2010.

MARCELLESI, Jean-Baptiste. Analyse de discours à entrée lexicale (application à un *corpus* de 1924-1925). **Langages**, Paris, n. 41, p. 79-124, 1976. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1976_num_10_41_2304. Acesso em: 22-mai.2010.

_____. Présentation. **Langue française**, Paris, vol. 9, n. 1, p. 3-5, 1971a. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1971_num_9_1_5566. Acesso em: 03-mai.2010.

_____. Linguistique et groupes sociaux. **Langue française**, Paris, vol. 9, n° 1, p. 119-122, 1971b. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1971_num_9_1_5579. Acesso em: 03-mai.2010.

MARCELLESI, Jean-Baptiste; GARDIN, Bernard. **Introdução à sociolinguística**. Lisboa: Aster, 1975.

MARCHEZAN, Renata. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-131.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.

MEDVEDEV, Pavel. (BAKHTIN, Mikhail). [1928]. **The formal method in literary scholarship**. Baltimore e Londres: Johns Hopkins University Press, 1991.

MORSON, Gary; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin**: criação de uma prosaística. São Paulo: EDUSP, 2008.

MOURA-VIEIRA, Marcos. O freudismo: uma crítica a ideologia psiquiátrico-psicanalítica. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin e o Círculo**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 49-72.

NARZETTI, Claudiana N. P. **A formação do projeto teórico de Michel Pêcheux**: de uma teoria geral das ideologias à análise do discurso. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

_____. Relações entre a Análise do discurso e a ciência da história. **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v.4, n.2, p. 23-42, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ORLANDI, Eni. M. Bakhtin em M. Pêcheux: no risco do conteudismo. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 39-48.

PAVEAU, Marie-Anne; ROSIER, Laurence. Éléments pour une histoire de l'analyse du discours. Théories en conflit et ciment phraséologique. Comunicação no Colóquio Franco-Alemão « L'analyse du discours en France et en Allemagne ». 2005. Disponível em: <http://www.johannes-angermueller.de/francais/adfa.html>. Acesso em 23-jul.11.

PAVEL, Thomas. **A miragem linguística**. Ensaio sobre a modernização cultural. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1984]. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. **Escritos**, 4. Campinas: Labeurbe/Nudecri, p. 7-16, 1999.

_____. [1983]. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 311-319.

_____. [1982]. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. [1981]. O estranho espelho da Análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009. p. 21-26.

_____. [1978]. Só há causa daquilo que falha. In: PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988. p. 293-307.

_____. [1977]. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. **L'Inquiétude du Discours**. Paris: Cendres, 1990. p. 245-260.

_____. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

_____. L'application des concepts de la linguistique à l'amélioration des techniques d'analyse de contenu. **Ethnies**, 3, p. 101-118, 1973.

_____. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

_____. Vers une technique d'analyse du discours. **Psychologie française**, 13, (1). p. 113-117, 1968.

_____. Analyse de contenu et théorie du discours. **Bulletin du C.E.R.P.**, 16, (3). p. 211-227, 1967.

PÊCHEUX, Michel et al. [1982]. Apresentação da Análise automática do discurso (1982). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 253-282.

_____; WESSELIUS, Jacqueline. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: três organizações estudantis em 1968. In: ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 265-82.

_____; FUCHS, Catherine. [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

_____; FICHANT, Michel. [1969]. *Sobre a história das ciências*. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1977.

PLEKHANOV, Georges. [1908]. **Os princípios fundamentais do marxismo**. Tradução de Sônia Rangel. São Paulo: HUCITEC, 1978.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. In: _____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009. p. 153-168.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2008.

PROVOST, Geneviève. Approche du discours politique : « socialisme » et « socialiste » chez Jaurès. *Langages*, Paris, n. 13, p. 51-68. 1969. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1969_num_4_13_2509. Acesso em: 05 mai. 2010.

PUECH, Christian. L'émergence de la notion de « discours » en France et les destins du saussurisme. **Langages**, Paris, n. 159, p. 93-110, 2005. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_2005_num_39_159_2654. Acesso em: 06-fev.2011.

ROBIN, Régine. L'Analyse du Discours entre la linguistique et les sciences humaines : l'éternel malentendu. Paris, **Langages**, n. 81, p. 121-128. 1986. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1986_num_21_81_2482. Acesso em: 02 mai. 2009.

_____. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1974.

ROUANET, Sergio P. **A razão cativa**. As ilusões da consciência: de Platão a Freud. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SARGENTINI, Vanice. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 35, v. 1, p. 181-190, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

SÉRIOT, Patrick. Generalizar o único: gêneros, tipos e esferas em Bakhtin. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 21, p. 75-102, 2008. Disponível em: http://www.revistalinguas.com/edicao21/revista_linguas_21.pdf. Acesso em: 14-out.2009.

SOUZA, Geraldo T. **Introdução à Teoria do Enunciado Concreto**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002a.

_____. **A construção da metalinguística** (fragmentos de uma ciência da linguagem na obra de Bakhtin e seu círculo). 2002. 175 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002b.

TCHOUGOUNNIKOV, Serguei. O Círculo de Bakhtin e o marxismo soviético: uma “aliança ambivalente”. **Conexão Letras**. Porto Alegre, vol. 3, p. 1-15, 2007. Disponível em: <http://www.msmidia.com/conexao/3/cap3.pdf>. Acesso em: 21-ago.2008.

TIHANOV, Galin. **The Master and the Slave**: Lukács, Bakhtin, and the ideas of their time. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **Mikhaïl Bakhtine** : Le principe dialogique suivi de Ecris du Cercle de Bakhtine. Editions du Seuil, Paris, 1981.

VALLEJO, Américo; MAGALHÃES, Ligia C. **Lacan**: operadores da leitura. São Paulo: Perspectiva, 1981.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ciência e revolução**: o marxismo de Althusser. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

VIANNA, Rodolfo. *Marxismo e filosofia da linguagem à luz d'A ideologia alemã. Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 29-41, 1º sem. 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3368>. Acesso em: 11-fev.2011.

VOLOSHINOV, Valentin. [1930]. La structure de l'énoncé. In: TODOROV, Tzvetan. **Mikhaïl Bakhtine**: le principe dialogique, suivi de Ecrits du Cercle de Bakhtine. Editions du Seuil, Paris, 1981. p. 287-316.

VOLOSHINOV, Valentin. (BAKHTIN, Mikhail). [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do Método sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. (BAKHTIN, Mikhail). [1927]. **O freudismo**. Um esboço crítico. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. [1926]. Le discours dans la vie et le discours dans la poésie : contribution à une poétique sociologique. In: TODOROV, Tzvetan. **Mikhaïl Bakhtine**: le principe dialogique, suivi de Ecrits du Cercle de Bakhtine. Editions du Seuil, Paris, 1981. p. 181-215.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: VOLOSHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1979. p. 1-9.

ZANDWAIS, Ana. Relações entre a filosofia da práxis e a filosofia da linguagem sob a ótica de Mikhail Bakhtin: um discurso fundador. In: _____ (Org). **Mikhail Bakhtin**: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 83-100.